

SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores: Extensão – Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-Graduação – Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugênio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Secretário-Geral: Ronaldo Rajão Santiago
Secretária de Cultura e Assuntos Comunitários: Maria Beatriz Rocha Cardoso
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Carlos Barreto Ribas
Diretora do Instituto de Ciências Humanas: Carla Ferretti Santiago
Chefe do Departamento de Letras: Arabie Bezri Hermont
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Terezinha Taborda Moreira
Coordenadora do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot
Núcleo de apoio aos periódicos (NAP): Alda Verônica G. de Miranda; Javier Alberto Vadell; Raquel Beatriz Junqueira Guimarães; Rodrigo Baroni de Carvalho; Terezinha Taborda Moreira
Diretora: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Tradução do Editorial: Patrícia Abrantes
Revisão dos artigos*: Eduardo Martins (Português e inglês).
* A revisão dos resumos em língua estrangeira são de responsabilidade dos próprios autores.
Capa e diagramação: Jefferson Ubiratan de Araújo Medeiros
Imagem da capa: freepik.com

CESPUC — CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 211 • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • *E-mail*: cespuc@pucminas.br ou scripta.pucminas@gmail.com.

EDITORA PUC MINAS — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais — Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • *E-mail*: editora@pucminas.br.

SCRIPTA

LINGÜÍSTICA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas

Desordem informacional e propagação de *fake news*: a importância da formação do leitor

Organizada por

Juliana Alves Assis (PUC Minas)

Fabiana Komesu (Unesp)

Marie-Christine Pollet (Université Libre de Bruxelles)



CESPUC - MG
CENTRO DE ESTUDOS
LUSO-AFRO BRASILEIROS
DA PONTÍFICA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS

C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Scripta é uma publicação quadrimestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística, o que se indica no subtítulo: I. Linguística e Literatura. II - Língua Portuguesa. III - Literatura.

Comissão de publicações:

Presidente: Ivete Lara Camargos Walty
Editora geral da revista **Scripta**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães
Editora da revista **Scripta** de Linguística: Juliana Alves Assis
Editora da revista **Scripta** de Literatura: Terezinha Taborda Moreira
Secretárias: Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros
Sandra Maria S. Cavalcante

Conselho Editorial:

Dra. Adriana Fischer (FURB)	Dra. Laura Cavalcante Padilha (UFF)
Dra. Adriane Teresinha Sartori (UFMG)	Dra. Lília Santos Abreu-Tardelli (UNESP)
Dra. Adelia Toledo Bezerra de Menezes (USP)	Dra. Lilian Aparecida Arão (CEFET-MG)
Dr. Adilson Ribeiro de Oliveira (IFMG)	Dr. Luis Maffei (UFF)
Dra. Ana Elisa Ribeiro (CEFET-MG)	Dr. Luiz Carlos Travaglia (UFU)
Dra. Ana Maria e Mattos Guimarães (UNISINOS)	Dra. Luzia Bueno (USF)
Dra. Ana Maria Nápoles Villela (CEFET-MG)	Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP)
Dra. Anna Christina Bentes da Silva (UNICAMP)	Dr. Marco A. de Oliveira (PUC Minas)
Dr. Benjamin Abdala Junior (USP)	Dra. Maria Angela P. T. Lopes (PUC Minas)
Dra. Delaine Cafiero Bicalho (UFMG)	Dra. Maria Beatriz N. Decat (UFMG)
Dra. Dora Riestra (UNRN)	Dra. Maria das Graças R. Paulino (UFMG)
Dra. Dorotea Frank Kersch (UNISINOS)	Dra. Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
Dr. Edimilson de Almeida Pereira (UFJF)	Dra. Maria Teresa Salgado (UFRJ)
Dra. Elzira Divina Perpétua (UFOP)	Dra. Maria Theresa Abelha Alves (UFRJ)
Dra. Eneida Rego Monteiro Bonfim (PUC-RJ)	Dra. Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG)
Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha (UFJF)	Dra. Marta Passos Pinheiro (CEFET-MG)
Dra. Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (UFC)	Dra. Patrícia R. T. Baptista (CEFET-MG)
Dra. Ev'Ângela B. R. de Barros (PUC Minas)	Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP)
Dra. Fabiana Cristina Komesu (UNESP)	Dra. Prisca A. de Almeida Pereira (UFJF)
Dr. Francisco Noa (UEM)	Dra. Regina Zilberman (UFRGS)
Dr. Gilcinei Teodoro Carvalho (UFMG)	Dra. Renata Flavia Silva (UFF)
Dr. Hugo Mari (PUC Minas)	Dra. Renata Soares Junqueira (UNESP)
Dra. Ida Maria Santos Ferreira Alves (UFF)	Dr. Renato Caixeta da Silva (CEFET-MG)
Dra. Jane Fraga Tutikian (UFRGS)	Dr. Rogério Barbosa da Silva (CEFET-MG)
Dra. Jane Quintiliano Guimarães Silva (PUC Minas)	Dra. Rosane de Andrade Berlinck (UNESP)
	Dra. Sandra M. S. Cavalcante (PUC Minas)
	Mais...

Indexadores: Latindex, Ulrichs, Clase, MLA, LLBA, Icap, Dialnet, Redib, DOAJ, Diadorim, World-Cat, EZB, CIRC, Erihplus, MIAR.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2021.

E-ISSN 2358-3428

Quadrimestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Editorial

A formação do leitor no contexto da desinformação e das *fake news*:
desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além
Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu e Marie-Christine Pollet 9

The Reader's Training in the Context of Disinformation and Fake News:
Challenges for Literacy Studies in the covid-19 Pandemic and Beyond
Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu e Marie-Christine Pollet 9

Dossiê temático

Desmediatização, infodemia e *fake news* na cultura digital
Débora Liberato Arruda Hissa 40

O papel da memória discursiva em manchetes que desmentem notícias sobre covid-19
Gabriel Guimarães Alexandre 68

Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo
estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento
Eliara Santana Ferreira 96

O cenário político brasileiro e as disputas de hegemonia nos planos ideológico e discursivo
Emerson de Pietri, Tatiane Silva Santos e Thiago Mena 129

Infodemia e construção sógnica – movimentos responsivos sob a retórica da pós-verdade
Fernanda Santana Gomes e Maria Angela Paulino Teixeira Lopes 158

Os estudos literários na era da pós-verdade
Sérgio Luiz Prado Bellei 190

A formação crítica do leitor à reflexão dos fatores pragmáticos da textualidade na produção de
fake news sobre o coronavírus: uma análise linguística textual
*Natália Coêlho Bagagim, Lucinalva de Almeida Silva e
Marcelo Silva de Souza Ribeiro* 207

Competências em práticas letradas de estudantes de Ensino Médio
no contexto da desordem informacional
Ana Cláudia Bertini Ciencia 235

Fake news, desinformação e necessidade de formar leitores críticos
Eulália Leurquin e Chloé Leurquin 265

Letramento crítico no Ensino Médio: uma proposta didática sobre pós-fatos contra o Nordeste/nordestino(a) em aulas de Língua Portuguesa <i>Mariana Galdino Santana</i>	296
---	-----

Entrevista

Entrevista com Johannes Angermuller <i>Luciana Salazar Salgado e Leticia Clares</i>	324
Interview with Johannes Angermuller <i>Luciana Salazar Salgado e Leticia Clares</i>	324

Seção livre

O discurso presidencial na manifestação do dia do exército: sentidos de liberdade, democracia e povo <i>Fernando Miranda Arraz e Fagner Ribeiro Sena</i>	335
--	-----

Resenha

Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas <i>Andréia Teixeira</i>	360
--	-----

Editorial

A formação do leitor no contexto da desinformação e das *fake news*: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além¹

Juliana Alves Assis*

Fabiana Komesu**

Marie-Christine Pollet***

Em março de 2018, Vosoughi, Roy e Aral, pesquisadores do *Media Lab* do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), apresentaram um estudo na *Science*, em que discutiam notícias verdadeiras e falsas postadas na rede social *Twitter* e avaliadas por seis agências independentes de checagem de fatos, no período de 2006 a 2017. O conjunto do material era formado de 126 mil tuítes em língua inglesa, espalhados quatro milhões e meio de vezes por três milhões de pessoas. Os temas checados por aquelas agências e investigados pelos autores, em período anterior à pandemia da covid-19,² eram diversos e versavam sobre política, negócios, entretenimento, ciência, desastres naturais, dentre outros. Os autores chegaram à conclusão de que

* Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9383-4850>.

** Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Unesp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3820-1559>.

*** Professora doutora da Faculté de Lettres, Traduction et Communication da Université Libre de Bruxelles. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6421-3660>.

1 Este trabalho se vincula às ações dos projetos “Escrita acadêmica/escrita científica: das formas de presença do autor, do outro, das áreas de conhecimento e seus domínios disciplinares” (Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018, processo 434902/2018-7) e “Literacies in Different Fields of Knowledge” (Programa CAPES-PrInt-Unesp, processo CAPES/AUXPE no. 88887.310463/2018-00).

2 covid-19 é acrônimo de *Corona Virus Disease*, sendo 19 a referência ao ano de 2019, de quando datam os primeiros registros da doença. É uma enfermidade de espectro clínico variável, de casos assintomáticos a sintomas gripais, chegando a provocar pneumonia grave e problemas respiratórios que podem levar à morte. Atualmente, há variantes mais transmissíveis e letais, em circulação no Brasil e no mundo (disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 17 ago. 2021).

um *post* verdadeiro atinge em média mil pessoas; uma notícia falsa, entretanto, pode atingir entre mil e 100 mil pessoas. Observaram ainda que a probabilidade de uma notícia falsa ser retransmitida é 70% maior do que uma notícia verdadeira e que, para temas relacionados à política, essa porcentagem aumenta. Ainda segundo os autores, o fator “novidade” da informação é o elemento diferenciador na disseminação de notícias, em meio à urgência de seu compartilhamento em mídias digitais, comunicadores instantâneos e outros meios. Dizem os autores:

“Quando a informação é nova, é não apenas surpreendente, mas também mais valiosa – tanto de um ponto de vista da teoria da informação (oferece mais ajuda para tomada de decisão), quanto de um ponto de vista social (veicula um *status* social daquele que ‘está por dentro’ ou tem acesso a ‘informações privilegiadas’).” (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018, p. 4).³

Em língua inglesa, utiliza-se *firehosing*, expressão derivada de “mangueira de incêndio”, quando se quer fazer referência à “disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala.” (MELLO, 2020). Destacamos nessa alegoria dois aspectos que parecem relevantes numa reflexão sobre informações verdadeiras, falsas ou enganosas, num contexto digital em que práticas sociais de leitura e de escrita são levadas em conta: (1) devido ao amplo alcance e à vazão da “mangueira de incêndio” – em razão, portanto, dos modos de circulação, disseminação, propagação e compartilhamento na internet –, o “bombeiro” – um produtor/criador de conteúdo de internet – pode manter

³ No original: “When information is novel, it is not only surprising, but also more valuable -- both from an information theory perspective (it provides the greatest aid to decision-making), and from a social perspective (it conveys social status that one is ‘in the know,’ or has access to unique ‘inside’ information).” (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018, p. 4).

uma distância do local onde se encontra o incêndio – dito de outro modo, o produtor/criador pode manter anonimato e não ser identificado, tampouco responsabilizado pela produção textual e pelas consequências de sua disseminação –; (2) mangueiras contra incêndio potencializam o jato d’água, com alta pressão e velocidade, numa ampla cobertura de área – com essa força, celeridade e abrangência, o leitor, usuário direto ou indireto de mídias digitais, é o alvo a ser atingido, uma vez que a ele se atribuiu o acolhimento (ou recusa, reprovação) de notícias falsas ou enganosas, na troca, compartilhamento e edição de textos numa “cultura da conexão” por meio de mídias propagáveis (JENKINS, GREEN, FORD, 2014). As metáforas e associações empregadas nessa descrição revelam tanto a potência quanto a periculosidade da informação falsa ou enganosa nas mídias digitais.

O estudo de Vosoughi, Roy e Aral foi publicado em 2018, numa época em que já muito se discutiam os efeitos dessa propagação de notícias falsas ou enganosas e de seu alcance, considerando seu impacto em dimensões como a política, em eventos como Brexit, no Reino Unido, e em processos eleitorais de países como Estados Unidos, Índia, Indonésia e Brasil, como discutido por autores como Wardle e Derakhshan (2017), Castells (2018), Miguel (2019) e Mello (2020). Benkler, Faris e Roberts (2018, p. 275) avaliam, por exemplo, a relevância da utilização de técnicas de ponta na análise de dados de plataformas digitais, como a realizada pela empresa de comunicação Cambridge Analytica, no fornecimento de *insights* sobre a preferência do público e a produção de estratégias de persuasão em temas como ideologia política, profundamente arraigados em sentimentos e

emoções.⁴ Se a pesquisa do MIT fosse refeita em 2020 ou adiante, teria de se voltar ainda para os efeitos da desinformação e *fake news* no contexto da covid-19, dada não apenas a gravidade da doença em si e as consequências de movimentos antivacina (da covid-19 e outras doenças) em diferentes partes do mundo, mas também o fato de que o acesso do leitor e usuário de mídias digitais a informações qualificadas e fundamentadas, em tempo certo e em linguagem acessível ao público leitor, é considerado elemento diferenciador na qualidade de vida dos cidadãos, no domínio da saúde e além,⁵ como recomendado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente, os ODS 3 (“Saúde e bem-estar”) na associação com o 4 (“Educação de qualidade”).⁶

Em março de 2021, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou um guia para auxiliar países das Américas a formular uma estratégia de comunicação de riscos com relação às vacinas contra a covid-19, preocupada em transmitir à população – portanto, aos cidadãos leitores, usuários diretos ou indiretos de mídias digitais e outros meios de comunicação – “todas as informações sobre o processo de imunização, desde os testes clínicos e a produção de novas vacinas até a adoção, distribuição e priorização de grupos aos quais serão administradas uma ou mais vacinas [...], bem como sobre o acesso universal às vacinas [...]” (OPAS, 2021, p. 2).⁷ A OPAS entende que o fortalecimento

4 Zuboff (2020, p. 269) chama de *renderização* (*rendition*) as operações que transformam a experiência humana em dataficação, isto é, que convertem padrões de comportamento de consumo e dados pessoais, apresentados como valor de troca em plataformas digitais que se anunciam como gratuitas, em dados utilizados por empresas, companhias e instituições as mais diversas.

5 A afirmação de consenso social sobre a transparência das informações parece partir, entretanto, de uma concepção de linguagem segundo a qual a comunicação entre os sujeitos se daria de forma sempre explícita e direta, destituída de interesse social. Discutimos adiante essa concepção e suas implicações para o processo de produção dos sentidos da linguagem.

6 Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 ago. 2021.

7 Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53313/OPASIMSFPLCovid-19210009_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 20 ago. 2021.

das capacidades de comunicação e o planejamento de ministérios e secretarias de saúde são de fundamental relevância para o enfrentamento da covid-19 nas Américas, dado o excesso de informações em circulação, em meio a certa percepção pública sobre segurança de produtos médicos, com dúvidas e desconfiança da população quanto às vacinas contra a covid-19, numa conjuntura em que figuram grupos antivacinas associados a líderes políticos e outros grupos sociais (OPAS, 2021, p. 7).

No ano anterior, a organização havia divulgado alerta sobre o processo de desinformação que se expandia, já naquele momento, de maneira acelerada, na disseminação de notícias falsas ou enganosas sobre o novo coronavírus. Naquele momento, a OPAS observou padrões de pesquisa em motores de busca, relacionados à procura de fontes confiáveis, de evidências de intervenções eficazes, de atualizações epidemiológicas, de comunicados gerais dos governos, de dados sobre casos e mortes confirmadas, de notícias locais e internacionais sobre a covid-19. Em levantamento realizado em março de 2020, contabilizou a produção de 550 milhões de tuítes com os termos “coronavírus”, “corona vírus”, “covid-19”, “covid_19” ou “pandemic”.⁸ Num período de 30 dias, foram carregados, segundo a OPAS, 361 milhões de vídeos no *YouTube*, com a classificação “Covid-19” ou “COVID 19”; foram identificados 19.200 artigos sobre o assunto no *Google Acadêmico*. Na avaliação da organização, como se pode concluir a partir da excessiva quantidade de informações divulgadas em curto período de tempo, apenas uma parte delas pode ser fidedigna e pode, pois, atender às expectativas de um leitor na busca de informação qualificada.

⁸ Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14. Acesso em: 20 ago. 2021.

O problema da desinformação é concebido, de forma restrita, como notícias falsas verificáveis, as chamadas *fake news*. Esse termo tem sido, entretanto, evitado na literatura por pelo menos dois motivos. O primeiro, segundo estudiosos da Comissão Europeia (2018, p. 10), é que o emprego do termo *fake news* envolve não apenas notícias comprovadamente falsas e enganosas, mas também informações fabricadas, misturadas a fatos, que incluem de redes de seguidores falsos, vídeos fabricados ou manipulados por *deepfake*, trollagem organizada, memes, a publicidade direcionada e contas automatizadas para *astroturfing* – isto é, para contas que se utilizam de personalidades influentes, com publicação de *posts* em mídias digitais, veiculação em comerciais televisivos, segundo estratégias para influenciar a opinião pública, como se essas manifestações fossem decorrentes de uma ação procedente de apoio público e não de uma cooperação paga. O segundo motivo que tem justificado o descrédito está relacionado ao fato de que, para os estudiosos, o termo *fake news* tem sido apropriado por políticos e apoiadores que, ao terem sua atuação criticada por veículos de mídia, acusam os opositores de disseminar *fake news*, em ataque à liberdade de imprensa em sociedades democráticas (ver, entre outros, KAKUTANI, 2018; VISCARDI, 2020). Com base em pesquisa de Nielsen e Graves (2017), a Comissão Europeia (2018) observa que cidadãos têm frequentemente associado o termo a debate público partidário e a jornalismo de má qualidade, em vez de correlacioná-lo a práticas de desinformação.

Por esses motivos, a expressão *fake news* tem sido preterida e, em seu lugar, *desinformação*, em concepção ampla, tem sido utilizada não apenas para fazer referência a informações verificáveis, mas também a estratégias de fabricação e

manipulação de notícias; estratégias de produção do verossímil em certas atividades de publicidade e propaganda que exploram os limites do verossímil para constituírem o valor de troca, por exemplo, de uma mercadoria; ou, ainda, a estratégias de linguagem como a sátira e a paródia, como discutido pelos especialistas da Comissão Europeia (2018) citados e outros como Wardle e Derakhshan (2017), Martens *et al.* (2018), Pangrazio (2018), Tandoc Jr., Lim e Ling (2018). Sabidamente, trata-se de recursos que se definem pela exploração dos limites da verossimilhança na linguagem. Essas diferentes estratégias, discutem os autores, produziram no leitor de mídias digitais (e também de outros suportes) dificuldades no reconhecimento de propósitos comunicativos, com consequências para o processo de produção de sentidos entre os sujeitos da linguagem e a tomada de decisões em diferentes esferas, como as já citadas da política e da saúde.

Do ponto de vista dos estudos de letramentos, como discutido por Komesu, Alexandre e Silva (2020, p. 197-198), a assunção de uma concepção ampla de desinformação permite problematizar a prevalência de uma concepção de linguagem em que essa *desordem informacional*, outro termo utilizado na literatura para tratar do fenômeno, é deslocada para o eixo de uma ordem segundo a qual haveria inteligibilidade, clareza ou nitidez em relação ao que cada sujeito diria ao outro. Essa condição de transparência da linguagem é tomada por muitos como ideal, uma vez que produziria tranquilidade e bem-estar resultantes da obediência a leis, como as de convivência ética entre os cidadãos. No funcionamento das mídias digitais, trata-se de o leitor poder receber uma informação de um familiar sobre, por exemplo, outras drogas terapêuticas no tratamento precoce

da covid-19, e interpretá-la unicamente como uma atenção, um cuidado que essa pessoa próxima estaria compartilhando,⁹ em vez de avaliá-la na qualidade de um *clickbait*, estratégia amplamente utilizada na internet para gerar tráfego, por meio de conteúdos sensacionalistas, para *sites* que monetizam o espaço com publicidade paga.¹⁰ Títulos como “10 razões pelas quais...”, “X coisas que você deve saber...”, “Agora você pode...”, “Veja como a cidade X...” são tomados como eficazes para atrair a atenção do leitor asfiziado pelo volume e pela velocidade de recebimento de informações (*firehosing*), sob condições afligentes de uma doença cujo vírus transmissor se encontra em constante mutação.

No momento em que países estão em processo de vacinação contra a covid-19, notícias falsas ou enganosas sobre a vacina são amplamente propagadas. Numa delas, há um alerta de que vacinas anticovid teriam metais tóxicos e transformariam os pacientes em antenas 5G ambulantes. Numa pesquisa simples com os termos “vaccine” e “5G antenna” no motor de busca do *Google* ainda era possível encontrar mais de 667 mil resultados (até 22/8/2021). Em março de 2021, quando a pandemia já durava um ano em diferentes países, chegaram a mais de 2.200.000 resultados. Essa “notícia” da associação entre a vacina e antenas 5G foi amplamente disseminada em diversas localidades do mundo e está entre as desmentidas pelo serviço de checagem de fatos da Organização Mundial da Saúde

9 Galhardi *et al.* (2020, p. 4205) mostram, em estudo realizado no período de 17/3 a 10/4/2020, com dados extraídos do *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, a prevalência de compartilhamento de “informações” desse tipo. No período inicial da pandemia no Brasil, “notícias” (falsas ou enganosas, no entanto), sobre métodos caseiros de prevenção eram 65% do conjunto analisado e métodos caseiros de cura, 20%. Foi constatado ainda o compartilhamento de notícias falsas sobre golpes bancários (5,7%), golpes/arrecadações para instituições de pesquisa (5%) e a veiculação de que a covid-19 seria uma estratégia política (4,3%).

10 Ver, a esse respeito, Benkler, Faris e Roberts (2018, p. 279 e ss.), sobre utilização de *clickbait* no período de eleições norte-americanas.

(OMS), dedicado ao combate de *fake news* sobre a covid-19.¹¹ Embora alguns imunizantes possam ter traços de metais, não há doses significativas em sua composição e não há relação entre a tecnologia da “internet das coisas” e vacinas anticovid.¹² Por que *fake news* como essa e tantas outras – vacinas teriam objetivo de implantar *chip* no cérebro humano, poderiam levar à contaminação por HIV, provocar câncer, causar autismo, levar à mudança de sexo, para citar apenas algumas – são amplamente disseminadas e também acolhidas em práticas sociais de leitura e escrita que envolvem, de maneira direta ou indireta, uso de tecnologias digitais?

A resposta não é evidente. No cerne, reconhece-se o leitor, padecente, direta ou indiretamente, de uma doença que contabilizava, até 22/8/2021, 211.728.725 casos de contaminados e 4.429.474 mortos no mundo, segundo dados da universidade norte-americana Johns Hopkins (JHU). O Brasil aparecia naquele momento como o segundo país em número de mortos (574.209, antecedido pelos Estados Unidos, com 628.408) e o terceiro em número de casos (20.556.487; atrás dos Estados Unidos, com 37.696.161, e da Índia, com 32.424.234 infectados), também segundo dados da JHU.¹³ A vacinação, de fundamental importância para o controle da transmissão da doença nas populações, teve início em dezembro de 2020 em diferentes países. No mundo, 4.920.008.655 doses tinham sido administradas até 22/8/2021, conforme dados da JHU. No Brasil, até 20/8/2021, 121.263.020 pessoas, o equivalente a 57,27% da população, tinham recebido a primeira dose da

11 Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/myth-busters#5g>. Acesso em: 22 ago. 2021.

12 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/diario-da-vacina/as-principais-fake-news-relacionadas-a-vacina-de-vaga-lumes-as-bitcoins/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

13 Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

vacina; 54.001.078 pessoas estavam imunizadas com as duas doses ou dose única, o equivalente a 25,5% da população, de acordo com o Consórcio de Veículos de Imprensa do Brasil, a partir de dados de Secretarias Estaduais de Saúde.¹⁴ O projeto *Our World in Data*, ligado à Universidade de Oxford, indicava, em 21/8/2021, que 32,4% da população mundial havia recebido pelo menos uma dose da vacina contra covid-19 e 24,4%, duas doses ou dose única. Portugal tinha vacinado, até aquela data, 79,34% da população (67,44% com duas doses ou dose única); o Reino Unido, 70,08% da população (61,13% com duas doses ou dose única); os Estados Unidos, 60,18% da população (50,95% com duas doses ou dose única). Dados da Nigéria mostravam, entretanto, que 1,24% da população tinha sido vacinada (0,69% com duas doses ou dose única); na Tanzânia, apenas 0,37%,¹⁵ o que expõe desigualdade (anterior à pandemia) e os desafios de conter o avanço da disseminação de variantes do vírus enquanto não houver vacina para todos no planeta.

O leitor, em contato direto ou indireto com mídias digitais, não é indiferente aos efeitos da covid-19 na família, no sistema de saúde, na educação,¹⁶ na economia, seja por aprovação ou rejeição das medidas institucionalmente impostas nesse período. Tampouco é indiferente ao problema da desinformação e das *fake news*. Em termos de comportamento de consumo de notícias e informação, relatório do *Reuters Institute* (NEWMAN *et al.*, 2021, p. 8-9), realizado com base numa pesquisa em 46 mercados

14 Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 22 ago. 2021. O consórcio é formado pelos veículos de imprensa **Extra**, **Folha de S.Paulo**, **G1**, **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** e **UOL** do Brasil. Divulga os dados com base nos seguintes critérios: (1) número de vacinados informado diariamente por secretarias estaduais de Saúde; (2) percentual de vacinados, informado por governos estaduais sobre a população total; (3) total de doses recebidas pelos estados, segundo informações das secretarias estaduais.

15 Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em: 22 ago. 2021.

16 No âmbito da educação, por exemplo, reflexões sobre os efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas podem ser encontradas em Assis, Komesu e Fluckiger (2020); Ribeiro e Vecchio (2020); Komesu, Alexandre e Silva (2020); Oliveira, Brasileiro e Assis (2020); Komesu, Daunay e Fluckiger (2021).

de consumo no mundo, mostra crescente preocupação com a desinformação no contexto da pandemia. Segundo o relatório, os que usam mídias digitais são mais propensos a dizer que foram expostos a informações enganosas sobre o coronavírus do que os não usuários. A pesquisa aponta que os maiores índices de preocupação estão na África (74%), seguida pela América Latina (65%), América do Norte (63%), Ásia (59%) e Europa (54%) (NEWMAN *et al.*, 2021, p. 20-21). De maneira geral, os níveis mais elevados de preocupação com a disseminação de desinformação estão associados a comportamento de atores políticos, como no Brasil e na Polônia (ambos com 41%, enquanto a média mundial é de 29%). No que respeita ao uso de plataformas digitais, o relatório mostra que o *Facebook* é visto como o principal canal de divulgação de informações falsas ou enganosas em quase todos os lugares do mundo, ainda que aplicativos de mensagens instantâneas como o *WhatsApp* sejam concebidos como problema mais grave em países como Brasil e Indonésia (35% e 33%, respectivamente) (NEWMAN *et al.*, 2021, p. 22-23).

Komesu, Costa e Ciencia (no prelo) discutem a importância de problematizar a função do leitor no contexto da desinformação e das *fake news*, partindo da recomendação que fazem Wardle e Derakhshan (2017, p. 22), no âmbito dos estudos da Comunicação, a respeito do “intérprete” (ao lado do agente e da mensagem): qual ação foi tomada quando do recebimento da mensagem? Para Wardle e Derakhshan (2017 *apud* KOMESU, COSTA, CIENCIA, no prelo), “todos são editores em potencial”, incluído o leitor. Komesu, Costa e Ciencia (no prelo, p. 7) avaliam, numa conjuntura de pós-verdade (McINTYRE, 2018), que a tentativa de o leitor autoconfirmar crenças e emoções numa cultura de

compartilhamento e curtidas extrapola o que é considerado um posicionamento pessoal – resultante de habilidades individuais e cognitivas relacionadas a uma concepção de leitura como mera decodificação, como comentado adiante –; emerge numa conjuntura sócio-histórica que ressignifica determinadas práticas – portanto, determinados sentidos na produção da linguagem – em detrimento de outras.¹⁷ Não se trata, pois, do que o *eu*, individualmente, consegue ler ou interpretar, mas de condições sócio-históricas de produção que favorecem o processo de leitura e a emergência de determinados sentidos – contrariamente a outros, como discutido por estudiosos do discurso a partir, principalmente, de Foucault (2014), entre outros. Assim, num cenário pressuroso caracterizado, por um lado, pelo excesso de informação em circulação, por outro, por doença, morte, acesso pontual ou ausência de acesso à escola, desemprego, orientações desencontradas emitidas por líderes políticos, como no caso do Brasil, o que o leitor de mídias digitais consegue e pode ler, o que consegue compartilhar em mídias digitais não é resultante de opinião individual.

A atenção para o leitor se dá ao mesmo tempo em que não é possível controlar quem cria, produz, distribui a desinformação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 25-29) – como argumentado no caso de *firehosing*, segundo o qual o “bombeiro” (produtor/criador/distribuidor de conteúdo de internet) consegue manter distância do local (com anonimato) onde se encontra o “incêndio” (notícias falsas ou enganosas). Essa impossibilidade de controle sobre a produção dos sentidos (não restrita ao ambiente digital, mas nele colocada em evidência) acentua expectativas

¹⁷ Muito embora o efeito prevalente ainda seja o de um “poder afável”, na expressão de Han (2018, retomada pelas autoras). Dito de outro modo, com Zuboff (2020, p. 270), não há consciência, nem mesmo consentimento dos sujeitos, de que dados pessoais estariam sendo compartilhados e utilizados para fins alheios, “um meio para a finalidade de outros”, nas palavras da autora.

institucionais de que a formação acadêmico-científica poderia se constituir, como discutido por Komesu, Alexandre e Silva (2020, p. 202), num elemento diferenciador no enfrentamento à desinformação e às *fake news*, especialmente, na medida em que o letramento científico implicaria “a capacidade de [o sujeito] se envolver criticamente e tomar decisões sobre questões relacionadas à ciência, com base em informação” (SIAROVA; STERNADEL; SZÖNYI, 2019, p. 11, tradução dos autores).¹⁸

Observa-se, nesses relatórios de organismos internacionais, uma preocupação com a autonomia que o sujeito teria ou poderá ter para, no momento de confronto com a enorme quantidade de informações *online* – caso dos 550 milhões de postagens no *Twitter*, 361 milhões de vídeos no *YouTube*, 19.200 artigos no *Google Acadêmico* sobre o novo coronavírus, identificados pela OPAS (2020) num único mês, ou ainda das mais de 667 mil páginas eletrônicas com menção a vacinas anticovid que teriam metais tóxicos e transformariam os pacientes em antenas 5G ambulantes –, fazer a escolha “certa” de distinguir a informação verdadeira da falsa ou enganosa. Da perspectiva dos estudos de linguagem, trata-se de uma concepção de subjetividade segundo a qual a responsabilidade pela produção dos sentidos estaria, sobremaneira, com o (*no*) leitor, como se o controle dessa produção dependesse exclusivamente de uma avaliação de cunho pessoal, feita por quem lê a notícia, e não das ditas condições que permitam ler e reconhecer o “verdadeiro” dos textos (FOUCAULT, 2014; PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021).

Komesu, Costa e Ciencia (no prelo) consideram que o leitor de mídias digitais (mas não somente) não pode ser

¹⁸ No original: “the ability to engage critically with and make informed decisions about science-related issues”.

concebido como “decodificador passivo, cuja única habilidade se restringiria à interpretação de sinais gráficos da escrita e de outros constitutivos de textos multimodais”. Tampouco seria aquele que intencionalmente escolhe o que pode e consegue ler ou editar. No âmbito dos estudos de letramentos, as autoras discutem que o traço de autonomia do leitor, comumente evocado, estaria próximo “a habilidades individuais de codificação e decodificação, como as reconhecidas pela instituição escolar”. Ou ainda, para o que nos interessa discutir, às chamadas “habilidades de estudo”, de ordem individual e cognitiva (LEA; STREET, 2014, p. 479), que trariam, em si, qualidades que lhes seriam inerentes, independentemente do que é escrito ou lido, por quem, para quem, em qual contexto. Permitiriam, como discutem os autores, a transferência do conhecimento de um contexto a outro, sem quaisquer problemas, supondo que a decodificação de uma língua bastasse para o processo de produção de sentidos.

O sujeito da linguagem aprende a ler e também a escrever já segundo uma aculturação e uma socialização acadêmica “quanto a discursos e gêneros baseados em temas e em disciplinas” (LEA; STREET, 2014, p. 479), que, por sua vez, respondem à “natureza institucional daquilo que conta como conhecimento em qualquer contexto acadêmico específico.” (*idem*) – e fora desse contexto também –; respondendo, assim, a sistemas de valores que sustentam relações de dominação sobre quem sabe ler e escrever, para quem, segundo qual gênero discursivo, em qual contexto situado e em qual momento – excluindo-se, por conseguinte, quem não sabe. Trata-se, como diz Street (1984), de modelo ideológico de práticas e eventos em contextos situados, institucional e culturalmente dependentes do valor social da leitura e da escrita, atribuído por grupos que disputam entre si,

por jogo de forças econômicas, religiosas e políticas, o que deve ser legitimado (ou não) como prática, com consequências para a educação formal e para outras práticas letradas vernaculares dos sujeitos (STREET, 2014). Desse modo, não existe prática social de leitura e escrita fora de um contexto situado (CORRÊA, 2004): não há fatos da língua fora de práticas sociais letradas/orais.

No caso do leitor de mídias digitais, o acesso a informações científicas, médicas, filosóficas, artísticas, políticas, do mercado financeiro, entre tantas outras, em quantidade e em qualidade, ultrapassa a experiência empírica vivida pelo sujeito. McIntyre (2018, p. 35-36), dentre outros, problematiza, de um viés cognitivo, que esse processo de confrontação à profusão de informações, que ao sujeito podem não parecer ou ser verdadeiras, gera desconforto e tensão, constituindo, para o que nos interessa numa relação dos estudos de letramentos com os de discurso, uma ameaça à ilusão de centralidade da subjetividade, tal como discutido por Authier-Revuz (1990, p. 28) no que respeita à “função do desconhecimento do eu” e à “reconstrução de uma imagem de sujeito autônomo”. Citando Freud e a “defesa do ego”, McIntyre (2018, p. 35) observa que, nesse panorama da pós-verdade, o *eu* estaria sempre dotado de razão, independentemente da perspectiva que se assuma.

É como se o sujeito (escrevente, leitor) lidasse com a neutralidade da informação, segundo um modelo de letramento autônomo que prioriza a decodificação/codificação da língua(gem). Primeiramente, teria acesso à informação para apenas em seguida decidir o que dela fazer, como e o que interpretar/opinar/editar ou compartilhar nas mídias digitais, “desconhecendo” (na opacidade da linguagem) que a mera alusão

à informação implica de imediato tomada de posição diante do exposto, o “atravessamento” de uma “exterioridade que está no interior do sujeito.” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29). No âmbito dessa reflexão, o sujeito não “troca informação”, mas lida com o jogo de efeitos de sentido do qual também é (e)feito (PÊCHEUX, 1990, p. 82-83), sob determinadas condições sócio-históricas (COURTINE, 2009) dos processos de produção particulares.

O uso de diferentes dispositivos digitais permitiria na contemporaneidade a busca da verdade na direção de uma transparência dos sentidos da linguagem. O sujeito da pós-verdade não mais dependeria de determinadas instituições – escola/universidade, Estado – para pesquisar e ter acesso ao conhecimento, não seria mais “subjugado por ideologias”. Estaria livre para dizer/ler, segundo uma sua vontade individual, da maneira que considerar a verdadeira, desconsiderando como essa visão de autonomia é efeito de ideologias e da dependência de outras instituições. Parentes, amigos, conhecidos de grupos de plataformas digitais e aplicativos de comunicação instantânea, líderes religiosos, tornam-se, assim, fontes fidedignas porque, desprovidos de quaisquer credenciais técnicas ou acadêmicas, estariam supostamente também desprovidos de engajamento com interesses de outros grupos sociais – seriam imparciais, condição desejada nessa ilusão da subjetividade.

Segundo Roque (2020), é desse modo que “novos formadores de opinião conquistam seguidores e disputam a prerrogativa de influenciar o poder público” em mídias digitais, sem mediação de cientistas ou de quaisquer outros especialistas. No contexto da pandemia da covid-19 (mas também antes e além), não é suficiente que o leitor saiba a língua na qual a informação foi produzida (presumindo que o conhecimento de uma língua seja

restrito à comentada codificação/decodificação). Ao receber, por exemplo, a “notícia” de que a “vacina ‘chinesa’ contém RNA replicável digitalizável” usado para “controlar a humanidade através de ondas que vai [*sic*] emitir as antenas 5G”, não é suficiente saber língua portuguesa para ler essa “notícia” que foi amplamente veiculada por *WhatsApp* no Brasil. Há um contexto de produção que condiciona a emergência desses sentidos, permitindo sua leitura (por adesão ou crítica). É preciso conseguir ler esse texto no diálogo com outros, característica da produção dos sentidos da linguagem. Essa intertextualidade em sentido amplo – portanto, essa interdiscursividade – necessariamente evoca a relação da linguagem com a história: da vacinação e também do avanço tecnológico (dos países asiáticos, com sinofobia), do conflito homem *versus* máquina.

Como discutido, o processo de leitura é ainda “atravessado” pelo índice de confiança que se tem em relação ao interlocutor (emissor imediato) da informação compartilhada. Num período de declínio da relação de confiança com as instituições, é o não especialista, diz Roque (2020), quem ganha destaque, como se a ausência de vínculo formal com determinados grupos pudesse implicar inexistência de interesses. Gestos e ações de atores públicos também (des)orientam práticas sociais de leitura em contexto digital (fora dele também), como observado no relatório do **Reuters Institute** (NEWMAN *et al.*, 2021), em diversos países do mundo, e na nota técnica n.º 31 da Rede de Pesquisa Solidária (2021), publicada no Brasil. Segundo a avaliação da equipe responsável pela nota técnica à época, o alcance dos ataques do Presidente da República e de outros políticos à CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, pode afetar

o processo de imunização contra a covid-19 no Brasil, com fortalecimento de grupos antivacina.

Por conseguinte, o processo de leitura, do enfrentamento da covid-19, da desinformação e das *fake news* é constituído de uma discussão pública sobre tomar ou não vacina, criticar ou não chineses, crer ou duvidar dos propósitos das instituições e da eficácia de métodos científicos. O leitor emerge de práticas discursivas de leitura, dos modos de circulação dos textos e seus suportes, de culturas disciplinares, segundo relações de poder e autoridade das sociedades (STREET, 1984, 2014). Assim, o que o leitor pode/consegue ler não é resultante de opinião pessoal ou da opinião dos que lhe são próximos, mas de “injunções que lhe foram impostas” (POSSENTI, 2010, p. 15) sócio-historicamente, mesmo de que maneira indireta.

O leitor não vive encerrado em “bolhas”, como se pensa. O funcionamento das mídias digitais, na conjunção de uma governança algorítmica de *bots* e ciborgues – a exemplo do que é visto com influenciadores digitais que “aparecem” como sugestão nas páginas pessoais de mídias digitais e têm a conta movimentada por empresas, com seguidores pagos e *likes* programados, com comentários prontos de consentimento ou ainda de ataque a opiniões divergentes –, corrobora um efeito de estabilidade, de uma verdade alternativa que poderia ser a assumida pelo leitor. Essas práticas coexistem em conflito com outras, na interdiscursividade de teorias conspiratórias; declínio de mídias tradicionais; ataques a universidades e centros científicos legítimos; posicionamentos ideológicos dissimulados como controvérsia; falsa simetria na argumentação científica, com a ideia de que se deveria ouvir “os dois lados”, quando há consenso científico e trabalho rigoroso de investigação em

apenas um deles, restando ao outro a vivência empírica (ROQUE, 2020). A coerência interna de narrativas não fundamentadas ganha, assim, valor na pouca adesão à verdade que é tomada como exterior ao sujeito.

Estudiosos como Islam *et al.* (2020) recomendam que governos e outras agências devem investigar padrões de rumores, comentários estigmatizados e teorias da conspiração nas diferentes culturas, para desenvolver meios de comunicação apropriados ao enfrentamento da covid-19 nos respectivos países (ISLAM *et al.*, 2020, p. 1627), com debate público e desenvolvimento orientado sobre os impactos das *fake news* e da desinformação (GALHARDI *et al.* 2020, p. 4208). No cerne dessas recomendações, está o leitor e uma formação que nada tem de individual, mas que demanda condições de leitura *com o outro*, na pluralidade, no diálogo e no debate público em que argumentos são apresentados e discutidos de maneira fundamentada, no reconhecimento da historicidade de que a linguagem é constituída e que permite ler criticamente a falsa conexão entre manchetes, ilustrações legendas, o falso contexto na manipulação de imagens, o conteúdo enganoso ou impostor, a fabricação de conteúdos no favorecimento de grupos. Ameaça, violência ou criminalização de pensamento divergente podem reprimir, mas não podem apagar as heterogeneidades da linguagem. A escola e a universidade têm um papel de destaque no enfrentamento da desinformação e das *fake news* e precisam de condições íntegras para o trabalho, enquanto mostram como a ciência e práticas científicas podem transformar fazeres e dizeres dos cotidianos.

Nesse sentido, escola e universidade se inscrevem como agentes importantes, frente aos desafios contemporâneos dos

estudos de letramentos, com ênfase para o letramento crítico e o letramento científico. Na agenda do letramento crítico (GEE, 1994; McLAREN, 1998; FREIRE, 1987, 1996), o compromisso é com a formação do leitor crítico, condição imprescindível ao funcionamento da democracia, ao exercício da liberdade, ao estabelecimento da igualdade e da justiça social, condição que pressupõe o letramento científico, assumida a ciência como um relevante produto cultural da humanidade. O engajamento da população em relação à ciência bem como sua participação nas políticas públicas que definem as articulações prioritárias entre ciência, tecnologia e sociedade constituem parâmetros fundamentais para a educação científica (AYALA, 1996).

Tendo em conta tais defesas, concebemos que o letramento científico e crítico articula-se a um letramento digital ou, dito de outra forma, ao desenvolvimento explicitamente organizado de competências em letramento digital. De fato, numerosas informações passam por esses meios, e, ao contrário do que pode veicular um pensamento comum construído pelo conceito de nativo digital (PRENSKI, 2001), muitos trabalhos atualmente mostram que os jovens precisam ser formados para as especificidades desse tipo de leitura e de apropriação (LARDELLIER, 2017; FLUCKIGER, 2017, 2019; entre outros). Além disso, se se trata de passar essa mediação pela instituição escolar e universitária, também é necessário prever a formação de professores.

Nessa perspectiva, centrada no desenvolvimento do espírito crítico, da consciência cívica e do exercício da democracia, não se trata de se aculturar apenas aos aspetos tecnológicos, mas também a modos de (re)configuração dos discursos (ROSIER, 2020; LONGHI, 2017; entre outros), às questões de *ethos* e de

postura (ROSIER, 2019), ou, ainda, de expressão da autoridade e de influências na Web (ver dossiê *Autorité et Web 2.0* : approches discursives na revista *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 26, 2021).

Este dossiê articula e reúne pesquisadores alinhados à discussão central projetada, recortada sob diferentes olhares e perspectivas teóricas, aspecto que consideramos bastante positivo, sobretudo tendo em conta a complexidade dos fenômenos relacionados à desinformação e falsas notícias.

DÉBORA LIBERATO ARRUDA HISSA discute os fenômenos da desmediatização e da infodemia, em sua relação com a divulgação de notícias falsas como consequência da vulgarização de opiniões disruptivas propagadas pela cultura digital, que se assentam em orientações ideológicas, recriando e alimentando o antagonismo.

O artigo de GABRIEL GUIMARÃES ALEXANDRE toma como objeto o papel da “memória discursiva” – conceito tratado como importante para a formação do leitor em tempos de pandemia – em manchetes de duas agências de *fact-checking*, que desmentem notícias sobre covid-19 em mídias sociais.

Assumindo como objeto o fenômeno da desinfodemia no Brasil ELIARA SANTANA FERREIRA discute o papel de instâncias públicas federais e de veículos de comunicação alinhados ao presidente Jair Bolsonaro, na consolidação de um processo de desinformação sobre a covid-19.

Por meio da análise de manifestações do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e posicionamentos construídos sobre elas,

EMERSON DE PIETRI, TATIANE SILVA SANTOS e THIAGO MENA abordam estratégias discursivas de desestabilização dos sentidos e suas relações com mecanismos de manipulação de informações.

Tomando como *corpus* o discurso de abertura de Jair Bolsonaro em assembleia da ONU em 2020, MARIA ANGELA PAULINO TEIXEIRA LOPES e FERNANDA SANTANA GOMES analisam as posições axiológicas nele presentes.

SÉRGIO LUIZ BELLEI debruça-se sobre o conceito de “pós-verdade”, por meio da discussão de novas interpretações do conto “Bartleby, o escrevente”, de autoria de Herman Melville.

O texto de ANA CLÁUDIA BERTINI CIENCIA dedica-se à discussão acerca das competências de alunos de ensino médio para identificação de informação falsa em práticas sociais de leitura e escrita mediadas por mídias digitais.

A partir da reflexão sobre os fatores pragmáticos da textualidade na produção de *fake news* sobre a covid-19, NATÁLIA COÊLHO BAGAGIM, MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO e LUCINALVA DE ALMEIDA SILVA discutem o nível de formação crítica de leitores, considerada a grande circulação de publicações sobre a cura da covid-19 mediante insumos caseiros.

EULÁLIA LEURQUIN e CHLOÉ LEURQUIN, por meio da análise de postagens com conteúdo falso nas redes sociais em dois importantes momentos da vida brasileira, argumentam a favor da formação de leitores críticos.

Visando à formação do letramento crítico de estudantes do ensino médio, MARIANA GALDINO SANTANA apresenta e justifica um plano de ensino voltado à construção da leitura crítica e à formação de opinião a partir da recepção de “pós-fatos” que

tomam como referente o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s.

Encerra o dossiê a entrevista com JOHANNES ANGERMULLER realizada por LUCIANA SALAZAR SALGADO e LETÍCIA CLARES, com tradução de GUSTAVO PRIMO. Na entrevista, o linguista alemão discorre sobre questões atinentes aos discursos no contexto da comunicação hiperdigital.

A seção livre contempla um artigo e uma resenha. No artigo, FERNANDO MIRANDAARRAZ e FAGNER RIBEIRO SENA, por meio da análise do discurso do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, promovem reflexão sobre Formação Discursiva e Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa.

ANDRÉIA TEIXEIRA resenha o volume IV da Coleção de *e-books*, “Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo”, intitulado “Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas”, com organização de Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu e Cédric Fluckiger.

Referências

ARGUMENTATION et Analyse du Discours. Autorité et Web 2.0 : approches discursives [En ligne], n. 26, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/4929>. Acesso em: 21 set. 2021.

ASSIS, J. A.; KOMESU, F.; FLUCKIGER, C. Em torno dos efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas. *In*: ASSIS, J. A.; KOMESU, F.; FLUCKIGER, C. (org.) **Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020, v. 4, p. 9-31.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz; João Wanderley Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990, p. 25-42.

AYALA, F. J. Introductory essay: the case for scientific literacy. *In*: World Science Report, Paris: UNESCO, 1996. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000102930>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics**. New York: Oxford University Press, 2018.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Trad.: Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CORRÊA, M. L. G. A inter-incompreensão polêmica e sua versão solipsista em práticas de leitura emergentes. **ComHumanitas**, v. 11, p. 68-81, 2020.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

EUROPEAN COMMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation**, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FLUCKIGER, C. Innovations numériques et innovations pédagogiques à l'école. **Recherches**, p. 119-134, 2017.

FLUCKIGER, C. **Une approche didactique de l'informatique scolaire**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2019. (Collection Paideia).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24 ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEE, J. P. Literacy: from Plato to Freire. *In: Social Linguistics and literacies: ideology in discourses*. Londres: Taylor & Francis, 1994. p. 27-48.

GALHARDI, C. P. *et al.* M. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, p. 4201-4210, out. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006804201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 ago. 2021.

ISLAM, M. S. *et al.* Covid-19-Related infodemic and its impact on public health: A global social media analysis. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, 103(4), p. 1621–1629, 2020.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Cultura da conexão**. Tradução de Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

JOHNS HOPKINS. **Covid-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE)**. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOMESU, F.; ALEXANDRE, G. G.; SILVA, L. S. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de Covid-19. In: RODRIGUES, D. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. (org.). **Estudos aplicados à prática de escrita acadêmica**: colocando a mão na massa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. v. 3, p. 185-229.

KOMESU, F.; COSTA, J. R. P.; CIENCIA, A. C. Covid-19 e (des)informação: notas sobre o serviço brasileiro “Saúde sem Fake News” e seu leitor. (No prelo).

KOMESU, F.; DAUNAY, B.; FLUCKIGER, C. Littéracies numériques et désinformation: le rôle de l’enseignant dans le contexte d’infodémie. In: SCHEEPERS, C. (org.). **Former à l’écrit, former par l’écrit dans le supérieur**. Paris: DeBoeck, 2021. p. 255-267.

LACHANCE, J. L’éthos de l’adolescent dans les mondes numériques : le rôle des destinataires. **Itinéraires**, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires/3156>. Acesso em: 15 set. 2021

LARDELLIER, P. « Y » et digital natives, faux concepts et vrais slogans. Une lecture critique de deux « ressources sûres » de la doxa numérique. **Hermès, La Revue**, n. 78, p. 151-158, 2017.

LEA, M.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução: Fabiana Komesu; Adriana Fischer. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014.

LONGHI, J. Humanités, numérique : des corpus au sens, du sens aux corpus. **Questions de communication**, n. 31, p. 7-17, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.11039>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARTENS, B. *et al.* F. **The digital transformation of news media and the rise of disinformation and fake news: an economic perspective**. Seville: European Commission, Joint Research Centre, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/eur-scientific-and-technical-research-reports/digital-transformation-news-media-and-rise-disinformation-and-fake-news>. Acesso em: 26 ago. 2021.

McINTYRE, L. **Post-Truth**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2018.

MELL, L. À travers les hypostases du numérique dans l'enseignement supérieur : réflexion critique sur le développement de la culture et des compétences numériques. *Lien social et Politiques*, n. 81, p. 73-191, 2018.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

McLAREN, P. L. Culture or Canon? Critical Pedagogy and the Political of Literacy. **Harvard Educational Review**, v. 58, n. 2, p. 213-234, 1988.

MIGUEL, L. F. Jornalismo, polarização política e a querela das *fake News*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-48, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p46>. Acesso em: 26 ago. 2020.

NEWMAN, N. *et al.* **Reuters Institute: Digital News Report 2021**. London: Reuters Institute; University of Oxford, 2021. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2021>. Acesso em: 26 ago. 2021.

NIELSEN, R. K.; GRAVES, L. *New You Don't Believe: Audience Perspectives on Fake News*. **Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism**, 2017. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2017-10/Nielsen%26Graves_factsheet_1710v3_FINAL_download.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. R.; BRASILEIRO, A. M. M.; ASSIS, J. A. Ser professor no Brasil nos tempos da Covid-19: o que mudou? **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 18, p. 499-513, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa Covid-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 26 ago. 2021.

PANGRAZIO, L. What's new about "fake news"? Critical digital literacies in an era of fake news, post-truth and clickbait. **Revista Páginas de Educación**, Montevideo, v. 11, n. 1, p. 6-22, jun. 2018.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso – AAD 69. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Tradução de Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 61-162.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. *In*: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). **Discurso e (Pós)Verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. p. 7-18.

POSSENTI, S. Ler: descrever e interpretar. *In*: SERRANI, S. (org.). **Letramento, discurso e trabalho docente: uma homenagem a Angela Kleiman**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2010.

PRENSKY, M. *Digital Natives, Digital Immigrants*. **On the Horizon**, MCB University Press, v. 9, n. 5, 2001.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. Covid-19: Políticas públicas e as respostas da sociedade. **Nota técnica n. 31, 22 maio 2021**. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/05/boletimpps-31-22maio2021.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RIBEIRO, A. E.; VECCHIO, P. M. M. (org.). **Tecnologias digitais e escola**. São Paulo: Parábola, 2020.

ROQUE, T. O negacionismo no poder: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. **Piauí**, edição 161, fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ROSIER, L. **Ethnographie linguistique d'un « idiolecte » sur Facebook : identité, ethos et posture numérique**, 2019. Disponível em: http://researchgate.net/publication/333984647_Ethnographie_linguistique_d'un_idiolecte_sur_Facebook_identite_ethos_et_posture_numerique. Acesso em: 15 set. 2021.

ROSIER, L. Reconfigurations des formes canoniques du discours rapporté en milieu numérique : quelques exemples remarquables de discours directs. **E-rea** [En ligne], 17.2, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/erea/9742>. Acesso em: 15 set. 2021.

SIAROVA, H.; STERNADEL, D.; SZÖNYI, E. **Research for CULT Committee: Science and Scientific Literacy as an Educational Challenge**. Brussels: European Parliament, 2019. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU\(2019\)629188_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU(2019)629188_EN.pdf). Acesso em: 26 ago.2020.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TANDOC Jr., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

VISCARDI, J. M. Fake News, Verdade e Mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000201134&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 ago.2021.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, 359, p. 1146-1151, 2018.

The Reader's Training in the Context of Disinformation and Fake News: Challenges for Literacy Studies in the covid-19 Pandemic and Beyond¹

Juliana Alves Assis*

Fabiana Komesu**

Marie-Christine Pollet***

In March 2018, Vosoughi, Roy and Aral, researchers at the Massachusetts Institute of Technology (MIT) Media Lab, presented a study in the *Science* magazine. They discussed true and false news posted on the social network Twitter and evaluated by six independent agencies of fact checking, in the period from 2006 to 2017. The material was made up by 126,000 tweets, spread four and a half million times by three million people. The themes checked by those agencies and investigated by the authors, in the period prior to the covid-19 pandemic,² were diverse and dealt with politics, business, entertainment, science, natural disasters, among others. The authors conclude that a real post reaches an average of 1,000 people. However, false news can reach between 1,000 and 100,000 people. They also noted

* PhD Professor of the Postgraduate Program in Letters at PUC Minas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9383-4850>

** PhD Professor of the Postgraduate Program in Linguistic Studies at Unesp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3820-1559>.

*** PhD Professor of the Faculté de Lettres, Traduction et Communication from Université Libre de Bruxelles. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6421-3660>.

1 This work is connected to the actions of projects "Academic writing/scientific writing: on the forms and presence of the author, of the fields of knowledge and their disciplinary domains" (Universal public call MCTIC/CNPq 2018, process 434902/2018-7) and "Literacies in Different Fields of Knowledge" (Program CAPES-PrInt-Unesp, process CAPES/AUXPE n. 88887.310463/2018-00).

2 Covid-19 is an acronym for Corona Virus Disease, being 19 the reference to the year 2019, when the first records appeared. It is a disease with a variable clinical spectrum, from asymptomatic cases to flu-like symptoms, causing severe pneumonia and respiratory problems that can lead to death. Currently, there are more transmissible and lethal variants in circulation in Brazil and worldwide (Retrieved from: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Accessed on: August 17 2021).

that the probability of false news being rebroadcasted is 70% greater than that of a true news story and that, for issues related to politics, this percentage increases. Also, according to the authors, the “novelty” factor of information is the differentiating element in the dissemination of news, amid the urgency of sharing it in digital media, instantaneous communicators and other media. The authors say:

“When information is novel, it is not only surprising, but also more valuable – both from an information theory perspective (it provides the greatest aid to decision-making), and from a social perspective (it conveys social status that one is ‘in the know,’ or has access to unique ‘inside’ information).” (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018, p. 4).

Firehosing is an expression derived from “fire” and “hose”, when one wants to refer to the “dissemination of information, which can be untrue, in a constant, repetitive, fast and large-scale flow.” (MELLO, 2020). We highlight in this allegory two aspects that seem relevant in a reflection on true, false or misleading information, in a digital context in which social practices of reading and writing are taken into account. Firstly, due to the wide reach and flow of the “fire hose” – due, therefore, to the modes of dissemination and sharing on the internet –, the “fireman” – a producer/creator of internet content – can keep a distance from the place where the fire is located. In other words, the producer/creator can remain anonymous and not be identified, nor held responsible for the textual production and the consequences of its dissemination. Secondly, fire hoses potentiate the water jet, with high pressure and speed, in a wide area coverage. With this strength, speed and coverage, the reader, direct or indirect user of digital media, is the target to be reached, since (s)he is the

one that receives (or refuses, disapproves) false or misleading news, in the exchange, sharing and editing of texts in a “culture of connection” through propagable media (JENKINS; GREEN; FORD, 2014). The metaphors and associations employed in this description reveal both the potency and the dangerousness of false or misleading information in digital media.

Vosoughi, Roy and Aral's study was published in 2018, at a time when the effects of this spread of false or misleading news and its reach were already widely discussed, considering its impact on dimensions such as politics, in events such as Brexit in the United Kingdom and in electoral processes in countries such as the United States, India, Indonesia and Brazil – see Wardle and Derakhshan (2017), Castells (2018), Miguel (2019) and Mello (2020). Benkler, Faris and Roberts (2018, p. 275) assess, for example, the relevance of using state-of-the-art techniques in analyzing data from digital platforms, such as that carried out by the communication company Cambridge Analytica, in providing insights into preference of the public and the production of persuasion strategies on themes such as political ideology, deeply rooted in feelings and emotions.³ If the MIT research were redone in 2020 or later, it would still have to turn to the effects of disinformation⁴ and fake news in the context of covid-19, given not only the seriousness of the disease itself and the consequences of anti-vaccination movements (from covid-19 and other diseases) in different parts of the world, but also the fact that the access of readers and users of digital media to qualified

³ Zuboff (2020, p. 269) calls *rendition* the operations that transform the human experience into datafication, that is, that convert patterns of consumption behavior and personal data, presented as exchange value on digital platforms that advertise themselves as free of charge, in data used by the most diverse companies and institutions.

⁴ Although in the literature there is a distinction between disinformation and misinformation (see WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), we have chosen to employ “disinformation” as opposed to the information process. From a language studies perspective, it is not possible to evaluate whether or not a person intended to disseminate an intentional lie. Thus, the term disinformation is used to characterize a more general phenomenon than that one involving verifiable false or misleading news.

and substantiated information, at the right time and in a language accessible to the reader, is considered a differentiating element in quality of citizens' lives, in the field of health and beyond, as recommended by the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda of the United Nations (UN), particularly, the SDG 3 (“Health and well-being”) in the association with 4 (“Quality education”).

In March 2021, the Pan American Health Organization (PAHO) published a guide to help countries in the Americas formulate a risk communication strategy regarding covid-19 vaccines, concerned with giving to the population – therefore, to the citizen readers, direct or indirect users of digital media and other means of communication – “all information about the immunization process, from clinical trials and the production of new vaccines, to the adoption, distribution and prioritization of groups to which one or more vaccines will be administered [...], as well as on universal access to vaccines [...].” (PAHO, 2021, p. 2).⁵ PAHO understands that strengthening the communication and planning capacities of health ministries and secretariats is of fundamental importance for combating covid-19 in the Americas, given the excess of information in circulation, amid a certain public perception of medical product safety, with doubts and distrust of the population regarding covid-19 vaccines, in a context in which antivaccination groups are associated with political leaders and other social groups (PAHO, 2021, p. 7).

In the previous year, the organization had issued an alert about the disinformation process that was expanding, even at that time, in an accelerated manner, in the dissemination of false or misleading news about the new coronavirus. At that

⁵ Retrieved from: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53313/OPASIMSFPLCOVID-19210009_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Accessed on: August 22 2021.

time, PAHO looked at search engine search patterns related to looking for reliable sources, evidence of effective interventions, epidemiological updates, general government communications, data on cases and confirmed deaths, local and international news about covid-19. In a survey carried out in March 2020, it counted the production of 550 million tweets with the terms “coronavirus”, “corona virus”, “covid-19”, “covid_19” or “pandemic”. In a period of 30 days, according to PAHO, 361 million videos were uploaded to YouTube, with the classification “covid-19” or “COVID 19”; 19,200 articles on the subject were identified on Google Scholar. In the organization's evaluation, as can be concluded from the excessive amount of information disclosed in a short period of time, only a part of it can be reliable and can, therefore, meet the expectations of a reader in the search for qualified information.

The disinformation problem is conceived, in a restricted conception, as verifiable false or misleading information presented as news, the so-called fake news. This term has, however, been avoided in the literature for at least two reasons. The first, according to scholars from the European Commission (2018, p. 10), is that the use of the term fake news involves not only demonstrably false and misleading news, but also fabricated information, mixed with facts, which include networks of false followers, videos manufactured or manipulated by deepfake, organized trolling, memes, targeted advertising and automated for accounts for astroturfing – that is, accounts that use influential personalities, with posts in digital media, broadcast in television commercials, according to strategies to influence public opinion, as if these manifestations were the result of an action arising from public support and not from paid cooperation. The second

reason that has justified the discredit is related to the fact that, for scholars, the term fake news has been appropriated by politicians and supporters who, having their actions criticized by the media, accuse opponents of disseminating fake news, in attacking press freedom in democratic societies (see, among others, KAKUTANI, 2018; VISCARDI, 2020). Based on research by Nielsen and Graves (2017), the European Commission (2018) notes that citizens have often associated the term with partisan public debate and shoddy journalism, rather than correlating it with disinformation practices.

For these reasons, the expression fake news has been deprecated and, in its place, disinformation, in a broad concept, has been used not only to refer to verifiable information, but also to news manufacturing and manipulation strategies; believable production strategies in certain publicity and advertising activities that exploit the believable limits to constitute the exchange value, for example, of a commodity; or even, to language strategies such as satire and parody, as discussed by experts from the European Commission (2018) cited and others such as Wardle and Derakhshan (2017), Martens et al. (2018), Pangrazio (2018), Tandoc Jr., Lim and Ling (2018). It is known that these are resources that are defined by exploring the limits of verisimilitude in language. These different strategies, the authors argue, would produce in the reader of digital media (and other media as well) difficulties in recognizing communicative purposes, with consequences for the process of meaning production between language subjects and decision-making in different spheres, such as those already mentioned in politics and health.

From the point of view of literacy studies, as discussed by Komesu, Alexandre and Silva (2020, p. 197-198), the assumption of a broad conception of disinformation allows us to problematize the prevalence of a conception of language in which this informational disorder, another term used in the literature to deal with the phenomenon, is shifted to the axis of an order according to which there would be intelligibility, clarity or sharpness in relation to what each subject would say to the other. This condition of language transparency is taken by many as an ideal, since it would produce tranquility and well-being resulting from obedience to laws, such as those of ethical coexistence among citizens. In the functioning of digital media, it is about the reader being able to receive information from a family member about, for example, other therapeutic drugs in the early treatment of covid-19, and interpret it solely as attention, care that this close person would be sharing, instead of evaluating it as a clickbait, a strategy widely used on the internet to generate traffic, through sensational content, to sites that monetize the space with paid advertising. Titles such as “10 reasons why...”, “X things you should know...”, “Now you can...”, “See how city X...” are taken to be effective in attracting reader’s attention suffocated by the volume and speed of receiving information (firehosing), under conditions afflicting a disease whose transmitting virus is in constant mutation.

As countries are in the process of vaccinating against covid-19, false or misleading news about the vaccine is widespread. In one of them, there is a warning that anti-covid vaccines would have toxic metals and would turn patients into walking 5G antennas. In a simple search with the terms “vaccine” and “5G antenna” in the Google search engine it was

still possible to find more than 667,000 results (until 8/22/2021). In March 2021, when the pandemic had lasted a year in different countries, they reached more than 2,200,000 results. This “news” of the association between the vaccine and 5G antennas was widely disseminated in various parts of the world and is among those denied by the fact-checking service of the World Health Organization (WHO), dedicated to combating fake news about covid-19.⁶ Although some immunizers may have trace metals, there are no significant doses in their composition and there is no relationship between the technology of the “internet of things” and anti-covid vaccines.⁷ Why fake news like this and so many others – vaccines would aim to implant chips in the human brain, could lead to HIV contamination, cause cancer, cause autism, lead to sex change, to name just a few – are widely disseminated and also welcomed in social reading and writing practices that directly or indirectly involve the use of digital technologies?

The answer is not obvious. At its core, the reader is recognized as suffering, directly or indirectly, from a disease that accounted for, until 8/22/2021, 211.728,725 cases of contaminated and 4,429,474 dead in the world, according to data from the North American University Johns Hopkins (JHU). Brazil appeared at that time as the second country in number of deaths (574,209, preceded by the United States, with 628,408) and the third in number of cases (20,556,487; behind the United States, with 37,696,161, and India, with 32,424,234 infected), also according to JHU data.⁸ Vaccination, of fundamental importance for controlling the transmission of the disease in

⁶ Retrieved from: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/myth-busters#5g>. Accessed on: August 22 2021.

⁷ Retrieved from: <https://veja.abril.com.br/blog/diario-da-vacina/as-principais-fake-news-relacionadas-a-vacina-de-vaga-lumes-as-bitcoins/>. Accessed on: August 22 2021.

⁸ Retrieved from: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Accessed on: August 22 2021.

populations, began in December 2020 in different countries. Worldwide, 4,920,008,655 doses had been administered until 8/22/2021, according to JHU data. In Brazil, until 8/20/2021, 121,263,020 people, equivalent to 57.27% of the population, had received the first dose of the vaccine; 54,001,078 people were immunized with both doses or a single dose, equivalent to 25.5% of the population, according to the Consortium of Press Vehicles of Brazil, based on data from State Health Departments.⁹ The Our World project in Data, linked to the University of Oxford, indicated, on 8/21/2021, that 32.4% of the world population had received at least one dose of the vaccine against covid-19 and 24.4%, two doses or a single one. Portugal had vaccinated, until that date, 79.34% of the population (67.44% with two doses or a single one); the United Kingdom, 70.08% of the population (61.13% with two doses or a single one); the United States, 60.18% of the population (50.95% with two doses or a single one). Data from Nigeria showed, however, that 1.24% of the population had been vaccinated (0.69% with two doses or a single one); in Tanzania, only 0.37%,¹⁰ which exposes inequality (prior to the pandemic) and the challenges of containing the spread of virus variants while there is no vaccine for everyone on the planet.

The reader, in direct or indirect contact with digital media, is not indifferent to the effects of covid-19 on the family, on the health system, on education, on the economy, whether by approval or rejection of institutionally imposed measures during this period. Nor is indifferent to the problem of disinformation

⁹ Retrieved from: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Accessed on: August 22 2021. The consortium is formed by the press vehicles **Extra**, **Folha de S.Paulo**, **G1**, **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** and **UOL do Brasil**. It discloses data based on the following criteria: (1) number of vaccinated people reported daily by state health departments; (2) percentage of vaccinated people, informed by state governments on the total population; (3) total doses received by the states, according to information from the state secretariats.

¹⁰ Retrieved from: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Accessed on: August 22 2021.

and fake news. In terms of news and information consumption behavior, a report by the Reuters Institute (NEWMAN et al., 2021, p. 8-9), based on research in 46 consumer markets around the world, shows growing concern about disinformation in the context of the pandemic. According to the report, those who use digital media are more likely to say they have been exposed to misleading information about the coronavirus than non-users. The survey shows that the highest levels of concern are in Africa (74%), followed by Latin America (65%), North America (63%), Asia (59%) and Europe (54%) (NEWMAN et al., 2021, p. 20-21). In general, the highest levels of concern about the dissemination of disinformation are associated with the behavior of political actors, as in Brazil and Poland (both with 41%, while the world average is 29%). With regard to the use of digital platforms, the report shows that Facebook is seen as the main channel for disseminating false or misleading information almost everywhere in the world, even though instant messaging applications like WhatsApp are conceived as the most serious problem in countries such as Brazil and Indonesia (35% and 33%, respectively) (NEWMAN et al., 2021, p. 22-23).

Komesu, Costa and Ciencia (forthcoming) discuss the importance of problematizing the role of the reader in the context of disinformation and fake news, based on the recommendation made by Wardle and Derakhshan (2017, p. 22), in the context of Communication studies, regarding the “interpreter” (alongside the agent and the message): what action was taken when receiving the message? For Wardle and Derakhshan (2017 apud KOMESU; COSTA; CIENCIA, forthcoming), “everyone is a potential editor”, including the reader. Komesu, Costa and Ciencia (forthcoming, p. 7) assess, in a post-truth juncture (McINTYRE,

2018), that the attempt of the reader to self-confirm beliefs and emotions in a culture of sharing and likes goes beyond what is considered a personal position, resulting from individual and cognitive skills related to a conception of reading as mere decoding, as discussed below. It emerges in a socio-historical situation that re-signifies certain practices – therefore, certain meanings in the production of language – to the detriment of others. It is not, therefore, what the self, individually, can read or interpret, but the socio-historical conditions of production that favor the reading process and the emergence of certain meanings – contrary to others, as discussed by scholars of the discourse starting mainly from Foucault (2014, among others). Thus, in a hurried scenario characterized, on the one hand, by the excess of information in circulation, on the other, by illness, death, punctual access or lack of access to school, unemployment, mismatched guidelines issued by political leaders, as in the case of Brazil, what the digital media reader can read, what they can share in digital media is not the result of individual opinion.

Attention to the reader is given at the same time that it is not possible to control who creates, produces, distributes disinformation (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 25-29) – as argued in the case of firehosing, according to which the “firefighter” (producer/creator/distributor of internet content) manages to keep his distance from the place (with anonymity) where the “fire” is located (false or misleading news). This impossibility of control over the production of meanings (not restricted to the digital environment, but highlighted in it) accentuates institutional expectations that academic-scientific training could be constituted, as discussed by Komesu, Alexandre and Silva (2020, p. 202), in a differentiating element in the fight

against disinformation and fake news, especially insofar as scientific literacy would imply “the ability to engage critically with and make informed decisions about science-related issues.” (SIAROVA; STERNADEL; SZÖNYI, 2019, p. 11).

In these reports from international organizations, there is a concern with the autonomy that the subject would have or may have to, when confronted with the enormous amount of information online – in the case of the 550 million posts on Twitter, 361 million of videos on YouTube, 19,200 articles on Google Scholar about the new coronavirus, identified by PAHO (2020) in a single month, or even from the more than 667,000 electronic pages mentioning anti-covid vaccines that would have toxic metals and turn patients into antennas 5G – make the “right” choice to distinguish between true and false or misleading information. From the perspective of language studies, it is a concept of subjectivity according to which the responsibility for the production of meanings would be, above all, with the reader, as if the control of this production depended exclusively on an evaluation of a personal nature, made by those who read the news, and not by the said conditions that allow reading and recognizing the “true” of the texts (FOUCAULT, 2014; PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021).

Komesu, Costa and Ciencia (forthcoming) consider that the digital media reader (but not only) cannot be conceived as a “passive decoder, whose only ability would be restricted to the interpretation of graphic signs of writing and other components of multimodal texts”. Nor would it be the one who intentionally chooses what (s)he can and manages to read or edit. In the context of literacy studies, the authors argue that the commonly

evoked feature of the reader's autonomy would be close to "individual coding and decoding skills, such as those recognized by the school institution". Or, for what we are interested in discussing, the so-called "study skills", of an individual and cognitive order (LEA; STREET, 2014, p. 479), which would bring, in themselves, qualities that would be inherent to them, regardless of what it is written or read, by whom, for whom, in what context. They would allow, as the authors argue, the transfer of knowledge from one context to another, without any problems, assuming that the decoding of a language was enough for the process of producing meanings.

The language subject learns to read and also to write according to an academic acculturation and socialization "in terms of discourses and genres based on themes and disciplines" (LEA; STREET, 2014, p. 479), which, in turn, respond to the "institutional nature of what counts as knowledge in any specific academic context." (idem) – and outside this context too –; thus responding to value systems that support relations of domination over who knows how to read and write, for whom, according to which discursive genre, in which situated context and at what time – excluding, therefore, those who do not know. It is, as Street (1984) says, an ideological model of practices and events in situated contexts, institutionally and culturally dependent on the social value of reading and writing, attributed by groups that compete with each other, through a game of economic and religious forces and policies, which should be legitimized (or not) as a practice, with consequences for formal education and other vernacular literate practices of subjects (STREET, 2014). Thus, there is no social practice of reading and writing outside a

situated context (CORRÊA, 2004): there are no language facts outside of literate/oral social practices.

In the case of digital media readers, access to scientific, medical, philosophical, artistic, political, financial market information, among many others, in quantity and quality, goes beyond the empirical experience lived by the subject. McIntyre (2018, p. 35-36), among others, problematizes, from a cognitive bias, that this process of confronting the profusion of information, which to the subject may not seem or be true, generates discomfort and tension, constituting, for what interests us in a relationship of literacy studies with those of discourse, a threat to the illusion of the centrality of subjectivity, as discussed by Authier-Revuz (1990, p. 28) regarding the “function of the ignorance of the self” and the “reconstruction of an image of an autonomous subject”. Quoting Freud and the “defense of the ego”, McIntyre (2018, p. 35) observes that, in this post-truth panorama, the self would always be endowed with reason, regardless of the perspective taken.

It is as if the subject (writer, reader) deals with the neutrality of information, according to an autonomous literacy model that prioritizes the decoding/coding of language. First, they would have access to the information and only then decide what to do, how and what to interpret/opine/edit or share in digital media, “not knowing” (in the opacity of the language) that the mere allusion to the information implies immediately taking of position in front of the exposed, the “crossing” of an “exteriority that is within the subject” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29). Within the scope of this reflection, the subject does not “exchange information”, but deals with the game of meaning

effects of which he/she is also an effect (PÊCHEUX, 1990, p. 82-83), under certain socio-historical conditions (COURTINE, 2009) of particular production processes.

The use of different digital devices would allow the search for truth in the contemporary direction of a transparency of the senses of language. The post-truth subject would no longer depend on certain institutions – school/university, State – to research and have access to knowledge, (s)he would no longer be “subdued by ideologies”. (S)He would be free to say/read, according to his/her individual will, in the way he/she considers the true one, disregarding how this view of autonomy is the effect of ideologies and dependence on other institutions. Relatives, friends, acquaintances from groups of digital platforms and instant communication apps, religious leaders, thus become reliable sources because, lacking any technical or academic credentials, they would supposedly also be devoid of engagement with the interests of other social groups – they would be impartial, desired condition in this illusion of subjectivity.

According to Roque (2020), this is how “new opinion makers gain followers and dispute the prerogative of influencing public authorities” in digital media, without the mediation of scientists or any other specialists. In the context of the covid-19 pandemic (but also before and beyond), it is not enough for the reader to know the language in which the information was produced (assuming that knowledge of a language is restricted to the commented encoding/decoding). Upon receiving, for example, the “news” that the “‘Chinese’ vaccine contains replicable digitizable RNA” used to “control humanity through waves that will emit the 5G antennas”, it is not enough to know the Portuguese language to read this “news” that was widely

circulated by WhatsApp in Brazil. There is a production context that conditions the emergence of these meanings, allowing them to be read (by adhesion or criticism). It is necessary to be able to read this text in dialogue with others, characteristic of the production of the meanings of language. This intertextuality in a broad sense – therefore, this interdiscursiveness – necessarily evokes the relationship between language and history: of vaccination and of technological advance (in Asian countries, with sinophobia), of the man-machine conflict.

As discussed, the reading process is still “crossed over” by the level of trust that one has in relation to the interlocutor (immediate issuer) of the shared information. In a period of decline in the relationship of trust with institutions, it is the non-specialist, says Roque (2020), who stands out, as if the absence of a formal link with certain groups could imply inexistence of interests. Gestures and actions of public actors also (dis)orient social reading practices in a digital context (also outside it), as noted in the Reuters Institute report (NEWMAN et al., 2021), in several countries around the world, and in technical note n°. 31 of the Rede de Pesquisa Solidária (Solidary Research Network) (2021), published in Brazil. According to the assessment of the team responsible for the technical note at the time, the scope of the attacks by the President of the Republic and other politicians on CoronaVac, a vaccine produced by the Butantan Institute in partnership with the Chinese pharmaceutical company Sinovac, could affect the immunization process against covid-19 in Brazil, with strengthening of anti-vaccine groups.

Therefore, the process of reading, confronting covid-19, disinformation and fake news is constituted by a public discussion about taking or not taking a vaccine, criticizing or not

the Chinese, believing or doubting the purposes of the institutions and the effectiveness of methods scientific. The reader emerges from discursive reading practices, from the modes of circulation of texts and their supports, from disciplinary cultures, according to relations of power and authority of societies (STREET, 1984, 2014). Thus, what the reader can read is not the result of personal opinion or the opinion of those close to him, but of “injunctions imposed on him” (POSSENTI, 2010, p. 15) socio-historically, even though indirect way.

The reader does not live enclosed in “bubbles”, as people think. The functioning of digital media, in conjunction with an algorithmic governance of bots and cyborgs – as is seen with digital influencers who “appear” as a suggestion on the personal pages of digital media and have their accounts handled by companies, with paid followers and programmed likes, with ready-made comments of consent or even attacks on divergent opinions – corroborates a stability effect, of an alternative truth that could be assumed by the reader. These practices coexist in conflict with others, in the interdiscursiveness of conspiracy theories; decline of traditional media; attacks on legitimate universities and scientific centers; ideological positions disguised as controversy; false symmetry in scientific argumentation, with the idea that “both sides” should be heard, when there is scientific consensus and rigorous investigative work in only one of them, leaving empirical experience to the other (ROQUE, 2020). The internal coherence of unfounded narratives thus gains value in the lack of adherence to the truth that is taken as external to the subject.

Scholars such as Islam et al. (2020) recommend that governments and other agencies should investigate patterns

of rumors, stigmatized comments and conspiracy theories in different cultures, in order to develop appropriate means of communication to confront covid-19 in their respective countries (ISLAM et al., 2020, p. 1627), with public debate and oriented development on the impacts of fake news and disinformation (GALHARDI et al. 2020, p. 4208). At the core of these recommendations is the reader and a background that is far from individual, but which demands reading conditions with the other, in plurality, dialogue and public debate in which arguments are presented and discussed in a reasoned manner, in the recognition of historicity of which language is constituted and which allows one to critically read the false connection between headlines, illustrations, captions, the false context in image manipulation, deceptive or imposter content, the fabrication of content in favor of groups. Threat, violence or criminalization of divergent thinking can repress but cannot erase the heterogeneities of language. The school and the university have a prominent role in confronting disinformation and fake news and need integral conditions for work, while showing how science and scientific practices can transform everyday actions and sayings.

In this sense, the school and the university are inscribed as important agents, facing the contemporary challenges of literacy studies, with an emphasis on critical literacy and scientific literacy. In the critical literacy agenda (GEE, 1994; McLAREN, 1998; FREIRE, 1987, 1996), the commitment to the formation of the critical is an essential condition for the functioning of democracy, the exercise of freedom, the establishment of equality and social justice, a condition that presupposes scientific literacy, assuming science as a relevant cultural product of humanity. The engagement of the population in relation to science as well

as their participation in public policies that define the priority articulations between science, technology and society constitute fundamental parameters for scientific education (AYALA, 1996).

Taking such defenses into account, we understand that scientific and critical literacy is linked to digital literacy or, in other words, to the explicitly organized development of competences in digital literacy. In fact, numerous pieces of information pass through these means, and, contrary to what a common thought built by the concept of Digital Native can convey (PRENSKI, 2001), many works currently show that young people need to be trained for the specifics of this type of reading and appropriation (LARDELLIER, 2017; FLUCKIGER, 2017-2019; among others). Furthermore, if it is a question of passing this mediation through the school and university institution, it is also necessary to foresee the training of teachers.

From this perspective, centered on the development of a critical spirit, civic awareness and the exercise of democracy, it is not about acculturating only to technological aspects, but also to ways of (re)configuration of discourses (ROSIER, 2020; LONGHI, 2017; among others), to questions of ethos and posture (ROSIER, 2019), or even the expression of authority and influences on the Web (see dossier *Autorité et Web 2.0 : approches discursives* in the journal *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 26, 2021).

This dossier articulates and gathers researchers aligned to the central discussion projected, outlined under different looks

and theoretical perspectives, an aspect we see as quite positive, especially considering the complexity of the phenomena related to disinformation and fake news.

DÉBORA LIBERATO ARRUDA HISSA discusses the phenomena of demediatization and infodemics in their relation with the spreading of fake news as a consequence of the vulgarization of disruptive opinions propagated by the digital culture, which settle in ideological orientations that recreate and feed antagonism.

The article by GABRIEL GUIMARÃES ALEXANDRE takes as its object the role of “discursive memory” – a concept treated as the object and role for the training of the reader in pandemic times – in headlines of two fact checking agencies that disprove untrue news about covid-19 in social media.

Assuming as the object the phenomenon of disinfodemics in Brazil, ELIARA SANTANA FERREIRA discusses the role of federal public instances and of communication media aligned to the president Jair Bolsonaro, in the consolidation of a process of disinformation about covid-19.

Through the analysis of statements by current president of Brazil, Jair Bolsonaro, and positions built upon them, EMERSON DE PIETRI, TATIANE SILVA SANTOS and THIAGO MENA approach discursive strategies of destabilization of meanings and their relations with information manipulation mechanisms.

Taking as the corpus the opening speech by the current president of Brazil, Jair Bolsonaro, at an UN assembly in 2020, MARIA ANGELA PAULINO TEIXEIRA LOPES and FERNANDA SANTANA GOMES analyze the axiological positions present therein.

SÉRGIO LUIZ BELLEI looks upon the concept of “post-truth”, through the discussion of new interpretations of the short story “Bartleby, the scrivener”, written by Herman Melville.

The text by ANA CLÁUDIA BERTINI CIENCIA is dedicated to the discussion about the competences of high school students for identifying fake news, in social practices of reading and writing mediated by digital media.

From the reflection about pragmatic factors of textuality in the production of fake news about covid-19, NATÁLIA COÊLHO BAGAGIM, MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO and LUCINALVA DE ALMEIDA SILVA discuss the level of critical training of readers, considering the large circulation of publications about the cure of covid-19 with household materials.

EULÁLIA LEURQUIN and CHLOÉ LEURQUIN, through the analysis of postings with fake contents in the social networks at two important moments of Brazilian life, argue in favor of training critical readers.

Aiming at the training and critical literacy of high school students, MARIANA GALDINO SANTANA presents and justifies a teaching plan aimed at the construction of reading that analyzes critically the development of opinion from receiving “post-facts” that take as a reference the North-east of Brazil and people from the Brazilian Northeast.

The dossier is concluded by the interview with JOHANNES ANGERMULLER performed by LUCIANA SALAZAR SALGADO and LETÍCIA CLARES, and translated by GUSTAVO PRIMO. In the interview, the German linguist discusses about questions connected to the discourses in the context of hyper-digital communication.

The free section contemplates one article and two reviews. In the article, FERNANDO MIRANDA ARRAZ and FAGNER RIBEIRO SENA, through the analysis of the discourse of the current president of Brazil, Jair Messias Bolsonaro, foster a reflection about Discursive Formation and Discursive Memory, in the perspective of the French line of Discourse Analysis.

ANDRÉIA TEIXEIRA reviews the fourth volume of the collection of e-books “Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo”, titled “Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas”, organized by Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu and Cédric Fluckiger.

References

ARGUMENTATION et Analyse du Discours. Autorité et Web 2.0 : approches discursives [En ligne], n. 26, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/4929>. Acesso em: 21 set. 2021.

ASSIS, J. A.; KOMESU, F.; FLUCKIGER, C. Em torno dos efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas. *In*: ASSIS, J. A.; KOMESU, F.; FLUCKIGER, C. (org.) **Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020, v. 4, p. 9-31.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz; João Wanderley Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990, p. 25-42.

AYALA, F. J. Introductory essay: the case for scientific literacy. *In*: World Science Report, Paris: UNESCO, 1996. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000102930>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics**. New York: Oxford University Press, 2018.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Trad.: Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CORRÊA, M. L. G. A inter-incompreensão polêmica e sua versão solipsista em práticas de leitura emergentes. **ComHumanitas**, v. 11, p. 68-81, 2020.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

EUROPEAN COMMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation**, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FLUCKIGER, C. Innovations numériques et innovations pédagogiques à l'école. **Recherches**, p. 119-134, 2017.

FLUCKIGER, C. **Une approche didactique de l'informatique scolaire**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2019. (Collection Paideia).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24 ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEE, J. P. Literacy: from Plato to Freire. *In: Social Linguistics and literacies: ideology in discourses*. Londres: Taylor & Francis, 1994. p. 27-48.

GALHARDI, C. P. *et al.* M. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, p. 4201-4210, out. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006804201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 ago. 2021.

ISLAM, M. S. *et al.* Covid-19-Related infodemic and its impact on public health: A global social media analysis. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, 103(4), p. 1621–1629, 2020.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Cultura da conexão**. Tradução de Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

JOHNS HOPKINS. **Covid-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE)**. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOMESU, F.; ALEXANDRE, G. G.; SILVA, L. S. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de Covid-19. In: RODRIGUES, D. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. (org.). **Estudos aplicados à prática de escrita acadêmica**: colocando a mão na massa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. v. 3, p. 185-229.

KOMESU, F.; COSTA, J. R. P.; CIENCIA, A. C. Covid-19 e (des)informação: notas sobre o serviço brasileiro “Saúde sem Fake News” e seu leitor. (No prelo).

KOMESU, F.; DAUNAY, B.; FLUCKIGER, C. Littéracies numériques et désinformation: le rôle de l'enseignant dans le contexte d'infodémie. In: SCHEEPERS, C. (org.). **Former à l'écrit, former par l'écrit dans le supérieur**. Paris: DeBoeck, 2021. p. 255-267.

LACHANCE, J. L'éthos de l'adolescent dans les mondes numériques : le rôle des destinataires. **Itinéraires**, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires/3156>. Acesso em: 15 set. 2021

LARDELLIER, P. « Y » et digital natives, faux concepts et vrais slogans. Une lecture critique de deux « ressources sûres » de la doxa numérique. **Hermès, La Revue**, n. 78, p. 151-158, 2017.

LEA, M.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução: Fabiana Komesu; Adriana Fischer. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014.

LONGHI, J. Humanités, numérique : des corpus au sens, du sens aux corpus. **Questions de communication**, n. 31, p. 7-17, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.11039>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARTENS, B. *et al.* F. **The digital transformation of news media and the rise of disinformation and fake news: an economic perspective**. Seville: European Commission, Joint Research Centre, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/eur-scientific-and-technical-research-reports/digital-transformation-news-media-and-rise-disinformation-and-fake-news>. Acesso em: 26 ago. 2021.

McINTYRE, L. **Post-Truth**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2018.

MELL, L. À travers les hypostases du numérique dans l'enseignement supérieur : réflexion critique sur le développement de la culture et des compétences numériques. *Lien social et Politiques*, n. 81, p. 73-191, 2018.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

McLAREN, P. L. Culture or Canon? Critical Pedagogy and the Political of Literacy. **Harvard Educational Review**, v. 58, n. 2, p. 213-234, 1988.

MIGUEL, L. F. Jornalismo, polarização política e a querela das *fake News*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-48, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p46>. Acesso em: 26 ago. 2020.

NEWMAN, N. *et al.* **Reuters Institute: Digital News Report 2021**. London: Reuters Institute; University of Oxford, 2021. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2021>. Acesso em: 26 ago. 2021.

NIELSEN, R. K.; GRAVES, L. *New You Don't Believe: Audience Perspectives on Fake News*. **Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism**, 2017. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2017-10/Nielsen%26Graves_factsheet_1710v3_FINAL_download.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. R.; BRASILEIRO, A. M. M.; ASSIS, J. A. Ser professor no Brasil nos tempos da Covid-19: o que mudou? **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 18, p. 499-513, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa Covid-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 26 ago. 2021.

PANGRAZIO, L. What's new about "fake news"? Critical digital literacies in an era of fake news, post-truth and clickbait. **Revista Páginas de Educación**, Montevideo, v. 11, n. 1, p. 6-22, jun. 2018.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso – AAD 69. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Tradução de Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 61-162.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. *In*: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). **Discurso e (Pós)Verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. p. 7-18.

POSSENTI, S. Ler: descrever e interpretar. *In*: SERRANI, S. (org.). **Letramento, discurso e trabalho docente: uma homenagem a Angela Kleiman**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2010.

PRENSKY, M. *Digital Natives, Digital Immigrants*. **On the Horizon**, MCB University Press, v. 9, n. 5, 2001.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. Covid-19: Políticas públicas e as respostas da sociedade. **Nota técnica n. 31, 22 maio 2021**. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/05/boletimpps-31-22maio2021.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RIBEIRO, A. E.; VECCHIO, P. M. M. (org.). **Tecnologias digitais e escola**. São Paulo: Parábola, 2020.

ROQUE, T. O negacionismo no poder: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. **Piauí**, edição 161, fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ROSIER, L. **Ethnographie linguistique d'un « idiolecte » sur Facebook : identité, ethos et posture numérique**, 2019. Disponível em: http://researchgate.net/publication/333984647_Ethnographie_linguistique_d'un_idiolecte_sur_Facebook_identite_ethos_et_posture_numerique. Acesso em: 15 set. 2021.

ROSIER, L. Reconfigurations des formes canoniques du discours rapporté en milieu numérique : quelques exemples remarquables de discours directs. **E-rea** [En ligne], 17.2, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/erea/9742>. Acesso em: 15 set. 2021.

SIAROVA, H.; STERNADEL, D.; SZÖNYI, E. **Research for CULT Committee: Science and Scientific Literacy as an Educational Challenge**. Brussels: European Parliament, 2019. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU\(2019\)629188_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU(2019)629188_EN.pdf). Acesso em: 26 ago.2020.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TANDOC Jr., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

VISCARDI, J. M. Fake News, Verdade e Mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000201134&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 ago.2021.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, 359, p. 1146-1151, 2018.

Dossiê temático

Desmediatização, infodemia e *fake news* na cultura digital

Débora Liberato Arruda Hissa*

Resumo

Neste artigo, discuto o fenômeno da desmediatização (HAN, 2018) e sua relação direta com pandemia de informação (infodemia) e a antiquíssima prática social, com base política e econômica, de divulgação de notícias falsas (modernamente conhecidas como *fake news*) como consequência da vulgarização de opiniões disruptivas propagadas pela cultura digital. Com base na abordagem antagonística de Mouffe (2015) – que reconhece a inerradicabilidade da dimensão conflituosa da vida social, proponho olhar a disseminação de *fake news*, tanto na mídia como nas redes sociais, a partir de uma dimensão ideológica de forças pulsionais que mobiliza paixões e crenças; cria mitos e fantasias apoiada em uma moralidade forjada na narrativa antitética do “nós/eles”. Para isso, analiso dois contextos enunciativos distintos: o primeiro se refere à divulgação pela mídia, em 2011, primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff (PT), da notícia de que o MEC chancelou a distribuição de material didático que defende e estimula erros de concordância verbal no ensino de Língua Portuguesa; o segundo, dez anos depois, em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro (sem partido), a notícia da proposta de reforma eleitoral, apresentada pela Câmara dos Deputados, que dificulta as plataformas digitais de punirem candidatos que divulguem *fake news* nas eleições de 2022. Tais eventos explicam como narrativas desmediatizadas sustentam e recriam o antagonismo

* Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (POS/LA/UECE). <https://orcid.org/0000-0001-6075-5585>.

estrutural como ponto fundante das sociedades modernas e se potencializam na cultural digital.

Palavras-chave: Infodemia. *Fake News*. Desmediatização. Agonística. Cultura Digital.

Demediatization, Infodemia and Fake News in Digital Culture

Abstract

In this article, I discuss the phenomenon of demediatization (HAN, 2017; 2018) and its direct relationship with the information pandemic (Infodemia) and the age-old social practice, with a political and economic basis, of disseminating false news (modernly known as fake news) as a consequence of the popularization of disruptive opinions propagated by digital culture. Based on Mouffe (2015) antagonistic approach – which recognizes the ineradicability of the conflicting dimension of social life, I propose to look at the spread of fake news, both in the media and on social networks, from an ideological dimension of drive forces that mobilizes passions and beliefs; creates myths and fantasies supported by a morality forged in the antithetical narrative of we/them. For this, I analyze two distinct enunciative contexts: the first refers to the disclosure by the media, in 2011, the first year of Dilma Rousseff (PT) term, of the news that the MEC approved the distribution of teaching material that defends and encourages mistakes in verbal agreement in Portuguese language teaching; the second, ten years later, in 2021, in the administration of Jair Bolsonaro (no party), the news of the electoral reform proposal, presented by the Chamber of Deputies, which makes it difficult for digital platforms to punish candidates who disseminate fake news in the 2022 elections. Such events explain how demediatized narratives sustain and recreate the structural antagonism as

the foundation point of modern societies and are leveraged in digital culture.

Keywords: Infodemic. *Fake News*. Demediatization. Agonistic. Digital Culture.

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

1 Imaginário, simbólico e realidade: representação e linguagem

Somos seres de linguagem. Somos seres humanos na e pela linguagem. Evoluímos como espécie em função de nossa condição idiossincrática biopsicossocial de representar e criar significados por meio da linguagem. A linguagem funda nossa inscrição no simbólico, no imaginário, na fantasia e, por nossa condição estrutural humana de impossibilidade de uma simbolização referencial absoluta, a linguagem nunca captura o real. A realidade vivida pode ser apenas enunciada por verossimilhança com aquilo que o ser humano percebe por meio dos seus sentidos. Por conta dessa limitação estrutural, nunca apreendamos ou enunciamos o real. Eis a beleza alegórica dos seres de linguagem: construímos sentido de modo incrivelmente versátil e multifacetado, porém cada construção enunciativa apresenta apenas possibilidades de representar a realidade, os fatos, os acontecimentos. E é exatamente nessa tentativa de simbolizar a realidade pela linguagem que nos subjetivamos ideologicamente como seres sociais.

Essa discussão sobre o real, o simbólico e o imaginário me parece interessante para este início de conversa. Antes de discutir sobre os temas-chave deste artigo, desmediatização e *fake news*, pretendo problematizar, com base nos preceitos da psicanálise lacaniana, o que entendemos como realidade. Escolho esse percurso argumentativo inicial para dizer muito claramente que a realidade é uma construção simbólica imaginada, experimentada e enunciada pela linguagem, cujas inferências para a compreensão só se dão em função de uma interação social concreta. Cada realidade construída pela linguagem é

atravessava pelo *Zeitgeist* de sua época, pela cultura, política e economia. Assim, temos, tanto num mesmo período histórico como em períodos diferentes, sempre realidades no plural. É justamente o argumento de realidades no plural que me interessa por enquanto.

Lacan (2005) explica que o real é diferente do simbólico e do imaginário. O real escapa à simbolização, enquanto o simbólico estrutura a realidade humana. Isso quer dizer, segundo Lacan, que nós, seres humanos, só temos acesso à realidade à medida que, além do imaginário, das significações, fazemos uso do simbólico, do significante.¹

Lendo linguisticamente, o imaginário seria uma espécie de alienação a uma compreensão absoluta do enunciado.² A ideia de compreensão absoluta repercute no modo como lidamos com nossas interações com a linguagem, sobretudo com a modalidade escrita. Para o imaginário, há uma relação direta entre a palavra (imagem) e o seu significado, pois ele se aliena a uma possibilidade de reciprocidade absoluta de compreensão entre o eu-outro. Quem rompe essa alienação entre imagem-significado advinda do imaginário é o simbólico. Ele é um sistema representativo social, um conjunto de posições enunciativas que circunscreve e representa lugares, tempos, espaços, mitos, crenças, valores, posições identitárias e ideologias.³ O simbólico não tem significado em si mesmo, pois ele só pode ser inferido/

1 Lacan define o significante com base na Antropologia de Lévi-Strauss e na Linguística de Saussure, especificamente o Curso de Linguística Geral (1916).

2 O enunciado, neste texto, é compreendido como a real unidade de comunicação discursiva, não abstrata. Trata-se não de uma unidade convencional, mas sim de uma unidade real, viva – unidade autêntica da comunicação discursiva – precisamente delimitada pela alternância de sujeitos do discurso. Ele é que determina a ativa posição responsiva dos outros participantes da comunicação (BAKHTIN, 2011).

3 A noção de ideologia, neste artigo, tem como base o conceito de ideologia de Marx e Engels (2007). Os autores, ao explicarem o termo, buscam a relação entre o âmbito “ideal” da ideia, dos valores, juízos e representações – que correspondem a uma consciência social de uma dada época – e a sociedade na qual tal relação está inserida. Para Marx e Engels, as ideias hegemônicas são as da classe dominante, ou seja, elas refletem apenas a expressão ideal das relações que fazem de uma classe a classe dominante.

compreendido a partir das relações que um elemento (simbólico) tem com outro conjunto de elementos (também simbólicos). Assim, podemos dizer que a realidade que enunciamos é composta pelo simbólico e pelo imaginário; logo, tal como a enunciamos, ela não nos é apresentada como uma totalidade integrada, harmoniosa, dotada de sentido pleno, e sim como uma representação simbólica social atravessada por ideologias (imaginário). Esse é um ponto importante para a nossa discussão sobre desmediatização, infodemia e *fake news* na cultura digital.

Socialmente, conhecemos várias formas simbólicas, como os mitos (narrativas fantasiosas, lendas, tabus, crenças); as narrativas político-econômicas (os discursos raciais, as guerras por território, o processo genocida da colonização, as cruzadas de verniz religioso, a caça às bruxas); as relações de gênero (sexuação,⁴ misoginia, homofobia, transfobia), etc. Muitas dessas formas simbólicas de enunciar uma realidade foram “ditadas” por aqueles que detinham o controle político e econômico social para exercer o direito de representar enunciativamente uma realidade por meio da linguagem. Arrisco dizer que nenhuma dessas representações tem uma base cartesiana de verdade, de método científico e que todas foram (e continuam sendo) narrativas falsas. Isso significa que representar uma realidade para determinado fim está na base de nossa organização como seres humanos⁵ “civilizados”, mesmo que para isso fosse necessário falseá-la.

4 Conferir esta discussão sobre sexuação em Lacan (1998).

5 Yuval Harari, em seu *best-seller Sapiens* (2017), explica que uma das hipóteses para a evolução cognitiva da linguagem foi a necessidade de o *Homo sapiens* fazer fofoca. Como animal social, a cooperação era essencial para a sobrevivência e reprodução; assim, era muito importante para o bando saber em quem se podia confiar, quem era trapaceiro, honesto, preguiçoso, atencioso, etc.

Histórias inventadas sobre os povos originários,⁶ sobre o Continente Africano, sobre o Oriente, sobre a civilidade iluminista europeia,⁷ sobre o patriarcado – todas criadas abusiva e criminosamente com a única finalidade de exterminar, colonizar, torturar, aprisionar e silenciar maiorias que não exerciam o poder outorgado a uma minoria – sempre existiram e causam mortes, assassinatos e violências simbólicas até hoje. Sendo assim, por que o fenômeno contemporâneo das *fake news* nos causa tanta aflição, preocupação e ojeriza, já que estamos lidando com a base enunciativa de toda sociedade (a representação simbólica da realidade ideologizada)? Por que notícias falsas emergentes e contingenciais, replicadas milhares de vezes nas mídias digitais, nos impactam mais do que a propagação de crenças moralizantes, de mitos religiosos, de leis arbitrárias e de conteúdos racistas igualmente falsos e sem nenhuma base científica ou empírica? Por que contemporizamos o conteúdo perverso de algumas representações simbólicas e execramos o continente sedimentado e contingencial de outras?

Nas próximas seções deste artigo, pretendo elucidar melhor essas considerações. Primeiramente, tomo como base para reflexão sobre *fake news* a dimensão antagonística constitutiva do político, descrita por Chantal Mouffe (2015), para, em seguida, propor uma discussão sobre os fenômenos contemporâneos da infodemia⁸ a partir da concepção de desmediatização na sociedade do desempenho (HAN, 2017a, 2018) como principal fator para a disseminação de notícias falsas na cultura digital.

6 A carta de Pero Vaz de Caminha (escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral), escrita em 1º de maio de 1500 ao rei Manuel I, foi, talvez, a primeira narrativa fantasiosa de que temos notícia em solo brasileiro. Seria a primeira *fake news* da história do Brasil?

7 Sobre essa discussão, sugiro conferir a obra *Crítica da Razão Pura* (KANT, 2001) e a reflexão sobre o espírito absoluto no livro *Fenomenologia do Espírito* (HEGEL, 2002).

8 Imediatamente após a covid-19 ser declarada uma Emergência de Saúde Pública de preocupação internacional, a equipe de comunicação da Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou uma nova plataforma de informação chamada EPI-WIN: WHO Information Network for Epidemics (<https://www.who.int/teams/risk-communication>). Essa plataforma teve como objetivo compartilhar informações seguras e precisas sobre a covid-19 e assim combater o risco de uma infodemia (<https://www.who.int/teams/risk-communication/infodemic-management>), ou seja, uma pandemia de informações falsas sobre a doença que, como sabemos, causou enormes danos a várias pessoas no Brasil e no mundo. (Cf. ZAROCOSTAS, 2020).

2 *Fake news* e a dimensão antagonística: consequência e causa

Para abrir a discussão sobre a dimensão antagonística da política defendida por Mouffe (2015) e relacioná-la com a prática de criação e divulgação de *fake news*, parto da noção, com base nessa autora, de que toda sociedade é o resultado de um conjunto de atividades enunciativas que tentam estabelecer ordem em um contexto de múltiplas contingências locais e globais.⁹ Esse conjunto de práticas sociointerativas se dá a partir de uma organização político-hegemônica que articula suas demandas econômicas por meio de formas específicas de representação social, sem, contudo, levar em conta qualquer racionalidade *a priori*. Tal organização se identifica com atividades de instituições cuja soberania é estabelecida socialmente (e sem muita contestação da maioria excluída). Por meio dessas instituições, narrativas “oficiais” são criadas, muitas vezes por sujeitos que têm posição de autoridade em determinadas entidades (na religião, na aristocracia, na burguesia, na política, na mídia, na ciência ou na academia). Essas narrativas oficiais garantem a tais enunciados valor de verdade.

Pelo fenômeno da desmediatização¹⁰ (HAN, 2018), as narrativas oficiais sofreram um processo de sedimentação cujas representações simbólicas se deram em diferentes esferas sociais (religião, educação, justiça, ciência, entretenimento). Narrativas sedimentadas são parte constitutiva de qualquer sociedade e elas se articulam de forma temporária às práticas políticas contingentes. Esse processo se baseia em alguma forma de exclusão, pois cada

⁹ Foucault (2015) promove uma rica discussão sobre as relações de poder à luz das táticas, dos conflitos, das lutas entre aqueles que o exercem (indivíduos ou grupos) e aqueles que tentam escapar, contestando-o ou enfrentando-o, de modo global ou local.

¹⁰ Discutiremos esse processo de forma mais detalhada na quarta seção deste artigo.

contexto enunciativo exclui possibilidades de narrativas, as quais, embora reprimidas, permanecem latentes e podem ser reativadas a qualquer momento. O principal elemento para a sedimentação das narrativas é a formulação identitária da oposição “nós/eles”. Essa formulação implica o estabelecimento de uma diferença que muitas vezes se constrói com base numa hierarquia: forma e conteúdo, preto e branco, homem e mulher, etc. (MOUFFE, 2015). As *fake news* são formadas justamente com base nesse contexto de sedimentação das narrativas e formulação identitária de oposição “nós/eles”, uma vez que fazem parte de um conjunto de práticas que organizam a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelas relações políticas.

Mouffe (2015) produz toda uma reflexão sobre a dimensão agonística irremediável do político, na qual afirma que a política democrática deve colocar o poder e o antagonismo no centro de sua concepção. Com base nessa autora, procuro argumentar a favor da irreduzibilidade da criação e divulgação de notícias falsas na esfera política, uma vez que tanto a estrutura da política tem como base a dicotomia amigo/inimigo,¹¹ como as formas de exclusão “eles sim/eles não” organizam toda ordem política. A dicotomia amigo/inimigo está sempre relacionada a formas coletivas de identificação, de tal modo que estamos sempre lidando com a criação de um “nós” que só pode existir pela demarcação de um “eles” (MOUFFE, 2015), com base em uma exterioridade constitutiva.

A dicotomia “nós/eles” é a alienação ideal para justificar a divulgação de *fake news* como enunciados políticos emergenciais – em alusão a um fato pontual específico, por exemplo –, porque criamos a ficção, pelo viés do imaginário, de que o “eles” ameaça

¹¹ Para elaborar sua reflexão crítica sobre Pluralismo e relação amigo/inimigo, Chantal Mouffe (2015) parte das premissas de grupamentos amigos/inimigos, de Carl Schmitt; e de exterioridade constitutiva, de Henry Staten.

a existência do “nós”. Demarcamos fronteiras ideológicas simbólicas para justificar o constante estado de ameaça em que nos encontramos e saímos como franco-atiradores em nome da extinção do “inimigo”. Trata-se de uma luta pela manutenção da hegemonia e da soberania nas relações de poder, custe o que custar. Por isso, para entendermos as motivações que levam à massiva divulgação das *fake news* nas redes sociais contemporâneas, é antes necessário reconhecermos que a distinção “nós/eles” é condição básica para a formação das identidades políticas em espaços de antagonismos estruturais.

Para Mouffe, é ilusão acreditar no advento de uma sociedade em que o antagonismo possa ser erradicado, uma vez que “toda antítese religiosa, moral, econômica, ética ou outra transforma-se numa antítese política se for suficientemente forte para reunir eficazmente os seres humanos em grupo de amigos e inimigos [...]” (MOUFFE, 2015, p. 11).¹² Por isso, nas sociedades democráticas, a ausência de uma fonte superior de lei, poder ou conhecimento coloca o legítimo e o ilegítimo em constante contestação, de modo que eles nunca podem ser definidos de forma absoluta.

Dessa forma, narrativas sedimentadas sempre são rediscutidas, questionadas, debatidas, pois não se fundamentam mais em nenhuma verdade irreduzível. Por isso é importante termos em mente que, no reino da política – assim como aludimos em nossa explicação sobre o imaginário, simbólico e real – não prevalece a verdade (ou a realidade), uma vez que cada esfera ideológica possui critérios de validação e legitimação para além do racional e do verídico. Na esfera política contemporânea, advinda da cultura digital, parece não haver mais espaço para verdades universais – se é que elas existem.

¹² Mouffe faz essa reflexão com base em Schmitt (1976).

A antítese política se apossou dos meios de comunicação em massa de modo a potencializar a dimensão antagonística do “nós/eles”. Com a criação da rádio, dos jornais, da televisão e, sobretudo, das mídias digitais, as fronteiras entre o social e o político ficaram cada vez mais instáveis e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de constante negociação entre os agentes sociais para garantir que a sua realidade hegemônica se sobrepusesse às demais. Foi assim que, em um determinado momento da história, muito do que foi considerado “natural” (o monarca como representante de Deus na Terra; a compra e venda de pessoas como escravas; a condenação de mulheres como bruxas; o sol circunscrevendo a Terra; os povos originários como bárbaros sanguinários; os negros como seres inferiores) sofreu o processo de sedimentação contra-hegemônico que buscou desarticular a ordem existente e instalar outra forma de hegemonia.

As *fake news* igualmente tentam promover a desarticulação de uma ordem hegemônica (aqui representada pela ciência, pela academia, pelo empirismo) a partir de narrativas criadas para estimular conflitos passionais, moralistas que, fincados na dimensão afetiva, relegam a dimensão racional/científica para um terceiro ou quarto plano. Para Perez (2018, p. 177), essa dimensão afetiva precisa ser relacionada à diferença entre massa e povo no que se refere à lógica das identificações coletivas. A identidade de povo se dá a partir da lógica das demandas, porém a identidade da massa se constrói pelo vínculo libidinal com o líder. Perez é categórico ao dizer que a massa atualmente tem um líder: a grande mídia. Ela tem como tarefa instalar e reinstalar afetividade e oferecer alguém a quem odiar. Para a massa, o vínculo libidinal com o líder permite o reconhecimento do outro

semelhante (outro “nós”) e juntos eles compõem um grupo (nosso “nós”). Como amontoado de indivíduos, a massa é afetada pelo líder – aqui identificado como a mídia que cria laços verticais de relação – que busca estrategicamente, segundo Perez (2018), provocar sentimentos de ódio e depreciação, objetivando romper com os laços sociais. A ideia de a massa identificar a mídia como líder se articula ao processo de manipulação de notícias falsas destinadas a um coletivo de indivíduos, cujo vínculo interno se dá por semelhança ideológica de grupo.

Ainda com base em Perez, pode-se dizer que a linguagem empregada nas notícias falsas é instrumentalizada pela mídia para provocar estados afetivos e pulsionais. Isso significa que a mídia, como líder, constrói modos de enunciação que lidam com dimensões pulsionais da massa, e eles ganham valor de verdade para aquele grupo de indivíduos.

Nessa posição meramente imaginária da linguagem, a verdade é substituída pela adesão a um enunciado ou discurso que **não precisa ser nem razoável nem verossímil, mas que permite almejar imaginariamente um gozo perverso** (em relação a um outro, tomado como objeto a ser descartado) e/ou uma promessa de gozo, um usufruto privilegiado porque, como indivíduo meritocrático, competitivo, empreendedor esforçado, inteligente e astuto numa sociedade onde cada um busca sua sobrevivência e o sucesso pessoal, já foram cortados os laços com a comunidade, apenas resta a realização individual ou no máximo em relação com os próprios sócios (PEREZ, 2018, p. 185, grifo nosso).

Ao cortar os laços com a comunidade em função apenas de uma realização individual (ou com os pares), como pontuou Perez, tem-se o fetichismo do poder, no qual o ator político (os membros da comunidade política, sejam cidadãos ou

representantes) acredita poder afirmar sua própria subjetividade para a instituição em que cumpre alguma função – executiva, legislativa ou judiciária – como a sede ou a fonte do poder político (DUSSEL, 2007, p. 14). O líder, então, seria uma autoridade autorreferente que mantém a dinâmica do antagonismo com base na estratégia discursiva de divulgação de *fake news*.

3 *Fake news* na mídia e a adesão da massa

A afirmação de que a verdade é substituída por uma adesão a um enunciado ou discurso do líder, que não precisa ser nem razoável nem verossímil, me parece ser o cerne da aceitação e da divulgação das *fake news*. Para exemplificar tudo o que venho discutindo até aqui, trago como exemplo um caso de uma polêmica forjada pela mídia em 2011, que muito elucidada a relação entre a dimensão antagonística da política, a construção identitária do coletivo de massa “nós/eles”, e o vínculo libidinal da massa com a mídia. Estou me referindo ao caso de um livro didático, chamado **Por uma vida melhor**, da coleção Viver, Aprender (editora Global), destinado a alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e distribuído pelo MEC para 4.236 escolas. O livro foi publicado no primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff (PT), cujo Ministro da Educação era Fernando Haddad.

Houve uma massiva divulgação pela mídia de notícias falsas ligadas a esse livro, e a sociedade em geral aderiu à narrativa agonística enunciada pelo líder sem a menor contestação sobre sua legitimidade ou veracidade. Vamos aos fatos: 1) o livro é destinado para alunos da EJA; 2) o livro, apenas no capítulo intitulado “Escrever é diferente de falar”, traz, em um trecho

específico, as diferenças entre as variantes vernaculares, que os alunos da EJA aprenderam antes de entrar na escola, e a variante culta exigida em alguns espaços sociais de prestígio; 3) a linguagem formal e a variante culta são a base textual de todo o livro; 4) o livro não contém desvios gramaticais e, quando as autoras os textualizaram de forma consciente e proposital, o fizeram unicamente no capítulo supracitado, para mostrar que esses modos de uso da língua existem. Vamos às notícias falsas divulgadas na mídia: 1) o livro é destinado a alunos do ensino básico; 2) o livro ensina os alunos a falarem e a escreverem errado; 3) o livro despreza a variante culta; 4) o livro contém uma série de erros gramaticais.

Parece-me claro que aqueles que geraram essa polêmica não estavam interessados na qualidade do ensino de Língua Portuguesa, mas, sim, em deslegitimar as pretensões políticas (distribuição de material didático) do seu oponente, como acontece na relação antagonística amigo/inimigo. Há marcadamente uma oposição política entre o nós, representado pelas classes conservadoras e os partidos de direita, e o eles, representados pelas classes progressistas e os partidos de esquerda, então no poder. Temos, assim, um caso clássico de *fake news* divulgado pela mídia, ainda que não tenha ganhado socialmente uma repercussão como tal. A seguir, trago alguns exemplos de notícias falsas divulgadas pelos principais canais de mídia do Brasil: a revista *Veja*, o jornal *Estadão*, o *site* *Globo.com*, e o telejornal *Bom dia, Brasil*, envolvendo a distribuição do livro *Por uma vida melhor para os alunos da EJA*.

Com a manchete “As lições do livro que desensina” a revista *Veja* (GOULART, 2011), publicada em 20 maio de 2011, afirma que o livro *Por Uma Vida Melhor* é um “exemplo de

doutrina difundida há décadas na educação brasileira, segundo a qual a norma culta é um fardo ao qual devemos nos curvar por imposição social, e não pelos benefícios que ela propicia”. Note-se que temos um exemplo reiterado de contestação identitária antagonística que marca o “eles” como aqueles que doutrinam por imposição social, e o “nós” como aqueles que veem os benefícios do ensino na norma culta. Aqui, o líder seria a Veja, que oferece à massa quem odiar: os doutrinadores petistas. Arena ideológica formada; “pancadas” de *fake news* à vista.

Outro exemplo de matéria que forja uma polêmica sobre esse livro foi escrito no jornal O Estado de São Paulo (SADENBERG, 2011). Com o título “Se pelo menos ensinassem Português”, o texto, assinado pelo jornalista Carlos Alberto Sadenberg, assevera que, nas escolas brasileiras, não se ensina o português oficial, como afirmam “professores e linguistas alinhados na tese de que não há o certo e o errado no uso da língua. Há apenas o adequado e o inadequado. Assim, ‘nós pega o peixe’ não está errado. E se disser que é, sim, errado, estará cometendo ‘preconceito linguístico’”. Sadenberg lança a isca ideológica para a base (a massa), quando diz que o livro Por uma vida melhor foi adotado, comprado e distribuído pelo MEC **a milhares de alunos**. Escreve, estrategicamente, **milhares de alunos**, sem definir que esses alunos são jovens e adultos do EJA. O jornalista opta conscientemente por suprir tal informação, a fim de provocar sentimentos de ódio e revolta na massa. Novamente temos um caso de *fake news* como estrutura da dimensão antagonística.

O maior falseamento de dessa notícia ficou por conta do jornalista e comentarista da rede Globo, na época, Alexandre Garcia. Em seu quadro de comentário sobre as notícias do dia no

jornal Bom dia, Brasil (rede Globo), Garcia fez a seguinte fala: “se fosse apenas uma polêmica linguística, tudo bem, mas faz parte de currículo de meio **milhão de alunos** e é abonado pelo Ministério da Educação”.¹³ Note-se, mais uma vez, a ênfase na notícia falsa de que o livro faz parte do currículo de meio milhão de alunos, como estratégia político-discursiva de mobilizar e inflar a massa contra o inimigo. Garcia se coaduna com o líder, a mídia, marcando sua posição de legitimidade, uma vez que atua como um porta-voz do líder.

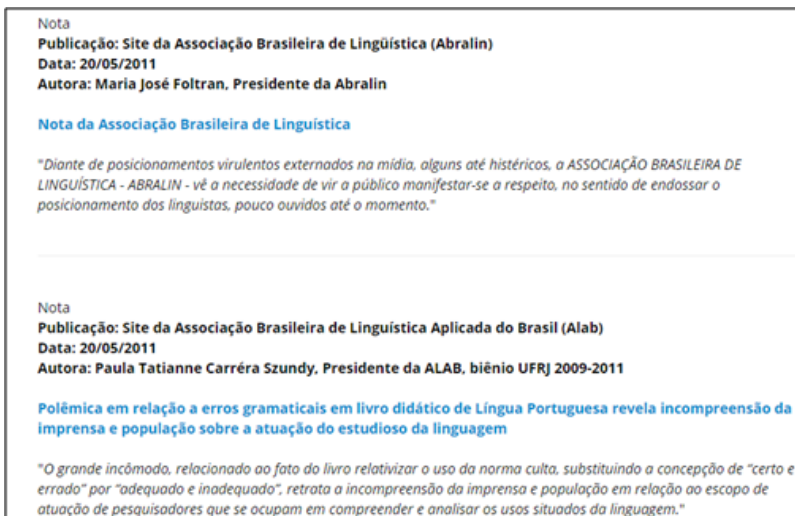
Em julho de 2011, o *site* Globo.com (PROCESSO, 2011) exibiu uma matéria sobre o arquivamento do processo do recolhimento do livro **Por uma vida melhor**, com a seguinte manchete: “Processo contra livro do MEC **com erros de concordância** é arquivado. Procurador diz que obra “propõe a reflexão acerca da linguística”. Polêmica sobre “nós pega o peixe” levou ministro a prestar esclarecimentos.” (grifo meu). Vê-se que, mesmo depois do arquivamento do processo, as notícias falsas se mantêm. Isso acontece porque a dimensão antagonística estrutural do político se mantém no dissenso, no conflito, no falseamento da palavra do “inimigo”. Como bem lembra Dussel (2007), os grupos hegemônicos usam de expressões simbólicas, imaginárias, para manobrar interesses e conservar hierarquia de poder.

O curioso é que narrativas sedimentadas contra-hegemônicas não ganharam o mesmo espaço na mídia ou sequer conseguiram furar a bolha ideológica da massa para acessá-la. Elas circunscreveram apenas os seus próprios grupos de afinidade e, assim, ficaram fora do campo de batalha ideológico legitimado pela classe detentora dos meios de comunicação. Por

¹³ Fala transcrita de um vídeo postado no *YouTube* que traz Alexandre Garcia, no telejornal Bom dia, Brasil, comentando sobre a decisão do MEC de não recolher o livro didático *Por uma vida melhor* (POR UMA VIDA, 2011, grifo meu).

exemplo, em junho de 2011, apenas um mês depois do início do bombardeio de notícias falsas pela mídia, o MEC organizou um dossiê¹⁴ com mais de 15 artigos (escrito por linguístas, professores, advogados, jornalistas, gramáticos, escritores e representantes das duas maiores associações de Linguística do Brasil – Abralín¹⁵ e Alab¹⁶), que saíram em *sites* de revistas, jornais, portais de notícias, *site* institucionais e *blogs*, com o objetivo de descaracterizar a falsa polêmica (advinda de notícias falsas) gerada em torno do livro *Por uma vida melhor*.

Imagem 1 - Notas de repúdio das presidentes da Abralín e Alab sobre o caso envolvendo o livro didático *Por uma vida melhor*



Fonte: Portal do MEC

Tal dossiê, elaborado com texto de linguistas renomados, aqueles que de fato são cientistas da linguagem, não foi

¹⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16649. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁵ Associação Brasileira de Linguística.

¹⁶ Associação de Linguística Aplicada do Brasil.

suficiente para ganhar valor de verdade. Foucault (2008) explica que a luta pela/na linguagem se organiza a partir daquilo que chamou de economia política da verdade. Tal economia, segundo o filósofo, “é produzida e transmitida sobre controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é o objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas) [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 13). Diante desses fatos, vê-se que a massa se aliena a uma narrativa fetichizada (falsa), produto da classe dominante, com base numa identificação ideológica de pertencimento a uma classe hegemônica.

Neste momento da argumentação sobre *fake news*, a pergunta que se interpõem seria esta: por que não chamamos (ou não foram chamadas) de *fake news* as notícias falsas divulgadas pela grande mídia de massa? Por que legitimamos sem muito consternamento e alvoroço os enunciados proferidos por certos grupos da mídia? Qual é nossa posição identitária na agonística do “nós/eles”? A quem concedemos o salvo-conduto de sedimentar/forjar narrativas ideológico-políticas de “verdade”? A ideia de “o inferno são os outros” de Sartre bate-nos à porta e escancara a nossa parcialidade em torno da bandeira democrática de uma política do consenso e da racionalidade que tentamos imprimir quando nos deparamos com certas *fake news*. Elas são, portanto, uma forma de manutenção do conflito entre “nós/eles” que garantem a estabilidade identitária do grupo, configurando-o como unidade unívoca somente possível pela dicotomia “amigo/inimigo”. *Fake news* criam contorno de identidades na massa. Esse é o ponto.

4 Desmediatização, infodemia e *fake news*: causa e consequência

Começo esta seção com a definição de infodemia elaborada de forma colaborativa pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS): “infodemia é um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa [...]” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020). Esse excesso de informação se dá em um contexto de desmediatização próprio da cultura digital, processo responsável pela vulgarização das *fake news*.

Para Han (2018), a comunicação digital se caracteriza pelo fato de que as informações contemporaneamente são produzidas, enviadas e recebidas sem intermediários – como as mídias tradicionais, por exemplo –, o que caracteriza o movimento de desmediatização. Logo, redes sociais como *Instagram*, *Twitter* ou *Facebook* desmediatizam a comunicação antes dominada quase que exclusivamente por alguns veículos legitimados socialmente e que definiam a ordem do discurso (FOUCAULT, 1996).

A desmediatização da comunicação faz com que jornalistas, “esses antigos representantes elitistas, esses ‘fazedores de opinião’ e mesmo **sacerdotes da opinião**, pareçam completamente superficiais e anacrônicos. A mídia digital dissolve toda classe sacerdotal [...]” (HAN, 2018, p. 37, grifos do autor). Dessa forma, o que antes, na cultura de massa, era mediatizado (por um seletivo grupo que detinha o poder de enunciar) e julgado como valor de verdade (pelo grupo agonístico do “nós contra eles”), hoje, na cultura digital – em que todos (nós e eles) podem produzir e postar informação sobre qualquer assunto, a qualquer hora –

as informações disponíveis nas redes sociais são pré-julgadas como potencial valor de **in**verdade. Hoje, tudo que está na rede pode ser questionado, mesmo que tenha comprovação científica.

A infodemia e o aumento da divulgação de *fake news* são consequência direta do processo de desmediatização. Diversos coletivos identitários começaram a publicar nas redes sociais suas próprias representações da realidade, e as *fake news* emergiram justamente nesse contexto de crise na confiança da veracidade das informações na esfera digital. Quanto mais pessoas se veem autorizadas a produzir e publicar informação, mais informação é gerada e consumida, e, assim, a confiança nas fontes mediatizadas se vê abalada.

A desmediatização também proporcionou o acesso massivo a programas de edição de texto, vídeos e imagens de forma gratuita. Isso significa que toda informação disponível hoje nas redes pode ser alterada, manipulada e editada por programas simples de edição disponíveis a qualquer *homo digitalis* (HAN, 2018), o que implica em maior desconfiança sobre aquilo a que temos acesso. A desmediatização consiste em uma ação estratégia da política neoliberal vigente que busca o empreendedorismo e o autoempresariamento, o endividamento e a despolitização para manter uma reserva de capital humano que aceite o processo de “uberização” de si sem nenhum confronto.

Como indivíduos flexíveis, empreendedores e resilientes, somos demandados a produzir e consumir informação, causa direta da infodemia. Por isso, a sociedade do desempenho (HAN, 2017a) neoliberal se apropriou do fenômeno da infodemia como estímulo ao consumo de informação – e como estratégia persuasiva de acesso ao poder (afinal, conhecimento é poder). Eis a raiz contemporânea do individualismo, cujo horizonte ético-

político-enunciativo é impelido, pela lógica da hiperprodução de informações, a criar e divulgar narrativas falsas, ou seja, produzir e consumir *fake news*.

A infodemia expõe esta questão: o hiperconsumo e a hiperprodução de informação geram precisamente (e necessariamente) a falta de verdade. Han (2017b) explica que mais informações, ou o acúmulo de informações, por si sós, não produzem qualquer verdade, e que hiperinformação e hipercomunicação, além de não afastarem a fundamental falta de precisão da informação, intensificam mais ainda essa falta de verdade. A disseminação de *fake news* como consequência da desmediatização e da infodemia se dá, então, como já problematizei nas seções anteriores, a partir de uma dimensão ideológica de forças pulsionais que mobilizam paixões e crenças, criam mitos e fantasias, apoiadas em uma moralidade forjada na narrativa antitética do “nós/eles”.

O ponto de reflexão aqui seria a ideia de que liberdade de informação (acesso e produção) se horizontaliza com transparência (como veracidade). Han, em seu ensaio sobre a sociedade da transparência (2017b), reflete sobre a possibilidade de haver transparência na linguagem. Segundo o filósofo, a transparência nos enunciados é até possível, porém eles seriam formais, operacionais e puramente mecânicos como forma de eliminar toda ambivalência tácita da linguagem. Para Han, é justamente a falta de transparência do outro (do “eles”) que mantém viva a relação agonística tanto no contexto real quanto no virtual.

Em se tratando do contexto virtual, a quantidade de *fake news* nestes últimos anos fez a geopolítica do poder sofrer um enorme impacto. Vimos novas formas de poder disruptivo serem

alavancadas para o cenário hegemônico pela força das *fake news* divulgadas aos milhares nas redes sociais. Tal acontecimento gerou um contrafluxo interessante: a sociedade demandou um novo processo de mediatização, no qual os donos das redes sociais – os novos líderes da Era Digital – deveriam se responsabilizar pelo controle e pela mediatização das notícias que são divulgadas em seus domínios virtuais.

Em julho de 2020, em plena pandemia de covid-19, deputados federais se reuniram por videoconferência¹⁷ para discutir a proposta de combater a desinformação na internet (PL 2630/20). No debate, não houve consenso sobre a criação de normas para divulgação de informações nas redes sociais, mesmo com o enorme impacto negativo que as *fake news* proporcionaram ao processo eleitoral de 2018. Os deputados tinham de arbitrar sobre normas de autorregulação impostas às plataformas digitais que melhorariam o sistema de curadoria das informações falsas. O contra-argumento às normas feito por um grupo de deputados se delineou em torno de uma possível censura que tal autorregulação das plataformas poderia impor a seus usuários.

Imagem 2 - Proposta para combater desinformação na internet da Câmara dos Deputados Federais¹⁸



Fonte: Agência Câmara de Notícias

¹⁷ Deputados (2020).

¹⁸ Haje (2020).

A criação de um Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet pelo Congresso também foi criticada, uma vez que foi comparado a um “grande irmão”, em alusão ao livro 1984,¹⁹ de George Orwell. Para alguns debatedores, o conselho poderia atuar como sensor ideológico e, assim, levar à criminalização de jornalistas, políticos e ativistas dos direitos humanos. Aqui, temos claramente um embate em torno da narrativa de moralidade, uma fraqueza muito importante da posição pós-política (MOUFFE, 2015), já que a estratégia do antagonismo “amigo/inimigo” não parece ser a mais adequada em se tratando de regulação de divulgação de notícias falsas.

Quase um ano depois desse debate, o processo de mediatização ganhou mais força. Em junho de 2021, partidos de centro-direita cooptaram nuances de uma narrativa de moralidade para apresentar o texto da reforma eleitoral de 2022, que prevê uma espécie de salvo-conduto para candidatos e partidos que divulgam *fake news* (ou algum conteúdo que viola as regras das plataformas em ano eleitoral) nos meios digitais. Líderes da câmara dos deputados querem estabelecer que as plataformas de internet só podem remover conteúdos publicados em perfis políticos e coligações ou com base em medida judicial, ou a partir da notificação dos responsáveis 24 horas antes da remoção do conteúdo. Se tais medidas forem aprovadas, estaremos diante de legitimação de postagens de *fake news* num processo de contramediatização oficial.

19 Em sua obra distópica, Orwell cria a Novílingua, uma espécie de léxico sintético e reduzido que visa, entre outras forças de regulação política, reduzir a capacidade de pensar; e o Ministério da Verdade, no qual os funcionários corrigem os testemunhos do passado e reescrevem a história, a fim de que ela se encaixe perfeitamente no discurso legítimo e oficial (Cf. ORWELL, 2003).

Imagem 3 - Discussão parlamentar sobre a reforma eleitoral de 2022



Fonte: Folha de S.Paulo²⁰

Pode-se dizer, assim, que essa contramediatização é um efeito gerado pela infodemia como uma espécie de regulação da regulação. Se antes da cultura digital as informações eram dirigidas e filtradas por meio de mediadores, atualmente as instâncias intermediárias interventoras estão cada vez mais dissolvidas e com menos poder de intervenção. Na infodemia, mediação e representação não são mais interpretadas como transparência e eficiência, como luta contra as *fake news*, e, sim, como congestionamento de tempo e de informação, bem como estratégia política. Essa mudança hoje é normativa “na medida em que ela dita o que é e o que deve ser. Ela define um novo ser [...]” (HAN, 2018, p. 42).

Considerações finais

Se quisermos lidar realmente com a grave questão da divulgação de *fake news*, devemos compreender que

²⁰ Mello (2021).

sempre haverá uma dimensão antagonística conflituosa na política democrática. Como bem postulou Mouffe (2015), a especificidade da política não está na superação da oposição “nós/ eles”, pois ela é irremediável e estrutura a dimensão político-econômica. A especificidade da política na cultura digital está na criação de formas diferentes e de novos paradigmas ainda não estabelecidos nem imaginados. Hoje, a democracia exige não o consenso universal, imaginário e não exequível; exige uma nova formulação da dicotomia “amigo/inimigo” que seja compatível com a aceitação do pluralismo constitutivo da democracia moderna (MOUFFE, 2015).

Assim, concordo com Mouffe (2015) quando ela diz que somente reconhecendo a dimensão antagonística é que podemos avançar na discussão sobre aceitação e legitimação de pluralidades adversárias hegemônicas. Essa possibilidade de aceitação é o que Mouffe (2015) chama de agonismo, ou seja, um terceiro espaço, um tipo de relação no qual os oponentes considerem as pretensões políticas uns dos outros como legítima de modo que todos partilhem o mesmo espaço simbólico de conflitos não entre inimigo, mas, sim, entre adversários.

As *fake news*, que se inserem como estratégias de manutenção da dimensão antagonística “amigos/imigos”, seriam combatidas por uma mediatização advinda de todas as esferas adversárias, de modo que as vozes discordantes se manifestem e se impliquem na luta por uma reconfiguração das relações de poder. Tais reconfigurações seriam reguladas por um conjunto de procedimentos democráticos aceitos pelos adversários (MOUFFE, 2015, p. 20), em uma ordem hegemônica multipolar, na qual o pluralismo seja realmente levado a sério.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DEPUTADOS e especialistas sugerem novas formas de combate às fake news - 22/07/20. Brasília: Câmara dos Deputados, 22 jul. 2020. 1 vídeo (4m48s). Publicado por Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N8CSnMakeyM&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados. Acesso em: 25 jun. 2021.

DUSSEL, E. **20 Teses de Política**. São Paulo: Expresso Popular, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

GOULART, Nathalia. As lições do livro que desensina: ‘Por Uma Vida Melhor’ é exemplo de doutrina difundida há décadas na educação brasileira, segundo a qual a norma culta é um fardo ao qual devemos nos curvar por imposição social, e não pelos benefícios que ela propicia. **Veja**, [S. l.], 20 mai. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/as-licoes-do-livro-que-desensina>. Acesso em: 9 jun. 2021.

HAJE, Lara. Responsabilização de redes sociais sobre divulgação de fake news divide opiniões. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 22 jul. 2020. Ciência, Tecnologia e Comunicações. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/678465-responsabilizacao-de-redes-sociais-sobre-divulgacao-de-fake-news-divide-opinioes/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

HAN. B. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.

HAN. B. **Sociedade da transparência**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017b.

HAN. B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017a.

HARARI. Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 26. ed. Porto Alegre: L&M, 2017.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Menezes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

KANT. I. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LACAN, J. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

MELLO, Patrícia Campos. Reforma discutida na Câmara prevê blindar políticos que espalham fake news em ano de eleição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2021. Eleições 2022 Internet. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/reforma-discutida-na-camara-preve-blindar-politicos-que-espalham-fake-news-em-ano-de-eleicao.shtml>. Acesso em: 6 jun. 2021.

MOUFFE. C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Página informativa n. 5, 5p. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14. Acesso em 10 jun. 2021.

ORWELL, George. 1984. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 301 p.

PEREZ, D. O. O populismo, a massa e a afetividade. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 23, n. Especial, p. 171-196, 2018.

POR UMA VIDA Melhor. Fala de Alexandre Garcia no Bom Dia Brasil, sobre o livro que ensina português errado. [S.l.]: 2012Lucinha. 1 vídeo. (1m05s). 20 mai. 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w_uZc-99pII&ab_channel=2012Lucinha. Acesso em: 10 jun. 2021.

PROCESSO contra livro do MEC com erros de concordância é arquivado. **G1.Globo.com**, São Paulo, 1. jul. 2011. Educação. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/07/processo-contra-livro-do-mec-com-erros-de-concordancia-e-arquivado.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SADENBERG, Carlos Alberto. Se pelo menos ensinassem português. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 mai. 2011. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,se-pelo-menos-ensinassem-portugues-imp-,719641>. Acesso em: 9 jun. 2021.

SCHMITT, C. **The Concept of the Political**. New Brunswick, Rutgers University Press, 1976.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n. 10225, 2020.

O papel da memória discursiva em manchetes que desmentem notícias sobre *covid-19*

Gabriel Guimarães Alexandre*

Resumo

A pandemia de covid-19 trouxe-nos um contexto de exceção. Restrições impostas à sociedade foram aplicadas por governos de diferentes partes do mundo, gerando dificuldades, por exemplo, de escolha entre ter privacidade de dados ou saúde prometida por vigilância biométrica (HARARI, 2020). Como “resposta” à disseminação de *fake news* – não só sobre a doença, mas também sobre outros temas – as agências de *fact-checking* (PANGRAZIO, 2018; SPINELLI, SANTOS, 2018) surgem com o objetivo de verificá-las, classificando-as em “verdadeiras” ou “falsas”, segundo gradação. Quando publicam a checagem realizada, as agências utilizam manchetes que desmentem as notícias. Entre os padrões linguísticos observados, a negação é bastante frequente nas manchetes verificadas em mídias sociais. Por ser um índice de implícito, está presente no enunciado para produzir sentido: a memória discursiva é, pois, um modo de compreender o estatuto dos implícitos (ACHARD, 1999; PÊCHEUX, 1999). Logo, partimos da hipótese de que a prática de estruturar a negação, nas manchetes analisadas, pode fazer emergir questões interlocutivas via evocação de certa memória discursiva. Com base em pressupostos teórico-metodológicos dos estudos de letramentos (*New Literacy Studies*) e da Análise do Discurso francesa, este trabalho objetivou analisar o papel da memória discursiva em 68 manchetes publicadas em março de 2020 por duas agências (“Chequeado” e “Agência

* Universidade Estadual Paulista (UNESP/São José do Rio Preto). Mestre em Estudos Linguísticos (2020) e Graduado em Letras/Espanhol (2018) pela mesma instituição. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1432-1118>.

Lupa”), as quais desmentem notícias sobre covid-19 em mídias sociais. Os resultados obtidos permitiram identificar três estruturas de negação frequentes nas manchetes e parecem confirmar a hipótese de partida, contribuindo com os estudos de letramentos, quanto à formação do leitor em tempos de pandemia.

Palavras-chave: Letramentos digitais. Desordem informacional. Memória discursiva. Manchetes.

The Hole of Discursive Memory in Headlines That Deny News About covid-19

Abstract

The covid-19 pandemic brought us an exceptional context. Governments applied restrictions imposed in our society from different parts of the world, generating difficulties, for example, in choosing between having data privacy or health promised by biometric surveillance (HARARI, 2020). As a “answer” to the dissemination of fake news – not only about the disease, but also about other topics – the fact-checking agencies (PANGRAZIO, 2018; SPINELLI, SANTOS, 2018) arise in order to verify them, classifying news in “true” or “false”, according to gradation. When publishing the check carried out, the agencies use headlines that belie the news. Among the linguistic patterns observed, denial structures is quite frequent in the headlines seen on social media. As an index of the implicit, it is present in the discourse to produce meaning: the discursive memory is, therefore, a way of understanding the status of the implicit (ACHARD, 1999; PÊCHEUX, 1999). Therefore, our hypothesis is that the practice of structuring the denial, in the analyzed headlines, can raise interlocutive questions through the evocation of a certain discursive memory.

Based of theoretical-methodological assumptions of New Literacy Studies and French Discourse Analysis, this paper aimed to analyze the role of discursive memory in 68 headlines, published in March 2020 by two agencies (“Chequeado” and “Agência Lupa”), which deny news about covid-19 on social media. The results obtained allowed to discover three frequent denial structures in the headlines and seem to confirm the starting hypothesis, contributing to literacy studies, regarding reader training in pandemic times.

Keywords: Digital literacies. Informational disorder. Discursive memory. Headlines.

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 10/09/2021.

Introdução¹

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada a respeito de casos de “pneumonia viral” (até então de causa desconhecida) detectada na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China.² Tratava-se de uma doença – covid-19³ – causada por um novo coronavírus, denominado Sars-CoV-2. A partir de notícias sobre os primeiros grupos que se contagiaram com o vírus e, posteriormente, sobre a rápida disseminação em países vizinhos à China, a situação foi acompanhada diariamente. Tomando proporções pandêmicas, no momento da escrita deste artigo, temos cerca de 183 milhões de casos detectados ao redor do globo com quase 4 milhões de mortes confirmadas.⁴

No caso do Brasil, as primeiras ações ligadas à pandemia de covid-19 começaram em fevereiro, a partir da repatriação dos brasileiros que viviam em Wuhan, cidade epicentro da infecção. Para ser mais exato, em 26 de fevereiro, o primeiro caso de coronavírus no Brasil foi confirmado – um homem de 61 anos que tinha voltado de viagem da Itália.⁵ A partir dessa infecção, os números não pararam de crescer, colocando o Brasil como terceiro país com mais casos de infecção por coronavírus do mundo – cerca de 8 milhões já foram contaminados e mais de 200 mil mortes já foram confirmadas – atrás somente da Índia e dos Estados Unidos.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil - Código de Financiamento 001, no âmbito da Rede de Pesquisa Internacional *Literacies in Different Fields of Knowledge* do Programa CAPES PrInt UNESP (processo CAPES/AUXPE n. 88881.310711/2018-01).

2 Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>. Acesso em: 3 jul. 2021.

3 Covid-19 é acrônimo para *Coronavirus Disease* (doença do coronavírus). O número “19” é uma referência ao ano de 2019, quando os primeiros casos do novo coronavírus foram notificados em Wuhan, província de Hubei, China.

4 Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 3 jul. 2021.

5 Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 3 jul. 2021.

É sabido que esse acontecimento – o cenário pandêmico em diferentes partes do planeta – produziu uma quantidade significativa de textos: desde compartilhamento de notícias e de comentários em redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Whatsapp*, até produção de notícias pela imprensa mundial e seu necessário trabalho de desmistificação de informações a respeito da circulação e das características do vírus. Um fenômeno batizado pelo diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, de “infodemia” colocou em evidência o comportamento “viral” pelo qual a disseminação de notícias falsas/enganosas a respeito da covid-19 tem sido reconhecida. Na dinâmica da desinformação, esse comportamento está associado a graves problemas em diferentes esferas de atividade humana, como relações diplomáticas, turismo, eventos, além de impactos sobre a economia. Restrições impostas à sociedade foram aplicadas por governos de diferentes partes do mundo, gerando dificuldades, por exemplo, de escolha entre ter privacidade de dados ou saúde prometida por vigilância biométrica (HARARI, 2020). A respeito do aspecto econômico, ainda, o chanceler italiano, Luigi Di Maio, afirmou, durante entrevista, que “a infodemia [...] [está] prejudicando a economia e a reputação do país [...]”.⁶ Como possível “resposta” a essa disseminação de notícias falsas – não apenas sobre a covid-19, mas também outras –, as agências de *fact-checking* (checagem de fatos) (NYHAN; REIFLER, 2014; MONNERAT, 2017; PANGRAZIO, 2018; SPINELLI; SANTOS, 2018) surgem com o objetivo de verificar fatos noticiados, classificando-os em “verdadeiros” ou “falsos”, segundo uma gradação. Concebida como “missão de trabalho” por diferentes jornalistas, há forte demanda dessa prática,

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51666948>. Acesso em: 3 jul. 2021.

sobretudo em contexto de pós-verdades, contexto marcado por “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal.” (MCINTYRE, 2018, p. 5).⁷

De acordo com Santos e Spinelli (2018), citando Monnerat (2017), a prática de *fact-checking* aumentou, a partir dos anos 2000, com o cenário de corridas eleitorais em diferentes países, tendo tido reconhecimento e audiência internacionais, também por meio de premiações. As autoras afirmam que o reconhecimento da prática levou à criação de uma rede internacional – *International Factchecking Network* (IFCN, do *Poynter Institute*) –, que oferece código de princípios éticos e conferências globais anuais, com o objetivo de fomentar discussões a respeito da checagem de notícias no mundo todo. É sabido, também, que essa prática, iniciada nos Estados Unidos, incentivou outros países no combate à disseminação de notícias falsas. A “Agência Lupa”, do Brasil, e a “Chequeado”, da Argentina, são outros exemplos de pioneirismo dessa prática.

Elegemos esses dois países latino-americanos não somente pelo pioneirismo com o trabalho desse tipo nos respectivos países e não só por ambas terem a certificação da IFCN (colocando-as como agências de metodologias já consolidadas), mas também pela consideração de que, na região das Américas (América do Norte, América Central e América do Sul), 81% do total de 1.04 bilhão de habitantes do continente encontram-se em área urbanizada ou em processo de urbanização; 76% dessa população têm acesso à internet, e, desse grupo, 67% são usuários ativos em mídias sociais. Em comparação com o restante do planeta, a região das Américas é a mais engajada em mídias sociais.⁸

7 Nossa tradução para “circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief.”

8 Esses dados, de modo detalhado, também podem ser consultados no mais recente relatório da agência *We Are Social*, disponível em <https://wearesocial.com/digital-2020>. Acesso em: 5 jul. 2021.

Trata-se, portanto, de dois países inscritos num cenário que permite comparações importantes a respeito de como a desinformação é tratada e textualizada por essas agências, quando o compromisso é desmentir fatos a que elas têm acesso, ou que são para elas trazidos em busca da “verdade” ou da “mentira”. Destacamos, ainda, que, apesar de o inglês ser considerado uma língua “universal” (CRYSTAL, 2003), o português e o espanhol são falados em mais de dez países, o que mostra a influência dessas línguas no globo.⁹

Quando as agências de checagem publicam o resultado de suas investigações em seus *sites*, as agências lançam mão de manchetes que buscam, na maior parte das vezes, desmentir as notícias. Entre os padrões observados, a negação é bastante frequente nas manchetes verificadas em mídias sociais. Por ser um índice de implícito, está presente no enunciado para produzir sentido: a memória discursiva é, portanto, um modo de compreender o estatuto do implícito (ACHARD, 1999; PÊCHEUX, 1999). Logo, partimos da hipótese de que a prática de estruturar a negação, nas manchetes em análise, pode fazer emergir questões interlocutivas via evocação de certa memória discursiva. Por essa razão, neste trabalho, a proposta é refletir a respeito do papel da memória discursiva (cf. “Fundamentos teóricos”) em manchetes publicadas por duas agências de *fact-checking* no contexto das mídias sociais, observando-se as repetidas negações presentes nos títulos das notícias publicadas pelas agências no mês de março de 2020.

A escolha de observar essa marca linguístico-discursiva justifica-se por sua frequente presença na maior parte das manchetes publicadas pelas agências em questão no que diz

⁹ Disponível em: https://www.vistawide.com/languages/top_30_languages.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

respeito às *fake news* em mídias sociais. Assim, apresentamos, inicialmente, considerações a respeito do *fact-checking* como prática letrada digital, para aprofundarmos a respeito do conceito de memória discursiva. Em seguida, apresentamos os resultados obtidos para discussão dos dados. Concluímos, portanto, não apenas com perspectivas futuras de investigação, mas também com a tentativa de contribuir com os estudos de letramentos digitais quanto à formação do leitor em tempos de pandemia.

2 Fundamentos teóricos

Notícias falsas ou enganosas têm sido concebidas, no âmbito de estudos como os de Comunicação, como parte de um fenômeno mais amplo, chamado “desordem informacional” ou “desinformação” (MARTENS *et al.*, 2018; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017; MARWICK; LEWIS, 2017; LEWANDOWSKY *et al.*, 2012). Por não se referirem, restritamente, ao falseamento deliberado de informação, os autores mencionados distinguem o fenômeno entre (i) *misinformation*, que se refere ao compartilhamento de informação falsa, sem pretensão de causar dano; (ii) *disinformation*, que se refere ao compartilhamento de informação falsa, com pretensão de causar dano e (iii) *mal-information*, que se refere ao compartilhamento de uma informação mais ou menos falsa, com pretensão de causar dano a pessoas, organizações ou países. Os autores distinguem esse fenômeno com o objetivo de problematizar essas notícias, assumindo que há sempre uma intenção – deliberada ou não – de um “agente” para causar dano por meio da veiculação de “mensagem” falsa.

É importante destacar que “mensagem”, para Wardle e Derakhshan (2017), é tomada numa perspectiva de elementos de propagação – tais como resposta emotiva, componente visual forte, narrativa forte e repetição. Contudo, mensagem pode ser entendida numa diferenciação entre informação e notícia. Longhi (2015) argumenta que a informação tem uma constituição que lhe é “própria” – dar forma à matéria, como descrição, concretização, num sentido etimológico estrito –, mas se constitui na correlação com alguém, como informação **re-conhecida** – e não “transmitida” – pela pessoa que a recebeu. Tandoc Jr., Lim e Ling (2018), por sua vez, consideram que a **notícia** é, ao mesmo tempo, produto do jornalismo – porque se comprometeria a produzir informação independente, confiável, precisa e compreensiva – e resultado de uma construção social. Sobre este último aspecto, os autores ressaltam que todo jornalista opera com julgamento subjetivo na escolha do que incluir na, ou excluir da informação. Por essa razão, segundo os autores, “notícias são vulneráveis não apenas às preferências dos jornalistas (White 1950), mas também a forças externas, tais como governo, público e anunciadores [...]” (SHOEMAKER; REESE, 2013 *apud* TANDOC JR.; LIM; LING, 2018, p. 140).¹⁰ Dessa forma, não se trata de dizer que “notícia” veicula “informação” verdadeira ou falsa, mas de dizer que tal verificação só pode ser percebida pela composição entre os dois componentes, além de incluir fatores sócio-históricos, políticos e culturais.

Toda notícia é veiculada por meio de textos. Nos estudos de letramentos (*New Literacy Studies*), Lankshear e Knobel (2006, 2011) afirmam que o modo como as pessoas mobilizam diferentes valores e prioridades em práticas sociais

¹⁰ Nossa tradução para “news is vulnerable not only to journalists’ own preferences (White 1950), but also to external forces, such as the government, audiences, and advertisers”.

de leitura e escrita com uso de tecnologias digitais – ditos Novos Letramentos – diz respeito à maneira como produzem significados. Práticas sociais são entendidas como “modos socialmente reconhecidos nos quais pessoas geram, comunicam, negociam significados, enquanto membros de Discursos, por meio de textos codificados.” (LANKSHEAR; KNOBEL, 2011, p. 33).¹¹ Por “textos codificados”, os autores fazem referência ao caráter “congelado” de sua apreensão, sendo “transportáveis” para outros contextos.

Argumentam que “bloggar”, escrever *fanfics*, produzir mangás e *memes*, editar imagens, *podcasts* ou *vodcasts* e jogos também são práticas sociais letradas, que se relacionam a um novo *ethos* correspondente à ideia de uma comunidade mais participativa, colaborativa e distribuída, a qual surge de uma “ruptura do espaço”, associada, por sua vez, a mudanças significativas em sociedades. Essa ruptura tem sido acompanhada pelo surgimento de um novo paradigma mais “distribuído” e “colaborativo”, mesmo que os autores sejam críticos quanto a desigualdades sociais desses espaços.

A emergência de novas práticas letradas em sociedades contemporâneas que utilizam tecnologias digitais de informação e comunicação tem suscitado debates em torno dos diferentes letramentos que estão em jogo no processo comunicativo, conforme célebre manifesto do “Grupo de Nova Londres”, publicado há 24 anos, em 1996. De acordo com o grupo, a pedagogia dos “multiletramentos” considera a crescente variedade de formas de (composição de) textos. A integração entre diferentes modos semióticos (KRESS, 2009)¹² na

11 Nossa tradução para “socially recognized ways in which people generate, communicate, and negotiate meanings, as members of Discourses, through the medium of encoded texts”.

12 Um modo semiótico pode ser definido como “um recurso socialmente formado e culturalmente dado para produção de sentido.” (KRESS, 2009, p. 54, tradução nossa). Usado para representar “algo” no plano do simbólico, o modo só pode ser bem

constituição do que é texto nas sociedades atuais pode explicar fenômenos ligados à convivência de diferentes processos de ação do signo (visual, verbal, sonoro). Essa é a composição de textos que encontramos em agências de checagem de fatos que buscam desmentir uma notícia de mídia social. Assim, o trabalho de verificação de notícias também pode ser considerado uma prática letrada digital.

Do que precede, é necessário verificar em que medida a memória discursiva pode ter um importante papel nessas práticas letradas digitais. Evocamos o conceito a partir da Análise do Discurso francesa (doravante AD). Referida, muitas vezes, como “disciplina do entremeio” (ORLANDI, 2009), uma vez que articula conceitos de três principais campos do saber (a Linguística, a Psicanálise e a História), a AD compreende o sistema da língua e sua gramática na relação indissociável com as condições de produção sócio-históricas de que são constituídas. Desse modo, “discurso” é um conceito que diz respeito aos efeitos de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 1990), o que implica que o dizer emerge em função de dadas condições sócio-históricas de produção – as quais, por sua vez, possibilitam a emergência desse dizer e do próprio sujeito.

Sujeito e discurso, dessa perspectiva, são constitutivamente heterogêneos e produtos do interdiscurso (AUTHIER-REVUZ, 1990; MAINGUENEAU, [1995]/2008).¹³ O interdiscurso é compreendido como “espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos [...]” (MAINGUENEAU, 2008, p. 20). Ele se faz ver nas contradições, nos embates ou nas

compreendido a depender da configuração convencional de dadas sociedades.

13 A data entre colchetes indica o ano de publicação original da obra, que só será indicada na primeira citação da obra neste texto. Nas seguintes, será registrada apenas a data de edição consultada pelos autores.

aproximações entre dois ou mais discursos, ou até na exposição pretensiosa de um único discurso – que pode recuperar outro, por oposição ou por antecipação, historicamente.

Na rede interdiscursiva, os discursos se repetem ou retomam enunciados “já ditos”, “esquecidos” ou “por dizer” (via antecipação, por exemplo). Essa propriedade, que leva em conta implícitos presentes no enunciado para produzir sentido, fez com que a AD lançasse mão do conceito de “memória discursiva”¹⁴ – diferentemente daquela individual, no sentido psicologista, trata-se de uma memória social e coletiva, inscrita em práticas, memória construída do historiador (PÊCHEUX, 1999). Assim, elegemos a negação, que apresenta certa regularidade nas manchetes das notícias verificadas em mídias sociais, como marca linguístico-discursiva em que o papel da memória pode estar atuando, uma vez que falar de memória é falar “do estatuto dos implícitos [...]” (ACHARD, 1999, p. 11). Os implícitos trazidos pela negação podem ser interpretados como possíveis sintagmas “cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização [...]” (ACHARD, 1999, p. 12).

Embora nem sempre recuperável, Achard (1999) argumenta que o implícito, do ponto de vista discursivo, trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado. Desse modo, o discurso, ao pressupor o implícito, possibilita – apesar a sua (re)construção sob a restrição “no vazio” (a expressão é do autor) –, as formas que permitem sua inserção na paráfrase. Isso porque, segundo o autor, a explicitação dos implícitos, em

¹⁴ É sabido que Paveau (2013) procede a uma extensa revisão bibliográfica a respeito do conceito de memória discursiva, realocando-o não apenas na reflexão da própria de noção de interdiscurso (tratando, pois, de uma memória que é interdiscursiva), mas também introduzindo importantes conceitos a partir da assunção de uma cognição social. Neste trabalho, optamos por trabalhar com a noção clássica de memória discursiva, com o objetivo de empreendemos uma aproximação inicial com o quadro teórico dos letramentos.

geral, não é necessária e não faz falta, pois a paráfrase de sua explicitação aparece, antes, “como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição [...]” (ACHARD, 1999, p. 13).

Logo, por ser a memória, como diz Pêcheux (1999, p. 52), uma “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização [...]”, a memória discursiva seria “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). É considerando os implícitos “ausentes por sua presença” – a expressão é de Pêcheux – que observaremos, na repetição dessas estruturas de negação, “a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Na proposta de Ducrot (1988), de um ponto de vista semântico, o fenômeno das negações pode ser interpretado, psicanaliticamente, como negociação do ego entre as vontades libidinosas do *id* e a característica de censura do superego. Haveria, pois, em uma frase com negação, a voz do *id* (enunciado positivo) e a do superego (por meio do modificador “não”). Ela permite, portanto, “dizer coisas e ao mesmo tempo censurá-las [...]” (DUCROT, 1988, p. 23). Antes de focar um dos tipos de negação oferecidos pelo linguista, é importante uma ressalva entre quadros teóricos distintos. Fossey (2011) defende que essa ressalva consiste na noção de sentido e de sujeito. Segundo ela, para Ducrot, o sentido do enunciado é proposto na relação com a significação estrita da proposição em busca de argumentar. Para a AD, entretanto, o sentido é da ordem do discurso, pois “não

resulta apenas das estruturas da língua, mas da sua articulação com a história e com as ideologias [...]” (FOSSEY, 2011, p. 113). No caso da noção de sujeito, por nós evocada, é suficiente dizer que o sujeito, na AD, “não é um sujeito livre e tático, mas está submetido às regras do posicionamento ao qual adere.” (FOSSEY, 2011, p. 113). A noção de sujeito e de discurso assumidas neste trabalho não é aquela da perspectiva enunciativa de Ducrot, nem aquela subjacente às pesquisas em letramentos digitais; trata-se de uma posição-sujeito, possibilidade de ocupação de uma posição discursiva.

O sujeito de enunciação, para Ducrot, segundo a organização de Fossey (2011), conta com as noções de sujeito empírico, locutor e enunciador. O sujeito empírico seria o equivalente literário do autor responsável pela produção do enunciado. O locutor, por sua vez, é aquele a quem é atribuída a responsabilidade pela enunciação por meio de marcas dêiticas inscritas no próprio enunciado – o correspondente literário, por exemplo, do narrador. O enunciador, então, é o ponto de vista decorrente de um enunciado, entendido, assim, como entidade abstrata que representa diferentes perspectivas enunciativas. Se, para nossa análise, elegemos um dos tipos de negação, a polêmica, é porque concordamos com Fossey (2011), no que diz respeito ao fato de que, nesse tipo de negação, é possível observar certo diálogo entre dois enunciadores que se recusam (E_1 e E_2), entendidos como dois pontos de vista em confronto. Enquanto para Ducrot os enunciadores são entidades virtuais que manifestam pontos de vista no interior do enunciado, para a linguista esses “pontos de vista” podem ser interpretados como materialização de certos posicionamentos em dada formação discursiva. Enunciadores, seriam, portanto, “manifestação do Outro no discurso do Mesmo na forma de um simulacro [...]” (FOSSEY, 2011, p. 119).

Na análise aqui proposta, tentaremos vincular os implícitos deixados pelos pontos de vista dos “enunciadores” a uma memória discursiva que pode condicionar o exercício, como diria Achard (1999), de uma regularidade enunciativa nessas práticas letradas digitais inscritas no contexto informacional. As razões dessas escolhas teóricas têm a ver com o fato de que, de nosso ponto de vista, compreender o fenômeno das notícias falsas ou enganosas requer a investigação de dimensões sócio-históricas e culturais que possibilitam sua emergência e disseminação.

3 Procedimentos metodológicos

O *corpus* deste trabalho é formado de 68 (sessenta e oito) manchetes de notícias, publicadas por duas agências de checagem de fatos durante o mês de março de 2020. Os critérios com base nos quais recolhemos as manchetes das notícias são: (i) agências eleitas por sua relevância sócio-histórica, política e cultural no pioneirismo dessa prática de checagem em seus países e pela intensa penetração em mídias sociais, característica que destaca os países da América em detrimento de outros, de outros continentes; (ii) notícias sobre covid-19 que tenham circulado em mídias sociais no mês de março de 2020. Dessa forma, excluímos desse *corpus* as notícias de caráter apresentativo (não checam nenhuma informação, mas informam mudanças, por exemplo no *site*, ou novidades da própria agência), as notícias checadas não relacionadas à covid-19 e, por fim, notícias que foram resultados de um convênio entre agências, como o projeto *Latam Chequea*.¹⁵

¹⁵ O projeto colaborativo *Latam Chequea* congregou editores e jornalistas de 17 meios de comunicação da América Latina e de países de outras regiões que se dedicaram à verificação de informações, buscando melhorar a qualidade do debate público com o compartilhamento de experiências e ferramentas. Suas verificações foram excluídas do nosso conjunto de manchetes porque

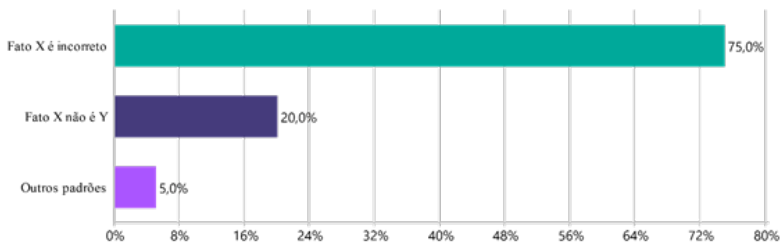
É importante, ainda, localizar de que seções foram retiradas as notícias aqui escolhidas. Cada agência tem, na organização de seu *site*, uma seção específica (chamada de “guia”) para análise de textos que circularam em redes sociais e suscitaram, por critérios de cada agência, atenção. Da agência argentina “Chequeado”, com base na guia “#FalsoEnLasRedes”, foram selecionadas 20 notícias. Da agência brasileira “Agência Lupa”, por sua vez, com base no marcador “#VERIFICAMOS”, foram selecionadas 48 notícias. O período eleito (mês de março de 2020) foi o que antecede a maioria do início dos isolamentos estritos nesses países. Logo, é a partir de março que notícias falsas ou enganosas a respeito da covid-19 foram disseminadas com mais frequência. Trata-se, portanto, de um recorte para uma análise quanti-qualitativa das estruturas de negação presentes nessas manchetes.

4 Discussão dos resultados obtidos

Na análise quantitativa das 68 manchetes, encontramos dois padrões de estruturas frequentes e em comum nas duas agências (“Fato X é incorreto” e “Fato X não é Y”). Embora a segunda estrutura não seja tão frequente na agência “Chequeado”, deixaremos para outro momento a análise de outros padrões. Observemos a frequência obtida da análise de 20 manchetes dessa agência.

não se trata somente de análises feita pela Agência Lupa. Mais informações: <https://chequeado.com/proyectos/latam-chequea/>. Acesso em 19, junho, 2021.

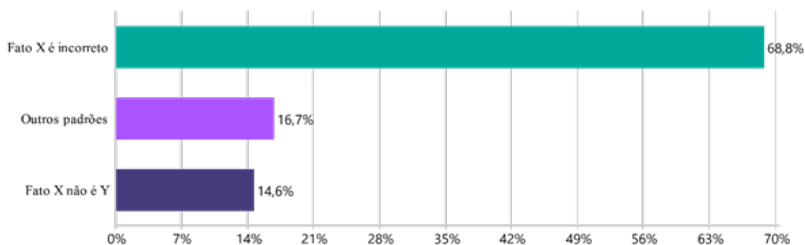
Tabela 1 – Estruturas de negação frequentes da agência “Chequeado”



Fonte: elaborado pelo autor.

Em seguida, é necessário observar, também, a frequência obtida da análise de 48 manchetes da agência “Agência Lupa”.

Tabela 2 – Estruturas de negação frequentes da agência “Agência Lupa”



Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos observar que a estrutura “Fato X é incorreto” é mais frequente nas duas agências (75%, na “Chequeado”, e 68,8%, na “Agência Lupa”). A estrutura “Fato X não é Y” fica, somente na “Chequeado”, em terceiro lugar de frequência. Exemplificaremos como tais estruturas aparecem.

Figura 1 – Manchete publicada pela agência “Agência Lupa”



Fonte: *Printscreen* da tela da notícia.

É possível observar, na Figura 1, que, antes mesmo da manchete, há a imagem que foi analisada pela agência. Nessa composição verbo-visual, há uma foto do atual presidente da república Jair Bolsonaro (sem partido), ao lado do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. O título diz “Israel diz que Bolsonaro tem razão”, que, por uma relação metonímica entre o primeiro ministro e seu país, confere oficialidade ao que está sendo dito. Há uma série de informações falsas que são apuradas pelas agências. Vamos atentar somente à manchete propriamente dita: “#Verificamos: É falso que Israel teve ‘melhor situação do mundo’ contra covid-19 isolando apenas idosos [...]”. Nela, podemos observar a primeira estrutura de

negação proposta (“Fato X é incorreto”),¹⁶ na qual é possível compreender a dinâmica dos enunciadores em confronto:

1) E_1 : Israel teve melhor situação do mundo contra covid-19 isolando apenas idosos.

E_2 : refutação de E_1 por meio da oração “É falso que”.

Este exemplo é representativo do que acontece na maior parte das manchetes analisadas da primeira estrutura. O que ocorre é que o ponto de vista de E_1 é quase sempre associado ao ponto de vista do “engano”: não se trata de dizer que há “locutores” responsáveis ou correspondentes a esses posicionamentos, mas os posicionamentos do enunciador em questão são sempre aqueles contra os quais a agência busca desmentir. Assim, E_2 é, por sua vez, a materialização do posicionamento da agência que, em todos os casos, busca a estratégia da refutação de E_1 para desmenti-lo por meio de, neste caso, uma introdução de oração ou do discurso relatado – mas há outros modos de refutá-lo.

Esse embate de pontos de vista acompanha a produção de sentido dos enunciados negativos. A interpretação de E_2 como posicionamento da agência é possível não apenas porque esse tipo de estrutura é frequente nas publicações do mês escolhido, mas também porque o objetivo explicitado pela agência em seu *site* é o de estimular o debate público, utilizando-se de dados e informações precisas, baseados em fontes oficiais que precisam ser checadas. A manchete que quer desmentir a informação falsa busca, portanto, alinhar-se a essas expectativas registradas na própria metodologia de investigação de que lançam mão.

¹⁶ É importante dizer que optei por designar como “incorreto” aquelas tentativas de dizer por que determinado fato não é verdadeiro. Nas manchetes, aparecem, para somente oferecer exemplos, “É falso que”, “Não existe”, “É antigo/a”, na “Agência Lupa”, ou “Es halso que”, “No hay pruebas de que”, na “Chequeado”.

Observemos, agora, na Figura 2, a segunda estrutura de negação de que tratamos, mas na agência “Chequeado”.

Figura 2 – Manchete publicada pela agência “Chequeado”



Fonte: *Printscreen* da tela da notícia.

Observamos, na Figura 2, textualização diferente do que acontece com relação à “Agência Lupa”: a manchete é trazida antes mesmo da imagem. Quanto à imagem, podemos observar o que parece ser também o objeto de checagem que a agência busca desmentir. Trata-se do que parece ser um *printscreen* de uma conversa do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Um aspecto importante a ser observado é a indicação, feita pelo próprio aplicativo, de mensagem reenviada (“Reenviado”), indicando um movimento de propagação da notícia que, na realidade, é falsa, esforço de checagem reforçado por uma reprodução de superfície carimbada, de cor vermelha, indicando possivelmente os danos que aquela propagação pode causar em

termos de qualificar o debate público, uma vez que qualificar o debate público é um objeto explícito da própria agência em seu *site*.

No que se refere à manchete, temos “*No, no es el dueño de Swiss Medical quien hizo recomendaciones contra el coronavirus por WhatsApp*”. Nela, podemos observar a segunda estrutura de negação proposta (“Fato X não é Y”), compreendendo a seguinte dinâmica enunciativa:

2) E_1 : *Es el dueño de Swiss Medical quien hizo recomendaciones contra el coronavirus por WhatsApp*.

E_2 : refutação de E_1 por meio da dupla aparição do modificador “*No*”.

Da mesma forma que na primeira estrutura, exemplificada com a ocorrência da Figura 1, aqui E_1 é quase sempre associado ao ponto de vista do “engano”, pois a agência o prevê nas estruturas negativas utilizadas, para desmentir esse ponto de vista. E_2 , por sua vez, também acaba sendo a materialização do posicionamento da agência, que busca, nesse caso, a estratégia da refutação de E_1 para desmenti-lo, utilizando duplamente o modificador “*No*”.

Do que precede, a ocorrência dessas estruturas sintáticas de negação que buscam confrontar a posição enunciativa antagonista pode nos dizer muito quando adicionamos, agora, o problema da memória discursiva. Pelo caráter de repetição, comprovado pelas frequências obtidas, é possível, além de identificar o confronto entre esses dois enunciadores – que são relidos, nessas práticas letradas digitais, segundo confronto entre posicionamentos discursivos antagonistas, numa relação de negação polêmica –,

propor a essas estruturas uma identificação de pergunta implícita, cuja resposta terá sempre seu lugar encontrado no corpo textual. À primeira estrutura (“Fato X é incorreto”), propomos a pergunta implícita “O que é correto?”; à segunda estrutura (“Fato X não é Y”), por sua vez, propomos a pergunta implícita “O que é, então?”. A partir dessas proposições, como explicar a existência dessas perguntas implícitas, que se fazem ouvir na cadeia das manchetes analisadas?

Como Achard (1999), ao analisar os implícitos emergidos a partir da palavra “crescimento” no domínio da Economia Política, podemos dizer que, no domínio da Desordem Informacional – campo que estuda a presença de desinformação em práticas letradas midiáticas/digitais –, percebemos que a falta de explicitação dessa pergunta não é, de início, sequer necessária, porque essa ausência “não faz falta, [uma vez que] a paráfrase da explicitação aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição.” (ACHARD, 1999, p. 13). Se, conforme o autor, o pressuposto é um consenso sobre o implícito como representação, essa representação só aparece porque é inscrita numa memória discursiva específica. Poderíamos dizer, nesta breve análise, que essa prática de estruturar a negação, de modo que uma pergunta fique implícita, retomaria um caráter constitutivo da linguagem em termos de sua interlocução – aquele em que um sujeito, ao desmentir um conteúdo proposicional dado, pode fazê-lo em busca de suscitar a **vontade de verdade** (FOUCAULT, [1970] 2014), ou seja, uma vontade de saber a resposta solicitada por um dado sujeito, coagindo-o a descobrir a verdade dos fatos.

Assim, quando o sujeito é interpelado por essas estruturas de negação, pode recuperar, via atravessamento dessa memória

de interlocução, uma necessidade de obter uma resposta para estabilizar a pergunta implícita que surgiu a partir do enunciado desmentido. Essa interpretação pode ser possível, porque “os operados linguageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação [...]” (ACHARD, 1999, p. 14). Só podemos supor que essa memória funcionaria junto aos implícitos identificados, porque essa prática, mesmo que “recuperada anteriormente”, só pode ser evocada em função “[d]o discurso concreto face ao qual nos encontramos.” (ACHARD, 1999, p. 14.).

A regularidade dessas estruturas (sobretudo da primeira) é de natureza, é claro, hipotética: o implícito implicado nessa regularidade pode permitir ao sujeito criar um inventário dessas estruturas e enquadrar as perguntas implícitas naquilo para o que não foram requisitadas, mas percebidas justamente por aquilo que foi enunciado. Somemos isso ao fato de que, como ambas as agências – “Agência Lupa” e “Chequeado” – pretendem desmentir enunciados que circulam nas redes, as manchetes recuperarão essa memória para tentar assegurar – porque sempre é hipótese – uma garantia de propagação após a publicação de seus serviços. Num cenário de infodemia, a recorrência de tal estratégia pode representar essa aproximação com outras práticas que, via memória, são recuperadas pelos sujeitos leitores, inscritos sócio-historicamente no cenário pandêmico em que estamos vivendo.

Considerações finais

O objetivo, com as análises empreendidas, foi mostrar como a recuperação de uma memória discursiva do desmentir pode ter um papel importante na explicitação de perguntas implícitas que

funcionam de modo argumentativo nas manchetes das agências eleitas. Num contexto marcado pela pandemia de covid-19 e pela intensa penetração de usuários em mídias sociais, o papel da memória intervém como possibilidade de que certos leitores se engajem nas manchetes solicitadas e sejam desmentidos por outro grupo de leitores, por meio de “recordação” de práticas interlocutivas com o objetivo de interpelar o outro para obtenção de uma necessidade de resposta.

Essa estratégia é identificada e não é aleatória ou acidental. O contexto de pós-verdades a que estamos sujeitos nesse cenário informacional, como produtores e leitores, acaba fazendo com que essa memória esteja relacionada a uma forma de supremacia ideológica, por meio da qual “seus praticantes estão tentando obrigar alguém a acreditar em algo, havendo ou não boas evidências para isso.” (MCINTYRE, 2018, p. 12).¹⁷ Aqui é importante fazer uma ressalva. Não se trata de dizer que as agências tentam a todo custo fazer com que as pessoas nelas acreditem. Trata-se, antes, de reconhecer uma dinâmica em que as agências se colocam (ou são colocadas) num lugar de objetividade profissional que nem sempre lhe cabe, conforme demonstram Komesu, Alexandre e Silva (2020, p. 222), segundo os quais as agências, na pretensão de serem transparentes, “ignoram constrições sócio-históricas das práticas discursivas que as constituem.”.

Portanto, a “obrigação para crer” (frequente na posição enganosa) e a “sedução para desmentir” (frequente na posição institucional) podem ser interpretadas como características não somente das agências de checagem de fatos, como também dos usuários que pretendem buscar a verdade, ou que pretendem deliberadamente causar dano com alguma notícia falsa. Esses

¹⁷ Nossa tradução para “its practitioners are trying to compel someone to believe in something whether there is good evidence for it or not”.

pontos de vista coexistem nessas práticas letradas digitais, e a memória discursiva pode ser um conceito importante para compreendermos a emergência desses confrontos, tornando-se importante para a formação do leitor em tempos de pandemia.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In: ACHARD, Pierre et al. Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 19, p. 25-42, 1990.

CRYSTAL, David. **English as a Global Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DUCROT, Oswald. La polifonía en lingüística. *In: DUCROT, Oswald. Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminário teoria de la argumentacion y analisis del discurso. Cali: Universidad del Valle, p. 15-30, 1988.

FOSSEY, Marcela Franco. **Polêmica sobre sexo saudável: uma abordagem discursiva**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARARI, Yuval Noah. Yuval Noah Harari: the world after coronavirus. Disponível em <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75>. **The Financial Times**, 2020. Acesso em: 05 jul. 2021.

KOMESU, Fabiana Komesu; ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; SILVA, Larissa Souza da. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de covid-19. *In*: RODRIGUES, Daniela Lopes Dias Ignácio; SILVA, Jane Quintiliano Guimarães (org.). **Estudos aplicados à prática da escrita acadêmica: colocando a mão na massa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, v. 3, p. 186-229, 2020.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **New Literacies: Everyday practices and classroom learning**. 2. ed. Glasgow: McGraw-Hill. Inglaterra: Open University Press, 2006.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **New literacies: everyday practices and social learning**. 3. ed. Inglaterra: Open University Press, 2011.

LEWANDOWSKY, Stephan *et al.* Misinformation and its correction continued influence and successful debiasing. **Psychological Science in the Public Interest**, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1529100612451018>. Acesso em: 05 jul. 2021.

LONGHI, Carla Reis. Informação jornalística: da mediação à midiatização. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTENS, Bertin *et al.* The digital transformation of news media and the rise of disinformation and fake news. **JRC Digital Economy Working Paper**, 2018. Disponível em <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/eur-scientific-and-technical-research-reports/digital-transformation-news-media-and-rise-disinformation-and-fake-news>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. Media Manipulation and Dis-information Online. *Data and Society*, 2017. Disponível em

<https://datasociety.net/output/media-manipulation-and-disinfo-online>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MCINTYRE, Lee. **Post-Truth**. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 2018.

MONNERAT, Alessandra. A aposta no fact checking: jornalistas criam mais iniciativas para verificar o discurso público e revelar notícias falsas. **Knight Center for Journalism in the Americas**, 19 abr. 2017. Disponível em <https://www.sjsp.org.br/noticias/a-aposta-no-fact-checking-f810>. Acesso em: 05 jul. 2021.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **Estimating Fact-checking's Effects: Evidence from a long-term experiment during campaign**. American Press Institute, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. Tradução de Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 5, p. 137-161, dez. 2013.

PANGRAZIO, Luci. What's new about "fake news"? Critical digital literacies in an era of fake news, post-truth and clickbait. **Revista Páginas de Educación**, v. 11, n. 1, p. 6-22, 2018.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 759-782, 2018.

TANDOC JR., Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018. Disponível em www.encurtador.com.br/yNSX8. Acesso em: 05 jul. 2021.

WARDLE, Claire; DEREKSHAN, Hossein. Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**, DGI, 2017.

Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento

Eliara Santana Ferreira*

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir como se consolidou um processo de desinfodemia no Brasil a partir de um sistemático processo de desinformação que envolve a disseminação de *fake news* e o falseamento de notícias científicas a partir da manifestação e do suporte de instâncias públicas federais e de veículos de comunicação aliados às prerrogativas bolsonaristas. A desinfodemia é uma pandemia de desinformação sobre a covid-19, de acordo com estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nesse sentido, visamos a uma sistematização do processo de desinformação no Brasil em tempos da pandemia a partir da suposição de que tal processo reverbera em comportamentos da população em geral, comportamentos esses de desconsideração ou não respeito a recomendações médicas e técnicas e de questionamento em relação aos fatores de contágio e de tratamento da covid, o que pode ser observado preliminarmente a partir das reiteradas matérias jornalísticas que mostram a população nas ruas das principais cidades sem os devidos cuidados de prevenção em relação, por exemplo, ao uso de máscaras. Buscamos, a partir desse levantamento de dados e sua consequente análise, propor um diálogo com base nas ferramentas de letramento midiático e informacional e a

criação regular de conteúdos que possam auxiliar na promoção de uma cultura midiática mais participativa e na melhor compreensão dos processos de desinformação, auxiliando na prevenção mais efetiva da covid-19 no Brasil.

Palavras-chave: Desinfodemia. Letramento Midiático. Desinformação. *Fake news*.

Disinformation, disinfodemic and media information literacy - a study of the process in Brazil under Jair Bolsonaro's government

Abstract

The proposal of this research is to verify how disinfodemic process was consolidated in Brazil from systematic dissemination of fake news and misinformation that found support in federal public instances. Disinfodemic is a pandemic of disinformation about covid-19, according to a study released by the United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO). In this sense, we aim at a systematization of the disinformation process in Brazil in times of pandemic from the assumption that such process reverberates in behaviors of the population in general, behaviors that disregard or do not respect medical and technical recommendations and questioning factors of contagion and treatment of covid, which can be observed preliminarily from the repeated journalistic articles that show the population in the streets of major cities without the proper care of prevention in relation, for example, to the use of masks. From this data survey and subsequent analysis, we intend to propose a dialogue based on media and information literacy tools and regularly create content that can help to promote a

more participatory media culture and a better understanding of the disinformation processes, which contributes to a more effective prevention of covid-19 in Brazil. The situation of disinformation and consequent disinfodemic is established by the systematic dissemination of false scientific news – such as the dissemination of known incorrect research on the use of certain drugs, for example – by agencies and secretariats of the federal government structure, contrary to scientific precepts established by the World Health Organization.

Keywords: Disinfodemic. Misinformation. *Fake News*. Media Literacy

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 10/09/2021.

Introdução

O Brasil vivencia, desde 2018, um processo de desinformação que se tornou incontável a partir de 2020, com a pandemia provocada pela covid-19. Tal processo de aprofundamento da crise se deu, sobretudo e essencialmente, em função de uma promoção institucional deliberada de notícias científicas falsas ou falseadas por diversos agentes, nos quais se inserem os agentes do poder público. Entendemos que essa sistemática disseminação provoca uma situação generalizada de desinformação, gerando uma situação de descontrole social entre a população no tocante à compreensão e à observação de regras cientificamente definidas para o controle e o combate da covid-19.

Aliadas a essa conduta de disseminação, as atitudes ostensivas, protagonizadas por agentes públicos (como o Presidente da República) e *influencers*/comunicadores, de negação em relação a premissas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no tocante ao combate à pandemia (aderir ao isolamento social, usar máscara fora de casa, manter o distanciamento social, evitar aglomerações) também contribuem para o agravamento sistemático da situação sanitária do país. Tal cenário engloba não apenas a disseminação de *fake news* (por exemplo, espalhando a ideia de que o coronavírus é uma invenção dos chineses), mas também o falseamento do conhecimento científico e a negação de preceitos científicos já secularmente consolidados (como na insistência com o uso de medicamentos já comprovadamente ineficazes no combate à covid-19).

Para enunciar o problema que nos orienta na estruturação deste artigo, fruto de uma pesquisa mais ampla que vimos

desenvolvendo, afirmamos que o acesso à informação é um direito reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmada pela Organização das Nações Unidas e pelo Estado brasileiro, e que a informação plural e de qualidade é elemento essencial também à saúde da população. Como salienta Carlsson (2019), não há boas condições de saúde sem o acesso à informação de qualidade.

Nesse sentido, a nossa tese central é de que, especialmente no momento de uma pandemia, a desinformação que contraria frontalmente – a partir do senso comum e da divulgação de pesquisas comprovadamente fraudulentas ou falseadas – preceitos científicos internacionalmente reconhecidos provoca uma situação de caos de informação entre a população. A compreensão em relação aos elementos de verdade e ao movimento de falseamento da verdade, assim como os parâmetros de atribuição do grau de verdade ou de falsidade de qualquer informação constituem um debate que respalda a construção do conhecimento científico na atualidade.

A desinformação é um fenômeno que se consolida nas sociedades contemporâneas, com fortes impactos em vários contextos – social, político, econômico, de saúde –, e isso impacta seriamente o funcionamento da esfera pública, como ressalta Carlsson (2019). Esse fenômeno comunicacional tem grande evidência pelo fenômeno das *fake news*, mas não deve ser tomado apenas por esse viés: há que se considerar o papel da mídia corporativa, além das mídias digitais, para que se alcance a dimensão desse problema. O falseamento de informações, caracterizando um cenário de desinformação intencional e deliberado, sobretudo em relação às informações científicas, neste momento de pandemia (como as mudanças de cálculo para

balanços em relação à covid-19, ou a propaganda para utilização de medicamentos não recomendados pela OMS, entre outros diversos exemplos), tem sido determinante para o agravamento da situação de desinformação, que se generaliza e avança rumo a uma situação de desinfodemia.

Nesse sentido, o processo de desinformação sistemático como se observa no Brasil no cenário do alastramento da covid-19 está em consonância com o fenômeno descrito pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco) como desinfodemia, uma pandemia pela desinformação básica sobre a doença, conceito que iremos detalhar a seguir.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir o contexto da desinfodemia no Brasil, considerando-o como parte de um processo avançado de desinformação que se estrutura a partir de vários agenciamentos e agentes, e o papel do letramento midiático e informacional como ferramenta prática e arcabouço teórico capaz de consolidar a formação crítica de cidadãos e cidadãs, tornando-se um instrumental de combate a esse processo.

2 Desinformação e desinfodemia no Brasil

2.1 A estrutura de desinformação

Na busca por compreender a complexidade desse fenômeno no Brasil contemporâneo, tomamos as construções propostas por Wardle (2019) e Carlsson (2019), que abordam a desinformação em sua complexidade, extrapolando a discussão sobre a estrutura e/ou disseminação de *fake news*, portanto, para além também

de uma discussão pautada pela preocupação em se estabelecer uma diferenciação entre verdadeiro ou falso, uma vez que há, no desenrolar desses fenômenos, processos de falseamento de um dado real, como veremos adiante, no material coletado.

Assim, começamos por trazer o que Wardle (2019)¹ salienta como tipos do que compõem uma desordem informacional:

- *Disinformation*: uma informação que é falsa e deliberadamente criada para causar prejuízos. Ela é motivada por três fatores distintos: obtenção de lucro, para que grupos tenham influência política (interna ou externa) ou para causar problemas específicos a grupos, a pessoas ou a um país;
- *Misinformation*: informação que é falsa, mas não criada com a intenção de causar danos;
- *Mal-information*: informação baseada na realidade, usada para causar prejuízos a pessoas ou grupos.

A partir dessa categorização inicial, propomos então uma conceituação para pensarmos o fenômeno da desinformação no Brasil, o qual tomaremos como um processo estruturado por um conjunto de informações falsas ou falseadas, muitas vezes baseadas num dado real, num dado da realidade, intencionalmente e deliberadamente criadas ou ressignificadas para prejudicar determinados grupos e beneficiar outros e que são criadas e disseminadas sistematicamente por agentes específicos, num esquema de comunicação profissional. Portanto, não são práticas aleatórias nem oriundas de práticas individuais.

Nessa abordagem, Wardle (2019) destaca sete diferentes tipos da desinformação, que são:

¹ Em setembro de 2017, Claire Wardle, juntamente com Hossein Derakhshan, foi autora do documento “*Report of the Council of Europe – Information Disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*” (September 2017), onde já se apresenta essa discussão.

- Conteúdo falso: novo conteúdo que é 100% falso, projetado para enganar e causar danos;
- Conteúdo manipulado: quando informações ou imagens genuínas são manipuladas para enganar;
- Conteúdo impostor: quando fontes genuínas são representadas em textos, artigos, matérias que não escreveram, ou em declarações que não deram, ou ainda quando *logos* de instituições são usadas para reproduzir conteúdos;
- Conteúdo enganoso: uso enganoso de informações para enquadrar um problema ou indivíduo. A fragmentação da informação está longe de ser nova e se manifesta de inúmeras maneiras. A reformulação das histórias nas manchetes, o uso de fragmentos de aspas para sustentar um ponto mais amplo, citando as estatísticas de uma maneira que se alinha com uma posição ou decidindo não cobrir alguma coisa, porque isso prejudica um argumento, são todas técnicas reconhecidas;
- Conexão falsa: quando manchetes, imagens ou legendas não correspondem ao conteúdo. Como parte do debate sobre desordem da informação, é necessário que a indústria de notícias reconheça seu próprio papel na criação de conteúdo que não atende aos altos padrões exigidos por uma indústria agora atacada por vários lados, salienta a autora;
- Contexto falso: conteúdos genuínos são frequentemente vistos sendo reciclados fora de seu contexto original.

Esses aspectos destacados por Wardle (2019) não se restringem à abordagem sobre *fake news* ou exclusivamente à comunicação via internet, nas redes sociais; elas também encontram suporte e respaldo nas práticas da mídia corporativa,

em rádios, TVs, jornais e revistas. Vamos trazer apenas um exemplo específico para mostrar essa colocação, ainda que a abordagem relativa à estrutura da mídia corporativa não seja o foco deste artigo. Assim, uma ilustração de conteúdo enganoso praticado pela mídia corporativa pode ser observado em uma matéria do Jornal Nacional de 9 de outubro de 2019, cujo tema era inflação. A abertura da matéria ressalta: “O índice que mede a inflação oficial do Brasil registrou deflação de 0,04% em setembro. Foi a maior retração média de preços para o mês desde 1998. Alimentos e bebidas foram os que mais contribuíram para isso. Nos últimos 12 meses, o IPCA registra inflação de 2,9%, bem abaixo da meta do governo pra esse ano [...]”. A reportagem não explica o que é de fato deflação, e o tom da notícia induz a uma percepção positiva – a de que os preços estavam caindo porque o governo estava controlando a inflação. No entanto, deflação significa que a renda, o emprego e o consumo estão ruins, estão prejudicados, o que revela, na verdade, algo negativo, ou seja, que a economia está fraca e desaquecida.

2.2 Cenário brasileiro

2.2.1 Panorama da desinformação no Brasil

O sistema de desinformação no Brasil precisa ser considerado a partir de algumas prerrogativas para situarmos o problema para além de questões trazidas contemporaneamente pelas redes sociais, pela mídia digital. É um equívoco que se problematize a desinformação apenas por um viés, a partir do advento das mídias digitais. No Brasil, o fenômeno pode ser analisado a partir de alguns elementos centrais:

- a) Pouca pluralidade no acesso da população à informação – há uma predominância de meios tradicionais convencionais e acesso precário à internet;
- b) Grande disseminação de *fake news* e de notícias falseadas operacionalizada por diversas instâncias (públicas e privadas), como o provam *sites* disseminadores de conteúdo falso em relação à covid-19;
- c) Mídia altamente concentrada no controle de poucos grupos – apenas sete grupos;
- d) Grupos religiosos com perfil muito conservador com controle cada vez maior da mídia tradicional;
- e) Uso massivo de *WhatsApp* pela população.

Trata-se, sem dúvida, de um fenômeno complexo em que várias ocorrências – antigas e recentes – se coadunam para produzi-lo e ampliar sua potencialidade e que é agravado por um cenário de pandemia em que agentes públicos divergem frontalmente entre si e não são capazes de orientar adequadamente a população. Esse cenário esgarça de tal forma o tecido social que há uma rápida evolução para uma situação de desinfodemia, que tem no cerne os fenômenos das *fake news* e do falseamento de notícias sobretudo científicas, implicando num retrocesso em termos de controle da pandemia de covid-19 no país.

Para ilustrar, trazemos o seguinte esquema:

Figura 1



Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar na Figura 1, o cenário da desinformação no Brasil é bastante complexo e envolve vários elementos que não se esgotam na observação do processo de disseminação de *fake news*. A estrutura da mídia corporativa também colabora muito para esse cenário, uma vez que apenas sete grupos controlam a produção de informação e de entretenimento no país; a regulamentação da radiodifusão ainda não está efetivada; apenas quatro grandes grupos de TV aberta respondem por 70% da audiência no país, e 80% dos meios de comunicação estão concentrados na Região Sudeste do país.²

Neste artigo, não vamos nos aprofundar nesses dados e abordagens, pois vamos nos deter mais especificamente na

² Dados da pesquisa Media Ownership Monitor/Intervozes, de 2018.

pesquisa que efetivamos em relação à estruturação de cenário de desinfodemia a partir da pandemia de covid-19 no país.

2.2.2 Um ecossistema de *fake news*

Uma das pontas desse sistema de desinformação no Brasil é o ecossistema de *fake news*. A construção desse ecossistema foi adaptado à realidade brasileira a partir de uma abordagem da pesquisadora Yoana Literat, do *Media and Social Change Laboratory* (MASClab), do *Teachers College, Columbia University*.³ E por que pensar numa representação como essa? Porque o esforço de compreensão do fenômeno das *fake news* no Brasil implica considerar a perspectiva de um processo bem estruturado, com vários momentos e atores, de construção de significado que acaba por ressignificar a realidade, que se consolida e cria novas dimensões de sentido, com graves consequências pelo alcance sistêmico e pelas influências marcantes no cenário macropolítico e na reestruturação do papel de instâncias como a imprensa tradicional, por exemplo.

Tomamos o conceito de *fake news* a partir da elaboração de Allcott e Gentzkow (2017), segundo os quais as *fake news* são “informações difundidas por meios de comunicação que se disfarçam de veículos jornalísticos e que difundem informação comprovadamente incorreta para enganar seu público [...]”.

No Brasil, um modelo possível de ecossistema pode ser pensado a partir da seguinte estrutura:

³ Fiz parte do Masclab em 2019, ocasião em que, a partir de um esboço já existente e desenvolvido pela professora Yoana Literat, projetei a arquitetura desse sistema adaptado à realidade brasileira.

Figura 2



Fonte: Elaborado pela autora.

Consideramos esse ecossistema, a partir de Stuart Hall (1973), como um processo de codificação/decodificação, em que vários fatores (de ambos os lados) afetam o modo como as mensagens são produzidas, a roupagem que recebem e a sua circulação. Fatores como: origem das mensagens, autoria, imagens usadas, contexto político-social, intencionalidade. É uma estrutura sustentada pela articulação destes quatro momentos distintos: produção (a codificação da mensagem tem lugar), circulação (como os indivíduos percebem as mensagens), uso/consumo (interpretação da mensagem) e reprodução (se os indivíduos desenvolvem ações depois de receberem as mensagens). No caso brasileiro, percebemos a configuração de uma estrutura que envolve agentes profissionais – *sites*, *blogs*, portais – que se aliam a *influencers* e apresentadores de programas televisivos.

Essa estrutura profissional não é observada somente em relação ao processo de disseminação de *fake news* (não se trata somente de um impulsionamento), mas também no processo de produção – a desinformação veiculada tem uma roupagem de notícia. Redatores e editores marcados como partes da colmeia na Figura 2 compõem o esquema de produção, enquanto que robôs, *bots* e grupos secretos integram o esquema de disseminação. Nos dois extremos da colmeia, estão os cidadãos e as agências de checagem. Esse ecossistema teve e tem, até este ano de 2021, um papel essencial no processo de desinfodemia no Brasil.

2.3 Desinfodemia

O conceito de desinfodemia refere-se à pandemia de desinformação ligada à pandemia de covid-19 e foi cunhado a partir da pesquisa “*Disinfodemic – Deciphering Covid-19 Desinformation*”, desenvolvida pela Unesco em 2020. De acordo com a pesquisa, a desinformação que se vincula à covid-19 ameaça não apenas os indivíduos, mas as sociedades como um todo, pois ela leva os cidadãos a causarem prejuízos a si próprios ao ignorarem as recomendações científicas. De acordo com o documento, “as motivações para a desinformação são diversas. Elas podem ser para ganhar dinheiro, obter vantagens políticas, minar a confiança, transferir a culpa, polarizar as pessoas e prejudicar as respostas à pandemia”.⁴

A pesquisa ressalta que o acesso à informação de qualidade é um aspecto essencial para combater a desinformação e a desinfodemia e destaca respostas necessárias a vários aspectos

⁴ Nossa tradução para: “*The motivations for the disinformation are diverse. They may be to make money, score political advantage, undermine confidence shift blame, polarise people, and to undermine responses to the pandemic [...]*” (*Disinfodemic – Deciphering covid-19 Desinformation*, Unesco, 2020, p. 5).

sociais, culturais e econômicos. Em relação à educação, o documento ressalta que “as respostas propostas e discutidas visam promover o letramento midiático e informacional dos cidadãos, o qual inclui pensamento crítico e habilidades de verificação digital [...]” (Unesco, 2020, p. 13). Cabe aqui, brevemente, ponderar a tênue diferença entre os conceitos de infodemia e desinfodemia, para que não exista o entendimento de que se trata do mesmo fenômeno. A infodemia compreende uma situação de excesso de informação, não necessariamente informação incorreta, mas um excesso de informações muitas vezes de baixa qualidade e que podem também ser incorretas. A desinfodemia refere-se, como já dito, especificamente à pandemia de desinformação relativa à pandemia de covid-19 e tem aspectos bastante específicos.

2.3.1 Nove temas principais da pandemia de desinformação

O documento divulgado pela Unesco em abril de 2020 destaca que as *fake news* recorrentes nesse processo referem-se principalmente a tópicos como: origem e disseminação do novo coronavírus, sintomas, diagnóstico e tratamento, estatísticas falsas e reflexos econômicos. No Brasil, pode-se observar que os vetores citados como responsáveis pela disseminação de desinformação (peças publicitárias oficiais, manifestações via redes sociais de agentes públicos, entre outros) utilizam-se desses elementos. De acordo com o documento:

A desinformação em relação à COVID-19 cria confusão sobre a ciência médica com impacto imediato em cada pessoa no planeta e em sociedades inteiras. É mais tóxico e mais mortal do que a desinformação sobre

outros assuntos. É por isso que este documento cunha o termo desinformodemia [...] (Unesco, 2020, p. 2).⁵

Os nove temas principais são:

- 1) Origem e disseminação do novo coronavírus: há várias teorias culpando diversos atores pelo surgimento da doença, e, segundo a pesquisa, “usando-se um rótulo como ‘vírus chinês’, em vez de terminologia neutra, infla-se a localização em um adjetivo, em um eco histórico que deu um significado tendencioso [...]”;
- 2) Estatísticas falsas e enganosas: frequentemente ligadas à incidência da doença e a taxas de mortalidade;
- 3) Impactos econômicos: disseminação de falsas notícias sobre os impactos econômicos e de saúde da pandemia, “sugerindo que o isolamento social não é economicamente justificável e mesmo afirmações de que a Covid-19 está criando empregos [...]”;
- 4) Desacreditação de jornalistas e de veículos de notícias confiáveis: há campanhas contra órgãos tradicionais de imprensa;
- 5) Sintomas, diagnóstico e tratamento: conteúdo inclui desinformação perigosa sobre a prevenção, o tratamento e a cura da doença;
- 6) Impactos na sociedade e no meio ambiente: inclui falsa informação sobre *lockdowns*, por exemplo;
- 7) Politização: segundo a pesquisa, esse item engloba informações apresentadas para negar o significado de fatos que são inconvenientes para certos atores no poder e desinformações projetadas para enganar e obter vantagem

⁵ Nossa tradução para: “COVID-19 disinformation creates confusion about medical science with immediate impact on every person on the planet, and upon whole societies. It is more toxic and more deadly than disinformation about other subjects. That is why this policy brief coins the term disinformodemia [...]”.

política, o que inclui equiparar a covid-19 à gripe e fazer afirmações sem fundamento sobre a duração provável da pandemia;

- 8) Conteúdo impulsionado por ganho financeiro fraudulento: inclui golpes destinados a roubar os dados privados das pessoas;
- 9) Desinformação focada em celebridades: falsas histórias sobre personalidades que contraíram a doença e se curaram.

Além desses temas, o documento também indica quatro formatos principais que prevalecem na estrutura da desinfodemia.

São eles:

- 1) Narrativas emotivas (construções textuais e *memes*): textos narrativos que frequentemente misturam linguagem emocional forte, mentiras e/ou informações incompletas e opiniões pessoais juntamente com elementos de verdade. Esses formatos são particularmente difíceis de serem descobertos em mensagens fechadas;
- 2) *Sites* fabricados e identidades de autoridades: fontes falsas, conjuntos de dados poluídos e *sites* falsos ligados ao governo ou de empresas e *sites* que publicam informações aparentemente plausíveis no gênero de notícias, por exemplo, relatando casos fictícios de covid-19;
- 3) Imagens e vídeos fraudulentamente alterados, fabricados ou descontextualizados: são usados para criar confusão e desconfiança generalizada e/ou evocar emoções fortes por meio de *memes* virais ou histórias falsas;
- 4) Disseminadores de desinformação e campanhas orquestradas: ações destinadas a semear a discórdia em comunidades *on-line*, avançar o nacionalismo e as agendas geopolíticas, fazer coleta ilícita de dados pessoais de saúde

ou obter ganho monetário com *spam* e anúncios de curas falsas. Tais formatos também podem incluir a ampliação e o antagonismo de artificialismo por *bots* e *trolls* como parte de campanhas organizadas de desinformação.

Partindo da construção conceitual já delineada e para compreender as bases do desenvolvimento desse complexo sistema no Brasil, especialmente sob o governo Jair Bolsonaro, tomamos como objetos de análise, considerando-se o ecossistema de *fake news*, o alcance e a potencialidade de danos desse processo, postagens e campanhas da Secretaria de Comunicação do Governo Federal (Secom), no período de abril a dezembro de 2020, e matérias publicadas em dois *sites* favoráveis ao governo Bolsonaro, que são “Estudos Nacionais” e “Jornal da Cidade Online”. Para consolidar essas investigações, nos baseamos também em resultados da pesquisa “As palavras importam (2020)”, desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de Cambridge.

Esse estudo mostrou que, nas cidades nas quais Jair Bolsonaro teve mais votos na eleição de 2018, mesmo num cenário em que as pessoas têm mais acesso à informação (via TVs, rádios, internet e jornais), a queda no isolamento social foi maior após as falas e o comportamento do presidente da República. Os pesquisadores utilizaram dados de geolocalização de 60 milhões de aparelhos celulares (dados anônimos) e, em seguida, cruzaram esses dados com as informações sobre a votação na eleição de 2018 (dados do TSE). Eles consideraram dois momentos específicos, os dias 15 e 24 de março de 2020, quando o presidente Bolsonaro minimizou os impactos da covid-19 no Brasil. A pesquisa mostrou que os níveis de adesão às medidas de isolamento social e de quarentena caíram até três pontos percentuais nesses dois momentos, ou seja, a partir das declarações do presidente.

Também consideramos, em nossa pesquisa, as *lives*, os tuítes e as declarações públicas do presidente da República, Jair Bolsonaro, em defesa dos medicamentos cloroquina e hidroxicloroquina, contra o distanciamento social e o uso de máscaras e com críticas a vacinas, em diferentes momentos, ao longo do ano de 2020 e até junho de 2021. Essas manifestações estão exemplificadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Exemplos de declarações do Presidente da República

Data	Exemplo
19/12/2020	“Eu tive infectado no ano passado, tomei aquele remédio que eu dei pra ema, aquele remédio pra combater a malária. No dia seguinte tava bom”
11/04/2020	“A hidroxicloroquina é a alternativa no momento contra a covid-19”
24/06/2021	“E eu recomendo que você procure um médico e inicie imediatamente o tratamento, tendo sido vacinado ou não.”
14/05/2020	“Cada dia você vê mais aqui que quem praticou o lockdown não deu certo.”

Fonte: Elaborado pela autora.

Em consonância com a conceituação apresentada, os tópicos descritos e a discussão proposta pelo documento da Unesco, observa-se no Brasil a promoção crescente de descrédito em relação a prerrogativas científicas da OMS e de outras instituições de pesquisa brasileiras e um processo oficial de disseminação de desinformação promovido por agentes públicos no momento de agravamento da pandemia de covid-19 no país. Além das declarações presidenciais, podemos mostrar ainda, como agentes desse processo, ações institucionais de divulgação

de tratamentos e remédios ineficazes contra a covid-19, como a campanha exemplificada a seguir, que foi promovida pela Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo, em maio de 2020, e difundida oficialmente:

Figura 3 - Propaganda hidroxiclороquina divulgada pela Secom em rede social em 21-05



Fonte: Perfil SecomVc no Twitter.

Há nessa peça publicitária um falseamento do conhecimento científico brasileiro e também internacional, uma vez que o elemento principal usado como substrato da desinformação é a hidroxiclороquina, amplamente pesquisada e já desacreditada na comunidade científica e, recentemente, não recomendada oficialmente pela OMS. Tal defesa, explicitada na peça de comunicação, encontrou resistência no âmbito das ações definidas

pelos governos estaduais, que promovem também campanhas de orientação para a população dos seus respectivos estados em conformidade com a orientação máxima da Organização Mundial de Saúde, que não recomenda tal medicamento e afirma sua ineficácia no combate à covid-19, além dos efeitos colaterais graves.

Com o alastramento pelo país da pandemia de covid-19, o Brasil passou a vivenciar uma situação de negacionismo em relação a preceitos científicos e o falseamento ostensivo de notícias científicas no que diz respeito às formas de combater a covid-19, ações observadas em agentes públicos e em parte da população. E tal contexto se soma ao já complexo ambiente de disseminação de *fake news*, situação que ocasiona dificuldades crescentes para o controle da pandemia no país.

Dado esse cenário complexo de desinfodemia no Brasil, uma questão posterior que se insere é em relação às ações e aos instrumentos que podem ser eficazes para a estruturação de um combate sistemático e efetivo ao processo em curso – que tem implicações sérias para o combate à covid-19, como já alertado pela OMS, pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU e pelo Unicef.

A primeira hipótese nesse sentido é a de construção de processos de educação em letramento midiático e informacional, constituindo-se num programa efetivo para auxiliar os públicos a desenvolverem uma compreensão crítica da natureza da mídia, suas técnicas de convencimento e argumentação e o impacto do discurso de informação na sociedade, fortalecendo a participação democrática e o engajamento cívico, funcionando como antídoto às *fake news* e à proliferação do discurso de ódio.

É necessário que se elaborem e se estruturam instrumentos e metodologia para a identificação da estrutura de desinformação no país, buscando-se uma compreensão adequada do fenômeno das *fake news* e do falseamento de informações com caráter científico no Brasil durante a pandemia de covid-19, bem como dos agentes propagadores, como forma de contribuir para um combate eficaz da doença e suas implicações no combate à covid-19. O Brasil tem experimentado os efeitos bastante negativos da conjunção desses dois elementos, que causa um esgarçamento do tecido social e coloca em xeque o funcionamento das instituições, o que tem se intensificado durante a pandemia em relação ao falseamento de questões científicas.

3 Letramento midiático e democracia

O letramento midiático é um conjunto de habilidades, ferramentas, conhecimentos que constrói uma compreensão do papel das mídias na sociedade, bem como ferramentas de questionamento para os cidadãos se posicionarem. Segundo Hobbs (2009):

O letramento midiático foi conceituado em relação a quatro posições teóricas primárias: como um meio para combater os efeitos negativos dos meios de comunicação de massa; como uma forma de combater o poder hegemônico dos meios de comunicação de massa; como uma forma de reconhecer a estrutura e a natureza construída das mensagens da mídia; e como uma forma de reconhecer o papel do jogo, identidade, voz e subjetividade nas práticas de consumir e criar meios de comunicação. Cada uma destas quatro tradições tem seus adeptos e detratores, o que contribuiu para alguns dos “grandes debates” no campo [...] (HOBBS, 2009, p. 25).

Segundo a autora, o conceito de letramento midiático circula nos Estados Unidos e na Europa desde o início do século 20 e se consolida como um conjunto de conhecimentos e habilidades que são necessários para a plena participação em uma sociedade que está às voltas com o excesso de mídia contemporânea. Ainda de acordo com Hobbs (2009), a aquisição das competências de letramento midiático não pode ser tomada apenas como um conjunto de habilidades técnicas e operacionais, é preciso, ela ressalta, perceber essas competências como parte de um processo de mudança cultural.

Portanto, o letramento midiático constitui-se como um arcabouço para a formação de cidadãos críticos, nas mais diversas instâncias, que sejam capazes de identificar e se posicionar diante de um complexo sistema de desinformação, em que o processo de desinfodemia observado no Brasil recentemente se insere. Os processos eleitorais e a própria democracia ficam reféns da desinformação. Como salienta a Unesco, “uma sociedade alfabetizada em mídia e informação promove o desenvolvimento de mídias livres, independentes e pluralistas, e de sistemas abertos de informação [...]”.

Ao problematizar o impacto da desinformação para a democracia, Carlsson (2019) ressalta que a diferença no acesso aos meios, à internet e à informação e na habilidade do uso das mídias reforça um modelo já existente de desigualdade socioeconômica. De acordo com a pesquisadora, o letramento midiático e informacional deve ser considerado como um direito da cidadania, sendo crucial para o funcionamento da democracia, pois o aumento da desinformação e da má informação tem um impacto muito sério na esfera pública. E a diferença no acesso à mídia e à informação de qualidade, aponta ela, contribui para o aumento da desigualdade.

Para Jenkins (2006), a consolidação de práticas de letramento midiático contribui fortemente para a criação de uma cultura participativa que contribui para o engajamento civil e a formação de uma cultura cívica. E isso importa porque, de acordo com o autor, os produtos e conteúdos do sistema midiático terão apoio (credibilidade) e serão disseminados apenas se o sistema cultural de determinada sociedade der suporte a isso.

Para justificar a relevância do ensino de letramento midiático, Jenkins (2006) destaca três problemas principais, e aqui nós optamos por abordar os dois mais relevantes do ponto de vista da realidade brasileira. O primeiro, ele diz, refere-se à lacuna, ou vácuo de participação, pois há um acesso desigual da população à informação e aos canais de participação cívica, sobretudo em relação à internet. O acesso não é igual para todos. O segundo problema que o autor destaca diz respeito à transparência na e da produção dos conteúdos midiáticos. Segundo ele, mesmo que os jovens e adultos em geral usem os recursos midiáticos, sobretudo digitais, eles são limitados em sua habilidade para examinar o sistema de mídia como um todo.

Segundo a Unesco, a alfabetização midiática e informacional tem um enorme poder agregador de criação de diversas interfaces entre muitos e diversos grupos sociais e a possibilidade concreta do estabelecimento de conexões em várias partes do mundo, por meio do contato com ONGs e outras formas de atuação, bem como a possibilidade de criação de diversas experiências contemplando esse trabalho. A Unesco diferencia os elementos da alfabetização midiática e da alfabetização informacional, como se segue:⁶

6 De acordo com a Unesco, "por um lado, a alfabetização informacional enfatiza a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação. Por outro, a alfabetização midiática enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão [...]".

Figura 4 - Duas formas de alfabetização

Unesco: Duas formas de alfabetização	
Alfabetização informacional	Alfabetização midiática
Definição e articulação de necessidades informacionais	Compreensão do papel e das funções das mídias em sociedades democráticas
Acesso à <u>informação</u>	Compreensão das condições sob as quais as mídias podem cumprir suas funções...
Localização e acesso à <u>informação</u>	Avaliação crítica do conteúdo midiático à luz das funções da mídia
Organização da informação	Compromisso junto <u>às mídias</u> para a autoexpressão e a participação democrática
Uso ético da informação	<u>Revisão</u> das habilidades (incluindo as TICs) necessárias para a produção de conteúdos pelos usuários

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados e conceitos da Unesco.

Na pesquisa e neste artigo, pela dimensão político-social transformadora, adotamos a concepção de letramento midiático e informacional.

3.1 Os *core concepts* do letramento midiático

As diversas tecnologias envolvidas, bem como o instrumental educacional específico envolvido, traz inúmeras possibilidades no campo do letramento midiático, seja na formação específica de professores, seja no desenvolvimento de ferramentas de ensino para crianças e jovens e adultos. Os *core concepts* do letramento midiático são essenciais para o desenvolvimento de sua compreensão e prática e também para a estruturação de uma análise crítica dos meios. De acordo com o *Center for Media Literacy* (CML), há cinco *core concepts*, que são:

- 1) Autoria – todas as mensagens da mídia são construídas;
- 2) Formato – as mensagens da mídia são construídas usando-se uma linguagem criativa com suas próprias regras;
- 3) Audiência – diferentes pessoas experimentam a mesma mensagem da mídia de modo diferente;
- 4) Conteúdo – a mídia embute valores e pontos de vista em seu conteúdo;
- 5) Propósitos – a maioria das mensagens da mídia são organizadas para obter benefícios ou poder.

A partir deles temos, então, as principais habilidades a serem desenvolvidas e a serem trabalhadas para empreender uma educação para a mídia:

Analisar – É necessário desenvolver competências analíticas entre os leitores, ouvintes, espectadores e usuários das redes sociais, que devem ser formados no sentido de serem competentes para interpretar os conteúdos;

Avaliar – A avaliação crítica é essencial para o letramento. Nesse processo, é fundamental dotar o público de conhecimento

sobre os contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos mais amplos nos quais o conteúdo midiático é produzido;

Criar – Levando-se em consideração sobretudo o público adolescente – a juventude –, é essencial que ele se aproprie também da produção de conteúdo, transformado-se em remetente e produtor de mensagens informacionais de qualidade. O letramento midiático não se destina a construir uma “proteção” para as crianças, livrando-as de conteúdos danosos.

O letramento midiático também não se resume a um instrumental para compreender a mídia – trata-se de um processo para desenvolver habilidades nos cidadãos para que eles construam um pensamento crítico. Segundo Masterman (1985):

O conceito unificador central da Educação para a Mídia é o da representação. A mídia media. Eles não refletem, mas reapresentam o mundo. Os meios, é isto, são sistemas simbólicos de signos que devem ser decodificados. Sem este princípio, nenhuma educação midiática é possível. A partir dele, todo o resto flui [...] (MASTERMAN, 1985, p. 30).

3.2 Por que o letramento midiático é importante?

O Centro de Letramento Midiático (CML) aborda alguns elementos para demonstrar por que o letramento midiático é um instrumento tão relevante no século 21:⁷

A influência da mídia nos processos democráticos centrais: Numa cultura global midiática, as pessoas precisam de duas habilidades para serem cidadãos engajados de uma democracia:

⁷ Resumo elaborado a partir de Len Masterman, em *Teaching the Media* (1985).

pensamento crítico e autoexpressão. A alfabetização midiática instiga essas duas habilidades essenciais, permitindo que os futuros cidadãos possam classificar por meio de embalagens políticas, entender e contribuir para o discurso público e, em última instância, tomar decisões informadas nos processos eleitorais;

A alta taxa de consumo de mídia e a saturação da sociedade pela mídia: Quando se consideram *videogames*, televisão, música pop, rádio, jornais, revistas, *outdoors*, internet etc., estamos expostos a mensagens mais mediatizadas em um dia do que os nossos bisavós foram expostos em um ano. A alfabetização midiática ensina as habilidades que precisamos para navegar com segurança por este mar de imagens e mensagens – para toda a nossa vida;

A influência da mídia na formação de percepções, crenças e atitudes: É inquestionável que as experiências da mídia exercem um impacto significativo na forma como entendemos, interpretamos e agimos em nosso mundo. Ao nos ajudar a compreender essas influências, a educação midiática pode nos ajudar a sair da dependência em relação a elas;

A crescente importância da comunicação visual e da informação: A vida das pessoas é cada vez mais influenciada por imagens visuais – de logotipos corporativos a *outdoors* de tamanho de edifício a *sites* da Internet. Aprender a “ler” as múltiplas camadas da comunicação baseada na imagem é um complemento necessário à alfabetização tradicional da impressão. O mundo é multimídia;

A importância da informação na sociedade e a necessidade de aprendizagem ao longo da vida: O crescimento das indústrias globais dos meios também desafia vozes independentes e visões

diversas. A educação para a mídia pode ajudar tanto professores quanto alunos a entender de onde vem a informação e como encontrar pontos de vista alternativos.

3.3 O letramento midiático na sala de aula

Há inúmeras possibilidades de se construir, em sala de aula, um trabalho efetivo de desenvolvimento de um pensamento crítico autônomo a partir das ferramentas do letramento midiático, e diversas experiências pelo mundo o demonstram. Sempre observando-se os públicos e suas demandas e considerando que, como salienta o documento do *Center for Media Literacy* (CML, 1989), o letramento midiático não se destina a construir uma “proteção” para crianças e adolescentes, livrando-as de conteúdos danosos. A busca é e deve ser sempre pelo desenvolvimento de uma autonomia crítica. Sem essa autonomia, aponta o CML, “um indivíduo não pode ter plena dignidade como pessoa humana ou exercer a cidadania em uma sociedade democrática, onde ser cidadão é compreender e contribuir para os debates da época [...]”.

Nesse sentido, o estímulo ao questionamento, por exemplo, é uma dessas ferramentas ou estratégias fundamentais. Pode-se instigar os alunos, em relação à estrutura do conteúdo midiático, a fazerem questionamentos, a desenvolverem questões críticas, tais como: quem é a fonte dessa notícia? Quem é o autor da mensagem? Como os grupos midiáticos obtêm dinheiro, recursos? Como os estereótipos são construídos nas mensagens? Quais pontos de vista ou valores estão explicitados ou ocultos nos vários textos e produtos midiáticos?

Ao acompanhar uma atividade da ONG EVC, em New

York, em 2019, pude ver o desenvolvimento de um trabalho com alunos do Ensino Médio (*High School*) a partir das discussões e problematizações colocadas pelo letramento midiático. Os estudantes definiram um tema – racismo – e foram a campo, em seu bairro (Bronx), para produzirem notícias da comunidade para um *site* (construído por eles), a partir de vídeos pelo celular. Com o material apurado e produzido, eles então compararam essas notícias com outras produzidas pelos jornais locais relativas ao tema racismo, discutindo em sala a construção de representações, o viés, os modos de dizer envolvidos nas notícias.

Considerações finais

Num cenário de desinformação agravado pela desinfodemia, cujo vetor no Brasil foram também agentes públicos, a educação em mídia, o letramento midiático e informacional, é uma prática essencial. Ela contribui para a formação de cidadãos críticos e, desse modo, para a própria consolidação de processos democráticos. Portanto, o desenvolvimento de um projeto sistemático de letramento midiático no Brasil é de grande relevância para o bem-estar social do país, sobretudo em vista do recente processo eleitoral e da eleição de um governo de extrema direita com viés autoritário, que culminou recentemente no processo de desinfodemia que vivenciamos. Sem informação de qualidade, sendo açodada por processos sistemáticos de desinformação, a sociedade fica à mercê de processos não democráticos e de estruturas totalitárias, além de colocar em risco sua própria saúde e a saúde coletiva.

Assim, o desenvolvimento das ferramentas de letramento midiático e informacional promove a cidadania na medida em

que auxilia os cidadãos a construírem um posicionamento crítico. Além disso, as ferramentas de letramento midiático são capazes de produzir um engajamento da juventude em relação ao cenário político, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento da democracia.

Como salientam Share, Mamikonyan e Lopez:

A democracia na era digital de “notícias falsas” e “fatos alternativos” requer novas habilidades de alfabetização e consciência crítica para ler, escrever e usar a mídia e a tecnologia para fortalecer a participação cívica e a transformação social. (SHARE, MAMIKONYAN E LOPEZ (2019, p. 20)⁸

Com o crescente acesso dos brasileiros às mídias digitais, entendemos que o letramento midiático informacional pode ser relevante também para a construção efetiva de novos hábitos de promoção de bem-estar e saúde, o que auxiliará no controle da pandemia, na promoção de uma melhor qualidade de vida para toda a sociedade e em melhor interlocução entre academia e sociedade.

Referências

ALCOTT, Hunt; GENTZKOV, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, Journal of Economic Perspectives – v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

CARLSSON, Ulla. **Understanding Media and Information Literacy (MIL) in the Digital Age**. A question of Democracy. Sweden: University of Gothenburg, 2019.

⁸ Nossa tradução para: “*Democracy in the digital networked age of ‘fake news’ and ‘alternative facts’ requires new literacy skills and critical awareness to read, write, and use media and technology to empower civic participation and social transformation.*”.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Gerência Regional de Brasília. **Fake news e saúde**. Brasília: Fiocruz Brasília, 2020. 228 p.

HALL, Stuart, *et. al.* **The Social Production of News**. Media Studies: A Reader. New York: New York University Press, 2000.

HOBBS, Renee; JENSEN, Amy. Past, present and Future of Media Literacy Education. **Journal of Media Literacy Education**, n. 1, p. 1-11, 2009.

HOBBS, Renee. **Media Literacy**. Oxford Research Encyclopedia of Communication. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-11>. Acesso em: 26 jun. 2021.

JENKINGS, Henry. **Building the field of digital media - Confronting the Challenges of participatory culture: media education for the 21st century**. Chicago, USA: MacArthur Foundation, 2006

MASTERMAN, Len. **Teaching the Media**. London: Routledge, 1985.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRAZIL. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Disinfodemic: Deciphering COVID-19 disinformation**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2020.

SHARE, J.; MAMIKONYAN, T.; Lopez, E. Critical media literacy in teacher education, theory, and practice. *In: Oxford Research Encyclopedia of Education*. Oxford University Press. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.1404>. Acesso em: 24 jun. 2021.

THOMANN, Elizabeth; JOLLS, Tessa. **Literacy for the 21st Century An Overview & Orientation Guide to Media Literacy Education**. Center for Media Literacy, 2002.

TIMBERG, Craig. Fake-news ecosystem still thrives, two years after the 2016 election, new report says. **The Washington Post**, October, 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/technology/2018/10/04/fake-news-ecosystem-still-thrives-two-years-after-election-new-report-says/?utm_source=headtopics&utm_medium=news&utm_campaign=2018-10-04. Acesso em: 2 set. 2021

UNESCO. **Jornalismo, Fake News e Desinformação**. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo – Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo. São Paulo: Unesco, 2019.

WARDLE, Claire. **First draft's essential guide to – Understanding Information Disorder**. First Draft, October, 2019.

WILSON, C *et al.* **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

O cenário político brasileiro e as disputas de hegemonia nos planos ideológico e discursivo

Emerson de Pietri*
Tatiane Silva Santos**
Thiago Mena***

Resumo

A onda de retrocessos sociais e democráticos que vivemos atualmente no Brasil teve a particularidade de ser legitimada por uma parcela expressiva da população, por meio do voto. Isso indica que, em alguma medida, houve uma adesão popular aos discursos propagados pelo grupo político que assumiu o poder nas eleições de 2018. Entretanto, sabe-se que tal adesão não se deu de forma espontânea, mas mediada por mecanismos sofisticados de manipulação de opiniões, os quais empregam estratégias retóricas em associação com recursos disponibilizados pelas mais novas tecnologias de comunicação: uma junção potente que ainda não sabemos bem como desarmar. Nosso objetivo, neste artigo, é contribuir para tornar explícitos alguns desses mecanismos, de modo a possibilitar, por parte de quem lê, a apreensão crítica das disputas de hegemonia que se processam nos planos discursivo e ideológico. A caracterização do contexto histórico é realizada com base nos estudos de Klemperer (2009), sobre os padrões do discurso fascista, e de Pêcheux (1988), sobre a ocultação dos processos ideológicos dominantes. Com o aporte de conceitos trabalhados por Orlandi (1996) a respeito dos processos polissêmicos, da produção de

* Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Professor da Faculdade de Educação da USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5060-9891>.

** Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora de Língua Espanhola na Universidade do Estado de Mato Grosso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3653-6996>.

*** Rede Municipal de São Paulo (RMSP). Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor de Matemática da rede municipal de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4819-9410>.

objetos de discurso e do posicionamento dos sujeitos em relação a eles, analisamos dados produzidos a partir de pronunciamentos públicos do então Presidente da República, que se caracterizou como porta-voz dos discursos cultivados em seu grupo político. Nesse percurso, foi identificado um fenômeno que denominamos controle do contraditório – uma tática discursiva utilizada para camuflar as contradições da realidade, com a finalidade de manter o controle de situações conflitivas.

Palavras-chave: Sentidos. Disputa. Democracia. Hegemonia. Controle.

El escenario político brasileño y las disputas de hegemonía en los planos ideológico y discursivo

Resumen

La ola de retrocesos sociales y democráticos que se vive en Brasil se legitimó por una parte expresiva de la población, por medio del voto. Esto indica que, en cierta medida, hubo una adhesión popular a los discursos propagados por el grupo político que asumió el poder en 2019. Sin embargo, se sabe que dicha adhesión no se produjo de forma espontánea, sino mediada por sofisticados mecanismos de manipulación de opinión, que emplean estrategias retóricas en asociación con los recursos puestos a disposición por las más nuevas tecnologías de comunicación. Nuestro objetivo, en este artículo, es contribuir a hacer explícitos algunos de estos mecanismos, de modo a posibilitar, por parte de quien lee, la aprehensión crítica de las disputas hegemónicas que se procesan en los planos discursivo e ideológico. La caracterización del contexto histórico se realiza a partir de los estudios de Klemperer (2009) acerca de los patrones del discurso fascista y de Pêcheux (1988) sobre el

ocultamiento de los procesos ideológicos dominantes. Con el apoyo de los conceptos trabajados por Orlandi (1996) acerca de los procesos polisémicos, la producción de objetos de discurso y el posicionamiento de los sujetos en relación con ellos, analizamos datos producidos a partir de pronunciamientos públicos del entonces presidente de la república, portavoz de los discursos cultivados en su grupo político. En este recorrido, identificamos un fenómeno a que denominamos como control del contradictorio – una táctica discursiva utilizada para camuflar las contradicciones, con la finalidad de mantener el control de situaciones conflictivas.

Palabras-clave: Sentidos. Disputa. Democracia. Hegemonía. Control.

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

Introdução

Desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em meados de 2016, deflagrou-se no Brasil um processo acelerado de desmonte de diversos programas sociais, bem como de direitos democráticos, trabalhistas e previdenciários que vinham sendo conquistados mediante muita luta, desde a promulgação da Constituição de 1988. Esse processo, embora venha afetando a classe trabalhadora como um todo, tem acometido de modo particular as camadas mais empobrecidas da população e os grupos sociais historicamente subalternizados: mulheres, LGBTQIA+, negros, indígenas e quilombolas. Em decorrência disso, tem-se observado a elevação dos (historicamente altos) índices de desigualdade econômica e social do país.

Essa onda de desmontes, a despeito de seguir tendências internacionais e atender a interesses de países imperialistas, teve a particularidade de ser legitimada por uma parcela expressiva da população brasileira. Primeiro, foi o apoio massivo ao golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, que pôs fim a um período de 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, houve a eleição, em 2018, de um capitão reformado do exército, defensor de pautas conservadoras, reacionárias, autoritárias e até mesmo fascistas. Tal presidente nunca fez questão de esconder a sua visão elitista e o seu desprezo pelas classes subalternas, nem mesmo à época da campanha eleitoral que o levou à presidência do país.

Não é possível afirmar que a adesão a essa candidatura se deu de forma espontânea, natural ou mesmo racional. Com efeito, ela se fez mediada por mecanismos sofisticados de manipulação de opiniões, os quais associam estratégias retóricas tradicionais com as mais novas ferramentas disponibilizadas pelas tecnologias de comunicação e informação. Esses mecanismos,

longe de serem inéditos, guardam importantes semelhanças com aqueles empregados pelos nazistas alemães durante o Terceiro Reich. Ilustra essa comparação um texto do ex-professor de filologia românica da Universidade de Dresden (Alemanha), Victor Klemperer (1881-1960):

A linguagem nazista usa empréstimos do estrangeiro e absorve muito do alemão pré-hitlerista. Mas altera o sentido das palavras e a frequência de seu uso. Transforma palavras que pertenciam a uma pessoa ou a um pequeno grupo em propriedade de todos, requisita para o partido o que antes era propriedade comum e, dessa forma, envenena palavras e formas sintáticas [...] (KLEMPERER, 2009, p. 56).

A propósito da ideia de envenenamento de palavras, o autor explica que elas “podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar [...]” (KLEMPERER, 2009, p. 55). As palavras estão sujeitas a certos mecanismos de significação que podem fazê-las veicular, mesmo que de modo imperceptível, conteúdos antagônicos aos interesses de determinado grupo social. Por vezes, justamente o que não percebemos é o que pode estar a serviço do nosso próprio extermínio, ou, o que é mais comum, pode estar viabilizando a configuração de situações de dominação e exploração consentidas. O autor também vai afirmar, em outra passagem, que, “se, por longo tempo, alguém emprega o termo ‘fanático’ no lugar de ‘heroico e virtuoso’, ele acaba acreditando que um fanático é mesmo um herói virtuoso, e que sem fanatismo não é possível ser herói [...]” (KLEMPERER, 2009, p. 56).¹

¹ Esse recurso, por exemplo, foi utilizado pela mídia, em associação com integrantes do Poder Judiciário, para construir representações negativas dos adversários a serem combatidos para a legitimação do golpe de 2016: os “corruptos” foram associados aos partidos de esquerda, no Brasil, prioritariamente o Partido dos Trabalhadores durante o período em que ocupou o Governo Federal. O mesmo recurso, porém com o emprego de mídias digitais, foi utilizado para o bem-sucedido processo de

Não é difícil perceber que tais recursos foram (e continuam sendo) empregados pela extrema-direita brasileira para a conquista e a sustentação do seu poder político. Note-se que, desde as manifestações populares que ocorreram em junho de 2013, tem-se observado o acirramento de uma polarização social, que acabou sendo caracterizada, por muitos (e de modo bastante superficial) como uma “competição” entre petistas e antipetistas. Tal polarização foi acompanhada pela ascensão de um fenômeno caracterizado por ostensivas disputas de narrativa – algo que pode influenciar na forma como as pessoas fazem a leitura da sua própria realidade.

É certo que tais disputas não surgiram agora, nem foram inventadas pela classe política brasileira. O problema é que esse fenômeno, além de ter ganhado contornos cada vez mais violentos – haja vista a banalização dos discursos de ódio e a falta de respeito e de comprometimento ético em disseminação no país –, ocorre neste momento histórico em um contexto tecnológico sem precedentes. As novas ferramentas de informação e comunicação viabilizaram a circulação de uma ampla variedade de textos e de discursos que pouco tempo atrás eram controlados (produzidos; distribuídos; regulados; selecionados; silenciados; interditados; censurados) principalmente pelas grandes empresas de comunicação de massa – televisão, rádio, jornal (a chamada mídia hegemônica).

Dentre essas novas ferramentas, as chamadas **redes sociais**, plataformas digitais de acesso “gratuito” (tais como o *WhatsApp*, o *Facebook*, o *YouTube* e o *Twitter*), tornaram possível a disseminação instantânea de informações, produzidas por qualquer usuário, com pouquíssima (ou nenhuma) filtragem

construção do “mito” Jair Messias Bolsonaro – aquele que seria um enviado de Deus para salvar o Brasil da corrupção.

dos conteúdos, e sem necessidade de identificação dos autores. Além disso, essas plataformas disponibilizam – mediante um investimento financeiro por vezes pequeno – mecanismos de impulsionamento de informações para nichos muito específicos de usuários: os chamados processos de “datificação”.²

Nesse contexto, as disputas de narrativas são realizadas com a produção e distribuição de mensagens que bombardeiam (por vezes de forma automática e ilegalmente patrocinada) as redes sociais às quais grande parte dos brasileiros está hoje conectada. Essas mensagens, muitas vezes, não guardam qualquer compromisso com a verdade, sendo que o recurso da mentira ou falsificação – que serve, em última análise, para confundir a população – tem sido propositadamente utilizado. Como exemplo, observe-se o caso das notícias sobre a covid-19, discutido por Komesu, Alexandre e Silva (2020). Os autores mostram que, ao mesmo tempo em que se travava, no Brasil, uma luta contra a doença, outra luta era empreendida contra as informações cientificamente fundamentadas, por meio da divulgação de mensagens falsas nas redes sociais. Tal prática, que teria a finalidade última de desinformar a população, prejudicou o controle da crise sanitária.

Esse bombardeio de informações falsas tem favorecido o fenômeno da desestabilização dos sentidos, sendo utilizado produtivamente para a destruição dos avanços sociais e políticos que a ala progressista da sociedade tem lutado para sustentar no transcurso da história. Os recursos de desestabilização dos sentidos e seu emprego para o controle social têm atendido também a interesses políticos e econômicos do capital financeiro,

2 Segundo Martins (2020, p. 50), “O uso de dados, capturados frequentemente enquanto acessamos um *site*, utilizamos o *smartphone* ou andamos por ruas monitoradas por câmeras, entre tantas outras situações, viabiliza novas formas de definição do público-alvo, de obtenção de informações sobre suas predileções e de direcionamento de anúncios, permitindo a oferta de produtos e serviços de forma menos massiva e mais segmentada, praticamente individualizada [...]”.

servindo para que seja implementado, com o aval de parte da população, um projeto econômico neoliberal que diminui o poder do Estado em favor dos interesses financeiros, comprometendo a garantia de direitos e a oferta de serviços públicos essenciais, dos quais depende a parte majoritária dos cidadãos brasileiros.

Nosso objetivo é tornar explícitas algumas estratégias discursivas de desestabilização dos sentidos e suas articulações com mecanismos de manipulação de informações. Esperamos, com isso, contribuir para a apreensão leitora crítica das disputas pelos sentidos que se processam no plano discursivo. Trabalhamos com o pressuposto de que a disputa de sentidos que se evidencia e se intensifica desde o início da década de 2010 tem como objetivo a manutenção do poder pelas classes dominantes (nesse contexto, as elites financeiro-rentistas), confrontadas anteriormente em seus interesses por governos progressistas e que, nesse momento histórico, associaram-se a grupos de extrema-direita para a condução do poder político nacional.

Tendo isso em consideração, propomo-nos a analisar, com base em referenciais produzidos por Pêcheux (1988) e Orlandi (1996), os modos de produção e de controle dos sentidos, no contexto das disputas de hegemonia conduzidas por grupos de extrema-direita, no país. Nesse processo, são analisados enunciados produzidos, entre os anos de 2019 e 2021, pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro (JB), e, quando necessário, as réplicas a esses enunciados.

O artigo está organizado em duas partes. Inicialmente, são caracterizadas as bases epistemológicas sobre as quais as classes dominantes conduzem os processos ideológicos para a manutenção do controle dos sentidos, quando em situação de normalidade democrática (e, também, para a condução do jogo político, quando seus interesses se acham ameaçados),

observando-se as estratégias de produção e controle dos sentidos pelos grupos de extrema-direita. A seguir, são caracterizados os modos pelos quais os mecanismos de controle dos sentidos, tais como operados pelos grupos no poder, se materializam textual e linguisticamente nos discursos analisados.

2 Processos ideológicos: a hipertrofia dos compartimentos teóricos do idealismo

O jogo que se observa relativamente à desestabilização dos sentidos para o controle e manipulação das informações, segundo as ideologias e projetos do grupo político que ascendeu ao poder no momento histórico considerado, parece decorrer de uma estratégia de exacerbação dos “compartimentos teóricos da ideologia burguesa, que visam ao ocultamento do registro político [...]” (PÊCHEUX, 1988, p. 121). Tais compartimentos, que se constituem como vertentes do idealismo,³ são referidos pelo autor em termos de um realismo metafísico (o mito da ciência universal) e de um empirismo lógico (o uso generalizado da ficção). Consideramos que tais conceitos podem nos ajudar a refletir sobre as estratégias discursivas empregadas pelo grupo de extrema-direita para a consecução de seu projeto de poder.

O realismo metafísico é caracterizado pela redução dos processos materiais, daquilo que é contingente – isto é, do plano do acontecimento, do incalculado, do inconsciente, do imprevisto

3 O que caracteriza o idealismo é a indistinação que se estabelece entre o pensar e o imaginar, indistinação decorrente do posicionamento de dependência da realidade em relação ao pensamento (de que o enunciado “o ponto de vista cria o objeto” é paradigmático). A identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o constitui corresponde, nessas condições, à sua identificação com o outro com quem compartilha a mesma formação, de modo que subjetivação e intersubjetividade se fazem contemporânea e coextensivamente, em uma formação dada, “na qual os sujeitos por ela dominados se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também convivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do ‘como se’ (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta) [...]” (PÊCHEUX, 1988, p. 167-168).

– às bases lógicas, ou lógico-matemáticas, que lhes seriam subjacentes e que operariam segundo princípios universais (cuja explicitação seria o objetivo do fazer científico). De acordo com essa vertente, as bases lógicas do conhecimento, dadas a sua universalidade e a sua transcendência – isto é, sua existência num plano que não se confunde com a imperfeição do real – devem ser também aplicadas ao conhecimento dos processos morais, sustentando inclusive o funcionamento do aparelho jurídico – o que se evidencia na proximidade das construções linguístico-enunciativas entre esse campo e o da ciência. Observa-se, assim, a produtividade desse compartimento teórico para a produção de mecanismos de controle social.

O empirismo lógico, por sua vez, desdobra-se da premissa de que o acesso da razão à materialidade, ao conhecimento do mundo objetivo, é interditado, e, nessas condições, a produção do conhecimento se realizaria com o emprego de procedimentos de dedução e classificação, que se fundamentam nas possibilidades analíticas do discurso. A ciência se realizaria, assim, com base numa retórica lógico-matemática aplicável a qualquer objeto, o que, como observa Pêcheux (1988, p. 71), “apaga toda distinção entre o que é ciência e o que não é [...]”; logo, também apaga a historicidade das disciplinas científicas, a materialidade de seus objetos e de seu fazer, e, portanto, as bases ideológicas em que se constituem. Nessa mesma linha, o autor explica que:

[...] as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos [...] (PÊCHEUX, 1988, p. 72).

O ocultamento do registro político pelo aparato teórico operacionalizado segundo interesses da burguesia se realiza, então, com a concorrência entre uma e outra dessas vertentes do idealismo. Ocorre, porém, que essa concorrência opera apenas até o momento em que esses mecanismos de controle se enfraquecem e não mais realizam suficientemente sua função de domínio sobre a luta de classes e de manutenção dos processos de exploração econômica pelo capital. É justamente nesse ponto que as considerações de Pêcheux (1988) podem contribuir para a compreensão do momento histórico em observação neste trabalho.

Nos momentos de enfraquecimento dos mecanismos de controle caracterizados por Pêcheux (1988), os grupos que detêm o capital e os que ocupam posições decisórias e de ordenação ideológica produzem instabilidades no registro político, com vistas à preservação de sua posição de dominação. Trata-se de algo que ocorreu no Brasil, entre os anos de 2014 e 2016, num processo em que o ordenamento social foi questionado por grupos do setor empresarial e financeiro, da mídia hegemônica e de setores do judiciário, do que resultou o golpe de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff.

O momento do pós-golpe, entretanto, não se caracterizou pela acomodação das forças políticas e econômicas, mas ensejou a ascensão de ideologias de extrema-direita. A produção e o controle dos sentidos, historicamente conduzidos pelos tradicionais veículos de comunicação de massas, foram apropriados pelos grupos de poder com o emprego das novas ferramentas tecnológicas. Nesse contexto, as estratégias discursivas de controle ideológico passaram a se fundamentar não simplesmente nas duas vertentes do idealismo que operam em tempos de “normalidade democrática”, mas numa espécie de hipertrofia delas.

O realismo metafísico, no contexto sociopolítico atual, encontra-se hipertrofiado pelos recursos digitais de informação e comunicação, que deslocam, dispersando, os centros de controle dos discursos. Nessas condições, as “verdades” passam a ser enunciadas por supostos sujeitos do saber, cujas posições enunciativas são legitimadas pelo fato de que estão autorizados por suas posições sociais – filósofos, médicos, religiosos, militares etc. –, a decifrar analiticamente a realidade, que é representada como o domínio do contingente, isto é, como o que é da ordem do incerto, do provável, do que não pode ser plenamente conhecido com os recursos conceituais ou com os aparatos teóricos desenvolvidos historicamente pela ciência. O chamado negacionismo, postura de absoluta contrariedade contra o que seja conhecimento cientificamente embasado, é um efeito desse processo.

Processo similar é observado em relação ao empirismo lógico. Este passa a ocupar posição decisiva nas etapas de produção discursiva em meio digital. As bases retóricas desse fazer discursivo hipertrofiam-se em meio digital, de modo que a dispersão dos mecanismos de controle dos discursos e a profusão dos meios de sua produção e distribuição favorecem a desestabilização dos sentidos e a construção de narrativas que simulam a existência de objetos de conhecimento e suas verdades. Nesse contexto, a ficção empirista posiciona o sujeito como “fonte dos discursos” (PÊCHEUX, 1988, p. 51), o que, associadamente ao apagamento da distinção entre o que é ciência e o que não é, possibilita a produção de falsas verdades, que se disseminam indiscriminadamente.

Nesse processo, o conhecimento científico, em sua representação de universalidade, é marcado negativamente e

associado ao ideológico – termo que, nesse contexto, é utilizado para estigmatizar como autoritários, fanáticos, desvirtuados, pervertidos, aqueles que são posicionados como adversários do grupo político dominante. O pressuposto de que os objetos do conhecimento se constituem segundo relações necessárias – que possibilitam explicar suas relações de causa e efeito, princípios e decorrências e que seriam subjacentes à ordem universal concebida pelo idealismo – é questionado e caracterizado, pelos que ocupam a posição de agentes legitimados do processo discursivo de caráter autoritário, como uma estratégia de controle utilizada pelos supostos grupos subversivos para submeter os considerados cidadãos de bem a alguma instância que não a própria vontade do indivíduo.

O signo máximo do ideal liberal, a liberdade de pensamento do indivíduo racional e sua participação na ordem universal do conhecimento, é assim ressignificado no discurso autoritário, e utilizado para, paradoxalmente, legitimar o cerceamento do direito à liberdade: a liberdade do indivíduo não pode ser cerceada por nenhuma ordem, nem mesmo pela ordem da razão.

A disputa pelo controle dos sentidos se opera, nesse contexto, pela deslegitimação dos enunciados adversários, deslocando seus dizeres do estatuto do necessário, do que se fundamenta em bases lógicas, para o estatuto do contingente, com a demonstração de que a compreensão adversária se realizou enviesada por fatores caracterizados negativamente como ideológicos. Nesses discursos, autoinvestidos da “verdade”, ideologia é sempre uma característica do discurso do outro, como mencionado anteriormente, e é marcada com o emprego de nomeações deslegitimadoras como comunismo, esquerdismo etc.

Com esse processo de (re)nomeação e ressignificação, o contingencial – em oposição ao universal e ao necessário – é continuamente reinstaurado, para que seja constantemente renovada a verdade daquele que enuncia. Promove-se, assim, estrategicamente, a desestabilização dos sentidos, de modo que a produção da contingência e seu tratamento “analítico” para a produção a cada vez de um novo necessário, de uma nova “verdade”, sejam manipulados pelos sujeitos que ocupam a posição de controle da produção e distribuição dos discursos.

A estratégia utilizada na produção discursiva analisada a seguir aproveita-se, portanto, desses compartimentos teóricos da ideologia burguesa para, hipertrofiando-os, moverem-se perante os acontecimentos do cotidiano, ignorando a materialidade histórica constitutiva desses acontecimentos, com o objetivo de manipulação e controle do registro do político inerente à luta de classes (PÊCHEUX, 1988). Com o emprego dessa estratégia, assume-se o controle da produção e/ou da distribuição dos discursos, de modo a produzir a desestabilização dos sentidos e seu comando, com o que se torna possível exercer algo como um controle do contraditório. Trata-se de estratégia discursiva amplamente empregada pelo então Presidente da República, JB, em consonância com os grupos políticos que o acompanham.

Pêcheux (1988) emprega o termo “contraditório”, segundo perspectiva marxista, para designar os posicionamentos antagônicos das classes fundamentais que se constituem sobre a estrutura do modo de produção capitalista – o proletariado e os detentores dos meios de produção (burguesia) –, recuperando o seu caráter histórico, ocultado nas visões idealistas caracterizadas anteriormente. Procedemos, pois, com o deslocamento desse termo para a expressão “controle do contraditório” a fim de

expressar os modos como os fatores conflitivos resultantes da luta de classes são falseados nos discursos que são analisados nas próximas linhas.

3 Análise dos dados: as estratégias de desestabilização dos sentidos

A produção e análise dos dados se fundamentarão nas considerações realizadas por Orlandi (1996) sobre como os processos polissêmicos, a produção de objetos de discurso e o posicionamento dos sujeitos em relação a esses objetos se estabelecem nos discursos lúdico, polêmico ou autoritário, de acordo com a categorização estabelecida pela autora:

[...] o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida [...] (ORLANDI, 1996, p. 15).

Observa-se, no presente trabalho, no entanto, que o discurso autoritário pode se fazer não apenas com a contenção da polissemia (multiplicidade de sentidos), mas fomentando a dispersão, de modo a orientar a produção dos sentidos, os modos de produção dos objetos, e os posicionamentos dos sujeitos em relação a eles, com base nas próprias possibilidades polissêmicas.

Nos dados aqui analisados, a produção polissêmica e seu controle é elemento necessário para a construção de uma representação forjada da realidade, produção de ilusão que se sustenta em estratégias próprias à ficção empirista, possibilitada pela hipertrofia do empirismo lógico e do realismo metafísico, como discutido na seção anterior. Nessas condições, a polissemia aberta é empregada em processos de ressignificação dos dizeres que promovam movimentos de ocultação e presentificação dos objetos de discurso.

Os objetos de discurso são assim ressignificados estrategicamente para a produção de perspectivas particularizantes desses objetos, estabelecidas em função dos interesses de um agente exclusivo. Os discursos lúdico, polêmico e autoritário são assim agenciados estrategicamente conforme seja necessário atuar sobre o ficcional e sobre o empírico para a produção de objetos de discurso e para o estabelecimento das posições dos sujeitos em relação a eles.

Para compreender como ocorre o controle dos discursos com o objetivo de sustentar determinadas ideologias e de obter apoio político manipulando “relações de sentido” produzidas no embate de um discurso frente a outro (Pêcheux, 2019), serão analisados inicialmente dados produzidos a partir de uma fala do então Presidente da República, JB, registrada em vídeo numa polêmica reunião ministerial. A gravação da reunião, ocorrida no dia 22 de abril de 2020, seria a prova, segundo depoimento do então ministro da justiça, Sérgio Moro, da tentativa de interferência do presidente na Polícia Federal.

Nesse vídeo, que circulou em diversas mídias na época de sua divulgação, podem ser observadas diferentes formas de manipulação da produção de sentidos no emprego da palavra

“ditadura”, de modo a atribuir-lhe significados imprevistos, com o objetivo de obter apoio do auditório, subvertendo a compreensão dos fatos históricos ocorridos no país entre as décadas de 1960 e 1980. O trecho escolhido foi publicado na página do *Facebook* do próprio presidente, no dia 23 de maio de 2020,⁴ acompanhado por uma legenda com os seguintes dizeres: “– Como se começa uma ditadura? Desarmando o povo. – O bem maior do homem? Sua liberdade. Obs.: tem ‘palavrões’ [...]”.

A fala do presidente da república, no trecho selecionado para a produção de dados para análise, é transcrita a seguir:

1 Como é fácil impor uma **ditadura** no Brasil, como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por
2 isso que eu quero, Ministro da Justiça e Ministro da Defesa, que o povo se arme, que é a
3 garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma **ditadura** aqui. Que é
4 fácil impor uma **ditadura**, fácilimo. Um bosta de um prefeito, faz um bosta de um
5 decreto, algema e deixa todo mundo dentro de casa. Se ele tivesse armado ia pra rua e se
6 eu fosse **ditador** né eu queria desarmar a população como todos fizeram no passado
7 quando queriam, antes de impor a sua respectiva **ditadura**. Aí que é a demonstração nossa 8 eu peço ao Fernando e ao Moro que por favor assine essa portaria hoje que eu quero dar
9 um puta de um recado pra esses bosta. Por que que eu tô armando o povo, porque eu não
10 quero uma **ditadura** e não dá pra segurar mais, não dá pra segurar mais, é, **quem não**
11 **aceitar a minha as minhas bandeiras: Damares, família, Deus, Brasil, armamento,**
12 **liberdade de expressão, livre mercado, quem não aceitar isso está no governo**
13 **errado** [...] (grifo nosso).

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/305674050443323>. Acesso: abril 2021.

O grupo que assomou ao governo federal no ano de 2018 buscou se legitimar com atitudes e posicionamentos associados à ressignificação dos sentidos atribuídos ao regime ditatorial estabelecido no Brasil na segunda metade do século XX. Manifestações feitas em diferentes veículos de mídia, de apoio aos militares e suas ações, podem ser observadas também na fala de JB durante a referida reunião, em que a palavra “ditadura” é utilizada insistente e reiteradamente. O argumento reproduzido então pelo locutor defendia o fato de que, se a população fosse armada, teria seu direito de liberdade preservado. Segundo o então presidente, as armas garantiriam os direitos democráticos, retirados dos cidadãos por governadores de estados e por prefeitos, com seus decretos estabelecendo quarentena em razão da pandemia de covid-19.

O que acontece, nesse caso, é a produção de enunciados que não garantem a correferência, isto é: “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse **antes** e ao que eu direi **depois**”, o que, segundo Pêcheux (1988, p. 166), estabelece o fio do discurso, como podemos observar na primeira frase da legenda do vídeo: “– Como se começa uma ditadura? Desarmando o povo [...]”. O emprego do termo “ditadura”, em sua referência histórica, associa-se ao recurso às armas para lograr o processo repressivo constitutivo desse sistema. Num movimento de reversão dos sentidos, a estratégia de interpelação dos sujeitos utilizada nesses enunciados se fundamenta na associação entre liberdade e autorização para se portar uma arma a ser usada em oposição à violência do Estado totalitário contra os direitos individuais.

Essa associação busca se legitimar com base na reinterpretação de uma memória histórica, pelos que conduziram o golpe militar e pelos que posteriormente se posicionam como

herdeiros desse golpe, caracterizando-o como uma revolução que se realizou com o objetivo de garantir a liberdade individual em face da suposta ditadura comunista que se anunciava.

O recurso à violência armada como mecanismo de defesa das liberdades individuais é um traço semântico ativado no discurso produzido pelo então Presidente da República contra a ditadura de governadores e prefeitos, que estariam retirando, com seus decretos pela quarentena, a liberdade dos cidadãos para procurar trabalho, para circular segundo suas necessidades, mesmo que a liberdade defendida pelo então presidente para a população pobre representasse a exposição à situação de risco, à precarização das condições de vida e à morte.

Apesar de dizer explicitamente que não desejava a implantação de uma ditadura, o então presidente termina sua fala com uma frase que contradiz a declaração anterior sobre liberdade: “quem não aceitar as minhas bandeiras: Damares, família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado, quem não aceitar isso está no governo errado [...]” (linhas 11-13). A enumeração realizada pelo presidente nos mostra a conexão com a formação ideológica pretendida: “família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado” (linhas 11-12):

- **família:** a considerada “família tradicional”, de caráter patriarcal;
- **Deus:** das religiões cristãs, principalmente as neopentecostais;
- **Brasil:** nomeação associada a ideais totalitários, como no *slogan* da então presidência (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), que recupera em sua memória *slogans* dos totalitarismos do início do século XX;
- **armamento:** no interior da proposta de governo de acesso a armas para todos os cidadãos (em condições financeiras de adquiri-las);

- **livre mercado:** menção aos ditames dos grupos financeiro-rentistas que conduzem as políticas econômicas no país desde os anos 1990, mas principalmente após o golpe de 2016.

Liberdade de expressão aparece em contradição em relação aos demais termos empregados no enunciado em análise. A liberdade de expressão incluída na lista não condiz mesmo com a postura exercitada pelo então presidente em seu cotidiano, em que frases ofensivas recorrentemente foram endereçadas a jornalistas, em diferentes ocasiões.⁵ Nesse enunciado, JB desvela totalmente a “brutalidade do sistema democrático” (MBEMBE, 2020, p. 37) em sua forma de constituição a partir de relações pautadas na violência a que estão submetidos determinados corpos dentro desse sistema de governo.

No discurso de JB, a alternância frequente dos sentidos e o processo contínuo de produção de contradições, é a principal estratégia empregada para obtenção e/ou manutenção do apoio de sua base eleitoral, que se caracteriza por ser difusa, como antes mencionado. Manobra, assim, produtivamente, entre “formações discursivas que se encontram em concorrência [...]” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34). Como forma de desviar-se da rejeição de parcela de seu (potencial) eleitorado diante de alguns termos comuns a seu discurso, de reproduzir a aderência de seus seguidores fiéis e de promover a adesão de novos seguidores, inflaciona o processo polissêmico, projetando de forma seletiva sentidos que são afeitos a parcelas determinadas da sociedade.

5 Por exemplo, quando ele insultou, fazendo uso de ambiguidade, a jornalista Patricia Campos Mello, dizendo, diante de um grupo de simpatizantes do governo, que “‘Ela queria dar o furo’. Após uma pausa, Bolsonaro concluiu: ‘A qualquer preço contra mim’” (cf.: BBC News, 05/05/2020). A notícia relembra, dentre outros fatos semelhantes, o dia em que o presidente levou um humorista para distribuir bananas aos jornalistas, ao mesmo tempo em que se negou a responder perguntas feitas na ocasião. Após esses acontecimentos, jornais como **O Globo** e **Folha de S.Paulo** chegaram a anunciar a desistência de fazer a cobertura das ações do presidente, no Palácio da Alvorada, por falta de segurança.

Fazendo assim, joga produtivamente com a ficção empirista ao construir discursivamente os objetos do discurso: trabalhando com a polissemia aberta, simula a presença constante do objeto discursivo, operando com as bases do discurso lúdico, e, desse modo, expõe os interlocutores à presença do objeto que simula. Concomitantemente, busca estabelecer perspectivas particularizantes em relação a esse objeto simulado, de maneira a controlar a polissemia e conduzir os interlocutores na polêmica que produz em função dos objetivos que pretende alcançar. O controle da produção polissêmica para a simulação de objetos de discurso, cujos referentes se mostram e se ocultam conforme a conveniência, posiciona o locutor na condição de sujeito do discurso autoritário. Opera-se, com o uso produtivos dos recursos próprios aos discursos lúdico, polêmico e autoritário, o controle do contraditório.

A estratégia de produção, pelo próprio enunciador, de enunciados contraditórios pode ser observada em diferentes momentos do processo de produção discursiva: ora afirma que houve ditadura (“O erro da ditadura foi torturar e não matar”), ora afirma que não houve (“Onde você viu uma ditadura entregar para a oposição de forma pacífica ao governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura”) (Congresso em Foco, 30/07/2019). Houve ditadura; não houve ditadura. O deslocamento dos sentidos responde à necessidade, num contexto particular, de ressignificar o termo em função dos objetivos a serem buscados no instante da enunciação. Prevalece, assim, o contingente sobre o necessário.

Observa-se, portanto, o uso generalizado da ficção, característica do empirismo lógico, tal como observado por Pêcheux (1988), mas, neste momento, hipertrofiado pelas

condições de produção discursiva, para recontar a história da ditadura militar no Brasil. Os enunciados são formados a partir dessa nova roupagem para que o número de sujeitos a aderir a esse discurso seja o maior possível em um breve período de tempo. Termos como “liberdade de expressão” e “ditadura” alternam-se em seus sentidos para se conformar aos objetivos de quem opera para exercer o controle dos discursos.

Processo similar para exercer o controle do contraditório com base no uso estratégico da produção polissêmica pode ser observado também no trabalho estratégico com a imprecisão referencial. Desse modo, a produção do objeto discursivo se realiza em função de sua presentificação ou de sua ocultação, conforme o locutor opere com recursos do discurso lúdico, do polêmico ou do autoritário. Em reportagem da revista Carta Capital, de 11 de junho de 2020, em que se reproduz a fala do então Presidente da República em uma de suas manifestações destinadas ao seu público, via redes sociais, lê-se:

Seria bom você fazer, na ponta de linha... tem um hospital de campanha perto de você, um hospital público, **arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente tá fazendo isso**, mas mais gente tem que fazer pra mostrar se os leitos estão ocupados ou não, se os gastos são compatíveis ou não. **Isso** nos ajuda. (GALVANI, 2020, grifo nosso).

Na passagem acima, é possível observar a produção da polissemia com base no emprego estratégico da imprecisão referencial. Essa imprecisão se materializa linguisticamente de modo a presentificar ou ocultar o objeto do discurso e, em função da presentificação ou ocultação do objeto, definir a posição dos sujeitos em relação a ele, segundo prevaleçam recursos ao discurso lúdico, ao polêmico ou ao autoritário (ORLANDI, 1996).

A ocultação se realiza com base em recursos como a não explicitação do objeto do verbo, como em “Seria bom você fazer [...]”, ou com o emprego de pronomes demonstrativos indefinidos, como em “Muita gente tá fazendo isso [...]” e em “Isso nos ajuda [...]”. Expressões como “muita gente” ou “uma maneira” (em “Arranja uma maneira [...]”) também operam para a produção da imprecisão referencial e o jogo de ocultação/presentificação do objeto.

Desse modo, o locutor estabelece as relações com o interlocutor posicionando-o de modo a simular que locutor e interlocutor compartilham os mesmos interesses. Em “Seria bom você fazer, na ponta de linha [...]”, o locutor se dirige a um interlocutor com quem se encontraria em interação direta, cada um na extremidade de uma mesma “linha”; em “Isso nos ajuda [...]”, o pronome pessoal “nos” pode produzir a imagem de que os sujeitos em interação pertencem a um mesmo grupo.

Com a grande repercussão produzida por essa fala, dois dias depois, o filho do então presidente, Carlos Bolsonaro (CB), publica um *post* no *Twitter* em que busca ressignificar a manifestação de seu pai:

Só um **bandido ou um doente mental** para minimamente **crer** que o **Presidente incentivou invasão** a hospitais ao invés de entender que **o citado** foi para que **cidadãos cumpram seu direito de fiscalizar os gastos públicos!** (MAZIEIRO, 2020, grifo nosso).

Na mensagem de CB no *Twitter*, observa-se a tentativa de traduzir os referentes construídos socialmente a partir da fala de JB para ressignificá-los, conformando o contraditório dos sentidos de acordo com o discurso que se posiciona como agente do processo. Essa ressignificação dos referentes promove a

ocultação/presentificação dos objetos de discurso em função das estratégias estabelecidas pelo interlocutor em suas operações com os discursos lúdico, polêmico ou autoritário. Assim, a invasão dos hospitais, referida no discurso do então presidente com o emprego de pronome indefinido (“Muita gente tá fazendo isso [...]”; “Isso nos ajuda [...]”), é retomada por CB de modo a colocar sob seu controle os enunciados em contradição: “o **Presidente incentivou invasão** a hospitais” *versus* “o **Presidente NÃO incentivou invasão** a hospitais”. Operando estrategicamente com a contradição, o locutor promove um efeito de imprecisão referencial a partir do discurso de JB, em que a construção “o citado” retoma ao enunciado “o Presidente incentivou a invasão a hospitais”. Com esta expressão, “o citado”, torna-se imprecisa a posição enunciativa do locutor, que teria não dito ou afirmado, mas, sim, reproduzido os dizeres em questão. Desse modo, o termo “invasão” é ressignificado discursivamente como “direito de fiscalizar”, não os hospitais, mas os “gastos públicos”.

Com a ocultação/presentificação do objeto do discurso, CB promove a deslegitimação do locutor que estaria acusando o então presidente de incentivar as invasões, associando-o a uma incapacidade ética ou cognitiva (“Só um bandido ou um doente mental [...]”) e a uma falta de objetividade (com o emprego de verbo associado a subjetivismo: “para minimamente crer”). Com o emprego de tais estratégias, o agente exclusivo define a posição a ser ocupada pelos sujeitos em relação à ocultação/presentificação do objeto de discurso: não são invasores, possíveis infratores, mas cidadãos, sujeitos de direito, cumprindo seu dever de cidadãos em resposta à demanda presidencial.

Nos dados analisados, observa-se, assim, que a imprecisão referencial possibilita a ressignificação de objetos

e o reposicionamento dos sujeitos do discurso. Essa estratégia permite orientar a produção dos sentidos com base nas possibilidades polissêmicas, o que enseja a ressignificação dos objetos de discurso de acordo com a conveniência do locutor. Nessa condição, oculta ou presentifica o objeto de discurso, expõe ou não o interlocutor ao objeto, abre, contém ou particulariza o processo polissêmico, controlando o contraditório aquele que se posiciona como agente exclusivo potencializador da polissemia.

Considerações finais

O controle dos sentidos com base no emprego da produção polissêmica parece ser a principal estratégia discursiva utilizada pelo grupo de viés autoritário que assumiu a posição de comando político no Brasil no ano de 2019. A produção discursiva se fundamenta na alternância de sentidos atribuídos a termos ideologicamente valorados, de modo a produzir efeitos que respondam adequadamente a objetivos circunstanciais e, com essa estratégia, produzir condições de controlar o contraditório.

A imprecisão referencial, em sua associação com a produção polissêmica controlada, opera como um mecanismo de condução do discurso, de modo que os objetos do discurso e o posicionamento dos sujeitos em relação a eles sejam estrategicamente ordenados em função dos interesses de um agente exclusivo que opera, segundo seus interesses, com a abertura, a particularização ou o fechamento dos sentidos.

Esse processo de controle dos sentidos, sustentado em processos de ficção empirista, possibilitada pela hipertrofia do realismo metafísico e do empirismo lógico, foi potencializado com o emprego dos recursos oferecidos pelas novas tecnologias

de comunicação e informação, com destaque para o uso das redes sociais. O processo de “datificação”, promovido pelas empresas que operam essas redes, como antes mencionado, viabiliza o direcionamento de informações a nichos bastante específicos da população. Esse direcionamento, por sua vez, cria “bolhas informacionais” que fazem com que a percepção da contradição (particularmente no que se refere à relação entre os discursos e as ações dos que operam esses recursos) fique interdita, ou, ao menos, dificultada, promovendo a condução de pessoas a situações de risco ou dominação.

Nas condições de produção discursiva atuais, formar-se leitor implica, dentre tantos fatores, aprender a identificar e analisar os mecanismos e as estratégias de controle da produção e da dispersão dos sentidos. Como analisado ao longo deste artigo, tais mecanismos e táticas vêm sendo empregados pela classe dominante para sustentar ideologicamente a sua hegemonia. É importante, portanto, haver clareza sobre o reflexo das disputas de hegemonia no plano semântico, não com a expectativa de que isso, por si só, promoverá alguma transformação substancial da realidade objetiva, mas para que os defensores dos interesses das classes subalternas também possam participar dessas disputas de sentidos de modo mais efetivo.

Os esforços empreendidos para desconstruir conceitos distorcidos e denunciar a disseminação de *fake news* – incluindo-se aí a luta pelo estabelecimento de marcos legais regulatórios e pela criminalização dos responsáveis –, apesar de fundamentais, não deixam de ser atitudes defensivas. A tarefa de construção da hegemonia da classe trabalhadora requer, entretanto, uma atitude mais propositiva no âmbito das disputas pelos sentidos das palavras – o que, sem desprezarmos a base material das relações capitalistas, equivale ao enfrentamento da sua dimensão ideológica, sem a qual essa base não se consolida.

Trata-se, como se pode notar, de um enfrentamento de natureza superestrutural, que não afeta diretamente o modelo

socioeconômico em que estamos inseridos. De qualquer forma, é preciso reconhecer que, se as disputas no plano discursivo, sozinhas, não são capazes de promover uma transformação radical desta sociedade – tendo em vista a necessária superação do modelo de sociabilidade engendrado pelo modo de produção capitalista, que naturaliza a exploração do homem pelo homem – sem elas, tampouco, podemos avançar na construção de uma outra hegemonia.

Enquanto escrevemos estas linhas, a crise se agrava no país. Atingimos a marca de mais de meio milhão de pessoas mortas pela covid-19. O então presidente fez, no período, um pronunciamento em rede nacional afirmando que sentia profundamente cada vida perdida. Também prometeu que, até o final daquele ano, todos os brasileiros que o desejassem, poderiam ser vacinados. Ocorreu, porém, que esse mesmo presidente foi quem se negou a assinar inúmeros contratos de compra de vacinas; questionou a eficácia dos imunizantes; defendeu a utilização preventiva de medicamentos sem comprovação científica; criticou as medidas de isolamento social e as orientações de utilização de equipamentos de proteção individuais propostas pela Organização Mundial da Saúde, dentre outras ações que colocaram em risco a vida da população. Nesse contexto, a contradição, com o auxílio de todo um mecanismo forjado para controlar as percepções da população a respeito dela, se conformou numa estratégia muito eficaz de manutenção do poder.

Referências

BBC News Brasil. 9 ataques de Bolsonaro a jornalistas – e quais os temas que levaram presidente a perder a linha. **BBC News Brasil**. 05 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BOLSONARO, Jair M. Como se começa uma ditadura? **Facebook**, 23 mai. 2020. 1 vídeo (1.10 min.). Publicado por Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/305674050443323>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CONGRESSO EM FOCO. Onze vezes em que Bolsonaro ofendeu vítimas da ditadura. **Congresso em Foco**, 30 jul. 2019. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/onze-declaracoes-de-bolsonaro-em-defesa-da-ditadura>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GALVANI, Giovanna. Bolsonaro diz para apoiadores invadirem hospitais em busca de leitos vazios. **Carta Capital**. 12 jun. 2020. Saúde. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/bolsonaro-diz-para-apoiadores-invadirem-hospitais-em-busca-de-leitos-vazios>. Acesso em: 13. out. 2020.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KLEMPERER, Victor. **LTI – A linguagem do Terceiro Reich**. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOMESU, Fabiana; ALEXANDRE, Gabriel G.; SILVA, Larissa S. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de covid-19. In: RODRIGUES, Daniela L. D. I.; SILVA, Jane. Q. G. (org.). **Estudos aplicados à prática da escrita acadêmica: colocando a mão na massa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. p. 186-229.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MAZIEIRO, Guilherme. Carlos diz que só ‘bandido’ crê que Bolsonaro incentiva invasão a hospital. **UOL**. 14 jun. 2020. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/14/carlos-diz-que-so-bandido-cre-que-bolsonaro-incentiva-invasao-a-hospital.htm>. Acesso em: 13. out. 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.

Infodemia e construção sógnica – movimentos responsivos sob a retórica da pós-verdade

Fernanda Santana Gomes*
Maria Angela Paulino Teixeira Lopes**

Resumo

Sob a retórica da pós-verdade, a infodemia e a desinformação atingiram grandes proporções, com impactos negativos na esfera social (KALIL; SANTINI, 2020; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020), gerando um cenário de instabilidade, marcado por imprecisão, medo, marginalização e preconceitos. Visando contribuir para as práticas de letramento em leitura nas instâncias formativas, especialmente as educacionais, neste artigo iremos explorar o fenômeno da desinformação (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), tomando como objeto analítico o discurso de abertura do presidente Jair Messias Bolsonaro, na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, proferido em setembro de 2020. Grande parte desse discurso consiste em informações imprecisas e desprovidas de argumentos fundamentados, sobretudo no que se refere ao contexto da pandemia de covid-19 no Brasil e à destruição de biomas brasileiros de extrema relevância para o ecossistema mundial. Considerando o evento enunciativo em análise, buscamos compreender e problematizar como as posições avaliativas do enunciador, atravessadas pelos valores

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa, bolsista CAPES. Integrante do NELLE/PUC Minas (Núcleo de Estudos em Letramentos, Linguagens e Formação). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2758-7369>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Pós-doutoramento realizado na Universidade Grenoble Alpes. Professora (adjunta IV) do Programa de Pós-graduação e do Departamento de Letras da PUC Minas. Pesquisadora integrante do NELLE/PUC Minas (Núcleo de Estudos em Letramentos, Linguagens e Formação). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0627-9546>.

ideológicos do(s) lugar(es) que ocupa no contexto sócio-histórico, podem ser capazes de afetar a interlocução com a sociedade. Com a pretensão de atingir o objetivo proposto, recorreremos ao aporte teórico desenvolvido pelo círculo bakhtiniano, especialmente, os conceitos de responsividade, posicionamento axiológico e refração (BAKHTIN, 2011, 2017; VOLÓCHINOV, 2013, 2017), e a considerações acerca do discurso polêmico construído sob o viés do dissenso (AMOSSY, 2015, 2017).

Palavras-chave: Desinformação. Infodemia. Responsividade. Axiologia. Formação do leitor.

Infodemic and Signic Construction – Responsive Movements Under the Rhetoric of Post-Truth

Abstract

Under the rhetoric of post-truth, infodemia and misinformation reached large proportions, with negative impacts on the social sphere (KALIL; SANTINI, 2020; ORGANIZATION MUNDIAL DA SAÚDE, 2020), generating a scenario of instability, marked by imprecision, fear, marginalization and prejudices. Aiming to contribute to reading literacy practices in formative instances, especially educational ones, in this article we will explore the phenomenon of misinformation (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), taking as an analytical object the opening speech of the President Jair Messias Bolsonaro, at the 75th General Assembly of the United Nations, delivered in September 2020. Most of this speech consists of inaccurate information and devoid of substantiated arguments, especially with regards to the context of the covid-19 pandemic in the Brazil and the destruction of Brazilian biomes of extreme importance to the world

ecosystem. Considering the enunciative event under analysis, we seek to understand and problematize how the evaluative positions of the speaker, crossed by the ideological values of the place(s) it occupies in the socio-historical context, may be able to affect the dialogue with society. In order to achieve the proposed objective, we resorted to the theoretical support developed by the Bakhtinian Circle, especially the concepts of responsiveness, axiological positioning and refraction (BAKHTIN, 2011; 2017; VOLÓCHINOV, 2013; 2017), and considerations about the controversial discourse constructed under the bias of dissent (AMOSSY, 2015; 2017).

Keywords: Disinformation. Infodemic. Responsiveness. Axiology. Reader training.

Recebido em: 11/07/2021 // Aceito em: 10/09/2021.

A crise contemporânea é, fundamentalmente, a crise do *ato* contemporâneo. (BAKHTIN, 2017, p. 115).

Introdução

Diante das intensas e dinâmicas mudanças ocorridas nos processos infocomunicacionais devidas ao avanço tecnológico, houve a emergência de um complexo problema social, a infodemia (KALIL; SANTINI, 2020; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020). Esse fenômeno pode desencadear e/ou acentuar o caos social, visto que a informação falsa ou manipulada afeta as interações humanas interferindo diretamente no comportamento da sociedade. Sob o contexto da pandemia de covid-19, a correlação entre desinformação, infodemia e caos social parece ser bem estreita, dado que os problemas ultrapassam o crivo da saúde pública e apresentam expressiva repercussão no estado das relações político-econômicas e sociais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.¹

A produção, o consumo, a circulação e a reprodução de desinformações promovem significativos impactos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais. Nessa medida, a desinformação tende a favorecer o crescimento do ceticismo, da desconfiança, do pessimismo e da insegurança no âmbito social. Na esfera política, as relações entre nações podem ficar estremecidas, a ponto de inviabilizarem o diálogo, a convivência respeitosa e o intercâmbio comercial. No eixo econômico, a desinformação pode gerar oscilações e especulações financeiras

¹ Optamos por não utilizar o termo “*fake news*”, pois, além de não abranger a complexidade do fenômeno do falseamento das informações, tornou-se um termo recorrentemente usado por políticos, no ataque à liberdade de expressão e de imprensa. Ver mais em: <https://history.uol.com.br/microsites/a-verdade-da-mentira/noticias/por-que-nao-e-certo-usar-o-termo-fake-news-e-por-que-usaremos-mesmo-assim>. Acesso em: 27 jun. 2021.

expressivas, assim como barreiras comerciais. No âmbito sociocultural, pode favorecer o crescimento de posicionamentos e práticas de intolerância entre sujeitos e nações, propiciando a cultura da marginalização, a xenofobia, os movimentos contra a migração, o sentimento de medo, enfim, as mais variadas práticas de violência e de manifestações de ódio que assolam a humanidade. Na esfera educacional, amplia-se a responsabilidade dos formadores de leitores – professores, agentes comunitários, bibliotecários, entre outros – no sentido de desenvolver práticas de leituras que propiciem reflexões sobre o intrincado processo de constituição e disseminação da desinformação.

Em meio à infodemia intensamente propagada na sociedade, o fenômeno da desinformação (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) tem gerado diversos questionamentos, dado que o anseio pela “verdade”, por aquilo que é legitimado como verídico, encontra-se obscurecido na esfera social devido ao crescimento do movimento da pós-verdade e da adesão a seus princípios.

Almejando flagrar e compreender como esse fenômeno pode afetar a sociedade, selecionamos, como objeto de análise, o discurso de abertura do presidente Jair Messias Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2020.² Trata-se de um tecido discursivo em que predomina a argumentação, por meio de informações imprecisas e sem fundamentação, principalmente a respeito do cenário da pandemia de covid-19 no Brasil e da destruição da floresta amazônica e do Pantanal, biomas de grande significância para a humanidade.

² A 75ª Assembleia Geral da ONU foi realizada sob a modalidade virtual. O discurso do presidente foi apresentado por meio de um vídeo gravado. Consultar: <<https://www.funag.gov.br>> (transcrição) e <https://m.youtube.com/watch?v=14K9Tk5z-po> (vídeo). Acesso em: 20 mar. 2021.

A fim de alcançar o que propomos, apresentaremos, na primeira seção deste artigo, as conceituações teóricas referentes à infodemia (KALIL; SANTINI, 2020; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020) e ao fenômeno da desinformação (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) sob o contexto da pós-verdade. Na segunda seção, abordaremos os conceitos de signo e ideologia, cunhados nos estudos desenvolvidos pelo círculo bakhtiniano (BAKHTIN, 2011; 2017; VOLÓCHINOV, 2013; 2017). Evidenciamos, nesse percurso, a importância desses pressupostos teóricos para a compreensão das práticas discursivas empregadas na situação concreta da enunciação. Uma breve descrição da situação sócio-histórica em que o pronunciamento do presidente Bolsonaro foi proferido será apresentada na terceira seção deste estudo, seguida por movimentos analíticos voltados para o funcionamento discursivo, com foco no modo como os temas são explorados pelo enunciador. De modo a apreender os movimentos constitutivos do tecido argumentativo, buscar-se-á o diálogo entre o conceitual teórico de base bakhtiniana sobre o signo ideológico e as reflexões trazidas por Amossy (2015; 2017) acerca do discurso polêmico, construído sobre o dissenso.

Para concluir, teceremos algumas considerações, avaliando o potencial do pronunciamento em exame como ato responsivo, atravessado por posicionamentos ideológicos e, portanto, valorados, orientado para determinados fins e capaz de suscitar a disseminação de crenças e pré-conceitos que podem cristalizar-se de modo a se constituírem como verdades. Nesse movimento, retomaremos a necessidade de investir em atividades de leitura que tomem os textos em circulação nas esferas públicas midiáticas a partir da compreensão das estratégias de engendramento das (des)informações.

2 Infodemia sob a retórica da pós-verdade

A sociedade contemporânea vive a desordem informacional, caracterizada a partir de três noções distintas: desinformações, informações incorretas e más informações. A desinformação refere-se a informações falsas, criadas deliberadamente com a pretensão de prejudicar pessoas, grupos sociais, organizações e países. Embora sejam falsas, as informações incorretas não têm a finalidade de provocar danos. Por sua vez, as más informações são baseadas na realidade com o propósito de gerar conteúdos e dados a pessoas, organizações e países (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017).

Embora mais facilmente disseminada no contexto hodierno, a desinformação é considerada um fenômeno antigo, isso porque a sociedade sempre foi influenciada por informações erradas, mentiras deliberadas e teorias da conspiração (FRIAS FILHO, 2018). O cenário em que as desinformações se inserem é a de um ambiente democrático e descentralizado, representado pelas mídias sociais, um espaço em que ocorre a conexão entre indivíduos (CASTELLS, 2012). Nesse enquadre, a possibilidade de compartilhamento de informações (DAVENPORT, 1994) representa um aspecto bastante significativo.

A estrutura do ecossistema da informação, construída em torno de plataformas digitais poderosas, as quais têm atuação como intermediárias de informação, acentua o fenômeno da desinformação, dado que realiza a reprodução e a disseminação das notícias com abrangência e velocidade incomuns (SYED, 2017). Isso ajuda a ampliar os efeitos da implantação estratégica de notícias falsas para fins políticos ou comerciais (LEVI, 2018). Outro ponto a se destacar é que as barreiras em relação à entrada

de usuários no setor de mídia diminuíram de forma expressiva, devido à facilidade na criação de *sites* e, principalmente, pelo fato de ser fácil monetizar o conteúdo da *web* por meio de publicidade, possibilitando o acesso às grandes plataformas. O terceiro ponto refere-se ao aumento no uso das mídias sociais, os maiores veículos relacionados à disseminação de notícias falsas. Dessa forma, há, cada vez mais, pessoas expostas às desinformações. A polarização política crescente é outro ponto a se considerar, visto que interfere na probabilidade de cada lado acreditar passionalmente em notícias falsas negativas sobre o outro (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Nesse sentido, o fenômeno da desinformação tende a ser ampliado progressivamente.

O problema da desinformação relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das mídias digitais e a arquitetura da rede. Os usos manipulativos da arquitetura da rede na produção, circulação e ampliação de desinformações sob uma escala cada vez maior, com dificuldades no mapeamento e no processo de compreensão, dificultam a regulação. Sob essa perspectiva, é importante, sobretudo, ter a compreensão de que a arquitetura do ecossistema de informações projeta e organiza o discurso falso com credibilidade e impacto e, até mesmo, estimula a distribuição viral de desinformações nas mídias sociais (LEVI, 2018).

Em 2020, devido à grande difusão e repercussão da pandemia de covid-19 nos diálogos e notícias em todo o mundo, a relação entre mídia e novo coronavírus³ ficou cada vez mais intensa e estreita, o que fez instaurar-se o que se denomina “infodemia”. Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS (2020) –, uma divisão da Organização Mundial da

3 Consultar: <https://www.paho.org/pt/covid19>; <http://www.toledo.ufpr.br/porta/artigos-cientificos-covid-19/>; <https://www.thelancet.com>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Saúde (OMS), o termo se refere a um excesso de informações, algumas, muito precisas e outras, não, sendo difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis. É “caracterizada por uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade (algumas falsas, outras imprecisas, outras baseadas em evidências) [...]” (KALIL; SANTINI, 2020, p. 5). Esse enorme volume de informações associadas a um assunto específico pode se multiplicar, de forma célere e exponencial, conforme o teor do evento em questão. Nessa medida, tornam-se comuns o surgimento de rumores e desinformações e a ocorrência de manipulação de informações com intenções duvidosas. Esse fenômeno, portanto, consegue atingir proporções significativas e passa a ser amplificado pelas redes sociais, alastrando-se demasiadamente rápido.

A infodemia impede às pessoas o acesso a fontes e informações fiáveis, o que é suficiente para gerar um grande impacto na esfera social, além de desorientação e perplexidade. Há casos de informações verdadeiras que são mal interpretadas, tornando-se falsas, há outros casos de informações falsas criadas com a pretensão direta de serem interpretadas como falsas, porém acabam sendo lidas e repassadas como verdadeiras. Ademais, há a compreensão de que nem todo conteúdo inexato pode ser considerado como notícias falsas. Esses aspectos são relevantes, pois “a desinformação se expande no mesmo ritmo que a produção de conteúdo, e as vias de distribuição se multiplicam. Assim, a própria infodemia acelera e perpetua a desinformação [...]” (OPAS, 2020, p. 3). Kalil e Santini (2020, p. 6) acentuam a ideia de recursividade, afirmando que “a desinformação produz a ‘infodemia’ e é produzida por ela [...]”.

Sob o contexto pandêmico, o termo vem sendo empregado para fazer referência à disseminação demasiada e abusiva de desinformações. Além de causar danos à sociedade, a infodemia contribui para obscurecer a verdade, manipular a população, aumentar e acelerar as condutas irracionais alimentadas pelo medo e frear a eficácia das campanhas e iniciativas de teor positivo.

Na guerra de (des)informações sob a qual atualmente vivemos, o controle e a manipulação da opinião pública por meio da comunicação midiática têm como fonte de intervenção e interlocução o novo coronavírus. Há a proliferação de “especialistas” que, tendo como referência a *web*, expressam diferentes pontos de vista, em grande parte contraditórios, podendo causar desorientação, ansiedade e até pânico à sociedade. Essas informações falsas ou enganosas intensificam a resistência generalizada da população, no que se refere à tomada de medidas promovidas por autoridades sanitárias com vistas ao controle de infecções, podendo, conseqüentemente, causar o atraso de intervenções essenciais. Nesse sentido, as conseqüências da disseminação de informações sem comprovação científica podem ser muito perigosas em relação à área da saúde, em que é indispensável a aplicação de métodos científicos às práticas médicas. Sob essa ótica, acentua-se a necessidade de formação leitora crítica, a fim de contribuir para a compreensão das implicações e imbricações das redes infocomunicacionais que ancoram e projetam desinformações na esfera social.

Potencialmente capaz de afetar de forma negativa a pandemia de covid-19, a infodemia pode: (a) dificultar a localização de fontes e orientações confiáveis; (b) provocar ansiedade, depressão, sobrecarga e exaustão emocional; (c)

afetar os processos de tomada de decisão, quando são esperadas respostas imediatas e não há tempo adequado para análise de dados científicos, e d) não conferir um controle de qualidade sobre o que é publicado e, também, sobre as informações utilizadas nas ações e tomada de decisões (OPAS, 2020).

No Brasil, a manipulação midiática por meio de desinformações é comumente exercida em pronunciamentos e outros enunciados proferidos pelo presidente Bolsonaro, que, por meio de uma retórica contundente, manifesta a sua aversão à grande mídia, essencialmente, à imprensa, fomentando relações afetivas com o seu público-alvo e apresentando ambiguidades no tecido discursivo, as quais visam ocultar seu projeto enunciativo.

Neste texto, o discurso de abertura do presidente Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) será analisado à luz da abordagem discursivo-dialógica dos estudiosos ligados ao Círculo de Bakhtin, com ênfase nas noções de ideologia, signo ideológico, dialogismo, responsividade e responsabilidade, conforme exposição a seguir.

3 Signo e ideologia sob o viés do dialogismo

Pensar em princípios teóricos desenvolvidos por Bakhtin (2011; 2017) e Volóchinov (2013; 2017) para a discussão da desinformação se justifica pelo fato de esse fenômeno consolidar-se em correspondência direta com a compreensão da língua *in actu*, conforme uma proposta filosófica e sociológica de se conceber o discurso, concreto, heterogêneo e ininterrupto, sob um viés dialógico.

Areação e o posicionamento dos sujeitos diante do fenômeno da pós-verdade são substanciais para a compreensão das práticas

sociais e dos processos de interação que são estabelecidos e desenvolvidos na sociedade. Isso porque os discursos, constituídos na “unicidade do evento singular” (BAKHTIN, 2017, p. 42-43), são sempre atravessados por posicionamentos avaliativos e valorativos, portanto, carregados de tensões próprias das interações humanas, “ligadas às condições de dada situação social concreta, e reagem com extrema sensibilidade a todas as oscilações do meio social.” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 107-108). Tendo em vista o caráter híbrido, heterogêneo e instável da linguagem humana, inscrita na historicidade das práticas sociais, também as desinformações, frutos de construto político, social e ideológico, podem ser mais bem apreendidas e explicadas à luz das concepções do círculo bakhtiniano.

Conforme o que preconiza o círculo bakhtiniano, o signo deve ser avaliado como “um fenômeno da realidade objetiva que se tornou fenômeno da realidade ideológica: o objeto se transformou em signo [...]” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 192). Referindo-se à palavra, Volóchinov (2013) sublinha que ela é um fenômeno ideológico por excelência, visto que, nos atos comunicativos, os sujeitos apresentam, de forma contínua e intensa, a necessidade de sua utilização no processo de referência a algo no universo. Dessa forma, “o campo ideológico coincide com o campo do signo [...]” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

No processo de caracterização do signo, a noção de ideologia é um aspecto essencial. Sob o crivo dessa relação, ideologia é compreendida como “todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas [...]” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 138). Nessa medida, ideologia consiste nos processos

de interpretação e de reflexão realizados por cada consciência social, por cada sujeito a respeito do mundo em que está inserido. A noção de ideologia adotada pelo círculo bakhtiniano baseia-se no movimento de reflexão e refração. Assim como o signo é o material da linguagem concretizado, decorrente do que pode ser extraído/captado de um dado externo específico, ele, também, consiste naquilo que se pode reconstruir como seu reflexo.

Concebida como parte integrante do signo, a ideologia não acontece de forma isolada. Conforme o círculo bakhtiniano, havendo significação sógnica, haverá interação dialógica. Nesse sentido, “o signo surge apenas no processo de interação entre consciências individuais [...]” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95). Ressalte-se que o conceito de individualidade é concebido sob o prisma da historicidade do indivíduo. Sendo “responsável por suas ideias e conceitos”, o indivíduo é um “fenômeno puramente socioideológico”. O “conceito de individualidade, [...] construído sobre o indivíduo natural, é por sua vez uma superestrutura ideológica e sógnica e, portanto, social.” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 129).

Sob essa perspectiva, tem-se como evidência que “tudo o que é ideológico possui significação sógnica” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93). Isso significa dizer que o que tem valor no universo pode vir a ser concebido como um signo à medida que conseguir fazer referência a algo para além de si mesmo. Contudo, há de se ter o entendimento de que “o signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante [...]” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

A discussão a respeito da significação sgnica, desenvolvida tanto por Bakhtin como por Volochinov, ancora-se substancialmente na ideia de valoração, posto que, ao utilizarem palavras na referência a quaisquer coisas externas, os sujeitos sempre as valoram. No construto ideológico das consciências individuais, cada tom valorativo orienta-se pela vivência e pela posição social (VOLÓCHINOV, 2017). Nesse sentido, o tom axiológico, a ideologia e o signo ganham vida nos enunciados (BAKHTIN, 2011). E o discurso somente tem valor como um todo se forem relevados, em conjunto, o sistema linguístico (o aspecto verbal) e o evento discursivo (o aspecto extraverbal).

Relacionando esses aspectos do signo  conjuntura da desinformação, podemos dizer que determinados eventos da realidade objetiva são discursivizados em forma de desinformações devido ao fato de serem refratados por determinadas ideologias,⁴ as quais tendem a formar grupos ideológicos, ou seja, constituem “bolhas” (FERRARI, 2018) que fomentam e projetam perspectivas de mundo semelhantes. Essas bolhas vão se constituindo e se fortalecendo progressivamente sob uma relação sgnica, visto que são refratadas e refletidas na disseminação de outras desinformações.

Devido à comoção causada pelo discurso de outrem, com o qual sujeitos compartilham pontos de vistas afins, as ideologias também ganham vozes na sociedade. O signo, portanto, como material linguístico-ideológico, orienta-se e é orientado pelas forças sociais, pelas relações entre os agentes discursivos na esfera social.

Como um enunciado completo, no sentido bakhtiniano, uma desinformação perpassa o código, pois exige uma leitura de

⁴ Neste estudo, quando tratamos de ideologia, fazemos referência a uma condição sócio-histórica, constituída por discursos interligados, que formam um conjunto de crenças e conhecimentos, manifestados em posicionamentos valorativos.

outros elementos extralinguísticos além de um entendimento do conteúdo subentendido. Tendo como base as noções de signo e ideologia que são postuladas pelo círculo bakhtiniano, na seção seguinte, buscaremos demonstrar como os enunciados proferidos pelo presidente Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU – 2020 se constituem como um signo, refletindo e refratando perspectivas de seu criador e outras para as quais estão orientadas.

4 Nas tramas do discurso – responsividade e mobilização de “verdades”

Assumindo a abordagem descendente de análise, em consonância com as obras do círculo bakhtiniano, consideraremos, inicialmente, as “condições concretas da vida do texto”, em “relação estreita com a interação” (BAKHTIN, 2011, p. 319) de que faz parte, para então, explorarmos os aspectos propriamente textuais e linguísticos que constituem o discurso.

No dia 22 de setembro de 2020, a ONU inaugurava, em sua 75ª Assembleia Geral, a década de ação pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em que líderes globais se comprometiam a acelerar as ações em benefício das pessoas, do planeta, da prosperidade e da paz, valorizando as parcerias multilaterais. Convidado a proferir o discurso de abertura do evento, o presidente Bolsonaro, configurou seu texto, endereçado à comunidade internacional, apoiando-se em estratégias discursivas que vêm pontuando sua trajetória política, desde sua atuação como deputado federal (de 1991 a 2018), até a posse e seu exercício como presidente, a partir de 2019.

Ao dirigir-se aos interlocutores, no início do seu discurso, o presidente Bolsonaro conclama a necessidade da verdade⁵ para a superação das situações problemáticas (“o mundo necessita da verdade para superar os desafios [...]” (§4)),⁶ valendo-se de um dos recursos retóricos mais empregados na campanha à presidência – o uso de palavras de outrem para alicerçar a própria palavra. Além da recorrência a passagens bíblicas, como o versículo comumente usado na época da eleição – “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32) –, o presidente Bolsonaro utiliza-se de gestos e *slogans* alinhados ao estilo militar, como o grito de guerra da Brigada Paraquedista do Exército, apropriado como *slogan* de sua coligação, “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”.

4.1 Responsividade e negação da responsabilidade

Iniciando a argumentação do texto pela estratégia do estabelecimento dos polos – o vírus da covid-19 e a economia –, o presidente Bolsonaro passa a enaltecer as ações empreendidas por ele e pelo seu governo para vencer os desafios enfrentados em seu mandato.

Em relação ao enfrentamento da pandemia covid-19, observam-se, no discurso, tentativas de convencer os líderes dos países membros de que não pode ser responsabilizado pela situação trágica advinda das mortes pela pandemia. Esse expediente aponta claramente para a responsividade que está

5 Na perspectiva bakhtiniana, o termo “verdade” pode assumir sentidos diferenciados, uma vez que, em um processo de produção do conhecimento, o ato de conhecer encontra seu objeto de análise perpassado por valores. O ato de conhecer é indispensável como ação investigativa para chegar a verdades (*pravda* – noção de verdade temporária, sempre em construção, em movimento – verdade do ser, centro de valor no mundo real) e não à verdade única (*istina* – noção de verdade teórica de natureza universal, pré-fixada, normatizante, como um dever moral que seja absoluto para todos) (BAKHTIN, 2017).

6 Os parágrafos do texto em análise foram numerados para facilitar o acompanhamento do exame pelo leitor.

na base de todo discurso, conforme definiu Volóchinov (2017, p. 219): “o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante.”.

Como estratégia de culpabilização e responsabilização, o chefe de governo passa a atribuir parte da responsabilidade aos estados e municípios, os quais, segundo ele, receberam autonomia do Supremo para fazer a gestão da pandemia: “Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente coube o envio de recursos e meios a todo o País [...]” (§7). À imprensa ele conferiu o restante da responsabilidade: “[...] parcela da imprensa brasileira politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população [...]” (§8). Essa estratégia de construir para si mesmo um lugar de vítima passa a ser recorrente no fio discursivo do pronunciamento presidencial. Vale ressaltar que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de atribuir autonomia a Estados e municípios para tomadas de decisão contra a propagação da covid-19 não exclui a participação e, sobretudo, a responsabilidade e atuação da União.

O movimento responsivo firma-se de modo contundente, na listagem das ações implementadas para deter o vírus e para tomar as medidas econômicas, relativamente às frases “fique em casa” e a “economia a gente vê depois” atribuídas àqueles a quem responsabilizou por causarem o pânico e o “caos social ao país” (§8). Além do objetivo de desqualificar o adversário, tais ações e medidas buscam responder a críticas dirigidas ao comportamento do presidente e sua equipe, os quais, desde o

início da pandemia, apresentaram um posicionamento totalmente negacionista diante da doença. Matérias jornalísticas publicadas pela imprensa nacional e internacional são vistas pelo presidente como parte de movimentos conspiratórios.

Agenciando recursos linguísticos para mostrar as formas de enfrentamento à covid-19, sem se descuidar da economia, ora o enunciador assume a total responsabilização pelas ações, construindo um *ethos* de governante em 1ª pessoa, (“alertei”; “mantenho”; “reafirmo”), ora atribui os atos ao “Nosso governo”, valendo-se de verbos na 3ª pessoa do singular (“Concedeu”; “Destinou”; “Assistiu”; “Estimulou”). Para fortalecer e propalar os feitos governamentais, a argumentação se constrói sobre dados numéricos, especialmente quando aponta os recursos e benefícios destinados a suprir as necessidades da população, utilizando-se de operadores discursivos de comparação (“o auxílio emergencial [...] o maior programa de assistência [...] talvez um dos maiores do mundo” (§10)), além de itens lexicais que orientam para a entonação valorativa (“**socorro** a pequenas e microempresas”).

No que se refere ao auxílio emergencial, concedido aos trabalhadores informais e aos cidadãos com condições menos favorecidas do ponto de vista econômico, em decorrência das medidas de isolamento social da pandemia de covid-19, o presidente Bolsonaro infla o valor pago/ a ser pago: “Nosso governo [...]. Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1.000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo [...]” (§10).⁷

7 Estas e outras cifras citadas foram posteriormente confrontadas com dados dos principais provedores de informações do País, como o Banco Central do Brasil (BCB), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consultar: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/fato-ou-fake/noticia/2020/09/22/veja-o-que-fato-ou-fake-no-discurso-de-bolsonaro-na-onu.ghtml>; <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/22/>

Na continuidade dos argumentos apresentados para exaltar as ações efetivadas diante dos desafios mencionados na abertura, o presidente cita o alto custo dos insumos, a exemplo do componente da hidroxiclороquina, medicamento que, desde o início da pandemia, vinha sendo apontado por ele como a “cura possível” da covid-19. Diante da comunidade internacional, Bolsonaro deixa claro que seu governo defendeu o “tratamento precoce”. Embora a eficácia do medicamento no tratamento da doença não tenha sido cientificamente comprovada, o presidente do Brasil continuaria a defender a hidroxiclороquina, o que contribuiu para que grande parcela da população constituída por seus apoiadores a ela recorresse. Cabe ressaltar que a comunidade científica internacional já avaliara que o uso de hidroxiclороquina poderia agravar o risco de outras doenças em decorrência de seus efeitos colaterais.⁸

No cenário da saúde pública, além do incentivo do presidente ao uso de medicamentos cuja eficácia não fora atestada pelos órgãos oficiais, somam-se o frequente desencorajamento ao isolamento social, indispensável à prevenção contra o coronavírus, e a reiterada desqualificação dos conhecimentos científicos e das práticas profissionais, dedicados à proteção e à promoção da saúde. Como forma de manifestar o seu negacionismo científico, o presidente vem desqualificando reiteradamente as orientações de especialistas em medicina sanitária e infectologia, estimulando as aglomerações e o menosprezo pelo vírus e sua letalidade, desdenhando do uso de máscaras e criticando a adoção de medidas para conter a aglomeração, especialmente

organizacao-aponta-mentiras-em-discurso-de-bolsonaro-na-onu.htm; <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/22/bolsonaro-onu-2020>. Acesso em: 20 mar. 2021.

8 Consultar: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1194-nota-publica-cns-alerta-sobre-os-riscos-do-uso-da-cloroquina-e-hidroxicloroquina-no-tratamento-da-covid-21>; <https://saude.abril.com.br/medicina/medicamentos-estao-sendo-usados-irracionalmente-alerta-farmacaceutico>; <https://www.thelancet.com>; <http://informe.cnsf.fiocruz.br/noticias/48989>; <https://scielosp.org/article/physis/2020.v30n2/e300217>. Acesso em: 20 mar. 2021.

o controle de abertura do comércio. Valendo-se da violência verbal (AMOSSY, 2017), uma estratégia do discurso polêmico, chegou a designar como “covardes” aqueles que decidiram seguir o isolamento social como medida mais adequada e efetiva de prevenção recomendada pela OMS.⁹

Segundo Amossy (2017), a sociedade contemporânea é afeita ao espetáculo, a situações em que polêmicas se tornam muito atrativas, visto que apresentam “vencedores”, pelos quais se pode torcer, e “perdedores”, os quais são ridicularizados e/ou marginalizados. Devido a essa abertura à espetacularização dos conflitos, polêmicas são fabricadas, por meio de discursos, incitando a manifestação do contraditório, a acentuação dos antagonismos, o embate de opiniões. Um exemplo desse embate pode ser flagrado nesta passagem do discurso de Bolsonaro: “A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.” (§22).

No corpo de seu projeto enunciativo, o presidente Bolsonaro alimenta a polêmica como o ato de marcar a oposição pela manifestação discursiva que possibilita tensionar a polarização. Dado que a delimitação da diferença é muito significativa do ponto de vista argumentativo do discurso polêmico, ele, comumente, recorre ao uso da dicotomia. Ao construir um discurso sob o viés do dissenso, em que o confronto de opiniões contraditórias consegue ultrapassar os limites de um debate referencial, talvez seja possível que o enunciador consiga a adesão de terceiros, o que significa fortalecimento e ampliação de seu campo de posicionamento discursivo.

⁹ Consultar: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/18/bolsonaro-diz-que-fique-em-casae-para-os-fracos-conversinha-mole.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

4.2 Responsividade, polarização e construção do outro

De modo semelhante às estratégias de enaltecimento das ações governamentais praticadas por seu governo, agenciadas na primeira parte do discurso (§1 a §16), o presidente Bolsonaro, ao focalizar o tema da produção agrícola, continua a destacar o êxito do agronegócio brasileiro em consonância com uma suposta preservação ambiental: “Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa” [...] “E usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.” (§25).¹⁰

Indubitavelmente, a produtividade da agricultura brasileira é uma das maiores do mundo, e, ao destacar esse setor produtivo, o presidente Bolsonaro busca demonstrar certa dependência do mundo em relação à nação brasileira referentemente à alimentação e ao combate à fome mundial. Ainda que se exhiba como celeiro do mundo, nesse setor, o Brasil, de forma contraditória e paradoxal, apresenta índices vergonhosos de um imenso contingente de pessoas que passam fome, segundo o IBGE.¹¹

Sob esse aspecto, observa-se a “orientação social da enunciação” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 189-191) indiciando a estrutura estilística do enunciado atravessado pelo posicionamento axiológico. O tema – a pujança da agricultura brasileira – se constrói enunciativamente a partir da entonação, isto é, dos elementos de valoração advindos do lugar social do falante. Assim, o posicionamento axiológico do enunciador,

¹⁰ Consultar: <https://biblioteca.ibge.gov.br>; <https://plataforma.mapbiomas.org>; <https://dataworldbank.org>. Acesso em: 01 jul. 2021.

¹¹ Consultar: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54288952>. Acesso em: 27 jun. 2021.

impregnado dos valores de classe e da cultura do sujeito que fala, deixa marcas sobre o todo do enunciado. Nessa medida, ganham espaço os clichês (“O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre” (§ 17)), as frases feitas e os “lugares comuns” (“A liberdade é o bem maior da humanidade” (§ 55)).

Para Amossy (2015), as fórmulas fixas, as frases feitas, compõem uma “*doxa*” (ideologema de Bakhtin), ou seja, são constituídas de imagens preconcebidas, próximas dos estereótipos, construídas sob a influência do meio social e histórico como modos de realização do discurso, os quais podem, sob viés polifônico, trazer ideias (pre)concebidas acerca de alguém, de algum fato etc. Os clichês e estereótipos assumem determinados valores nas interações sociais, sendo fomentados nos diversos discursos da coletividade. No caso do pronunciamento na ONU, aqui em estudo, os clichês indiciam a dialogicidade do enunciado (BAKHTIN, 2011, p. 297), uma vez que comportam “ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais estão ligados pela identidade da esfera de comunicação discursiva.”

Ao tratar da Amazônia e do Pantanal, o presidente Bolsonaro põe em cena uma suposta prática de perseguição internacional contra a nação brasileira devido às suas riquezas naturais, ao seu bioma amplo e diversificado. Traçando um discurso de culpabilização de outrem, reinicia um movimento retórico a fim de situar-se na condição de vítima (“somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal” (§21)), ao mesmo tempo em que desconsidera os dados fornecidos pelos satélites e nega as queimadas amplamente divulgadas por organizações nacionais e internacionais.¹²

12 Consultar: <https://www.greenpeace.org/brasil>; https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados; <https://ipam.org.br/pt>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/descaso-no-pantanal-e-amazonia-ameaca-negocios-do>

Novamente, o presidente não apresenta explicações plausíveis para os fatos, mantendo um posicionamento discursivo defensivo sobre o seu governo. Segundo o presidente, “somos líderes em conservação de florestas tropicais [...]” (§ 23). No entanto, ao afirmar que o Brasil é um dos países que mais preservam suas florestas tropicais, desconsidera que somos também a nação que apresentou a maior perda desse tipo de cobertura vegetal em 2019, chegando a perder 1, 3 milhão de hectares em 2019.¹³

Um aspecto que merece ser destacado na construção retórica do discurso é o recorrente agenciamento de operadores argumentativos que opõem dois argumentos, em que um acaba prevalecendo sobre o outro: “**Mesmo sendo** uma das maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.” (§ 24); “**apesar da** pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos” (§ 51) (grifos nossos). Tal recurso, compreendido isoladamente do contexto, pode impedir a apreensão da “multiacentuação do signo ideológico”, que não somente reflete, mas refrata as condições da existência, “os interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade sógnica, isto é, a luta de classes.” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 112).

Essa multiacentuação valorativa revela-se de modo mais contundente em determinadas passagens do discurso, a exemplo da acusação feita pelo presidente Bolsonaro de que os caboclos e os índios seriam os responsáveis pelos incêndios na Amazônia, o que foi negado pelo porta-voz do Greenpeace.¹⁴ Nota-se, no enunciado, o movimento responsivo endereçado à comunidade

brasil-enquanto-governo-se-isenta-de-responsabilidade.html; <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/contrariando-bolsonaro-nasa-aponta-que-queimadas-sao-fruto-de-desmatamento.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2021

13 Consultar: <https://blog.globalforestwatch.org/data-and-research/dados-globais-de-perda-de-cobertura-de-arvore-2019>. Acesso em: 20 mar. 2021.

14 Consultar: <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/veja-que-fato-ou-fake-no-discurso-de-bolsonaro-na-onu-24654457>; <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/52280>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

internacional, que vem denunciando o presidente do Brasil por estar sendo conivente com os ataques de grileiros e garimpeiros às reservas indígenas. No enunciado “Nosso governo [...] Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à covid” (§12), é possível verificar que o presidente Bolsonaro busca produzir e fazer circular um efeito de verdade, colocando-se, na maioria das vezes, como fonte e origem do dizer.

O efeito de verdade que ele busca imprimir no tecido discursivo parte do entendimento de que aquilo que foi dito tem de ser aceito porque quem o fez tem autoridade para fazê-lo. Em seu discurso, o argumento de autoridade é representado por sua *persona* – presidente da república –, na tentativa de criar um efeito de que aquilo que é dito por ele possa ser considerado como algo incontestável, sem necessidade de se ancorar em fundamentos com valor de verdade. Assim, o que é posto em jogo pelo projeto enunciativo do presidente Bolsonaro não é a busca, a discussão, a problematização de uma verdade, mas a imposição da palavra pela figura de autoridade, não pelo exercício de autoridade, de legitimidade sobre determinado conhecimento, assunto ou questionamento em pauta. A adesão ao efeito de verdade depende da credibilidade dos sujeitos mobilizados no argumento de autoridade, pois, “diferentemente do valor de verdade, que se baseia na evidência, o efeito de verdade baseia-se na convicção, e participa de um movimento que se prende a um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida empiricamente” (CHARAUDEAU, 2005, p. 49).

A partir do 30º parágrafo, observa-se, na tessitura discursiva do pronunciamento, uma tentativa de convencimento dos países membros da ONU de que o governo brasileiro vinha se pautando

por uma política de proteção ambiental – “tolerância zero com o crime ambiental.”. Cabe salientar que a gestão do governo do presidente Bolsonaro realizou várias ações contrárias à preservação do meio ambiente, como: corte orçamentário na prevenção de incêndios, demissão de funcionários que apontavam os casos de desmatamentos, desmonte/enfraquecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da fiscalização florestal, além da paralisação do Fundo Amazônia.¹⁵

É possível apreender, no tecido discursivo, a recorrência da dicotomização e da polarização, na tentativa de culpabilizar aqueles a quem considera como adversários. Ao imputar as culpas e responsabilidades ao outro, o discurso do presidente Bolsonaro apresenta acusações infundadas e ilações sem base científica, a exemplo de excertos em que atribui o vazamento de óleo na costa brasileira, em 2019, como um ato criminoso da Venezuela (§35-§37).

A tese da “cristofobia”, recorrentemente agenciada pelo presidente Bolsonaro em suas falas públicas nas redes sociais e em manifestações a seus apoiadores, é trazida em dois momentos da finalização de seu pronunciamento na ONU: “Faço um apelo [...] pelo combate à cristofobia”; “O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base” (§56 e §62). O termo “cristofobia”, não explicitado pelo enunciador, somente poderá ser compreendido no contexto ativo e responsivo, uma vez que “toda compreensão é dialógica” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 232). Apenas nas relações estabelecidas com outros enunciados concretos, é que podemos construir a significação do termo

15 Consultar: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/governo-anuncia-corte-de-34-na-verba-de-2020-para-combate-a-incendios-na-amazonia>; <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/apesar-de-incendios-governo-corta-orcamento-do-ibama-e-icmbio-em-2021.shtml>; <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/10/26/fundo-amazonia-tem-r-29-bilhoes-em-conta-parados-apos-paralisacao-pelo-governo-bolsonaro-alerta-rede-de-organizacoes.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

“cristofobia”, entretanto, podemos pressupor a busca de uma interlocução do presidente com o seu fiel eleitorado, em prol de apoio e preservação de uma representatividade religiosa, e com a bancada cristã do Congresso, a qual vem conseguindo ocupar, cada vez mais, vagas no poder legislativo, em municípios e estados brasileiros. Provavelmente, com esse posicionamento “cristão e conservador”, o presidente Bolsonaro aposta na possibilidade de alimentar e ampliar sua bolha de eleitores e intensificar e fortalecer o efeito da câmara de ecos,¹⁶ a fim de promover engajamento e conquistar ainda mais seguidores de seus princípios e crenças.

Ao deixar entrever em seu discurso que há perseguição no Brasil em relação ao povo cristão, o presidente fomenta o processo de marginalização dos sujeitos conforme suas religiões, o que pode propiciar o preconceito, a segregação, a violência em suas mais variadas manifestações. Cabe salientar que, sob o governo do presidente Bolsonaro, as religiões de matriz africana, principalmente o Candomblé e a Umbanda, são as que mais sofrem manifestações de ódio, perseguições e ataques a seus terreiros e templos.

Sob a tese da “cristofobia”, há implícito o jogo de manipulação das massas, a prática da dicotomização em relação a políticas de governos anteriores, a polarização, acentuando extremismos, visando a instaurar o medo, a apreensão, o preconceito racial, a intolerância religiosa, concomitantemente à projeção e à veiculação da ideia e imagem de chefe de Estado “salvador da pátria”, “guardião dos bons costumes”.

¹⁶ As câmaras de eco referem-se ao resultado da interação contínua dentro das bolhas ideológicas e culturais de informação nos ambientes virtuais. Nesse contexto, os sujeitos interagem, preferencialmente, com pessoas de interesses e opiniões semelhantes, diminuindo sua exposição a perspectivas diferentes (SILVA, 2018). As câmaras de eco funcionam como complexos que reverberam informações, ideias ou crenças amplificadas ou reforçadas pela comunicação e repetição dentro de um determinado sistema. Em seu interior, as fontes dominantes, predominantemente, são inquestionáveis e as opiniões diferentes ou concorrentes são censuradas ou desautorizadas.

Considerações finais

A partir da análise do discurso proferido pelo presidente Jair Bolsonaro, é possível entrever o cenário de instabilidade instaurado na contemporaneidade, em decorrência dos impactos da infodemia e da desinformação sob os princípios da retórica da pós-verdade. Os posicionamentos axiológicos que emergem do tecido discursivo em exame podem afetar incisivamente a interlocução com a sociedade. Diante disso, é necessário que haja ações de contraposição a esse discurso hegemônico, isto é, sujeitos que manifestem sua responsividade com posicionamento responsável e crítico diante das redes de desinformação.

Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de práticas de letramento em leitura, nas instâncias formativas, com vistas a promover o necessário diálogo entre a palavra e a construção de “verdades”. Dada a (ir)responsabilidade instaurada pela disseminação de desinformações, avulta-se o papel das instituições de ensino no sentido de desenvolver práticas de letramento (SOARES, 2002; COSCARELLI; RIBEIRO, 2011; KLEIMAN, 1995; KLEIMAN; ASSIS, 2016) que dialoguem com a atualidade e que primem pela formação do sujeito crítico e participativo, para que ele consiga responder às demandas da esfera social com responsabilidade, sabendo posicionar-se discursivamente.

Para atuar em sociedade, de modo a exercer a cidadania por meio de posicionamentos críticos e tomadas de decisão pautadas nas relações democráticas e igualitárias, as competências de leitura e escrita, por meio do desenvolvimento de práticas de letramento da informação, são indispensáveis. Fazer uso social desses dois processos, compreender, analisar, refletir, interpretar,

inter-relacionar, sintetizar e saber avaliar informações consistem em habilidades fundamentais na sociedade contemporânea. Concomitantemente, o desenvolvimento de competências informacionais é crucial para uma efetiva cidadania. A enorme disponibilidade de fontes de informação, juntamente com a oferta de novas possibilidades de produção de conhecimento, demanda qualificação dos processos de seleção e análise de informações e conhecimentos sobre aspectos técnicos, políticos, estéticos e éticos das informações e de seus fluxos de comunicação.

Em tempos de (des)informação, são urgentes o “fortalecimento da alfabetização/letramento midiático, informacional e científico” e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais que promovam o desenvolvimento de competências que possibilitem aos sujeitos realizar a avaliação da qualidade a respeito daquilo que é consumido (KOMESU; ALEXANDRE; SILVA, 2020, p. 199-200). Sob o cenário da infodemia, um dos elementos desencadeadores do caos social, a competência crítica em informação pode auxiliar os sujeitos no reconhecimento de desinformações no ambiente digital e diminuir a sua propagação, assim como o caos social. Nesse contexto, as agências de *fact-checking* desempenham uma função relevante na verificação de informações, sendo aliadas no enfrentamento da infodemia.

Komesu, Alexandre e Silva (2020) salientam também que, no trabalho em sala de aula com as desinformações, em especial no que se refere ao processo de *debunking* (desmitificação de boatos), o professor pode tomar como referência o passo-a-passo utilizado pelas agências de *fact-checking*, como: apresentar e explorar fontes seguras e adequadas conforme cada nível de ensino, realizar a navegação por *links*, confrontar perspectivas,

discutir acerca da disseminação de informações por meio de algoritmos e assumir responsabilidade ética no tocante ao que é criado, produzido e compartilhado no âmbito digital.

Considerando essa perspectiva, a desinformação deve ser enfrentada por meio de ações formativas para o trabalho com fontes de informação. A escola pode auxiliar os estudantes no que se refere aos recursos e caminhos para que eles consigam analisar criticamente as informações, verificando a autoria e a maneira como foram elaboradas, quais foram os objetivos, se há distorções e de que forma podem ser manipuladas. Desse modo, é importante que as instituições de ensino busquem formar estudantes que saibam pesquisar, selecionar, analisar, avaliar e utilizar adequadamente e com criticidade as informações de que necessitam. As ações de pesquisa devem se orientar pela avaliação das fontes e de sua credibilidade, para que se possam identificar as distinções entre conhecimento, opinião e comentário. Também é essencial que os estudantes sejam provocados a reconhecer as condições de produção, circulação, consumo e reprodução das informações para que percebam sob quais influências, interferências e injunções sociopolíticas essas informações se constituem.

Ao finalizar este artigo, enfatizamos que o investimento em reflexões a respeito da desinformação é premente, visto que ela sempre se fará presente, com efeitos nefastos para a sociedade e repercussões expressivas nas trajetórias e estruturas históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais dos sujeitos. Nesse sentido, estudos mais aprofundados podem auxiliar no que se refere ao seu conhecimento, essencialmente no tocante à sua atuação na esfera social, assim como ao seu enfrentamento.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Stéréotypes et clichés**. Paris : Armand Colin, 2015.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos A. Faraco. 3. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2005.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2011.

DAVENPORT, Thomas. Saving its soul: human-centered information management. **Harvard Business Review**, v. 72, n. 2, p. 119-131, mar./apr. 1994. Disponível em: <<http://wiki.sugarlabs.org>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Armazém da Cultura, 2018.

FRIAS FILHO, Otávio. O que é falso sobre fake news. **Revista USP**, n. 116, p. 39-44, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146576>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

KALIL, Isabela; SANTINI, Rose Marie. **Coronavírus, pandemia, infodemia e política**. Relatório de pesquisa. São Paulo/Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ, 2020. Disponível em:<https://www.fespssp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documents/Coronavirus-e-infodemia.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B.; ASSIS, Juliana Alves. (org.). **Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

KOMESU, Fabiana Komesu; ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; SILVA, Larissa Souza da. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de Covid-19. In: RODRIGUES, Daniella. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. (org.). **Estudos aplicados à prática da escrita acadêmica: colocando a mão na massa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, v. 3, p. 186-229, 2020.

LEVI, Lili. Real Fake News and Fake Fake News. **First Amendment Law Review**, v. 16, p.232-327, 2018. Disponível em: https://repository.law.miami.edu/fac_articles/581. Acesso em: 1 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Preguntas y respuestas sobre la enfermedad por coronavirus (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/q-a-coronaviruses>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Lucas Eduardo Ferreira de Souza. A credibilidade das informações online na era da pós-verdade. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1-14, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16899>. Acesso em: 9 jul. 2021.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na Cibercultura. **Educação e Sociedade**: Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2021.

SYED, Nabiha. Real Talk About Fake News: Towards a Better Theory for Platform Governance. **Yale Law Journal Forum**, v. 127, p. 337-357, 2017. Disponível em: <http://www.yalelawjournal.org/forum/real-talk-about-fake-news>. Acesso em: 1 jul. 2021.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg Cedex: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. <https://goo.gl/9bsMGi>. Acesso em: 13 jun. 2021.

Os estudos literários na era da pós-verdade

Sérgio Luiz Prado Bellei*

Resumo

Embora visível principalmente na esfera política, o que veio a ser conhecido como pós-verdade, ou seja, o conceito que aponta para circunstâncias em que a fronteira entre fato e ficção torna-se intensamente porosa e em que crenças pessoais adquirem valor igual ou superior a fatos considerados objetivos, atinge também os estudos literários no meio acadêmico. É o que se pode verificar exemplarmente em interpretações recentes do conto **Bartleby, o escrevente**, escrito por Herman Melville em 1853. Enquanto a hermenêutica tradicional definia a validade interpretativa em termos de uma contextualização rigorosa do texto em seu momento histórico e cultural, interpretações recentes associadas ao momento pós-moderno possibilitam a revalidação interpretativa em termos de escolhas idiossincráticas do sujeito leitor ou de sistemas arbitrários de pensamento.

Palavras-chave: Pós-verdade. Estudos literários. Leituras autocráticas e alocráticas.

* Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG). Professor titular em Teoria Literária, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8276-8838>.

Literary Studies in the Post-Truth Era

Abstract

Although usually applicable to the political context, what came to be known as post-truth, that is, the concept that points to circumstances in which the boundaries between fact and fiction become highly porous and in which personal beliefs are endowed with values equal or superior to facts acknowledged to be objective, affects also literary studies in the academic environment. This is the exemplary case of recent interpretations of “Bartleby, the scrivener”, a story written by Herman Melville in 1853. While traditional hermeneutics defined interpretive validity in terms of a rigorous contextualization of the text in its historical and cultural moment, recent interpretations associated with the postmodern period make possible the legitimation of interpretive practices based on idiosyncratic choices or the reading subject or on arbitrary systems of thought.

Keywords: Post-truth. Literary studies. Autocratic and alocratic readings.

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 09/10/2021.

1 A pós-modernidade e a era da pós-verdade

A era da pós-verdade pode ser pensada isoladamente como o momento **político** contemporâneo marcado, no dizer de Steve Fuller (2018), pela institucionalização daquilo que Platão considerava ser a força desestabilizadora fundamental de uma sociedade estável. Figura maior da república platônica, o rei-filósofo constituía-se como o detentor do conhecimento legítimo a ser respeitado por todos os atenienses, porque, somente a partir de seus ensinamentos, poderiam reconhecer a verdade e rejeitar a falsidade. Desprovido da sábia autoridade do rei-filósofo, o destino do estado e da sociedade seria o caos. E aqueles que, na visão platônica, tinham como objetivo produzir fabricações ficcionais apresentadas ao público como visões alternativas da república corretamente entendida, ou seja, os sofistas, os dramaturgos e os poetas, deveriam ser vistos como uma ameaça à vida republicana. E tanto mais perigosos seriam os discursos alternativos quanto mais artisticamente convincentes fossem em seu poder retórico de convencimento: arrebatada pelo belo espetáculo, a comunidade ateniense acreditaria na realidade de uma ficção.

Em seu momento platônico, portanto, a Grécia clássica testemunhou um conflito análogo ao que ocorre no momento contemporâneo, dilacerado pelo conflito político sobre a verdade. Mas não se trata – e é aqui que se pode entrever a contribuição maior do estudo de Fuller – de um conflito de primeira ordem entre o que é verdadeiro e o que é falso. A batalha sobre a verdade que se trava no momento contemporâneo é aquela de uma segunda ordem e diz respeito às condições de possibilidade da verdade, ou seja, aos **critérios** que determinam a produção da verdade e,

principalmente, aos **responsáveis** pela definição de tais critérios. Trata-se, portando, de uma indagação sobre quem define e torna hegemônicas as regras do jogo. No momento da hegemonia do platonismo, o rei-filósofo senhor do discurso da verdade detinha o poder de reprimir os discursos de sofistas e produtores de ilusões retoricamente poderosas. Embora enfraquecida, essa hegemonia permanece no legado grego da cultura ocidental que, via de regra, privilegiou o fatural e relegou o ficcional a segundo plano. No momento da pós-verdade, com o enfraquecimento da distinção entre verdade e ficção, essa hegemonia parece estar em vias de desaparecer.

Os discursos herdados do filósofo-rei (a crença na verdade, no fatural e na ciência) perdem força com o surgimento de discursos alternativos, agora suficientemente poderosos para, no limite, desestabilizar o fatural. Em um contexto global, o exemplo mais visível configurou-se na retórica de Donald Trump. Marcada em geral por frases curtas e incisivas, como “*lock her up*” (“cadeia para ela”), com referência a Hilary Clinton, ou “*sleepy Joe*” (“Joe dorminhoco”), com referência a Joe Biden, e pela ausência da lógica argumentativa que a cultural ocidental herdou do filósofo-rei, convenceu milhões de norte-americanos de que era possível “tornar a América grande de novo”. Em outros contextos, a batalha continua a ser travada entre a ciência e os negacionistas, os terraplanistas e os que acreditam que a terra é esférica, os médicos e os curandeiros, os darwinistas e os criacionistas, os que acreditam na crise climática e os que dela duvidam. O que está em jogo não é a verdade, mas o poder retórico de persuasão. Estivesse Platão vivo hoje, certamente veria no que acontece agora, mas em escala planetária, o que temia que pudesse acontecer com a República Grega: o caos.

A visão isolada da Era da Verdade, esquematicamente apresentada acima, poderia talvez ser melhor compreendida se contextualizada na perspectiva mais ampla do que veio a ser conhecido como “pós-modernidade”. Sabidamente considerado difícil de ser definido, o período que tem seu início no final da década de 1960 e que tem ainda certa força no momento presente está associado a um número significativo de pensadores que, apesar de suas diferenças, compartilham certos pressupostos. Os sistemas de pensamento dos três nomes parisienses associados com frequência ao pós-modernismo divergem significativamente. Mas é possível entrever, por exemplo, em Jacques Derrida, Michel Foucault e Jacques Lacan, todos leitores atentos de Nietzsche, uma profunda suspeita em relação ao conceito tradicional de “verdade”, ou seja, em relação à teoria clássica da correspondência: *veritas est adequatio rei et intellectus*. O entendimento correto da coisa (*rei*) é possível na medida em que a imagem na mente a ela corresponde.

Não é o que ocorre, por exemplo, no famoso quadro de Magritte, *La lairvoyante* (1936), em que o artista olha para um ovo sobre uma mesa e o que aparece na tela é um pássaro. A realidade é uma e a projeção na tela feita a partir da mente (*intellectus*) do artista é outra, porque, como sugere o título do quadro, Magritte já não representa o real, mas, antes, o possível. Implícito no quadro está a suspeita de que a linguagem da pintura pode falar não da coisa que está diante do artista, mas do que está para além ou aquém dela. Suspeita análoga do sonho iluminista sobre a capacidade da linguagem de dizer a verdade do mundo está também presente nos pensadores citados, apesar das diferenças entre suas propostas teóricas. Entendida em sua materialidade, e não apenas como instrumento de expressão do

real, a linguagem tem agora vida própria: longe de dizer apenas algo sobre o mundo percebido por uma subjetividade, diz sempre mais ou menos do que o sujeito intenciona dizer. Escapando do controle do “eu” que fala, é a linguagem que, no limite, fala um “eu” que já não pode ser visto como produtor da verdade.

É nesse contexto que Lacan propõe o deslocamento do “eu” cartesiano, expresso no *cogito ergo sum*, para o interior da linguagem: *ubi cogito, ibi sum* (LACAN, 1966, p. 275). A hermenêutica da suspeita que Lacan projeta sobre a linguagem é análoga, por exemplo, à suspeita sobre a verdade da razão psicanalítica que Foucault projeta, em seu livro sobre a psicologia e a loucura, sobre a prática da psicanálise, entendida como uma fabricação racional repressora da “verdade” da loucura. A verdade do discurso psicanalítico constitui a tentativa racional de domesticar o discurso da loucura e exorcizar aquela “verdade” mais profunda e ameaçadora que Foucault caracteriza como a “noite da verdade”. Como explica concisamente John D. Caputo, a “noite da verdade” da loucura “é a verdade [que afirma] que não existe a Verdade com letra maiúscula, que não existe a verdade da verdade [...]” (CAPUTO, 2000, p. 17). Mas é em Derrida, finalmente, que qualquer possibilidade de verdade necessariamente desaparece no jogo irrestrito dos significantes que produz uma *différance* sem fim (DERRIDA, 1978, p. 154). Já não se trata aqui do conceito de “noite da verdade” em Foucault, que sugere a possibilidade de uma verdade (aquela vigente na loucura) que não pode ser conhecida, mas que manifesta sua existência nos efeitos que produz, ou seja, na linguagem fora de controle do louco ou do poeta (FOUCAULT, 2010, p. 210-219).

A partir da década de 1960, portanto, pensadores maiores da pós-modernidade fabricaram sistemas de pensamento

semelhantes àqueles apresentados pelos teóricos da pós-verdade. De forma simplificada, desenvolvem-se nos dois movimentos uma desestabilização da linguagem em sua função primária tradicional, aquela marcada pelo potencial de transmitir a verdade, ou, pelo menos, a verdade limitada por circunstâncias históricas. Era possível ainda, nesse contexto, separar o joio do trigo e o verdadeiro do falso. Críticos dos excessos da pós-modernidade percebem nessa desestabilização o perigo do caos generalizado que Platão atribuía aos sofistas e dramaturgos produtores de ficções. Andrew Wright, por exemplo, afirma que “a desconstrução da linguagem torna leitores pós-modernos livres para criar suas próprias leituras, motivados por desejos pessoais, preferências e inclinações [...]” (WRIGHT, 2004, p. 35). Defensores da pós-modernidade, por outro lado e sem negar os problemas da era da pós-verdade, lembram que uma política de proliferação de sentidos alternativos em relação ao autoritarismo do rei-filósofo pode trazer consigo aspectos positivos.

Nesse sentido, John D. Caputo chama a atenção para a distinção proposta por Derrida entre dois tipos de segredo, um segredo radical, que não pode ser revelado jamais porque é estruturalmente constituído como heterogêneo a todo e qualquer conhecimento, e o segredo tradicional, que pode ser revelado pela interpretação correta. Este último está presente, por exemplo, no repertório do rei-filósofo. O primeiro, por outro lado e nas palavras do próprio Derrida, citadas por Caputo, é “o segredo do secreto, ou seja, aquele que não se reporta a uma questão de conhecimento e que não está disponível para ninguém” (DERRIDA apud CAPUTO, 2000, p. 1). Absolutamente inatingível, esse segredo, se é que existe, existe na sua não existência. Caputo aponta, certa e concisamente,

para os aspectos negativos do segredo que pode ser revelado pelas autoridades que o possuem, como os segredos “que os clientes compartilham com seus advogados e os que os espões furtam do governo [...]”. E conclui que, “se estando de posse do segredo, podemos mentir e trapacear e adquirir um poder injusto sobre outros, então isso significa que o segredo absoluto pode nos manter em segurança [...]” (CAPUTO, 2000, p. 1-2).

No contexto específico da teorização da pós-verdade, vale a pena lembrar que Steve Fuller (2018), que citei anteriormente, está mais para o lado dos sofistas do que do lado do autoritarismo do rei filósofo. No momento presente, a opção política apressada por um ou outro lado do debate requer reflexão cuidadosa.

2 Estudos literários e pós-verdade: Autocracia *versus* Alocracia na República das Letras

Entendida no contexto da pós-modernidade enquanto *Weltanschauung*, a era da pós-verdade configura-se como um regime discursivo relacionado a outros em termos de homologia. Como no caso da pós-verdade, no pós-estruturalismo e no pós-modernismo é possível entrever, por exemplo, a crise da linguagem como instrumento da representação e fortalecimento de disseminações mais ou menos controladas de sentido. Trata-se de um relativismo que, no limite, chega perto do que se poderia chamar de uma lógica do vale-tudo. Como não poderia deixar de ser, essa lógica contaminou também os estudos literários.

Um conto escrito por Herman Melville em 1853 ilustra magistralmente a forma como o paradigma da pós-verdade contamina a prática interpretativa da literatura. **Bartleby, o**

escrevente (MELVILLE, [1853]/ 2014)¹ dramatiza o encontro entre o narrador, proprietário de um escritório de advocacia em Wall-Street, e Bartleby, que se apresenta para trabalhar como copista. Mas a relação entre empregador e empregado logo se complica quando o narrador chama a si a impossível missão de biografar um copista que, ao que tudo indica, não se enquadra do rol de pessoas que podem submeter sua vida a uma leitura ou a uma escrita. Essa dramatização inicial lembra um pouco o conto de um outro escritor norte-americano, Edgar Allan Poe, em “O Homem de Multidão” (*The man of the Crowd*), já que aqui também um narrador sem nome persegue pelas ruas de Londres um estranho caminhante tentando, sem sucesso, entendê-lo e concluindo, finalmente, que se trata de alguém semelhante a um livro “que não se deixa ler [...]” (POE, 1978, p. 506).² O início do conto anuncia, portanto, o fracasso de uma narrativa. Ou, dizendo de outro modo, anuncia o fracasso de um biógrafo que narra sua própria impotência para concluir sua narrativa biográfica. Escritos no momento histórico normalmente caracterizado como “romântico”, os dois textos já anunciam a crise da representação.

Em livro publicado em 2011, Gisèle Berkman documentou exaustivamente o interesse obsessivo despertado pelo conto em representantes maiores da filosofia europeia entre o início da década de setenta e o final da de oitenta. “De Blanchot a Derrida, passando por Badiou Žižek e Negri, um certo número de pensadores e filósofos apropriaram-se do enigma de Bartleby, transformando-o no emblema de como a literatura, sereia que é, seduz e aprisiona a filosofia [...]” (BERKMAN, 2011, p. 15). A esses nomes é preciso acrescentar o de Agamben, que escreve

¹ A data entre colchetes indica o ano de publicação original da obra, que só será indicada na primeira citação da obra neste texto. Nas seguintes, será registrada apenas a data de edição consultada pelos autores.

² : “Minha tradução para: “er lasst sich nicht lesen”.

sobre *Bartleby* depois da Era da Teoria, mas que mantém estreita ligação com pensadores maiores do período. Um aspecto do conto que certamente chamou a atenção desses pensadores é a presença de um narrador que se recusa a entregar o sentido de sua narrativa não porque não queira, mas porque tenta revelar um segredo que não pode ser revelado. O nome desse segredo é *Bartleby*, o centro vazio de sentido no conto. Contratado para trabalhar como copista pelo narrador, um advogado de sucesso em Wall Street, *Bartleby* realiza seu trabalho de copiar e conferir documentos assiduamente, mas só nos primeiros dias. Em dado momento, recusa-se terminantemente a trabalhar sem explicar por quê. Indagado sobre a recusa, repete insistentemente a expressão “prefiro não” (*I prefer not to*) (MELVILLE, 2014, p. 12). O narrador tenta pacientemente entender os motivos da recusa de *Bartleby*, sem obter sucesso algum. Tenta despedir *Bartleby*, mas o escriturário prefere não deixar o local. Em desespero, o narrador muda seu escritório para outro endereço, *Bartleby* permanece no recinto e é finalmente levado para a prisão, onde morre pouco tempo depois.

Quem é *Bartleby*? Essa é a pergunta que atormenta o narrador e que constitui o problema permanente a ser resolvido, sempre de forma insuficiente, pela vasta fortuna crítica tradicional dedicada ao conto. Pelo menos quatro grandes vertentes sobressaem nessa extensa gama de leituras, apropriadamente chamada de “indústria de *Bartleby*”: a perspectiva biográfica que vê em *Bartleby* a imagem do artista que, como Melville na época da publicação do conto, recusa-se a “copiar” modelos fáceis de ficção popular e volta-se para a tarefa de escrever sobre temas filosóficos e de difícil aceitação pelo público leitor; a perspectiva marxista de um copista que representa o trabalhador alienado que se recusa a ser

explorado por um mercado capitalista; a perspectiva psicanalítica que situa *Bartleby* no contexto de alguma enfermidade mental, como a esquizofrenia ou o autismo, e a vertente religiosa que entende *Bartleby* como a representação do próprio Cristo, sacrificado por uma sociedade mercantil que renunciou ao princípio da caridade absoluta exigida pela ética cristã. Em todos os casos, a metodologia utilizada para a leitura do texto pode ser caracterizada como “contextualista”: trata-se de examinar exaustivamente um sistema de pensamento historicamente contextualizado (marxismo, psicanálise, etc.) e demonstrar que sistemas de significados textuais a ele correspondem. É esse procedimento analítico rigoroso de ajuste entre o texto literário e um contexto que, no dizer de Roland Barthes, garante a validade da crítica. A tarefa da crítica, diz Barthes, “é unicamente elaborar ela mesma uma linguagem cuja coerência, cuja lógica, e para dizer tudo, cuja sistemática possa recolher, ou melhor ainda ‘integrar’ [...] a maior quantidade de linguagem” do texto a ser trabalhado.... A “prova” da crítica, se ela existe, depende de uma aptidão não para “*descobrir* a obra interrogada, mas ao contrário para *cobri-la* o mais completamente possível com sua própria linguagem [...]” (BARTHES, 1970, p. 161-162).

As leituras tradicionais esquematicamente descritas acima ilustram o que E. D. Hirsch chama de interpretação “alocrática” (*ἄλλος*, “outro”), ou seja, aquela em que a escolha de uma chave de leitura (*cypher key*) é orientada “para a reconstrução de um evento histórico de outra pessoa ou comunidade [...]” (HIRSCH, 1982, p. 241). Existe, nesse caso, a crença de que um evento histórico pode ser estudado e conhecido, muito embora esse conhecimento possa conter erros ou omissões a serem posteriormente corrigidas ou completadas. É por esse motivo

que o termo “reconstrução” deve ser aqui enfatizado. Como qualquer evento histórico só é acessível em forma de narrativa, ou narrativas, e como essas narrativas podem sempre ser corrigidas, atualizadas ou alteradas, toda interpretação alocrática nelas fundamentada deve também submeter-se a revisões.

Exemplo maior de tais leituras é o ensaio hoje clássico de Leo Marx, dedicado à reconstrução precisa tanto do contexto biográfico quanto do contexto capitalista em meados do século XIX. Há, para Marx, uma analogia entre o copista isolado e emparedado em Wall Street e o escritor em Nova York porque são ambos vitimizados por um contexto socioeconômico e cultural que não valoriza a prática escrita original e criativa. Bartleby recusa-se a copiar textos mecanicamente, Melville decide não mais imitar formas ficcionais, também mecânicas, de agrado popular (MARX, 1953, p. 615). E esse contexto, no limite, individualiza a obra de Melville a ponto de deixar entrever e denunciar um problema da formação da nacionalidade norte-americana que teria consequências futuras. Wall Street não é apenas, nesse momento histórico, um local isolado para o exercício da lógica do capital. É também um emblema da própria América. E assim que a entendem, na leitura de Marx, tanto Melville como Bartleby. Para ambos, Wall Street era a América.

À interpretação alocrática, Hirsh opõe uma outra, que chama de “autocrática”. Pratica a leitura autocrática aquele interprete que, na escolha do código-chave, leva em conta apenas “o de sua preferência, ou o que lhe parece certo, ou o que lhe foi dado desde sempre [...]”(HIRSCH, 1982, p. 5). A autoridade da prática de leitura não é transferida para um outro contexto (aquele de uma reconstrução histórica, por exemplo), mas é atribuída tão somente ao próprio intérprete. E trata-se de

leitura que não é, em princípio, sujeita a revisões, a menos que o intérprete venha a optar por uma chave de leitura alternativa. “A norma autocrática”, diz Hirsch, “é *a priori* e não pode ser corrigida; a norma alocrática é *a posteriori* e passível de revisão [...]” (HIRSCH, 1982, p. 242). Hirsch lembra que, tratando-se, nos dois casos, de uma **escolha** feita pelo leitor, a opção por uma ou outra norma é de natureza política e não epistemológica, ou seja, a validade de conhecimento está ou pode estar presente em ambas sem que isso isente o intérprete de uma preferência fundamentada em questões éticas. Epistemologicamente válidas, uma ou outra prática interpretativa pode ser, contudo, mais eticamente justificável em uma dada situação histórica.

Exemplo maior de uma interpretação autocrática na era da pós-verdade é a leitura que faz Agamben do texto de Bartleby. Em *La Comunità che viene* (AGAMBEM, 1990), há um breve capítulo dedicado ao conto de Melville que é ampliado em ensaio publicado em 1993 sob o título de *Bartleby o dela Contingenza*. Nos dois casos, o texto de Agamben ignora completamente questões normalmente relevantes para a interpretação alocrática, sejam elas filológicas, literárias ou biográficas. Nenhuma relevância é atribuída a possíveis semelhanças do conto com textos anteriores de Poe ou de Dickens, ou à possível semelhança do protagonista com o próprio Melville ou com algum de seus contemporâneos. E não há nos textos nenhuma menção explícita a Wall Street, apesar da referência feita no ensaio de 1993 a um *law-copist* (“escriturário jurídico”) que deve ser entendido não apenas em sua relação com o advogado no momento em que a história ocorre, mas também no “sentido evangélico” (“*the letter killeth, but the spirit giveth life*”/ “a letra mata, mas o espírito vivifica”), em que “o renunciar à cópia é também um

renunciar à Lei, um liberar-se da ‘antiguidade da letra’ [...]” (AGAMBEN, 2015, p. 51). Para o leitor habituado à prática da interpretação alocrática, Agamben passa a impressão de não ter nenhum interesse no conto de Melville como um todo orgânico. O primeiro ensaio inclui apenas, na conclusão do texto, uma breve referência a Bartleby. O escrevente representa o anjo da tradição árabe chamado de “Qalam, ou seja, Pena, e cujo lugar é uma potência imperscrutável [...]”. E porque “não cessa simplesmente de escrever, mas ‘prefere não’, é a figura extrema desse anjo, que não escreve nada além da sua potência de escrever [...]” (AGAMBEN, 2015 p. 27). As páginas restantes do texto são dedicadas à explicitação do significado filosófico dessa potência. No volume como um todo, tanto o anjo quanto Bartleby são apenas exemplos de uma comunidade que está por vir, constituída por singularidades que, existindo apenas em um estado daquela potência pura anterior ao ato que dela resulta e que é ao mesmo tempo potência de ser e não ser ou de realizar-se ou não, recusam-se a participar de toda e qualquer categoria de pertença.

A estrutura do ensaio de 1993 é semelhante: uma longa reflexão sobre a potência, agora em termos do conceito de *contingentia absoluta*, precede uma leitura de Bartleby como exemplo maior da teoria. Mas o argumento é aqui expandido tanto no caso da reflexão sobre a potência como no caso da leitura do escrevente. Escreve Agamben sobre a *contingentia*: “Um ser que pode ser e, ao mesmo tempo, não ser, chama-se, em filosofia primeira, contingente. O experimento, em que Bartleby se arrisca, é um experimento de *contingentia absoluta* [...]” (AGAMBEN, 2015, p. 27). Repetindo seguidamente a fórmula “prefiro não” (*I prefer not to*), que nem afirma, nem

nega, Bartleby isola-se em uma suspensão de sentido que, sendo pura potência que não é jamais resolvida em um ato afirmativo, resiste a todas as tentativas que faz o advogado de aprisioná-lo em uma lógica de inclusão ou exclusão de sentidos, vale dizer, uma lógica de “ou isto ou aquilo” a ser desdobrada em copiar ou não, obedecer ou não, deixar ou não o escritório de Wall Street. Bartleby, por assim dizer, ocupa sempre um entrelugar em que o que é pode, ao mesmo tempo, não ser e o que não é pode ser. Representante dessa lógica alternativa de suspensão de sentido, Bartleby interessa a Agamben principalmente porque representa mais um exemplo de uma “constelação filosófica” que inclui, entre outros, representantes do pensamento islâmico, da tradição filosófica dos céticos, da teologia medieval e do sistema filosófico de Leibnitz (AGAMBEN, 2015).

Nos estudos literários, a distinção entre alocracia e autocracia guarda semelhanças próximas com a distinção entre os ensinamentos ortodoxos do rei-filósofo e as alternativas heterodoxas que propõem regras alternativas para a produção do conhecimento. Como observou Hirsch, na escolha por um ou outro tipo de leitura não está em questão a validade epistemológica dos argumentos. Partindo de fundamentações diversas, uma baseada no sistema filosófico produzido pelo autor, a outra delegando a autoridade argumentativa para o exame de contextos extrínsecos em relação ao texto, são ambas determinadas por chaves de leitura alternativas. Mas a escolha **política** de uma leitura em detrimento da outra não dispensa o exercício ético de justificar a relevância maior ou menor da prática hermenêutica para uma situação histórica específica. *Cui Bono?* Interessa, ao leitor de **Bartleby: o escrevente**, ver encenada uma possível denúncia sistematicamente examinada de uma cultura avessa à literatura

maior, ou a uma questão psicanalítica da sociedade moderna, ou a um sistema filosófico de importância significativa no universo acadêmico da contemporaneidade? Em meados do século passado, quando Marx publicou seu ensaio, a última opção, como contribuição para a fortuna crítica de Melville, teria sua validade questionada. Não é o caso do momento contemporâneo da pós-verdade, em que a proposta de Agamben circula com surpreendente vigor nos meios acadêmicos.

Referências

AGAMBEM, Giorgio. **Bartleby**, ou da Contingência. Tradução de Vinícius Hoensko. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AGAMBEM, Giorgio. **La comunità che viene**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1990.

BARTHES, Roland. “O que é a Crítica? *In*: BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BERKMAN Gisèle. **L’Effet Bartleby**: Philosophes Lecteurs. Paris: Hermann Éditeurs, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Writing and Difference**. Tradução de Alan Bass. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

CAPUTO, John D. **More Radical Hermeneutics**: On Not Knowing who we are. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. A Loucura, a Ausência da Obra. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos I**. 3. ed. Rio: Forense Universitária, 2010.

FULLER, Steve. **Post-Truth**: Knowledge as a Power Game. New York: Anthem Press, 2018.

HIRSCH, E. D. The Politics of Theories of Intepretation. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 9, n. 1, p. 235-247, set. 1982.

LACAN, Jacques. **Écrits I**. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

MARX, Leo. Melville's Parable of the Walls. **Sewanee Review**, Sewanee, Tennessee, v. 61, n. 153, 602-27, Apr. 1953.

MELVILLE, Herman. **Bartleby**, o escrevente. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Grua Livros, 2014.

POE, Edgar Allan. The man of the Crowd. *In*: POE, Edgar Allan. **Collected Works of Edgar Allan Poe**. London: Belknap Press, 1978. p. 506-518.

WRIGHT, Andrew. **Religion, Education and Postmodernity**. London: Routledge, 2004.

A formação crítica do leitor à reflexão dos fatores pragmáticos da textualidade na produção de *fake news* sobre o coronavírus: uma análise linguística textual

Natália Coêlho Bagagim*

Lucinalva de Almeida Silva**

Marcelo Silva de Souza Ribeiro***

Resumo

Em meio à pandemia do novo coronavírus (covid-19), a explosão de informações nas mídias a respeito da doença tem intensificado a produção e disseminação de notícias falsas. Dessa forma, este trabalho, apoiado na abordagem qualitativa de pesquisa, objetivou analisar a formação crítica do leitor a partir da reflexão sobre os fatores pragmáticos da textualidade na produção de *fake news* sobre a covid-19. São objetos de análise três publicações sobre a cura do coronavírus mediante insumos caseiros. Essas publicações foram checadas pelo *site* do Ministério da Saúde e comprovadas como *fake news*. A pesquisa foi embasada na Linguística Textual sob os fundamentos teóricos de Costa Val (1991, 2008), Koch e Travaglia (1993, 2015), Marcuschi (2008), Koch (2014), Koch e Elias (2008), Rodrigues *et al.* (2009), Santaella (2018), Leite (2019), Galhardi *et al.* (2020) e Bauman (2001) sobre *fake news* e sua intensificação. Constatou-se que a formação crítica dos leitores ainda é limitada, pois os produtores de *fake news*

* Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Mestre em Letras (UFCG). Pós-graduanda em Metodologias Ativas (UNIVASF). Professora permanente na Educação Básica (Ouricuri/PE). Professora Substituta do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSERTÃOPE - CPZR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9807-4950>.

** Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Mestre em Educação (UPE). Especializações: Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias (UNIVASF), Gestão e Coordenação em Educação (UPE), Metodologia do Ensino de Língua Inglesa (INTA). Professora permanente na Educação Básica (Afrânio/PE, Santa Filomena/PE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0389-5335>.

*** Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Doutor em Ciências da Educação (UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À MONTRÉAL). Especializações: Educação Especial (UFAL), Educação a Distância (SENAC), Produção de Mídias para a Educação On-line (UFBA). Professor permanente no Colegiado e Mestrado de Psicologia (UNIVASF) e no Mestrado em Educação (UPE) em Petrolina/PE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-7383>.

se valem dos fatores pragmáticos da textualidade para atribuir sentidos ao que se enuncia sobre o coronavírus e ganham à cooperação do leitor na aceitação dos seus conteúdos. Logo, essa interação autor/texto/leitor dificulta o combate à crise sanitária no Brasil.

Palavras-chave: Coronavírus. *Fake news*. Linguística Textual.

The critical formation of the reader to reflect on the pragmatic factors of textuality in the production of fake news about the coronavirus: a linguistic textual analysis

Abstract

In the midst of the pandemic of the new coronavirus (covid-19), the explosion of information in the media about the disease has intensified the production and dissemination of *fake news*. Thus, this work, supported by the qualitative research approach, aimed to analyze the critical formation of the reader to the reflection of the pragmatic factors of textuality in the production of *fake news* about covid-19. Three publications on coronavirus cure through homemade inputs are analyzed. These publications were checked by the Ministry of Health website and confirmed as *fake news*. The research was based on Textual Linguistics under the theoretical foundations of Costa Val (1991, 2008), Koch and Travaglia (1993, 2015), Marcuschi (2008), Koch (2014), Koch and Elias (2008), Rodrigues *et al.* (2009), Santaella (2018), Leite (2019) and Galhardi *et al.* (2020), Bauman (2001) on *fake news* and its intensification. It was found that the critical training of readers is still limited, as the producers of *fake news* use the pragmatic factors of textuality to attribute meanings to what is stated about covid-19 and gain the cooperation of the reader in the

acceptance of its contents. Therefore, this interaction among author / text / reader makes it difficult to combat the health crisis in Brazil.

Keywords: Coronavírus. *Fake news*. Textual linguistics.

Recebido em: 06/07/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

Introdução

O advento das redes sociais, na sociedade contemporânea, possibilitou ao indivíduo diversas formas de interações sociais que promovem novas significações e ressignificações de enunciar e entender o mundo por meio da linguagem. Contudo, com a modernidade midiática priorizando a “comunicação líquida,” na qual “a instantaneidade faz com que cada momento pareça ter capacidade infinita; e a capacidade infinita significa que não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento - por mais breve e ‘fugaz’ que seja [...]” (BAUMAN, 2001, p. 145), manifestou-se também, um dos maiores problemas do século XXI: o fenômeno das *fake news* (notícias falsas), que espalham os seus discursos intencionais enganosos com facilidade e rapidez dentro de contextos situacionais, sobretudo por meio das mídias digitais sociais, haja vista que as *fake news* objetivam influenciar as crenças das pessoas a fim de manipulá-las politicamente ou socialmente em prol de interesses escusos (SANTAELLA, 2018), em um panorama no qual fatos objetivos são menos influentes do que apelos emocionais fundamentados em opiniões fabricadas pretensiosamente.

Diante disso, em meio à crise sanitária do coronavírus, em que notícias relacionadas à pandemia dominaram a mídia nacional e internacional, a produção de notícias falsas se intensificou. Consequentemente, a sua disseminação de forma incontrollável e danosa tem provocado nos indivíduos desconfiança e perda de parâmetros no sentido de distinguir o que é informação falsa e verdadeira, fomentando a desinformação.

Bauman (2001) evidencia que, na sociedade da pós-verdade, é primordial que o leitor desenvolva a capacidade do

pensamento crítico, sobretudo diante de conteúdos recebidos pelas redes sociais, a fim de que por meio da reflexão, ele possa perceber os padrões da textualidade utilizados pelos enunciadores de *fake news* para atingir as suas metas preestabelecidas e não compactuar com a disseminação da desinformação. Beaugrande (2004 *apud* RODRIGUES, 2009) destaca que o texto só existe a partir do momento que alguém o processa; assim, as *fake news* como produto, não textualizadas, seriam apenas um artefato sem sentido publicado nas redes sociais. Todavia, quando ocorre o ato da interação autor/texto/leitor, elas se transformam e ganham dimensão expandindo-se exponencialmente em detrimento de um fato.

Assumindo, portanto, essa problemática, este trabalho propõe discorrer sobre os fatores pragmáticos da textualidade que são utilizados na produção de *fake news* sobre o coronavírus. Nesse sentido, as *fake news* podem ser entendidas como um gênero linguístico-discursivo presente em atos de comunicação feitos por meio da fala e da escrita que refletem crenças negativas, com diversas intencionalidades, dentre elas: a de comprometer a credibilidade da informação acerca do coronavírus e a de manipular o pensamento humano em prol da crença no que lhe é proposto.

É importante ainda situar que este trabalho decorre de uma pesquisa cujo objetivo geral foi analisar a formação crítica do leitor a partir da reflexão sobre fatores pragmáticos da textualidade na produção de *fake news* sobre o coronavírus. A análise do *corpus* seguiu procedimentos qualitativos, uma vez que traçou a interpretação a respeito do modo como os fatores pragmáticos da textualidade foram utilizados pelos enunciadores de *fake news* para alcançar os seus objetivos de convencimento

do leitor, impulsionando-o à apatia e à validação de *fake news*. O objeto da pesquisa foi constituído de três publicações sobre a cura do coronavírus mediante insumos caseiros. Essas publicações foram checadas pelo *site* do Ministério da Saúde (MS) e comprovadas como *fake news*.

Este estudo está embasado na Linguística Textual e apresenta contribuições de teóricos como Costa Val (1991, 2008), Koch e Travaglia (1993, 2015), Marcuschi (2008), Koch (2014), Koch e Elias (2008), Rodrigues *et al.* (2009), Santaella (2018), Leite (2019), Bauman (2001), Freitas *et al.* (2020) e Galhardi *et al.* (2020).

2 Fake news: intensificação da desinformação sobre o Coronavírus

A massificação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem permitido, de modo desmesurado, a multiplicação de produtores e consumidores de informações na internet, uma vez que qualquer um pode produzir e consumir todo tipo de conteúdo. Com isso, o leitor tem substituído o jornalismo tradicional pela dinâmica das mídias alternativas e das redes sociais. Essa dinamização de interação tem se tornado um espaço fértil para a produção e disseminação de informações equivocadas e repletas de conteúdos falsos, que fortalecem uma rede de desinformação de forma incontrolável, haja vista que um *post* no *Twitter* ou *Facebook*, além do compartilhamento de uma postagem no *WhatsApp*, tem potencial avassalador de comoção da opinião pública, podendo ganhar seis vezes maior dimensão que um fato.

Diante dessa “nova” realidade, expressões como “pós-verdade” e “*fake news*” têm ganhado notoriedade, sobretudo a partir de 2016, ano em que dois fenômenos de grande repercussão política internacional ganharam visibilidade nas mídias digitais, a citar: o processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos da América. Em meio à ocorrência desses fenômenos, a produção e circulação de informações de modo exponencial, sem a organização, verificação, seleção e exclusão discursivas, permearam as redes sociais e as mídias com o intuito de manipular as emoções e de realizar influências, com vistas a moldar a opinião pública. No Brasil, a enunciação e circulação de notícias falsas se fortalecem a cada dia, especialmente diante de assuntos polêmicos e de grande repercussão, no âmbito político, artístico, social, econômico e de saúde pública.

Leite (2019) esclarece que as *fake news* ou “notícias falsas” resultam de um subproduto de comunicação de massa que não é novo, pois registros históricos datam as *fake news* desde o século VI, em que o escritor Procopio, intitulou um texto secreto chamado *anedokta*, o qual arruinou o imperador Justiniano e outros. Contudo, na contemporaneidade, o destaque maior das *fake news* são os meios digitais que possibilitam o grande poder de multiplicação vertiginosa de conteúdos que contaminam e comprometem os processos de informação e formação dos indivíduos para a cidadania e para a democracia.

Dentre as inúmeras informações falsas que circulam nos meios digitais, devem-se destacar as publicações falaciosas e repletas de desinformação advindas do surto do coronavírus, em que o leitor, impactado pela tensão provocada pela dimensão pandêmica de uma doença que apresentou ao país e ao mundo

severos impactos epidemiológicos, sociais e políticos, passa a crer em discursos salvacionistas e leigos no que se refere à comprovação científica, o que coloca em risco à saúde pública.

Santos (2020) destaca que as notícias falsas espalharam-se no mundo tendo a pandemia como seu principal alvo e que a OMS vem tratando esse problema como uma “infodemia,” uma intensa “onda” de desinformação advinda da quantidade excessiva de informações inseguras e sem comprovação científica que dificultaram as soluções para o problema em questão, ocasionando um imbróglio desinformativo que afeta a saúde mental dos indivíduos em isolamento. As *fake news* acerca da coronavírus propagadas pelas mídias digitais foram produzidas com a intenção de induzir o leitor a crer que a doença não era grave e, com isso, colocaram em risco os cuidados com a saúde, o que poderia levar um indivíduo à morte. Galhardi *et al.* (2020) destacam que as notícias falsas também são identificadas nas mensagens de determinadas pessoas detentoras de poder como o presidente de extrema direita do Brasil,¹ que nega a gravidade da doença em seus discursos, e como o ex-presidente dos Estados Unidos,² que, além de negar a doença, em um dos seus discursos, indicou como tratamento, sem comprovação científica, a ingestão de desinfetante como meio eficaz de matar o vírus.³ Esses discursos de autoridades são possuidores de confiança diante da população e fortaleceram a adesão às *fake news*, sendo que a grande mídia, responsável por noticiar

1 Discursos falsos identificados nas mensagens de pessoas detentoras de poder como o presidente do Brasil. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nega-orientacoes-da-ciencia-e-distorce-informacoes-para-minimizar-pandemia>. Acesso em: 20 maio 2021.

2 Discurso negacionista do ex-presidente dos Estados Unidos acerca da covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/29/trump-diz-que-nao-ha-motivo-para-panico-apos-1a-morte-por-coronavirus-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2021.

3 Discurso do ex-presidente dos Estados Unidos com orientação de ingestão de desinfetante como meio eficaz de matar o vírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/trump-fala-em-injecao-de-desinfetante-contra-coronavirus-e-medico-rebate-irresponsavel-e-perigoso.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2021.

seus discursos em virtude de serem de interesse público, acaba redimensionando seu potencial desinformativo negacionista, sem empatia pelos milhares de óbitos que se acumulam Brasil afora. Todavia, o foco maior das notícias falsas são as plataformas digitais.

Galhardi *et al.* (2020) apontam em pesquisa realizada entre 17 de março de 2020 a 10 de abril, período em que as *fake news* sobre o coronavírus foram mais produzidas e disseminadas, em detrimento da situacionalidade do surgimento recente da pandemia, que 73,7% das mensagens falsas circularam pelo aplicativo de mensagem instantâneo *WhatsApp*, 15, 8% pelo *Facebook* e 10,5% pelo *Instagram*, redes sociais com alcance exponencial. Dentre as *fake news* mais divulgadas, predominavam, com 65%, as que ensinavam métodos caseiros para prevenir o contágio do coronavírus e as notícias falsas relacionadas aos métodos caseiros para a cura da doença, com 20%.

3 A produção de *fake news* a partir dos fatores pragmáticos discursivos da textualidade

No Brasil, o estudo mais aprofundado dos padrões da textualidade ganhou visibilidade na década de oitenta a partir de pesquisas da Linguística Textual. Estes padrões foram introduzidos por Robert-Alain de Beaugrande e Wolf Gan Dessler, em 1981, no livro **Introduction to text linguistics**. De acordo com os autores, todo texto pode ser definido como uma ocorrência comunicativa que reúne/estabelece sete padrões constitutivos da textualidade, que são: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade,

situacionalidade e intertextualidade (RODRIGUES *et al.*, 2009).

Essa perspectiva teórica da textualidade se definiu no Brasil a partir das pesquisas e conceituações de Koch e Travaglia, em 1989, na primeira edição do livro **Texto e coerência**. Para eles, o que faz de uma sequência linguística um texto é a textualidade, isto é, a constituição do texto pelo enunciador e sua interpretação pelo leitor. Dessa forma, diante da vertente enunciativa da Linguística Textual, os padrões da textualidade passaram a ser incorporados à luz dos gêneros textuais que circulam socialmente, dentre eles as *fake news*, pois todo tecido verbal é visto com uma finalidade discursiva dentro do processo de produção e interpretação.

Costa Val (1991), complementarmente, elucida que toda unidade textual se constrói no aspecto sociocomunicativo, por meio dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade); dos aspectos semânticos, por meio da coerência; do aspecto formal, por meio da coesão. Assim, dada à relevância dos padrões da textualidade para a compreensão da constituição da enunciação de textos comunicacionais e interacionais como as *fake news*, o objeto de estudo desses fatores para a discussão aqui apresentada constituiu-se, de modo delimitado, dos fatores pragmáticos da textualidade, por se estabelecerem de modo direto na enunciação das *fake news* e na recepção delas pelo leitor, por meio da atuação informacional, haja vista que o sentido do texto não se encontra no texto e não é dado pelo texto, mas é produzido pelo interlocutor a cada interação e uso da língua (COSTA VAL, 2008).

Nessa vertente, é pertinente ressaltar que um autor escreve o texto com um determinado propósito de comunicação,

projetando a relação com um leitor, por meio da atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional que possam construir determinado sentido nele (KOCH, 2014). Dessa forma, o produtor que enuncia *fake news* produz textos tencionando influenciar de várias formas os interlocutores: para atraí-los e para que suas postagens se tornem virais, atraindo mais visitantes, usando-os, em parte, como novos propagadores dos seus conteúdos por meio do compartilhamento em redes sociais como o *Facebook*.

Nesse sentido, o propósito de um autor ao produzir um texto que cause efeito sobre um interlocutor é chamado de intencionalidade e se refere “ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados [...]” (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 97). Contudo, a intenção de um enunciador de *fake news* não é alcançada na produção do texto, mas construída pelo leitor na interação, pois “a intenção do autor é altamente dependente das condições oferecidas por seu interlocutor, entre as quais sua maior ou menor disposição para aceitar o texto [...]” (RODRIGUES *et al.*, 2009, p. 80). Assim, a disseminação de notícias falsas sobre a covid-19 se estabeleceu por intermédio da cooperação e interação entre autor/texto/leitor (KOCH; ELIAS, 2008), haja vista que o texto falso planejado pelo autor, repleto de inverdades e interesses escusos, alcançou a aceitabilidade do leitor que o acessou, leu, ou não leu, validou e compartilhou, com a utilização exponencial das redes sociais, fenômeno que tem potencializado a proliferação da desinformação, a partir da presença maciça dos sujeitos nesses espaços virtuais.

A “aceitabilidade constitui a contraparte da intencionalidade [...]” (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 98) e está relacionada à atitude do receptor do texto, constituindo-se em relações mútuas cooperativas, pois, ao se alcançar a intencionalidade, a aceitabilidade surge como consequência. Em vista disso, destaca-se a importância da leitura crítica/ativa do leitor diante dos diferentes textos que circulam socialmente nas mídias digitais, já que a leitura deve ser vista não como extração de informações e desinformações, mas como atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação (KOCH; ELIAS, 2008). Diante do mencionado, é primordial que o leitor atente ao que está sendo proposto pelo texto, levante hipóteses, processe, critique e questione as intenções do autor a fim de que se possa permitir ou refutar as informações que lhe são apresentadas. Nessa vertente, diante da explosão de informações nas mídias digitais na contemporaneidade, é fundamental a reflexão e análise dos textos, sobretudo os midiáticos. Santaella (2018, p. 40) apresenta algumas orientações que instruem o leitor a acionar o senso crítico antes de aceitar um texto que foi premeditado de acordo com as intenções pelo autor:

- (a) olhar com atenção e atentar para a confiabilidade das fontes;
 - (b) ir além das chamadas e reconhecer sinais de sensacionalismo;
 - (c) procurar por outras fontes;
 - (d) verificar os fatos, sua data de publicação;
 - (e) conferir se o conteúdo afeta seus preconceitos;
 - (f) reconhecer quando se trata de brincadeira e conferir se vem de uma fonte piadista.
- (SANTAELLA, 2018, p. 40)

Ao apontar essas orientações, a autora vislumbra demonstrar ao leitor que o foco do texto não está na superfície,

nem na intencionalidade subjetiva do autor, mas na interação autor/texto/leitor. Por isso, diante de textos escusos e estranhos, o papel do leitor crítico é de suma importância, uma vez que ele tem o poder de reflexão sobre aquilo que lê. Assim, quando o leitor se permite a dúvida, ele busca checar, verificar e analisar o conteúdo que lhe é apresentado. Por intermédio disso, as chances são maiores de ele identificar a intenção maliciosa do autor do texto repleto de *fake news* e não cooperar com esse tipo de conteúdo, tornando-se crítico e responsivo acerca do que consome e de que maneira o faz.

No que concerne à produção textual de *fake news*, é importante apontar os critérios estratégicos dos seus produtores que constroem os textos em consonância com a situação específica de comunicação. Nessa linha, “a situacionalidade não só serve para interpretar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção [...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 128). Com isso, o autor produz as *fake news* baseado em contextos enunciativos de repercussão midiática e as planeja de modo que elas se apresentem como relevantes para a sociedade, primando por ativar emoções.

Costa Val (1991) enfatiza que o interesse do receptor pelo texto vai depender do seu grau de informatividade, grau que, para ser bom precisa atender a uma suficiência de dados, uma vez que um texto precisa apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende. Nesse viés, um autor de notícia falsa oferece em seu texto, propositalmente, discursos de autoridades, dados estatísticos, etc., com o intuito de fazê-lo ser compreendido como verdadeiro e aceito pelo receptor. O receptor, por sua vez, desprovido de formação crítica processa o que é enunciado e

coopera com a desinformação, validando-o.

Koch (2014) ressalta que todo texto é um objeto heterogêneo e dialoga, retoma, alude ou se opõe a outros textos. Diante disso, observa-se que o fato de as notícias falsas serem produzidas a partir de um contexto alimenta, em parte, a aceitação do leitor da desinformação prestada pelo enunciador, porque o leitor acredita erroneamente que aquele texto é um complemento do que foi noticiado.

Diante desse cenário, é primordial que o leitor atente para a textualidade apresentada e busque realizar pesquisas antes de confiar no conteúdo. Há diversos “*sites* checadores” que investigam e validam a veracidade das notícias que circulam nas redes sociais. Dentre eles, a Agência Lupa, ligada ao *site* Folha de S. Paulo;⁴ o Fato ou *Fake*, criado pelo grupo Globo;⁵ o E-Farsas,⁶ um dos *sites* de checagem de notícias mais antigo, além de tantos outros. Assim, a checagem das informações dos textos em rede deve ser uma responsabilidade do leitor, que precisa se questionar a respeito do conteúdo: O quê? Quem? Para quem? Onde? Quando? Como?

4 Trilha do método

Neste trabalho, adotou-se a pesquisa documental, de natureza qualitativa. Evangelista (2012) diz que a pesquisa documental permite ao pesquisador analisar as pistas, sinais, vestígios do documento a fim de que se possam compreender os significados dos materiais encontrados. Desenvolveu-se, portanto, uma análise pragmática discursiva textual de

⁴ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa>. Acesso em 24 maio 2021.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake>. Acesso em 25 maio 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.e-farsas.com>. Acesso em 26 maio 2021.

publicações de *fake news* sobre o coronavírus disseminadas nas redes sociais que foram repostadas e desmentidas pelo *site* do Ministério da Saúde (MS – antigo.saude.gov.br).

Pádua (1997, p. 62), complementarmente, enfatiza que “pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais.”. Nesse contexto, as publicações checadas e comprovadas pelo *site* do MS como falsas, possibilitam a análise dos fatores pragmáticos discursivos textuais presentes nas *fake news*.

É importante destacar que, com o intuito de combater as *fake news* relacionadas à saúde, o MS, no *site* (antigo.saude.gov.br), disponibiliza número de *WhatsApp* para a população enviar, para a realização da checagem, mensagens recebidas por meio de redes sociais que contenham postagens duvidosas. Após a verificação, o *site* faz “*Repost*” da notícia falsa e notifica que é *fake news* orientando os cidadãos a não realizarem o compartilhamento. O *site* realiza o trabalho de checagem dos conteúdos e oferece serviços de informação segura a população desde agosto de 2018. Todavia, desde março de 2020, a demanda de checagem de mensagens instantâneas circuladas na internet tem ganhado grandes proporções, promovendo uma infodemia.

A análise do *corpus* seguiu procedimentos qualitativos, uma vez que traçou a interpretação do modo como os fatores pragmáticos da textualidade foram utilizados pelos enunciadores de *fake news*. O objeto da pesquisa foi constituído de três publicações sobre a cura do coronavírus mediante insumos caseiros: “Óleos essenciais curam o coronavírus”, “Uísque e mel curam o coronavírus” e “Coronavírus pode ser curado

com tigela de água e alho recém-fervida”. O critério de escolha dessas postagens se relaciona com a propagação em massa de *fake news* sobre curas milagrosas por meio de remédios caseiros do coronavírus, no período de março a abril de 2020, e com o impacto instantâneo que essas postagens causavam a população. A seleção das publicações ocorreu no período supracitado, após verificação realizada pelo MS, atestando sua falsidade.

5 Resultados, análise e discussão dos dados

A celeridade das interações midiáticas possibilitou, em tempos de pandemia, a enunciação e a propagação em massa de inúmeras *fake news*. Percebeu-se que elas foram produzidas e disseminadas nas redes sociais de forma tendenciosa, apresentando curas milagrosas do coronavírus, valendo-se da aflição das pessoas pela contaminação e de virem a óbito, pois os médicos e a comunidade científica não tinham uma solução de cura para o vírus neste período (março-abril de 2020). Diante do contexto, os enunciadores de *fake news* se apropriaram do momento para alcançar as suas finalidades discursivas, promovendo estratégias que favoreciam o efeito de seriedade do conteúdo por meio de fotos, vídeos, discurso direto, etc. Observou-se também que, o produto textual – *fake news* sobre a cura do coronavírus – circulou nas mídias, por meio da interação com o leitor, utilizando-se de linguagem verbal e não verbal, de modo estratégico para condicioná-lo como verdadeiro. Dentre as principais *fake news* que foram propagadas no período, destaque-se, inicialmente para a análise, a notícia falsa “Óleos essenciais curam o coronavírus” (Figura 1).

Figura 1 - Óleos essenciais combatem o coronavírus



Fonte: Site do Ministério da Saúde

Observou-se que a notícia falsa (Figura 1) foi planejada, uma vez que são perceptíveis diversas intencionalidades do anunciante. Constatou-se que uma das principais intenções era manipular a crença do leitor, haja vista que a população em geral faz uso de insumos caseiros para curas de enfermidades simples. Assim, diante da confiança do leitor nos óleos essenciais, o enunciador de *fake news* avaliou a situacionalidade como propícia para propagar que essa substância natural também curava o coronavírus.

Em outras circunstâncias de doença – câncer, por exemplo, esse texto (Figura 1) não teria ganhado relevância, mas, em meio à situação de enunciação – doença viral –, o texto se mostrou pertinente e de grande aceitação. Koch e Travaglia (1993) destacam que o produtor e o leitor agem como se o texto fosse coerente, numa atitude cooperativa, visto que o enunciador já produz a notícia falsa de modo que ela faça sentido e visto que o leitor promove essa produção como algo feito para ter sentido – por isso esse tipo de conteúdo é disseminado de modo

vertiginoso. Ademais, para convencer o leitor e causar efeitos positivos intencionais, o autor do texto (Figura 1) fez uso de discursos de autoridade, mencionando que o médico francês, Dr. Jean-Pierre Willem, afirmou que os óleos podem ajudar e, no livro escrito por ele, “Óleos Essenciais Antivirais”, apresenta a receita para combater o coronavírus.

Nesse contexto, é importante frisar que o livro mencionado existe e que o médico citado pela postagem apresenta, de fato, óleos relacionados a outras doenças virais. Contudo, não há comprovação científica relacionada à cura do coronavírus, pois o livro foi publicado em 2018, um ano antes da pandemia, segundo dados da ficha técnica, exposta no *site* de vendas de livros das Lojas Americanas. Além disso, na época (março-abril 2020), não se tinha nenhuma medicação ou vacina comprovada de combate ao vírus. Na atualidade, as criações das vacinas que foram produzidas de combate ao coronavírus (Astrazeneca, Pfizer, Coronavac, Jassen⁷ e outras), não se relacionam com as informações do livro mencionado.

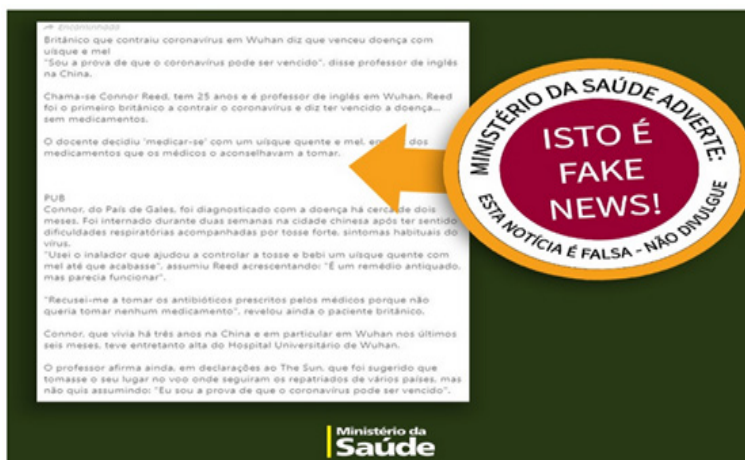
Constatou-se que o enunciador ajustou a informatividade do texto para permitir que o leitor construísse uma interpretação adequada a seu objetivo. Koch e Travaglia (1993) ressaltam que a informatividade exerce um importante papel na seleção e arranjo textual. Logo, o leitor alienado, robotizado, programado e predisposto a confirmar/rejeitar tudo que lê, sem refletir, que não questiona os conteúdos propagados nas mídias sociais é manipulado pelo enunciador de notícia falsa, uma vez que consome informações reguladas, triviais e subversivas. A partir disso, adota uma atitude que desrespeita a ética ao praticar ações como curtir, comentar e compartilhar notícias falsas.

⁷ Vacinas aprovadas pela ANVISA que combatem o coronavírus. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/agencia-brasil-explica-vacinas-contra-covid-19-usadas-no-brasil>. Acesso em: 31 maio 2021.

Em virtude do que foi mencionado, é importante situar a importância da reflexão sobre a textualidade presente em um texto midiático, haja vista que, por meio dessa ação, é possível despertar o senso crítico acerca da checagem de fotos propagadas e de fatos noticiosos em circulação nas redes sociais, a partir da verificação do veículo, fonte, data, local de publicação, autoria, URL, etc. Com isso, a atividade de leitura deve implicar as estratégias de seleção, inferência e verificação (KOCK; ELIAS, 2008), sendo possível, assim, identificar a notícia falsa e não compactuar com seus enunciadores por meio de compartilhamentos e de aceitação do conteúdo como verdadeiro, já que a textualidade da *fake news* se efetiva a partir da aceitação do leitor.

Nessa vertente, outra enunciação de *fake news* que ganhou grande visibilidade e propagação nas redes sociais durante o período da pandemia foi a “Uísque e mel curam o coronavírus” (Figura 2).

Figura 2 - Uísque e mel curam o coronavírus



Fonte: *Site do Ministério da Saúde*

Constatou-se que o autor da notícia falsa sobre a cura do coronavírus (Figura 2), por intermédio da ingestão de uísque quente e mel, considerou a situação – pandemia – relevante para divulgar, estrategicamente, a publicação. Observou-se também que o enunciador da notícia falsa em análise, realizou propositalmente escolhas textuais para convencer o leitor da veracidade das informações divulgadas, dentre elas, o discurso direto do suposto paciente curado. A intenção do enunciador da publicação analisada, aparentemente, era sensibilizar o leitor a acreditar na cura simples e milagrosa do vírus e fazê-lo crer que esses remédios naturais são mais eficientes do que os medicamentos hospitalares. Nessa conjuntura, percebeu-se também que o produtor da notícia falsa se baseou nas experiências anteriores, isto é, no diálogo entre os textos para o convencimento do leitor, pois o uísque e mel são usados rotineiramente em várias culturas para a cura de resfriados simples. Então, o leitor é mobilizado pelo conhecimento intertextual, com base nas informações apresentadas e na situação pandêmica, alimenta as suas próprias crenças e aceita a publicação como verdadeira.

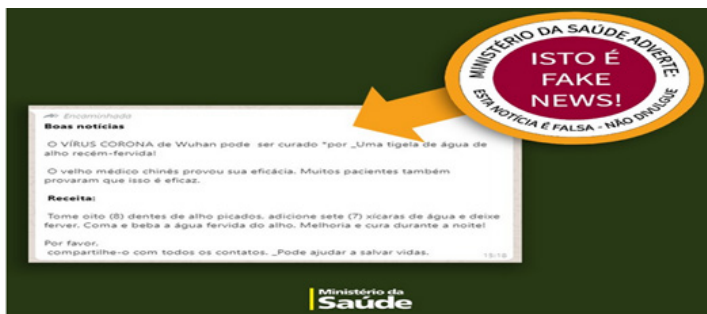
Além do que foi dito, constatou-se que, em meio à aceitação do leitor, ocorre o empoderamento da desinformação, em razão de o texto ter se tornado coerente mediante a interação autor/texto/leitor (KOCH; ELIAS, 2008). Nessa direção, inferiu-se que a interação do leitor com o conteúdo falso enunciado demonstra insipiência de criticidade, porque qualquer indivíduo com uma formação crítica sólida, ou em construção, compreende as falhas na “informação” repassada, em virtude de ela não apresentar confiabilidade da fonte, *link* de acesso ao estudo realizado, data de publicação, etc.

Na era da pós-verdade, a formação crítica do leitor torna-se cada vez mais necessária diante da propagação dos textos midiáticos contemporâneos, em que o enunciador de

fake news controla o leitor para realizar as suas intenções sociocomunicativas (KOCH; TRAVAGLIA, 2015), leitor que se torna um **coenunciador** de conteúdos falsos ao aceitar o que se propõe nas publicações falaciosas mediante o curtir, compartilhar, etc. Assim, diante da crescente enunciação de textos multimodais e midiáticos, um leitor crítico precisa ativar saberes que ultrapassem a decodificação do escrito, interpretando o que lê por meio de estratégias textuais como: buscar entender o objetivo do autor do texto, em que contexto situacional ele o produziu, quais efeitos ele pretende sobre o leitor, quais relações o texto estabelece com outro, o nível de informatividade presente no texto, etc. Logo, a contemporaneidade demanda um interlocutor apto a reconhecer a responsabilidade de sentidos na enunciação tendenciosa de caráter persuasivo e oportuno ao contexto, assumindo uma postura crítica em relação às *fake news*.

Dentre as várias *fake news* disseminadas sobre a cura do coronavírus, destaca-se também a ilustrada pela Figura 3: “Coronavírus pode ser curado com tigela de água e alho recém-fervida”.

Figura 3 - Coronavírus pode ser curado com tigela de água e alho recém-fervida



Fonte: Site do Ministério da Saúde

Constatou-se que o enunciador da notícia falsa (Figura 3) desfrutou da situação – carência de medicamentos científicos de cura do coronavírus – para alcançar os seus principais objetivos: manipular a crença dos indivíduos e usá-los como propagadores de desinformação por meio do compartilhamento do conteúdo retratado. Dessa forma, visando obter a aceitação do leitor e, conseqüentemente, o compartilhamento do texto, o autor em questão apresenta em negrito a manchete “Boas notícias” e usa como estratégia discursiva a comprovação da receita por um médico chinês. A escolha “médico chinês” é usada estrategicamente para dar credibilidade ao enunciado linguístico e provocar a aceitabilidade. Além disso, outro recurso linguístico proposital se refere aos verbos no modo imperativo: “tome”, “adicione”, “deixe”, “coma”, “beba”, com a intenção de estimular o leitor a crer que não é difícil curar a doença, se as instruções forem seguidas. Nesse contexto, a aceitabilidade do leitor aumenta, em virtude da ênfase do conteúdo em dialogar com suas crenças de cura por meio de insumos caseiros.

Observou-se ainda que o autor apela ao leitor e a sua cooperação por meio de termos como: “por favor”, “compartilhe”, “pode ajudar a salvar vidas”. Essa apelação demonstra claramente a intenção do enunciador na propagação imediata da inverdade, mediante a tessitura textual de que esse conteúdo pode salvar vidas. Notou-se também que, ao usar os termos mencionados, o enunciador provoca a sensibilidade do leitor, atribuindo-lhe à responsabilidade pelo outro. Opera-se aqui uma relação intertextual em que o produtor associou propositalmente o conteúdo da notícia falsa à boa-fé das pessoas em ajudar o outro, valendo-se do momento de pandemia, no qual a cooperação foi tão evidenciada pelos principais veículos de comunicação e pelas autoridades sanitárias de saúde.

Diante do exposto, o leitor insipiente e sem formação crítica coopera com o enunciador de *fake news*, pois não busca a checagem da informatividade do conteúdo recebido e compartilha de imediato a desinformação. Essa atitude pode causar inúmeras consequências, dentre elas a de fazer com que cidadãos que creem na solução milagrosa não busquem tratamento médico nos hospitais. Outra consequência é a falta de cuidado e de isolamento social, haja vista que o leitor passa a ser negacionista da gravidade da doença a partir de um viés de confirmação que vai ao encontro do que lhe é propício.

Logo, o produtor de *fake news* é um manipulador do leitor. Este último, carente de formação crítica e, desprovido do poder questionador dos conteúdos digitais se torna, inocentemente, um cooperador da mídia obscura, marionete, pois os diversos objetivos dos enunciadores de notícias falsas são somente alcançados por meio da mobilização conjunta em interações cooperativas: autor/texto/leitor (KOCH; ELIAS, 2008). Portanto, o leitor crítico é capaz de combater o poder malicioso dos enunciadores de *fake news*, visto que ele perceberá as intenções, os efeitos e a mobilização dos recursos linguísticos que o enunciador deseja provocar nos interlocutores. Em virtude dessa percepção, o leitor não aceitará “o jogo obscuro” disfarçado com “informações”, planejado estrategicamente com base nos fatores pragmáticos, com vistas a estabelecer a coerência no que é proposto.

Logo, a promoção de um olhar atento e crítico pode ajudar de forma positiva no combate a enunciação de *fake news* a partir da análise da confiabilidade das fontes, da pesquisa em jornais idôneos, da verificação da data de publicação, da URL e do reconhecimento de manchetes alarmistas e sensacionalistas (SANTAELLA, 2018).

Considerações finais

A Linguística Textual propicia a compreensão efetiva da textualidade dos diferentes gêneros discursivos que circulam socialmente, haja vista que a textualidade está interligada com os processos constitutivos dos enunciados escritos e das práticas de produção, compreensão e recepção dos textos, no qual o foco se concentra no leitor, no contexto em que a interação acontece.

Das discussões teóricas, ratifica-se que todo texto é produzido visando alcançar metas, e, no contexto da sociedade na era de pós-verdade, a enunciação de um texto tenciona que este seja entendido pelo leitor como se deseja. Dessa forma, pela análise empreendida, foi possível constatar que a formação crítica dos leitores ainda é limitada, pois os produtores de *fake news* se valem dos fatores pragmáticos da textualidade para atribuir sentidos ao que se enuncia sobre o coronavírus e ganha a cooperação do leitor na aceitação dos seus conteúdos. O enunciator de *fake news* sobre o coronavírus faz uso dos fatores pragmáticos da textualidade – intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade – para atribuir sentidos ao que se enunciava, com vistas a promover o alcance dos seus objetivos abscondidos diante do leitor, recorrendo ainda à infodemia para conduzir à produção de sentidos mediante o processo de interação autor/texto/leitor, agentes da comunicação.

Diante da grande repercussão de compartilhamentos das *fake news* sobre a cura do vírus, que tornou necessária a checagem das informações por parte do Ministério da Saúde em seu *site*, depreendeu-se que ocorreu a aceitabilidade do leitor. Assim, o texto passou a ser coerente, pois alcançou a tríade autor/texto/

leitor, a qual se apropriou ainda mais da infodemia gerada a partir da crise sanitária no Brasil, pois contribuiu com a desinformação e com os discursos negacionistas acerca da doença. Portanto, concluiu-se que a interação autor/texto/leitor dificulta o combate às *fake news*, sendo fundamental que o leitor se torne proficiente em ser um questionador dos conteúdos que circulam nas redes sociais, pois ele tem o poder efetivo de combater as *fake news*, dando a elas o seu devido lugar: a incoerência, já que o leitor que questiona e realiza a checagem das informações toma posse da verdade e, conseqüentemente, não aceita e nem compartilha a notícia falsa, fazendo com que ela perca o sentido e a coerência.

Logo, muitos outros estudos acerca da enunciação de *fake news* por meio dos fatores pragmáticos da textualidade ainda precisam ser realizados, a fim de se pensar em ações que possam promover a conscientização do leitor na interpretação crítica dos conteúdos, de modo que ele perceba o jogo estratégico dos recursos linguísticos usados pelo autor do texto para consecução dos seus objetivos, objetivos estes, obscuros e danosos à população.

Referências

ANTIGO SAUDE. Coronavírus pode ser curado por uma tigela de água de alho recém-fervida. 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/fakenews/46443-coronavirus-pode-ser-curado-com-tigela-de-agua-de-alho-recem-fervida-e-fake-news>. Acesso em: 25 maio 2021.

ANTIGO SAUDE. Uísque e mel contra coronavírus. 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/fakenews/46281-uisque-e-mel-contracoronavirus-e-fake-news>. Acesso em: 25 maio 2021.

ANTIGO SAUDE. Óleos para combater coronavírus. 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/fakenews/46277-oleos-para-combater-coronavirus-e-fake-news>. Acesso em: 25 de maio 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e Textualidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

COSTA VAL, M. da G. Texto, textualidade e textualização. *In*: M. L, FERRARO *et al.* **Experiência e prática de redação**. Florianópolis, UFSC, 2008. p. 63-85.

Discursos falsos identificados nas mensagens de pessoas detentoras de poder como o presidente do Brasil. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nega-orientacoes-da-ciencia-e-distorce-informacoes-para-minimizar-pandemia/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

Discurso negacionista do ex-presidente dos Estados Unidos acerca da Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/29/trump-diz-que-nao-ha-motivo-para-panico-apos-la-morte-por-coronavirus-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2021.

Discurso do ex-presidente dos Estados Unidos com orientação de ingestão de desinfetante como meio eficaz de matar o vírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/trump-fala-em-injecao-de-desinfetante-contra-coronavirus-e-medico-rebate-irresponsavel-e-perigoso.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2021.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: R. M. DE LIMA ARAUJO; D. DO SOCORRO RODRIGUES (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 52-71.

- FREITAS, A. R. R. *et al.* Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, n. 2, p. 1-5, abr. 2020.
- GALHARDI, C.P. *et al.* Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 4201-4210, ago. 2020.
- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e Coerência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KOCH, I, V. ELIAS, V.M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- KOCH, I. 2014. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- LEITE, A. P. M. A alfabetização midiática e informacional em tempos de fake news e o legado de Paulo Freire. In: P. R. PADILHA; J. ABREU (org.), **Paulo Freire em tempos de fake news [livro eletrônico]: artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. p.12-18.
- MARCUSCHI, L. **A Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico - prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.
- RODRIGUES, R. H. *et al.* **Linguística textual**. Florianópolis, LLV/CCE/UFSC, 2009.
- SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTOS, C. **Conheça as fake news mais absurdas já checadas sobre o coronavírus no mundo.** 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/08/31/conheca-as-fake-news-mais-absurdas-ja-checadas-sobre-o-coronavirus.htm>. Acesso em: 30 maio 2021.

Vacinas aprovadas pela ANVISA que combatem o coronavírus. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/agencia-brasil-explica-vacinas-contracovid-19-usadas-no-brasil>. Acesso em: 31 maio 2021

Competências em práticas letradas de estudantes de Ensino Médio no contexto da desordem informacional

Ana Cláudia Bertini Ciencia*

Resumo

Este artigo objetiva discutir competências de alunos de Ensino Médio em práticas sociais de leitura e escrita mediadas por mídias digitais, no contexto da desordem informacional e no tocante à identificação de informação falsa. O estudo ancorase nos pressupostos dos Novos Estudos de Letramentos (*New Literacy Studies*), especificamente no que se refere à formação do leitor, a partir dos quais se descrevem e discutem orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O conjunto do material é formado por 105 produções textuais coletadas em uma escola pública de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, no primeiro semestre de 2019. Embora tanto a coleta do material quanto a BNCC sejam anteriores à pandemia da covid-19, faz-se pertinente problematizar também essa crise sanitária, a qual potencializou um contexto de “infodemia” e evidenciou desigualdades no acesso à educação. A análise dos dados demonstra que os estudantes de Ensino Médio são competentes em reconhecer informação falsa com base em critérios relacionados ao uso de norma culta. No entanto, parecem desconhecer questões não relacionadas diretamente a aspectos linguísticos e ignorar o atravessamento de vozes e crenças particulares no processo da desordem informacional. O trabalho aponta para o confronto entre as expectativas e orientações da BNCC e os letramentos que precisam ser discutidos e trabalhados pela instituição escolar, pensando, principalmente (mas não apenas) numa vida pós-pandemia.

Palavras-chave: Letramentos midiáticos e informacionais. Formação do leitor. BNCC. Ensino Médio.

* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Aluna do curso de Doutorado em Estudos Linguísticos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6327-3805>. Este trabalho está associado ao projeto *Literacies in Different Fields of Knowledge*, no âmbito do Programa Capes-PrInt, processo nº 88887.310463/2018-00.

High Students' Competences in Literacy Practices in the Information Disorder Context

Abstract

This article discusses High School students' competences in reading and writing social practices in digital media, in the information disorder context and related to false information. The theoretical framework is based on the New Literacy Studies, particularly in the reader formation, from which orientations of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC – Common Core Curriculum) are described and discussed. The approach is based on qualitative and interpretative methods, concerning 105 textual productions written by students from a public school in São José do Rio Preto, São Paulo countryside, in 2019 first semester. Although both the 105 compositions and the BNCC are previous to the covid-19 pandemic, it is relevant to discuss this sanitary crisis, which has demonstrated an “infodemic” context and emphasized inequal education access. Data analysis showed that High School students are capable in recognizing false information based on Portuguese language criteria. However, they seem to ignore aspects that are not related to linguistics, as well as discourses and personal beliefs in information disorder process. The results show a conflict between expectations and guidance of the BNCC and literacies that must be discussed and developed by schools, mainly (but not only) considering a post-pandemic life.

Keywords: Media and information literacy. Reader education. BNCC. High School.

Recebido em: 12/07/2021 // Aceito em: 10/09/2021.

Introdução

Com base em pressupostos dos Novos Estudos de Letramento (*New Literacy Studies*), especialmente no campo da discussão sobre letramentos midiáticos e informacionais, este trabalho tem como objetivo principal discutir competências de alunos de Ensino Médio em práticas sociais de leitura e escrita em mídias digitais, levando em consideração a conjuntura daquilo que Wardle e Derakhshan (2017) denominaram “desordem informacional”. Para tanto, propõe-se discutir orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio (2018) no tocante à formação do leitor, tendo em vista o enfrentamento à desinformação num contexto de pós-verdade atravessado não apenas por aspectos textuais, mas também sociais, emocionais e discursivos. Essas orientações são confrontadas com um conjunto de material formado por 105 produções textuais escritas, produzidas por alunos de Ensino Médio de uma escola pública de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, no primeiro semestre de 2019.

Tanto a coleta do material quanto a redação da BNCC são anteriores à covid-19, doença cuja pandemia, decretada em março de 2020, acentuou desigualdades de acesso à educação e deflagrou aquilo que Zarocostas (2020) nomeou como “infodemia”, em referência ao comportamento massivo e constante de disseminação de conteúdo falso ou enganoso sobre a doença. Porém, a problematização acerca da desinformação é também prévia à crise sanitária – e, portanto, coerente com uma discussão feita com base no conjunto de atividades apresentado. Além disso, acreditamos que seja do interesse dos estudos de letramentos o diálogo (ou o confronto) entre as expectativas institucionais e as produções reais de estudantes de Ensino Médio em práticas sociais letradas.

Assim, na primeira seção, o artigo apresenta o contexto de origem da BNCC, discute brevemente alguns avanços e controvérsias do documento e aponta suas expectativas no tocante à formação do aluno em relação às *fake news* e à pós-verdade. Em seguida, aborda o papel do leitor e a importância de sua formação com base nos estudos de letramentos; destacam-se, nessa parte, alguns dados referentes ao impacto da pandemia da covid-19 sobre a educação e os letramentos. Na terceira seção, descreve a atividade aplicada aos alunos de Ensino Médio e, em seguida, discute os dados resultantes da análise do conjunto do material. Ao final, reflete sobre as competências já demonstradas pelos estudantes em suas produções, assim como aponta aquilo que ainda precisa ser problematizado e discutido pela instituição escolar na formação do leitor para uma vida durante e pós pandemia.

2 A Base Nacional Comum Curricular: origem, avanços e controvérsias

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, é um documento que define, de maneira unificada para todo o país, as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelas instituições escolares públicas e privadas. É caracterizada oficialmente como “política pública” que serve de referência para a elaboração dos currículos da educação básica.

O surgimento do documento se dá num contexto de questionamento e revisão do currículo como modelo de aprendizagem vertical, ao final do século XX. Nesse modelo, o currículo é tido como um processo de acúmulo de conteúdos acadêmicos decididos e distribuídos pelo Estado.

Autores como Moreira (2001) e Morgado (2012, porém, defendem o currículo como um processo que englobe a matriz sociocultural em que se insira. Em outras palavras, além de compreender aspectos conteudistas, o currículo dialogaria com um paradigma socioeducativo; constituir-se-ia, portanto, um processo de construção dinâmico, que levaria em consideração particularidades da comunidade na qual seria aplicado.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinou a criação de uma base comum para a educação básica brasileira. No entanto, apenas em 2015 dá-se início à elaboração do texto da base, após o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) definir sua criação como estratégia para que se atingissem metas educacionais.

A primeira versão da BNCC foi elaborada em 2015, constituída de contribuições sociais vindas de consulta pública. Em 2016, a segunda versão migrou pelos estados brasileiros, onde foi submetida a leitura e debates entre os educadores. Finalmente, após uma última rodada de seminários e debates, a BNCC foi homologada pelo MEC em dezembro de 2017; a etapa do Ensino Médio seria homologada um ano depois, em dezembro de 2018.

A elaboração de uma base comum para a educação de todo o Brasil, além de obedecer à determinação da LDB (BRASIL, 1996), segue uma tendência internacional de mudanças em sistemas educacionais, visando a chamada equidade no aprendizado, colocada em prática por países como Austrália, Portugal, França, Estados Unidos e Chile, conforme a própria BNCC (BRASIL, 2018, p. 13). Observa, ainda, o fato de que países como Finlândia e Coreia do Sul, ambos com alto desempenho nas avaliações do *Programme for International*

Student Assessment (PISA, sigla traduzida como Programa Internacional de Avaliação de Alunos), coordenadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançam mão desse tipo de diretriz unificada.

Destarte, a BNCC representa um avanço em relação ao modelo de aprendizagem vertical na medida em que, teoricamente, supera o mero delineamento de disciplinas e conteúdos em prol de competências e habilidades às quais os estudantes teriam direito. Ainda que constitua uma diretriz unificada, levaria em consideração particularidades das comunidades escolares.

No entanto, convém também levantar, ainda que brevemente, alguns aspectos controversos do documento. Entre as vozes dissonantes, podem ser citadas as professoras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttmann e Marcia Ângela da Silva Aguiar, conselheiras do Conselho Nacional de Educação (CNE) cujos votos foram contrários à aprovação da base, em dezembro de 2017, sob a argumentação de incompletude e limitações do texto e necessidade de ainda ampliar o diálogo de modo democrático (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018). Gontijo (2015) e Silva (2015) também tecem uma análise crítica ao considerar os problemas da BNCC quanto à alfabetização (cujo conceito é reduzido a uma noção de instrumentalização das práticas de leitura e escrita) e aos “cenários de disputa” (SILVA, 2015, p. 368) em torno do Ensino Médio. Para as autoras, há controvérsias quando se consideram os objetivos últimos que atravessam o texto da base – embora o discurso seja voltado a competências e direitos dos estudantes, o viés ainda é utilitário e submetido a desempenho e resultados de avaliações. As análises se fazem coerentes ao se considerar, por exemplo, a influência das diretrizes da OCDE (uma instituição

econômica, não educacional) na constituição do documento. Fica clara, assim, a submissão à lógica de avaliações em larga escala e a concepção da educação para uma finalidade utilitária.

Neste trabalho, nosso propósito não é nos aprofundar na discussão acerca dos avanços e limitações da BNCC.¹ Apresentado, então, seu contexto de origem e um breve panorama das discussões relacionadas às suas vantagens e controvérsias, debruçemo-nos, em seguida, sobre as habilidades relacionadas à formação do leitor no tocante às *fake news* e à pós-verdade.

2.1 A competência leitora, a desordem informacional e as habilidades na BNCC: expectativas institucionais

Antes de passarmos aos pressupostos dos Novos Estudos de Letramentos no que diz respeito ao leitor, convém observarmos como a BNCC (BRASIL, 2018) aborda conceitos como leitura e letramento e, conseqüentemente, quais as suas expectativas no que diz respeito às habilidades a serem desenvolvidas no contexto da desordem informacional.

A “leitura”, no documento, é compreendida com frequência num âmbito associado à escuta e à produção; constitui, conforme o próprio texto, um eixo de integração correspondente a uma prática de linguagem. Nessa conjuntura, o leitor é concebido como o agente dessa atividade, alguém que compreenda os sentidos do texto² e possa dele fruir.

1 A esse respeito, é pertinente a mesa-redonda conduzida por Freitas e Pietri (2021), na ocasião do 68º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL).

2 A base – ao menos na etapa do Ensino Médio – não conceitua ou discute o conceito de leitor, nem a questão do sentido e seu processo de construção ou mesmo a concepção de texto. Neste trabalho, não problematizamos tais concepções de um ponto de vista teórico, mas as analisamos e discutimos no conjunto do material com base nos Novos Estudos de Letramento. Ainda assim, vale frisar que sentimos falta de uma indicação explícita das bases epistemológicas que nortearam certas concepções na BNCC; conceitos, afinal, são palco de disputas, e não consensos teóricos.

Na etapa do Ensino Médio, o texto da BNCC confere maior destaque à chamada cultura digital e aos novos e multiletramentos. Considera a hibridização de papéis em mídias digitais e redes sociais – compreende, portanto, que o leitor é, ao mesmo tempo, produtor de conteúdo. Sua postura, nesses ambientes, é ativa, visto que, associadas à leitura, estão ações como curtir, comentar e compartilhar. Faz-se necessário, então, “que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias.” (BRASIL, 2018, p. 479).

O documento da base, então, identifica duas habilidades essenciais no que diz respeito especificamente ao enfrentamento da desinformação e à postura do estudante no contexto da pós-verdade, explicitando preocupação quanto à veracidade de informações, ao atravessamento de argumentos por crenças pessoais e à preservação do respeito diante de discursos de ódio. Essas habilidades são reproduzidas na Figura 1:

Figura 1 – habilidades relacionadas à desordem informacional

(EM13LP38) Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e *sites* checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (*fake news*).

(EM13LP39) Analisar o fenômeno da pós-verdade – discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de *fake news* e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos –, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem.

Fonte: Brasil (2018, p. 511)

Fica claro, portanto, que a BNCC tem uma expectativa quanto ao desenvolvimento da competência leitora dos estudantes. Ao final da educação básica, o aluno deverá estar apto a não apenas ler e compreender um texto veiculado em ambientes digitais, mas também a atuar sobre ele de forma crítica, seja comentando e curtindo ou, principalmente, aplicando critérios de curadoria e análise do conteúdo, de forma a identificar conteúdo falso e evitar seu compartilhamento. Espera-se, também, que o estudante possa ser capaz de perceber e problematizar a formação de filtros bolha e câmaras de eco e a ascensão de crenças pessoais como único parâmetro de julgamento – contexto que McIntyre (2018) denomina como “pós-verdade”.

De encontro a essas expectativas, porém, vão críticas relacionadas ao déficit da educação brasileira e à falta de igualdade e de equidade de oportunidades de estudo (ou mesmo de acesso à educação) –, obstáculos sensivelmente potencializados pela pandemia da covid-19. Os usos da leitura (e também da escrita) em práticas sociais letradas se veriam, assim, impactados por essa desigualdade. É nesse panorama de conflitos que delineamos, a seguir, o papel do leitor à luz dos pressupostos dos Novos Estudos de Letramentos, assim como discutimos alguns dados referentes ao impacto da crise sanitária na educação e no enfrentamento da desordem informacional.

3 A desordem informacional, o leitor e os letramentos

Da perspectiva da comunicação e informação, Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) argumentam que o fenômeno das *fake news* em si – entendido em linhas gerais como “notícias intencional e comprovadamente falsas que poderiam desorientar os leitores”

(ALLCOTT; GENTZKOW, 2017 *apud* TANDOC; LIM; LING, 2018, p. 138, tradução nossa)³ – não é novo. Os autores trazem como exemplo a narração de um trecho da obra **A guerra dos mundos**, de H.G. Wells (1898), em transmissão radiofônica ao vivo por Orson Welles, em 1938, a qual ilustra não só a divulgação de uma informação falsa como também o pânico que tomou conta de boa parte da população que teve contato com a suposta notícia de invasão alienígena.

O que é novo, porém, é o contexto de produção, divulgação e recepção de tais notícias. Em outras palavras, a internet, as redes sociais e o uso constante (e quase indiscriminado) de dispositivos móveis com acesso a esses recursos possibilitaram uma mudança radical nos papéis dos envolvidos na comunicação e na produção de sentidos. Na contemporaneidade, consideram-se as eleições nos Estados Unidos, em 2016, como potencializadoras do aumento de um número expressivo de notícias, boatos e disseminação proposital de mentiras – logo, o termo *fake news* teve sua ascensão e caiu no conhecimento público nesse mesmo ano.

Trata-se, no entanto, não de um entendimento simplista do que é verdadeiro ou falso, mas daquilo que Wardle e Derakhshan (2017) avaliaram como “desordem informacional”, fenômeno amplo potencializado após a votação do *Brexit* e da eleição estadunidense de 2016. Os autores se baseiam em critérios de tipo de informação e intencionalidade; conforme essa tipologia, conteúdo falso seria chamado de **misinformação**; já a informação danosa é conceituada **malinformação**. A **desinformação**, por fim, da qual as *fake news* seriam apenas uma parte, ocorre quando o conteúdo é comprovadamente inverídico e tem intenção de

³ No original, em inglês: “to be news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers [...]”.

causar prejuízo. Faz-se necessário, nesse contexto, discutir os letramentos e seu papel na relação com tal tipo de conteúdo.

Com base nos pressupostos dos Novos Estudos de Letramento (*New Literacy Studies*), não se trata de considerar um modelo autônomo de práticas sociais de leitura e escrita, como já apontava Street (1984), em que o leitor competente, proficiente em decodificar o código linguístico, teria controle sobre as escolhas do que lê e sobre a própria construção de sentidos advinda dessa leitura. Em vez disso, trata-se de considerar um modelo ideológico, atravessado por relações de poder e diálogo entre vozes que se estabelecem e se ocultam no campo discursivo.

Lankshear e Knobel (2015) ampliam os muitos letramentos que podem ser identificados em diferentes contextos sociais. No cenário das *fake news*, emergem os letramentos midiático, digital e informacional, os quais se relacionam não apenas à competência ao fazer uso das mais diferentes mídias, mas também dialogam com leitura, entendimento de conteúdo e curadoria daquilo que é necessário ou mesmo relevante. Koltay (2011), por sua vez, chama a atenção, ainda, para a possibilidade da produção de conteúdo – ainda que esta seja bem menos considerada do que sua recepção – como aspecto relevante no contexto de letramento, visto que, em rede, a possibilidade e a facilidade de fazê-lo são não só altas como também estimuladas; pode-se afirmar, portanto, que se considera uma espécie de hibridização de papéis.

Organismos internacionais como a Câmara dos Comuns e o *High Level Expert Group* (doravante HLEG, Grupo de Alto Nível da Comissão Europeia) entendem também o fenômeno da desinformação como algo mais amplo do que a mera

conceituação de *fake news*. Dentre as recomendações publicadas no relatório de 2018 do HLEG estão, além do desenvolvimento de ferramentas de checagem e da transparência na divulgação de notícias *online*, o estímulo a estudos científicos sobre o impacto da desordem informacional e a “promoção de competências em educação para a mídia”. Em diálogo com esta última e buscando cumprir o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versa sobre liberdade de expressão e opinião, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolve a iniciativa *Media and Information Literacy* (MIL – no Brasil, Alfabetização Midiática e Informacional), a qual busca promover acesso equânime a informação e conhecimento, com ênfase na formação de professores. (UNESCO, 2019).

Os relatórios e discussões a respeito dos letramentos, como é possível perceber, demonstram expectativas acerca da formação do leitor – inclusive em contexto escolar e acadêmico – e seu papel protagonista no processo de desinformação já há alguns anos. No entanto, a preocupação com a emergência do fenômeno se potencializou notadamente durante a pandemia da covid-19, como se verá adiante.

3. 1 covid-19, desinformação e letramentos

O impacto da catástrofe sanitária, que até o dia 4 de julho de 2021 já havia vitimado 524.417 pessoas no Brasil, conforme dados da universidade norte-americana Johns Hopkins (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY, 2020), tem se mostrado nos mais diversos setores nacionais. Na educação, nosso foco de interesse neste trabalho, a pandemia não só acelerou o processo de ensino

a distância como também acentuou as desigualdades sociais no tocante ao acesso a aulas e materiais digitais e à continuidade dos estudos *versus* a impossibilidade de se ter um espaço adequado para tal, munido de equipamentos tecnológicos básicos, ou a urgência em procurar um emprego e deixar os mais velhos em casa, em isolamento.

Tanto a aceleração do processo de ensino à distância quanto a acentuação das desigualdades foram situações consideradas catalisadoras do abandono das atividades escolares, segundo a terceira edição do *Painel TIC-Covid 19*, publicada em novembro de 2020.⁴ O relatório aponta que, no Brasil, 32% dos usuários de Internet com idade igual ou superior a 16 anos frequentavam escola ou universidade no terceiro trimestre de 2020 (período no qual a pesquisa foi desenvolvida). Como barreiras para a continuidade dos estudos, os respondentes indicaram dificuldades para esclarecer dúvidas com os professores (38%), baixa qualidade de conexão (36%) e falta de estímulo para estudar (33%).

Os dados dialogam com Komesu, Daunay e Fluckiger (no prelo); para os autores, se a tecnologia foi a principal ferramenta responsável pela manutenção das atividades escolares, paralela e paradoxalmente foi também aquilo que dificultou e impediu que essas tarefas fossem feitas. Os autores criticam o “panorama ideal” de continuidade dos estudos em confronto com desigualdades sociais relacionadas à qualidade de equipamentos e conexão à rede, condições de estudo em casa, hábito e proficiência no uso dos recursos tecnológicos.

⁴ Trata-se de um relatório elaborado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), instituição civil que por sua vez é ligada ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), criado por uma portaria Interministerial de maio de 1995 e com normas de funcionamento e atribuições regimentadas pelo Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2003.

Para além do impacto na educação, a pandemia deflagrou uma crise no âmbito da desordem informacional – daí o termo “infodemia” (ZAROCOSTAS, 2020). O relatório do Reuters Institute (NEWMAN, N. *et al.*, 2021), produzido após pesquisa realizada em 46 países (com um total de 92.000 respondentes), destaca o potencial das mídias sociais para divulgação de desinformação. Dentre os entrevistados, 54% afirmaram ter tido contato com postagens desinformativas sobre covid-19; no Brasil, especificamente, o *WhatsApp* e o *Facebook* foram as duas plataformas mais apontadas como responsáveis por compartilhamento desse tipo de conteúdo (indicado por 35% e 18% dos respondentes, respectivamente).

Merece destaque o trabalho de Islam *et al.* (2020), que examinaram rumores, comentários estigmatizados e teorias da conspiração de 87 países que circularam em plataformas *online* (incluindo agências de checagem) no período de dezembro de 2019 a abril de 2020. O grupo, formado por médicos, epidemiologistas e sociólogos, comparou e contrastou conteúdos jornalísticos com dados de outras fontes; os números levaram à conclusão de que as agências de saúde devem mapear a desinformação associada à covid-19 em tempo real e engajar esforços para combatê-la. No Brasil, Galhardi *et al.* (2020) desenvolveram um estudo empírico quantitativo acerca do teor das mensagens recebidas pelo serviço de checagem do aplicativo brasileiro “Eu Fiscalizo”. Os autores referem-se a essa problemática como “uma segunda mazela pandêmica” (p. 4202), visto que, em diálogo com o que afirma Zarocostas (2020), o impacto da disseminação desses conteúdos não se dá apenas no conhecimento da população sobre o assunto, mas também contribuiria para o descrédito da ciência; como solução, Galhardi *et al.* (2020) defendem o aumento do nível de informações adequadas para a população.

É nesse cenário – pandêmico, desinformativo, atravessado por vozes variadas e dissonantes – que se encontra o estudante de Ensino Médio, tendo ainda sua formação impactada pelo ensino (forçosamente, nesse caso) remoto. Convergência (ou divergência), nessa conjuntura, o contexto sócio-histórico, a formação desse leitor e as expectativas institucionais. Orientações da BNCC, desinformação e pós-verdade, crise sanitária – eis a conjuntura em que se fazem essenciais as reflexões sobre os letramentos, seus alcances e desafios, na formação do jovem leitor brasileiro. Passemos, assim, à análise de nosso conjunto de material, buscando identificar competências já demonstradas pelos alunos e delinear pontos frágeis que, para uma vida pós-pandemia, fazem-se urgentes.

4 O conjunto de material: metodologia e atividade aplicada

O procedimento investigativo utilizado para elaboração das atividades, coleta e análise do material é o paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1989) como forma de estudo qualitativo. O autor destaca que a habilidade investigativa seria natural do ser humano, proveniente de seus tempos em que caçava para sobreviver. A aptidão em procurar e decifrar pistas – ou seja, de observar e analisar detalhes – é o que Ginzburg propõe como modelo de análise científica, relacionado principalmente às ciências humanas. Em oposição ao chamado paradigma galileiano, em que se observa a ocorrência de determinado fenômeno de modo quantitativo, o paradigma indiciário busca não a pluralidade estatística, mas a relevância do dado levantado.

Nossa escolha pelo paradigma indiciário dialoga com trabalhos como os de Corrêa (2004) e Abaurre *et al.* (2012), os quais propõem análise de práticas letradas em contexto escolar à luz dessa mesma metodologia. Os autores corroboram a relevância da adoção de um método qualitativo, que se volte para determinados índices linguístico-discursivos que, se não constituem uma “regra”, tampouco podem ser ignorados na análise do material.

O conjunto de material utilizado foi coletado no primeiro semestre de 2019 na disciplina de Língua Portuguesa, com alunos de Ensino Médio, de idades entre 15 e 17 anos, em uma escola da rede pública de São José do Rio Preto, interior de São Paulo; foram coletadas 105 produções textuais, resultantes da aplicação de uma atividade, descrita a seguir. O acesso à instituição foi possível devido ao contato estabelecido com a professora de Língua Portuguesa e a autorizações da coordenadora pedagógica e da diretora geral. Em classe, a atividade foi proposta sob responsabilidade da professora de Língua Portuguesa à época, constituindo uma tarefa escolar de aula – ou seja, sem atribuição de nota ou qualquer associação que pudesse soar como coercitiva aos estudantes. O procedimento ético de coleta do material foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da Unesp, do qual obteve dispensa de avaliação.

A parte verbal dos exercícios propostos aos alunos, apresentada mais abaixo no Texto 1, consistia, primeiramente, em um enunciado que situava o aluno em um grupo familiar no *WhatsApp* – sendo este, segundo descrição no próprio *site* do aplicativo, uma ferramenta que surgiu como alternativa ao sistema de *Short Message Service* (SMS – em português, Serviço

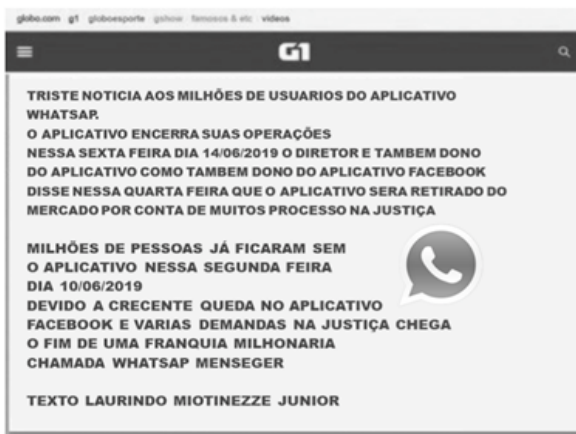
de Mensagens Curtas) e que possibilita o envio e recebimento de diversos arquivos de mídia, além de textos e chamadas de voz. Nesse suposto grupo, o aluno teria recebido mensagem de um parente sobre tema de interesse; sua tarefa era elaborar um texto escrito que respondesse à mensagem recebida de modo a explicar a veracidade (ou não) do conteúdo compartilhado naquele contexto, mobilizando argumentos que julgasse pertinentes.

A mensagem dizia respeito ao cancelamento do próprio aplicativo *WhatsApp*. Tal mensagem foi adaptada de um texto multimodal que circulou em redes sociais em maio de 2017, alterando-se a data da notícia para que esta ficasse mais próxima da aplicação da atividade. A motivação para a escolha da notícia foi o fato de o *WhatsApp* ser um dos aplicativos mais usados no país; ocupa o terceiro lugar nas preferências dos brasileiros por mídias sociais, com 91,7% das escolhas dentre 150 milhões de usuários ativos desses recursos (que correspondem a 70,3% da população total do país), conforme a pesquisa “Global Digital Report 2021”, produzida pela agência *We Are Social* em parceria com a plataforma de mídia *Hootsuite*. Logo, o cancelamento de um recurso como esse – principalmente por ser gratuito – teria impacto direto na vida e na comunicação sociais de todos, inclusive dos próprios alunos. A proposta do exercício, então, era fornecer-lhes um texto cujo conteúdo diretamente influenciasse seu cotidiano.

Texto 1 – atividade aplicada

ATIVIDADE INDIVIDUAL A SER REALIZADA EM SALA DE AULA

Uma tia muito querida, no grupo de *WhatsApp* da família, compartilhou o texto seguinte. Você, o(a) estudante da família, ficou responsável por dizer a todos **se o texto é verdadeiro ou não**. Explique por que/como você chegou a essa conclusão, usando elementos do texto enviado por sua tia.



ORIENTAÇÕES:

- Redija seu texto obedecendo à norma culta da Língua Portuguesa.
- O texto deve ser escrito à caneta de tinta azul ou preta, no espaço apropriado, em até 20 linhas.
- Textos com até sete linhas escritas serão considerados “insuficientes”.
- Serão também desconsideradas produções que contenham trechos desconectados do que é pedido ou termos inapropriados ao contexto.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

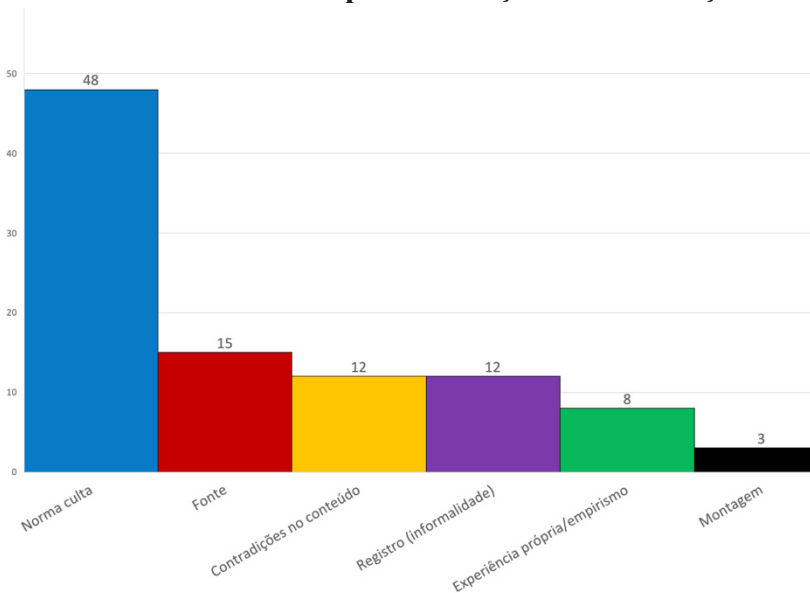
4.1 O estudante diante da desordem informacional: análise dos dados

Cerca de 90% dos respondentes identificaram o conteúdo veiculado no suposto grupo da família como sendo “falso”.⁵ No Gráfico 1, são apresentados os principais critérios levantados pelos estudantes nessa classificação (um mesmo estudante

⁵ Entre as respostas dos 10% restantes estão cópias da mensagem veiculada no suposto grupo da família, produções sobre Internet, *WhatsApp* ou privacidade (fora da proposta) e atividades entregues em branco. Não as consideraremos neste trabalho.

pode ter apontado mais de um critério); escolhemos, para este trabalho, analisar os textos à luz dos critérios de “norma culta” e “experiência própria/empirismo” (primeira e quinta colunas do gráfico), por julgá-los significativos em relação às competências letradas que os estudantes já dominam e aquelas que ainda desconhecem no contexto digital da desordem informacional.

Gráfico 1 – critérios para avaliação de informação



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que a avaliação do conteúdo é predominantemente associada ao uso de “norma culta” feito pelo autor texto. Por meio de colocações relacionadas a desvios de ortografia, falta de pontuação e concordância, paragrafação indevida, repetição vocabular, 48% dos alunos julgaram a mensagem compartilhada pela tia como falsa. Tem-se um exemplo no Texto 2:

Texto 2 – produção textual de um respondente

02 ~ este pode ser considerado uma
03 fake news pela notável presença de erros
04 ortográficos, como a falta de acentuação
05 nas palavras "notícia", "usuários", "também" e "será"
06 a falta de hífen nas palavras "sexta-feira" e
07 "quarta-feira", além da completa ausência
08 das vírgulas distinguindo e separando uma
09 informação de outra. As palavras escritas
10 erroneamente ("crescente" e "milhonária")
11 também denunciam o falso relato.
12 É nítida a incoerência no uso da pluralidade
13 no trecho "muitos processo". A variedade
14 coloquial usada (abreviadamente) para datar
15 os acontecimentos, e, sobretudo, a forma
16 como o estrangeirismo é redijido em
17 "whatsapp messenger" e a repetição dos termos
18 "como também" tornam indubitável
19 dizer que o texto não se trata de uma
20 falsa notícia.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O respondente – identificado doravante como R1 – lança mão de diversos exemplos de termos do próprio texto-fonte para justificar aquilo que chama de “erros ortográficos” (linhas 2 e 3). Não há, nesse exemplo, qualquer menção ao conteúdo da mensagem da tia; aquilo que R1 julga como mau uso de norma culta, portanto, seria suficiente para avaliar a veracidade e a confiabilidade do texto.

A escolha predominante por um critério que vincule a veracidade do conteúdo à correção gramatical parece-nos pautada, ainda que inconscientemente, naquilo que Bagno (1999) chama de “preconceito linguístico”. Nesse sentido, o adequado, o aceitável, o bom, o belo estariam no domínio da obediência à norma culta; por conseguinte, aquilo que se desvia desse padrão seria errado, inconveniente, falso. Corrêa (2004) discorre, na introdução de seu trabalho, sobre a crença de que, “na escrita, não há variação sociolinguística”, o que levaria a uma suposta “pureza da língua” (CORRÊA, 2004, p. XIII). Ora, é essa visão equivocada de pureza e correção que nos parece dialogar, no conjunto de material, com a avaliação feita pelos estudantes. Se a mensagem enviada pela tia é marcada “pela notável presença de erros ortográficos”, conforme R1 (linhas 2 e 3), logo, sob a crença da invariabilidade da escrita, o conteúdo deve ser falso.

Se, por um lado, faz parte dos conteúdos curriculares o trabalho com a variação linguística em práticas sociais de oralidade e escrita, por outro, a própria BNCC reforça a primazia da escrita sobre outras formas de expressão: “Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos, os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais e de linguagem.” (BNCC, 2018, p. 478). Uma vez que documentos que orientam a educação brasileira insistem no império da escrita, não é surpreendente, então, que os estudantes façam a leitura de que, à luz de certo senso comum, o que vale é o escrito – e, nesse domínio, o escrito considerado correto, belo e verdadeiro. A voz institucional que prioriza a palavra escrita e sua correção, portanto, atravessa a análise dos estudantes.

Já o critério denominado como “experiência própria/empirismo” é ilustrado no Texto 3. A produção do respondente – doravante, R2 – baseia-se em sua observação de mundo para afirmar que “A notícia que a tia mandou no grupo é mentira [...]” (linha 1). Ao longo do texto, não são apresentadas razões ou argumentos que ultrapassem a vivência particular do estudante – algumas delas, inclusive, sem respaldo sociocultural; na linha 7, por exemplo, é dito que “o facebook não tem nada a ver com o Whatsapp”, embora a empresa de Mark Zuckerberg já seja proprietária do serviço de mensagens desde 2014.

Texto 3 – produção de um respondente

01	A notícia que a tia mandou no grupo é mentira,
02	pois ela está usando o próprio aplicativo de
03	mensagens para falar que o aplicativo não vai
04	de ser sei que algumas pessoas já estão ficando
05	sem poder usar. É claro que o aplicativo não
06	irá sair do ar pois ele não recebe muitas mensagens,
07	o facebook não tem nada a ver com o Whatsapp
08	e queda do facebook não influencia em absolutamente
09	nada o facebook não tem uma queda tão grande
10	ao ponto de ser tirado do ar e ainda usar o
11	Whatsapp junto e o aplicativo Whatsapp continua
12	sendo usado normalmente.
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A leitura limitada ao empirismo parece dialogar, em certa medida, com uma postura negacionista. Como usuário do *WhatsApp*, R2 faz afirmações taxativas, baseadas naquilo que ele mesmo sabe, no papel de estudante da família; analogamente, crenças pessoais têm tanto ou mais valor argumentativo quanto a ciência. Com McIntyre (2018), analisamos ambas as posturas no contexto da “pós-verdade”, de ascensão da opinião como parâmetro válido (quando não o único) de julgamento. Questionamos, ainda, se a leitura dos estudantes não ecoa, em certa medida, posturas institucionais (governamentais, educacionais, familiares) no sentido de reiterar o próprio discurso como verdadeiro, extinguindo-se a necessidade de aprofundamento, pesquisa e verificação de fonte. Num contexto em que presidentes acusam jornalistas de serem *fake news* por fazerem oposição a seus governos, os estudantes encontram respaldo para julgarem conteúdo como mentiroso baseados apenas em sua vivência.

Associada a esse fenômeno, pode-se apontar a chamada “sofisticação cognitiva” (tradução nossa para *cognitive sophistication*), discutida por Pennycook *et al.* (2020) em trabalho do MIT realizado durante a pandemia; caracterizada por pensamento analítico, numeramento, conhecimento científico básico e ceticismo, a falta dessa “sofisticação cognitiva” teria maior impacto na percepção equivocada a respeito da covid-19 e de conteúdos compartilhados sobre a doença, conforme a pesquisa. Pode-se pensar, então, que o julgamento por parte dos alunos de informação falsa baseada apenas em seu próprio conhecimento é pautado na falta de pensamento analítico e conhecimento científico; a justificativa acerca da mensagem enviada pela tia não ultrapassa o nível tautológico, portanto, por falta de “sofisticação” na elaboração da argumentação.

A expectativa da BNCC (2018) é de um leitor autônomo, ativo, que usa de curadoria para avaliar, comentar e compartilhar aquilo que lê. As instituições, no entanto, não deveriam ignorar o fato de que o leitor, num modelo de letramento ideológico (STREET, 1984), não é senhor de suas escolhas e da construção dos sentidos que faz. Além disso, embora espere-se que o aluno perceba e discuta desinformação e pós-verdade, faz-se essencial lembrar que ele mesmo está inserido emocionalmente nesse dinâmica – portanto, mais do que avaliar conteúdo pautado em crenças alheias, suas próprias crenças estarão em jogo. Por fim, é preciso ultrapassar o nível linguístico-gramatical e a falácia da pureza da escrita, se se objetiva desenvolver habilidades leitoras realmente significativas no âmbito da desordem informacional.

Considerações finais

Num contexto pandêmico em que, de acordo com o relatório do *Reuters Institute* (NEWMAN, N. *et al.*, 2021), 83% dos brasileiros recorrem a fontes *online* para informação, conteúdos produzidos sem o devido embasamento científico, mas que dialogam com o que é mais próximo e confortável à crença de cada usuário, constituem, de fato, um intrincado ciclo infodêmico. Some-se o fato de o Brasil ser o país que menos demonstra confiança em cientistas, de acordo com uma pesquisa do *Pew Research Center* (instituição investigativa não partidária sobre questões, atitudes e tendências mundiais) conduzida entre outubro de 2019 e março de 2020 com mais de 20 países.

Faz-se necessário, portanto, discutir os letramentos e seu papel na relação com tal tipo de conteúdo, particularmente no tocante à covid-19, mas não apenas. A BNCC (2018) trata do desenvolvimento da competência leitora e discute a importância

da vivência de experiências com práticas de linguagem em diversas mídias, apontando a cultura digital e os multiletramentos como aspectos a serem considerados na educação escolar. O documento aborda não só o aparecimento de gêneros digitais e convivência de mídia, mas a ascensão de novas possibilidades na construção de sentidos e na assunção dos papéis de produtor e leitor de um texto. Compreende, portanto, o contexto em que se dá a chamada desordem informacional como alvo urgente na formação dos estudantes brasileiros no que diz respeito aos letramentos, em especial o digital.

O letramento digital, tradicionalmente, relaciona-se à interação com a informação em termos de confirmar sua veracidade e credibilidade. No entanto, de acordo com Lankshear e Knobel (2015), o entendimento de tal letramento à luz unicamente da relação com a verdade é limitado; a informação, conforme os autores, torna-se um recurso no qual a preocupação com a verdade é substituída por relações e participação social. Trata-se, assim, de um entendimento do letramento sob viés sociocultural, em contraste com o modelo autônomo segundo o qual a leitura, o entendimento e o julgamento da veracidade de determinada informação se dariam meramente à luz de técnicas e habilidades em contexto digital. Vale destacar também a definição de letramento digital da *Ontario Association for Media Literacy* (Associação de Ontário para o Letramento Midiático) destacada por Duncan (2006 *apud* KOLTAY, 2011), que enfatiza o aspecto educacional: “É a educação que objetiva potencializar o entendimento e o aproveitamento dos estudantes sobre como a mídia funciona, produz sentido, é organizada e constrói a realidade” (DUNCAN, 2006 *apud* KOLTAY, 2011, p. 213).⁶

⁶ No original, em inglês: “It is education that aims to increase students’ understanding and enjoyment of how the media work, how they produce meaning, how they are organized, and how they construct reality [...]”.

É nesse sentido, então, que acreditamos ser pertinente direcionar a formação do estudante brasileiro quanto à competência em práticas sociais de leitura e escrita. A análise do conjunto de material nos mostrou que as instituições escolares não apenas devem se basear nas orientações da BNCC (2018), mas precisam, também, ultrapassar a leitura conteudista e presa a critérios apenas linguísticos – sob pena não só de incorrer em preconceito linguístico, mas também de reduzir a identificação de conteúdo verdadeiro e falso, no contexto da desordem informacional, àquilo que está escrito em total obediência à norma culta. Convém, ainda, uma abordagem mais ampla dos letramentos para além do impresso, escrito ou mesmo digital. Urge a compreensão do fenômeno da pós-verdade e da ascensão do negacionismo como contextos em que os alunos se inserem como sujeitos, não apenas como meros observadores e analistas.

Por fim, vale ressaltar que a formação do leitor no contexto da desordem informacional, com o objetivo de combatê-la, deveria constituir uma política pública, e não apenas uma iniciativa isolada em projetos escolares pontuais. O papel do leitor na avaliação e combate à desinformação não se restringirá à pandemia da covid-19 – a infodemia, possivelmente, não se encerrará com a inoculação vacinal.

Referências

ABAURRE, M. B. M. *et al.* Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 25, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639237>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. Edições Loyola, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Painel TIC COVID-19**. 3. ed. 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201104182616/painel_tic_covid19_3edicao_livro%20eletr%C3%B4nico.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EUROPEAN COMMISSION. A multi-dimensional approach to disinformation. **Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>. Acesso em: 29 jun. 2021.

68º GEL - Mesa-redonda: Linguagens e BNCC. São Carlos, jul. 2021. 1 vídeo (2h20m43s). Publicado por Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ctKAWSQXhmk>. Acesso em 8 jul. 2021.

GALHARDI, C. P. *et al.* M. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da COVID-19 no Brasil.

Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. 4201-4210, out. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006804201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun.2021.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GONTIJO, C. M. M. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 2, p. 174-190, jul./dez. 2015.

ISLAM, M. S. *et al.* COVID-19-Related infodemic and Its impact on public health: A global social media analysis. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 103, n. 4, p. 1621-1629, 2020.

JOHNS HOPKINS. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE)**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

KOLTAY, T. The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

KOMESU, F.; DAUNAY, B.; FLUCKIGER, C. Littéracies numériques et désinformation: le rôle de l'enseignant dans le contexte d'infodémie. In: SCHEEPERS, C. (org.). **Former à l'écrit, former par l'écrit**. Paris: De Boeck. No prelo.

LANKSHEAR, C; KNOBEL, M. Digital Literacy and Digital Literacies: Policy, Pedagogy and Research Considerations for Education. **Nordic Journal of Digital Literacy**, p. 8-20, 2015.

MCINTYRE, L. **Post-Truth**. Massachusetts: MIT Press, 2018.

MOREIRA, A. F. (org.). **Ênfases e Omissões no Currículo**. Campinas: Papirus Editora, 2001.

MORGADO, J. C. Projecto curricular e autonomia da escola: das intenções às práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 27, n. 3, mar. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/26411/15403>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PENNYCOOK, G. *et al.* Predictors of attitudes and misperceptions about COVID-19 in Canada, the UK, and the USA. **PsyArXiv**, v. 10, p. 1-25, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Debates e controvérsias em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Movimento-Revista de Educação**, n. 8, p. 268-280, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32656/18791>. Acesso em 30 jun. 2021.

NEWMAN, N. *et al.* **Reuters Institute: Digital News Report 2021**. London: Reuters Institute; University of Oxford, 2021. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

PEW RESEARCH CENTER. **Science and Scientists Held in High Esteem Across Global Publics**. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/science/2020/09/29/science-and-scientists-held-in-high-esteem-across-global-publics>. Acesso em 27. jun. 2021.

SILVA, M. R. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Conceptual Framework. *In: WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe Report, DGI, 2017. p. 20-48.

WE ARE SOCIAL. **Global Digital Report 2019**. Disponível em: <https://wearesocial.com/digital-2021>. Acesso em 30 de jun. de 2021.

UNESCO. Alfabetização midiática e informacional (AMI). 2019. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/media-and-information-literacy>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n. 10225, 2020.

Fake news, desinformação e necessidade de formar leitores críticos

Eulália Leurquin*

Chloé Leurquin**

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre *fake news* e desinformação, considerando efeitos desses fenômenos na sociedade contemporânea e atentando para a necessidade de formar leitores críticos, conscientes da exigência de conhecer a origem das informações. Nosso objetivo é mostrar como as *fake news* e a desinformação se originam, se constituem e propagam seus efeitos na sociedade. Os dados analisados estão situados em dois momentos importantes no país: o período das eleições a Presidente da República do Brasil, em 2018, e o segundo ano da pandemia decorrente da covid-19, em 2021. Analisamos o contexto de produção das *fake news* e da desinformação, considerando o contexto de produção, o mundo físico e o sociossubjetivo, bem como os mecanismos enunciativos (BRONCKART, 1999, 2019), buscando argumentar a favor da formação de leitores críticos (KLEIMAN; SANTOS-MARQUES, 2020; LEURQUIN, 2001, 2014; LEURQUIN; LEURQUIN, 2021; BRASIL, 2017).

Palavras-chave: *Fake news*. Desinformação. Letramento. Formação de leitor.

* Professora do Departamento de Letras Vernácula, Universidade Federal do Ceará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7532-1210>.

** Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1184-2655>.

La désinformation et la nécessité de former des lecteurs

Résumé

Cet article présente une discussion sur les *fake news* et la désinformation, en considérant les effets de ces phénomènes dans la société contemporaine qui doit répondre à la nécessité de former des lecteurs critiques, conscients de l'exigence de connaître l'origine des informations. Notre objectif est celui de montrer l'origine des infox et de la désinformation, de savoir comment ils sont constitués et comment leurs effets se propagent dans la société. Les données analysées sont situées à deux moments importants du pays: la période des élections présidentielles de la République du Brésil en 2018; et la deuxième année de la pandémie due au covid-19, en 2021. Nous avons analysé le contexte de production des infox et de la désinformation, en considérant leur production, le monde physique et socio-subjectif, tout comme les mécanismes énonciatifs (BRONCKART, 1999, 2019). À partir de l'articulation que nous avons établie, ayant pour objectif la nécessité de former des lecteurs critiques Santos-Marques (2020) et Leurquin (2001, 2014), Leurquin e Leurquin (2021) et Brasil (2017), nous avons également eu recours aux études sur le littérisme idéologique de Street, (2014).

Mots – clés: *Fake news*. Désinformation. Literaty. Formation de lecteur.

Recebido em: 15/07/2021 // Aceito em: 4/10/2021.

Introdução

Decorrentes do avanço das tecnologias e do processo de midiaticização da sociedade, as formas de interagir e de comunicar, a rapidez no processamento e na divulgação de informações, assim como suas reverberações na sociedade, parecem ganhar atualmente uma força antes inimaginável. Essas características da contemporaneidade atraem a atenção de grupos, muitas vezes políticos, que, movidos por interesses ideológicos, aproveitam para fazer circular *fake news* e desinformação,¹ lançando inverdades para a população. Estudos divulgados em meios de comunicação de grande alcance e notoriedade, como a Folha de São Paulo² e o jornal O Globo, alertam para o fato de que *fake news* e desinformação atingem atualmente um número maior de leitores/ouvintes e que a rapidez no alcance dos seus objetivos é muito superior, comparada às notícias divulgadas pelos meios tradicionais de comunicação, conforme veremos mais adiante. Pesquisas na área de Comunicação (DOURADO; GOMES, 2019; SANTOS, 2020; FREITAS, 2020, entre outros) discutem o comportamento e uso da informação na era do digital e apresentam conclusões que nos mostram, com preocupação, a necessidade de evidenciar muito mais esse tema nos debates da área de Comunicação.

As *fake news* chamaram especial atenção e tiveram visibilidade mundial a partir do uso feito pela extrema direita, que resultou na interferência direta nos resultados do processo eleitoral americano de 2016, que elegeu Donald Trump, conforme afirma Berger (2019) no prefácio da obra **Jornalismo, *fake***

¹ Na sequência do artigo, mostraremos a nossa posição quanto à opção pelo termo “desinformação”.

² Sobre *fake news* no jornal **Folha de São Paulo** e jornal **O Globo**, ver em: <https://m.folha.uol.com.br/folha-topicos/fake-news/?pg=2> e <https://g1.globo.com/fato-ou-fake>.

news e Desinformação: manual para educação e treinamento e jornalismo, citando Becker e Goes. No Brasil, elas assumiram um espaço também de grandes proporções e contribuíram para eleger, em 2018, o atual presidente, Jair Messias Bolsonaro. Na Europa, o mesmo fenômeno aconteceu devido aos referendos realizados sobre a saída do Reino Unido da União Europeia.

Como reação aos desdobramentos das *fake news* e desinformação, em 2017, foi divulgada a Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e “Notícias Falsas” (“*Fake News*”), Desinformação e Propaganda, assinada pela Relatoria Especial das Nações Unidas (ONU) para Liberdade de Opinião e Expressão e pela Relatoria Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão. Entender o limite entre a liberdade de expressão, a notícia falsa e a desinformação ainda é um ponto a ser atingido.

A preocupação com o impacto das *fake news* e da desinformação na política e na vida social tem mobilizado esforços no Brasil, na Colômbia, nos Estados Unidos, na Índia, na França, na Nigéria e em muitos outros países. No Brasil, em 2020, *Fake news* e desinformação foram tema principal da publicação da cartilha **Desinformação, ameaça ao direito à informação, muito além das *fake news***,³ de autoria do Coletivo Brasil de Comunicação (Intervozes).

Fato é que a expressão “*fake news*” (“notícia falsa”) popularizou-se mundialmente e se tornou comum nas conversas cotidianas, em casa, no trabalho, no bar, na escola, na academia etc. Esse fenômeno, entretanto, não chamou a atenção apenas de pesquisadores da área de Comunicação já citados, mas também vem interessando cada vez mais pesquisadores da área de Linguística Aplicada, como por exemplo Kleiman e Santos-Marques (2020), Leurquin (2001, 2014 2021).

³ Disponível em: <https://boanoticia.org.br/lancamento-da-cartilha-desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacao-muito-alem-da-fake-news/>

Este artigo, portanto, reúne reflexões desenvolvidas por uma jornalista e uma linguista aplicada e traz dois pensamentos que se complementam. Se, por um lado, discutimos o fenômeno das *fake news* e desinformação nas práticas sociais de linguagem, seus efeitos na política e suas reverberações na sociedade, por outro lado, contemplamos a formação de leitores críticos, pensando no espaço sala de aula de Língua Portuguesa, onde ensinamos como se constitui uma desinformação, sua circulação em forma de gênero de texto do campo de atuação na vida pública (BRASIL, 2017) e seus efeitos na formação de leitores críticos.

A reflexão que orienta nossa discussão tem como norte as seguintes perguntas a que, diretamente ou não, buscaremos responder neste artigo: Como desdobramentos da desinformação afetam na sociedade? Por que a atitude de curador diante da desinformação é importante no Brasil da contemporaneidade? Por que formar leitores críticos é uma atitude de resistência na sociedade atual? Como o fenômeno da desinformação afeta na discussão sobre a formação do leitor crítico? Para isso, elegemos como referência para nossas análises o discurso proferido pelo Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro, no dia 2 de junho de 2021, e as desinformações divulgadas em redes sociais durante a sua campanha a Presidente da República, em 2018.

Inicialmente, situadas na discussão desenvolvida no seio da Comunicação, apresentamos uma discussão sobre *fake news* e desinformação, esclarecendo nossa opção pelo termo “desinformação”; depois, no âmbito da Linguística Aplicada, alinhadas às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), dos estudos do letramento ideológico (STREET, 2014), do interacionismo sociodiscursivo (BRONCKART,

1999, 2019) e de discussões desenvolvidas sobre a formação de leitores críticos (KLEIMAN; SANTOS-MARQUES, 2019; LEURQUIN, 2001, 2014; LEURQUIN; LEURQUIN, 2021), analisamos a constituição, o uso e os efeitos da desinformação; por fim, assumimos a importância da curadoria no tratamento das informações trazidas no texto como uma opção necessária e, na sequência, apresentamos nossas considerações finais.

2 Sobre *Fake news*, desinformação e formação de leitores críticos: três pontas que se unem

O fenômeno de disseminar informações falsas ou de “maquiar” a realidade não é novidade e se tornou ainda mais perigoso devido à rapidez de sua propagação. O alcance e a repercussão que as redes sociais podem proporcionar vêm permitindo que essas práticas sociais ganhem um peso antes inimaginável. Esses fatores impulsionaram, no campo das comunicações, outra situação que é a deformação das informações dando origem às denominadas *fake news* e à desinformação.

O fato de os conteúdos divulgados pelos diferentes meios digitais terem alcance rápido e de grandes proporções, conforme já foi dito, traz como efeito dois desdobramentos que se unem em uma necessidade significativa e urgente de formar leitores críticos, considerado o contexto das atividades linguageiras contemporâneas. O primeiro desdobramento se representa como positivo, pois diz respeito à potencialidade que tem a divulgação por meio das mídias e seu alcance na sociedade; o segundo diz respeito à qualidade e à confiabilidade do conteúdo. Quando o leitor/ouvinte não procura a origem dos fatos para se certificar de sua veracidade e passa a informação adiante, provavelmente

pela confiança nos meios de comunicação ou nas próprias pessoas que compartilham o conteúdo, os danos causados pelas postagens falsas ou com distorções podem ser irrevogáveis.

A discussão sobre as *fake news* está além de saber se o conteúdo é verdadeiro ou falso, o que já é muito sério. Freitas (2018), citando Lazer *et al.*, apresenta *fake news* como “notícias fabricadas que imitam textos jornalísticos em sua forma, mas não em seu processo organizacional e na intenção [...]”. Para a autora, elas se comportam parasitando *sites* noticiosos, buscando enganar e ludibriar audiências, não sendo meros equívocos. Fato é que as *fake news* põem em risco a credibilidade do jornalismo como instituição e do jornalista como profissional. Elas são oriundas, principalmente, de gêneros de textos que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático, ou dos gêneros de atuação na vida pública (BRASIL, 2017).

Em torno da discussão sobre a pós-verdade, *fake news* e desinformação ganham espaço. Para, por exemplo, discutir o conceito de *fake news*, a UNESCO lançou um manual, em que se lê:

[...] que o termo **fake news** (“notícias falsas”) possua um **significado direto ou comumente compreendido**. Isso ocorre porque “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, e as **informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias**. Nesse sentido, então, a expressão “notícias falsas” é um **oxímoro** (que exprimem conceitos contrários) que se presta a **danificar a credibilidade da informação** que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais. (IRETON; POSETTI, 2019, p. 7, grifo dos autores).

A publicação **Desinformação, ameaça ao direito à comunicação, muito além de fake news** (INTERVOZES, 2019) lembra-nos que a expressão “*fake news*” (“notícia falsa”) se popularizou mundialmente e se tornou comum nas conversas cotidianas, em casa, no trabalho, no bar, na escola etc. Nela se aborda ainda que a preocupação com o impacto desse fenômeno na política e na vida social tem mobilizado esforços no Brasil, na Colômbia, nos Estados Unidos, na Índia, na França, na Nigéria e em diversos países, conforme podemos perceber. Também discutindo sobre *fake news*, França e Leurquin (2020, p. 292) defendem que “*fake news* é uma expressão que se consagrou recentemente para nomear a distorção de fatos e/ou criação de mentiras como arma política para combater adversários [...]”. Nesse mesmo trabalho, as autoras se posicionam pelo termo “desinformação”, posição que aqui seguimos.

A escolha pelo termo “desinformação”, ao tratar do fenômeno em questão, ocorre porque este se diferencia de *fake news*, que se sustenta na tentativa deliberada de confundir e manipular a sociedade. Não se trata simplesmente de uma “mentira inocente”, mas de uma estratégia política que visa à disseminação de inverdades de forma planejada, sistêmica e articulada para fins específicos. Essa posição está alinhada ao posicionamento tomado no prefácio (BERGER, 2019 do **Jornalismo, fake news e desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. O mesmo manual defende que:

[...] o termo desinformação é comumente usado para se referir a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas. Isso geralmente é combinado com estratégias de comunicação paralelas e cruzadas e um conjunto de outras táticas, como hackear, ou comprometer pessoas. (BERGER, 2019, p. 9).

Entendendo que desinformação é um conceito que pode abranger as próprias *fake news*, ressaltamos dois momentos no Brasil, isto é, a campanha eleitoral para Presidente da República em 2018 e a pandemia decorrente da covid-19 nos anos 2020 e 2021, como base de nossas reflexões. Tendo em conta a defesa da formação de leitores críticos, precisamos atentar para todas as particularidades que cercam o fenômeno da desinformação, que pode circular em meios diversos de comunicação (rádio, televisão, entres outros), em distintos gênero de texto (postagem de *Facebook*, *e-mail*, pronunciamento político, aula etc.); pode também ser oral (palestra, entrevista, conferência, por exemplo), escrita (carta, bilhete, entre outros) e/ou multissemiótica.

3 Trazendo a discussão para o espaço da sala de aula

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), o texto passou a ser a centralidade do ensino/aprendizagem da língua materna, e o gênero de texto assume o *status* de megainstrumento. Sobre o gênero de texto, os Parâmetros Curriculares Nacionais posicionam-se da seguinte forma:

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. (BRASIL, 1998, p. 21).

Seguindo essas orientações, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), apesar das muitas críticas

que a ela precisamos fazer, avança na discussão sobre o papel dos gêneros de texto em sala de aula de língua materna e reforça a importância da abordagem descendente de análise de gêneros de textos, ao apresentar os campos de atuação (BRASIL, 2017). De acordo com a BNCC do ensino fundamental, anos finais, lugar de nossas reflexões sobre a formação de leitores críticos, o professor deve considerar os quatro campos de atuação (artístico-literário, campo de atuação na vida pública, práticas de estudos e pesquisas e jornalístico-midiático), espaços nos quais emerge o gênero textual. Por razões diferentes, a desinformação atinge mais os espaços do campo de atuação na vida pública e do campo de atuação jornalístico-midiático.

Ainda conforme os PCN e a BNCC, o processo de ensino e aprendizagem da língua materna deve acontecer de forma a contemplar uma dinâmica que compreenda reflexão e ação, e que sejam basilares as práticas de leitura/escuta, produção, análise linguística/semiótica e oralidade. No conjunto das quatro práticas de linguagem, destacamos aqui a leitura/escuta para pensar a formação de leitor crítico.

A BNCC apresenta dois fundamentos pedagógicos para o ensino e aprendizagem no nível do ensino fundamental. O primeiro fundamento é foco no desenvolvimento de competências e o segundo fundamento é o compromisso com a educação integral. Sobre o primeiro fundamento, o documento em questão afirma que:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos,

habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2017, p. 13).

Tal posicionamento está articulado ao conceito de competência, entendida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho [...]” (BRASIL, 2017, p. 8). Esse conceito ainda é bastante amplo e, por isso, não dá conta das especificidades do uso efetivo da língua nas práticas reais de comunicação. O segundo fundamento (compromisso com a educação integral), de certa forma, nos permite fortalecer a discussão sobre desinformação e, sobretudo, refletir sobre o papel da escola e o objetivo maior do ensino e aprendizagem da língua materna.

A prática de linguagem leitura/escuta está situada no eixo leitura, e nele podemos pensar a “interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação [...]” (BRASIL, 2017, p. 71) que acontece no encontro do leitor com o autor do texto. Essa interação acontece mediada pelo gênero textual, que, a depender do propósito de comunicação, tem uma composição diferente do dizer. Esse dizer é observado e analisado graças à sua semiotização no texto. Nesse contexto, o gênero de texto não apenas permite uma interação entre os envolvidos no processo da leitura, como também é um objeto de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

Chamamos a atenção para o fato de que, quando o professor está no movimento da construção coletiva dos sentidos do texto, a concepção de leitura é ampliada e não estão em jogo apenas o leitor-aluno e o autor do texto, mas também o professor que é um leitor e um formador de leitores (LEURQUIN, 2001, 2014; LEURQUIN; LEURQUIN, 2021). O papel do professor como leitor e formador de leitores é fundamental para o bom resultado do ensino. Essas questões estão contempladas na BNCC, em suas orientações (BRASIL, 2017, p. 73-74) sobre o tratamento das práticas leitoras nos sete níveis orientacionais para as entradas no texto:

- a) Reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos;
- b) Dialogia e relação entre textos;
- c) Reconstrução da textualidade, recuperação e análise da organização textual, da progressão temática e estabelecimento de relações entre as partes do texto;
- d) Reflexão crítica sobre as temáticas tratadas e validade das informações;
- e) Compreensão dos efeitos de sentido provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos;
- f) Estratégias e procedimentos de leitura;
- g) Adesão às práticas de leitura.

Todos os níveis são fundamentais para a formação de um leitor crítico. As orientações sobre a leitura/escuta possibilitam-nos, ainda, estabelecer uma relação entre texto e gramática. O documento evidencia elementos contextuais, situações de produção do texto lido e elementos que nos remetem ao

plano discursivo. Acrescentamos, nesta reflexão, elementos relacionados às questões históricas e políticas, pois elas podem permitir compreender o fenômeno da desinformação numa perspectiva mais ampla e crítica.

Em se tratando dos níveis que orientam o estudo do texto, salientamos o nível “d”, cujo propósito é investigar as origens do texto lido. Com base nessa orientação, o professor precisa, para desenvolver no leitor uma “Reflexão crítica sobre as temáticas tratadas e ter validade das informações [...]”, além de contemplar as competências necessárias para fazer o leitor “Refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, posicionando-se [...]” (BRASIL, 2017, p. 73). Essa orientação é retomada em forma de habilidades a serem desenvolvidas na prática de linguagem leitura, tanto no 9º ano, quanto no 8º, apresentando-se como a habilidade de número 01, conforme constatamos:

(EF08LP01) **Identificar e comparar as várias editoriais de jornais impressos e digitais e de sites noticiosos**, de forma a refletir sobre os tipos de fato que são noticiados e comentados, as escolhas sobre o que noticiar e o que não noticiar e o destaque/enfoque dado e a **fidedignidade da informação**. (grifo nosso).

(EF09LP01) **Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las**, a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc. (BRASIL, 2017, p. 175 grifo nosso).

Ao considerar as duas habilidades, percebemos uma certa progressão na prática de leitura/escuta. No 8º ano, observamos que o foco está relacionado à ação de identificar os editoriais, perceber as diferenças entre eles e também se atentar para a fidedignidade da informação. Essas características e procedimentos apresentam-se como basilares para o trabalho de curadoria e também para a formação do leitor crítico que defendemos aqui. No 9º, o leitor já deve estar atento para certificar-se da fidedignidade da informação. Essa habilidade apresenta estratégias que facilitam a atividade de curadoria.

Tendo em conta a discussão que fizemos sobre as desinformações que, de forma acelerada, se propagam devido à rapidez do processamento e à divulgação de informações, e considerando diretrizes para a formação do leitor crítico, conforme pautam orientações da BNCC, no esforço de contribuir para a discussão sobre o papel da educação no combate à desinformação, passamos, na sequência, a abordar exemplos em que se materializa o fenômeno da desinformação, selecionados a partir de dois recortes temporais: as eleições para presidente no Brasil (em 2018) e a pandemia de covid-19 (2020-2021). Para isso, articularemos contribuições construídas nos campos da Comunicação e da Linguística Aplicada.

4 O curador e a desinformação na sociedade contemporânea: uma relação necessária de resistência na formação de leitores críticos

O papel de curador é muito importante, pois ele nos permite ter acesso à informação original e desvendar a construção

e disseminação da desinformação. Esse trabalho exige uma pesquisa criteriosa para ter acesso às fontes da desinformação e daí iniciar um outro trabalho, que é de interpretação da desinformação. No Brasil, a Agência Lupa tem grande destaque no trabalho de desvendar as principais notícias na internet. Dentre muitos resultados publicados por essa agência, destacamos, inicialmente, o levantamento feito sobre desinformações divulgadas pelo atual Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, em seu discurso proferido, em cadeia nacional, no dia 2 de junho de 2021, para tratar da pandemia da covid-19.

O resultado desse trabalho levado a efeitos pela Agência Lupa está divulgado sob o título “Em pronunciamento, Bolsonaro distorce dados de vacinação no país e erra sobre BR-163” (MACÁRIO *et. al.* 2021). Vejamos:

Quadro I – Discurso

DISCURSO

“Em pronunciamento na noite desta quarta feira, o presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a falar sobre ações do governo durante a pandemia de covid-19, como o desenvolvimento e distribuição de vacinas, o auxílio-emergencial e a destinação de recursos a estados e municípios. Também falou sobre medidas aprovadas pelo Congresso Nacional e sobre realizações de seu governo na área de infraestrutura. A **Lupa** checkou algumas das frases ditas pelo presidente. O Palácio do Planalto foi procurado para comentar, mas não respondeu até a publicação da checagem”.

“Hoje, alcançamos a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas a estados e municípios”

Jair Bolsonaro (sem partido), presidente da República, em pronunciamento na TV no dia 2 de junho de 2021

VERDADEIRO

Até 2 de junho, o Ministério da Saúde distribuiu 102.915.464 doses de vacinas para os estados. Nem todas essas doses já foram aplicadas. De acordo com informações do Locliza SUS, que reúne dados sobre a campanha de imunização contra a Covid no país, 68,9 milhões de doses foram aplicadas, sendo que 46,4 milhões correspondem à primeira dose. No total, 22,4 milhões de pessoas já foram vacinadas com as duas doses.

DISCURSO

“O Brasil é o quarto país que mais vacina no planeta”

Jair Bolsonaro (sem partido), presidente da República, em pronunciamento na TV no dia 2 de junho de 2021

VERDADEIRO, MAS

O Brasil é o quarto país do mundo em número de pessoas que receberam ao menos uma dose de vacina contra a covid-19. Mas isso não quer dizer que o Brasil tenha a quarta melhor cobertura vacinal do mundo, já que é também um dos países mais populosos do planeta. Levando-se em consideração o número de pessoas vacinadas em relação à população total, o Brasil cai dezenas de posições no ranking de imunização.

DISCURSO

“Ontem assinamos acordo de transferência de tecnologia para produção de vacinas no Brasil entre a AstraZeneca e a FioCruz (...)”

Jair Bolsonaro (sem partido), presidente da República, em pronunciamento na TV no dia 2 de junho de 2021

VERDADEIRO

Na última terça-feira (1º), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) assinou um acordo com a farmacêutica AstraZeneca para a transferência de tecnologia para a produção do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), insumo utilizado para a produção de vacinas contra a covid-19. Assim, a instituição conseguirá produzir um imunizante contra o novo coronavírus sem depender da importação do IFA.

O processo de transferência de tecnologia está em andamento. Nesta quarta-feira (2), a Fiocruz recebeu materiais para a produção do IFA, e a equipe segue sendo treinada para realizar o trabalho. A previsão, segundo a Fiocruz, é de que as entregas comecem apenas em outubro.

“(…) Com isso [produção de IFA pela Fiocruz], passamos a integrar a elite de apenas cinco países que produzem vacina contra o Covid no mundo”

Jair Bolsonaro (sem partido), presidente da República, em pronunciamento na TV, no dia 2 de junho de 2021

FALSO

Não são apenas quatro países que produzem, atualmente, vacinas contra covid-19. Segundo a Unicef, atualmente, 37 países produzem vacinas localmente contra a doença, entre eles, o Brasil.

O que a Fiocruz anunciou é que conseguirá produzir o IFA da vacina AstraZeneca no país, ou seja, o Brasil não dependerá da importação desses insumos para produzir esse imunizante, especificamente. Segundo reportagem do Jornal o Estado de S. Paulo, apenas Rússia, China, Índia e Estados Unidos, atualmente, são autossuficientes na produção da vacina.

Além disso, a produção do IFA e da vacina 100% nacional não começará imediatamente. Segundo a própria Fiocruz, a expectativa é que isso ocorra somente em outubro. Até lá, o

Brasil seguirá dependente da importação de IFAs para a produção de imunizantes. A capacidade de produção mensal será de 15 milhões de doses por mês, segundo a instituição.

Fonte: Agência Lupa, 2021

Conforme já dissemos, a desinformação pode circular em qualquer espaço de comunicação, em um texto oral, escrito ou multisemiótico. A sua circulação pode se dar por qualquer meio de comunicação, em qualquer formato de gênero de texto. Uma característica é a intenção de prejudicar, de desinformar, de confundir o leitor/ouvinte, mas também pode-se assumir

que o objetivo maior seja beneficiar alguém, um grupo ou um projeto de poder. O propósito forte é que elas circulem muito rapidamente com o objetivo de alcançar um número muito grande de leitores/ouvintes. Elas podem ser motivadas por questões sociais, políticas, econômicas, sanitárias etc.

Tomemos o exemplo trazido, a partir das contribuições do Interacionismo sociodiscursivo, que nos leva a considerar o contexto de produção, os mundos representados e o nível da coerência interativa assegurado pelos mecanismos enunciativos (BRONCKART, 1999, 2019). O contexto de produção – “o conjunto de parâmetros susceptíveis de exercer uma influência sobre a maneira que o texto é organizado [...]” (BRONCKART, 1999, p. 35) – carrega elementos do mundo físico e do mundo sociosubjetivo que implicam papéis que o produtor do texto assume, o modo como ele se representa no mundo e o nível de coerência responsável pelas modalizações utilizadas e pelas vozes assumidas no texto, mostrando posicionamentos assumidos. Coerente com essa opção teórico-metodológica, aproximamo-nos dos estudos do letramento, considerada sua condição ideológica, conforme Street (2014), e das discussões sobre a formação do leitor crítico (KLEIMAN; SANTOS-MARQUES, 2020), porque também entendemos que todas as práticas de letramento envolvem aspectos não apenas culturais, mas também fatores de poder na sociedade. Esse poder, na discussão ora desenvolvida, está vinculado ao papel assumido pelos envolvidos na divulgação da desinformação e é fortemente motivado pelas intenções que motivam as relações sociais e políticas em torno da saúde, segurança e educação do país.

Ao destacar o contexto de produção em que ocorreu o discurso do presidente no exemplo trazido, lembramos que,

desde o início da pandemia, o Ministério da Saúde do Brasil não apresentou um plano para o combate à pandemia que envolvesse estados e município, exercendo a sua função de coordenador geral das políticas públicas na área de saúde no país. Pelo contrário, em pouco mais de um ano, o país chegou a seu quarto ministro da saúde, conforme podemos constatar. De 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, o Brasil tinha como ministro Luiz Henrique Mandetta. Por menos de um mês (17 de abril de 2020 a 15 de maio do mesmo ano), Nelson Teich assumiu o Ministério da Saúde. Durante quase vinte dias (15 de maio de 2020 a 2 de junho de 2020), o Brasil ficou sem ministro da saúde, quando a pandemia estava em um dos momentos mais críticos. Eduardo Pazuello assumiu interinamente o cargo em 15 de maio e oficialmente permaneceu de 2 de junho de 2020 a 23 de março de 2021. Marcello Queiroga assumiu o cargo em 23 de março de 2021.

A não implementação de políticas públicas, visando ao controle da pandemia, levou o governo federal à percentagem recorde de 53,8% de desaprovação, de acordo com pesquisas realizadas pelo instituto de pesquisas Paraná Pesquisas e publicadas na revista *Veja* de 20 de junho de 2021.⁴ A constituição brasileira confere aos três entes federativos, União, estados e municípios, a responsabilidade pela implementação de políticas públicas na área de saúde, sob a coordenação do Ministério da Saúde. No entanto, com a recusa do Ministério em assumir essa coordenação, esse assunto foi judicializado e o Supremo Tribunal Federal determinou que estados e municípios têm autonomia para implementar as políticas públicas, o que não exclui a União de suas responsabilidades constitucionais.

⁴ Cf em <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/desaprovacao-ao-governo-jair-bolsonaro-e-a-maior-em-mais-de-um-ano/>

Um exemplo muito claro dessa situação é o da compra das vacinas que deveria ter sido realizada pelo Ministério da Saúde. No entanto, na ausência de coordenação da União, os governadores nordestinos fizeram o denominado Consócio Nordeste e adquiriram vacinas contra a covid-19, bem como articularam ações coordenadas de combate ao vírus. Essa ausência de gerenciamento por parte da União levou ao prolongamento da pandemia e a um elevado índice de mortes (mais de quinhentas e trinta mil) e de pessoas infectadas (mais de dezessete milhões e duzentos mil).⁵

Nesse contexto pandêmico, quando mais precisamos da credibilidade de nossas pesquisas, a ciência tem sido alvo de um discurso negacionista. Nesse panorama, perguntamos: Que voz o presidente assume ao falar com os brasileiros sobre esse tema? Como ele se representa e representa a nação em seu discurso? O presidente assume a voz social, aqui entendida como uma voz que provém de personagens, grupos ou instituições sociais que não intervêm como agentes no percurso temático, mas que são mencionados como instâncias externas de avaliação de alguns aspectos desse conteúdo (BRONCKART, 1999). Trata-se de um presidente que fala para o povo brasileiro. Dois fatores são essenciais nas desinformações que ele propaga em seu pronunciamento: primeiro, ele tem consciência do espaço e papel social que assume em seu discurso; ele conhece o grupo social para quem está falando. Então, alinha-se, de maneira complementar, a um discurso, aparentemente, de proteção para o povo brasileiro (“Hoje, alcançamos a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas a estados e municípios”) e de supervalorização do país (“O Brasil é o quarto país que mais

⁵ Informações de 11 de julho de 2021 (ver referências ao final do artigo).

vacina no planeta”; “Com isso [produção de IFA pela Fiocruz], passamos a integrar a elite de apenas cinco países que produzem vacina contra o Covid no mundo [...]”).

No primeiro excerto analisado pela Agência Lupa, há três elementos importantes da informação que o presidente Jair Bolsonaro quer divulgar. Primeiro, ele utiliza um recurso temporal (o advérbio de tempo “Hoje”) como forma de mostrar para seu leitor/ouvinte uma espécie de agilidade em suas ações, de compromisso com o povo, ao situar a sua ação no presente. O segundo aspecto diz respeito à sua implicação no discurso, no dito “nós”. Isso acontece por meio do uso da primeira pessoa flexionada no plural (“alcançamos”), mostrando que não apenas está implicado no que diz, como também traz o leitor/ouvinte para o seu discurso. Outro aspecto que merece ser observado é a opção por marcar a quantidade significativa de doses de vacinas distribuídas (“100 milhões”). Por fim, ele informa que a distribuição será feita tanto aos prefeitos quanto aos governadores. Essas informações têm um efeito particular sobre o leitor, quando consideramos o número alto de mortes e todo o movimento político que fizeram os governadores para negociar a venda das vacinas.

No segundo excerto, o presidente Bolsonaro utiliza a estratégia de valorizar o país. Para isso, ele utiliza a modalização apreciativa “mais”, seguida da referência de lugar (“no planeta”), ao querer comparar a evolução do Brasil com relação a outros países, no enfrentamento da pandemia. Nisso, ele categoriza o Brasil como um dos países que mais vacina e depois estabelece relações com o planeta e não com outros países ou continentes.

No terceiro excerto (“Com isso [produção de IFA pela Fiocruz], passamos a integrar a elite de apenas cinco países que

produzem vacina contra o Covid no mundo [...]”), destacamos que ele insere o Brasil em um lugar em que se encontra uma elite, como uma forma de valorização. Para isso, recorre à construção “passamos a integrar”, depois, coloca o Brasil no quinto lugar na lista dos países que produzem vacina contra a covid-19. Usa o modalizador “apenas”, de maneira positiva, para valorizar o país governado por ele. O presidente continua implicado em seu discurso, da mesma forma, utilizando a primeira pessoa do plural (“nós”). Ao observarmos a origem das informações, constatamos que são fundamentadas em argumentos construídos por meias verdades, de acordo com as análises realizadas pela Agência Lupa.

Como constatamos, parece haver um forte interesse em confundir a população. A estratégia discursiva se torna mais evidente, quando o presidente, que é a maior autoridade do país, dá informações verdadeiras, seguidas de meias verdades, entremeadas de informações completamente falsas, como mostram os jornalistas responsáveis pela publicação sob análise. Percebemos exatamente uma gradação em seu discurso no nível de veracidade das informações a que recorre. O contexto de produção do discurso, o fato de ele assumir o papel de Presidente da República pode contribuir para o nível de credibilidade do seu leitor/ouvinte. Isso fortalece a propagação da desinformação. Caberia, nesse caso, ao leitor/ouvinte usar de seus saberes para procurar a origem das informações.

A estratégia de divulgar desinformação envolve o contexto social, histórico e político. Cinco desinformações se destacaram nas últimas eleições presidenciais do Brasil. Elas são apresentadas no Blog de Marcello Patriota⁶, Trajano⁷ e no Diário

6 <http://blogdomarcellopatriota.com.br/blog/?p=43628>

7 <http://www.ultrajano.com.br/cinco-fake-news-que-beneficiaram-a-candidatura-de-bolsonaro/>

da Amazônia⁸, são as seguintes⁹:

- 1 - O “kit gay” para crianças de 6 anos que foi distribuído nas escolas
- 2 - O homem que apunhalou Bolsonaro é filiado ao PT e aparece numa foto com Lula
- 3 - A senhora agredida por ser eleitora de Bolsonaro (que na verdade era Beatriz Segall).
- 4 - Haddad defende o incesto e o comunismo em um de seus livros
- 5 - Se Haddad chegar ao poder, pretende legalizar a pedofilia

Todos eles são construídos com imagens que complementam a desinformação e facilitam a compreensão do texto, além de chamar a atenção para a leitura. A rapidez com a qual disseminaram a desinformação é completamente desproporcional com o tempo utilizado para desfazer os danos causados; até hoje há quem acredite nessa desinformação. Com relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), três pontos foram alvos para desqualificá-lo: agressividade (ataque a uma idosa e ao presidente); sexualidade na infância/família (kit gay e pedofilia) e família/religião (incesto). Sobre o tema agressividade, há desinformação que mostra o agressor de Bolsonaro¹⁰ sendo apontado como uma pessoa filiada ao PT. Após os resultados das eleições, foi comprovado que não havia ninguém com esse nome filiado ao partido, e a foto original mostrou ter passado por manipulações. Na imagem, há o ex-presidente Lula no centro

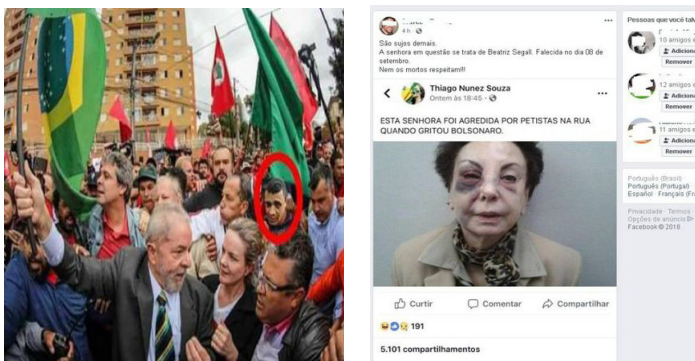
⁸ <https://www.diariodaamazonia.com.br/cinco-fake-news-que-beneficiaram-a-candidatura-de-bolsonaro/>

⁹ As duas referências nos remetem a uma manchete, Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro, publicada no dia 19 de outubro de 2018, pelo *El País*, às 17h33min, atualmente indisponível.

¹⁰ No dia 6 de setembro de 2018, em um comício que promovia a sua campanha eleitoral, o deputado federal Jair Bolsonaro sofreu um atentado. O seu agressor foi identificado como Adélio Bispo de Oliveira.

de uma multidão e o rosto do agressor muito próximo. Para a construção da outra desinformação, foi utilizada a fotografia da atriz brasileira **Beatriz Segall**. Apesar de a artista ser conhecida e de ter falecido cinco anos antes da divulgação da postagem, a desinformação ainda conseguiu se disseminar e seus objetivos foram alcançados.

Imagem 1



Fonte: Diário do Amazônia

Sobre o tema sexualidade na infância/família, há dois cartazes: um, com uma fotografia do candidato do PT e uma apelação: “Se você defende a criança, não vote nele. Haddad é o criador do kit gay para criança de 6 anos [...]”. A ideia surgiu do projeto Escola Sem Homofobia, apresentado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, em 2011. O objetivo era formar o professor para lidar com os direitos LGTB, no universo de jovens e adolescentes, de forma a respeitar a diversidade e não “sexualizar as crianças” ou “ensinar a ideologia de gênero na escola”. O outro cartaz apresenta a imagem de uma criança com expressão de medo e proibida de falar, pela mão de um homem. No plano superior, há o número treze, que corresponde à identificação do PT nas eleições, o nome Lula e Haddad. Em seguida, aparece: “Torna a pedofilia um ato legal. O sexo com

criança a partir de 12 anos deixaria de ser crime. Acha que essa merda é mentira, pesquise retardado. Projeto lei. PL 236 2012”.

Na verdade, trata-se do projeto de lei do Senado 236/212, que propõe uma possível redução da idade de consentimento sexual de 14 para 12 anos. Fernando Haddad não esteve vinculado à sua tramitação, já que nunca ocupou um cargo legislativo. Foi apresentado pelo senador centro-direitista José Sarney (PMDB-AP).

Imagem 2



Fonte: Diário do Amazônia

O último cartaz selecionado para essa discussão apresenta o tema família/religião (incesto) e foi publicado em uma postagem sobre um livro de autoria de Haddad. Quando, como nesse caso, a desinformação decorre de uma figura conhecida¹¹ com papel social muito bem definido e com credibilidade para um determinado grupo social, é muito mais rápida a disseminação e muito mais difícil de desmentir, mesmo quando deixe dúvidas quanto à origem dos fatos.

¹¹ Olavo Luiz Pimentel de Carvalho é um professor, ensaísta brasileiro, influenciador digital, ideólogo. Foi jornalista e astrólogo. Autoproclamado filósofo, é considerado um representante do conservadorismo no Brasil.

Imagem 3



Fonte: Diário do Amazônia

O professor Olavo de Carvalho dirige-se a seus pares para informar o tema de sua aula (“incesto”). Na construção da desinformação, dois pontos merecem ser destacados: a forma como ele estabelece relações entre o tema de sua aula e Fernando Haddad e a forma como ele destaca posições teóricas assumidas por Haddad. Inicialmente, utiliza um tom de provocação (“explicarei direitinho”), relacionando o referido tema ao candidato a Presidente da República do Brasil, nas eleições de 2018. Nesse momento, Olavo de Carvalho apresenta a primeira desinformação que, diretamente, pode afetar a pessoa de Fernando Haddad. Mais adiante, introduz a segunda desinformação, tentando desqualificar o candidato a presidência da república do Brasil com relação a posicionamentos feitos, no caso, sobre o sociólogo e filósofo Max Horkheimer.¹² Também em relação ao livro de Haddad, Olavo de Carvalho informa ao

¹² Filósofo e sociólogo alemão, autor da teoria crítica da sociedade e membro da “Escola de Frankfurt” de pesquisa social.

seu público sobre a retirada de uma nota – aparentemente, mais uma inverdade, uma desinformação. Ainda sobre essa questão, introduz a adversativa “mas” e reforça com a afirmação “na verdade”, chamando a atenção do seu leitor, para alcançar o seu objetivo que é desqualificar o candidato a presidente Fernando Haddad. Neste último caso, põe em jogo posicionamentos do político. A desinformação sobre o livro de Haddad foi analisada e está disponível no Estadão¹³ e no G1 Globo.¹⁴

Os cinco exemplos fornecidos pelo Blog Marcello Patriota, por Trajano e pelo Diário do Amazônia, a partir do El País, mostraram que há, de fato, uma seleção de temas para a construção da desinformação. Em um contexto de decisão de um processo de eleição, por exemplo, o que mais incomodava os eleitores passou a ser a referência temática para o ataque.

Consideramos que o fenômeno da desinformação abriu um espaço de discussão até então não corrente no contexto da sala de aula de leitura, referentemente à originalidade do texto. Atualmente, ao professor não basta apenas selecionar um texto para desenvolver a aula de leitura; é preciso que ele leve em conta fatores de desinformação ao fazer essa seleção.

Considerações finais

A desinformação tem efeitos graves na construção da cidadania e exige repensar a formação de leitores críticos, porque os parâmetros não são os mesmos. Ela é um fenômeno de interesse do pesquisador que estuda a linguagem nos diversos

¹³ <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/e-falso-que-haddad-defende-incesto-em-livro-publicado-em-1998/>

¹⁴ <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-livro-escrito-por-haddad-incesto-o-cite-dez-mandatos-do-comunismo.ghtml>

contextos de uso. Em especial, é de interesse para as áreas de Comunicação e da Linguística Aplicada, em particular, neste caso, quando se trata da formação de leitores críticos. Refletir sobre esse fenômeno a partir de dois olhares complementares nos exigiu fazer um distanciamento necessário do nosso objeto de estudo para pensarmos de maneira mais abrangente sobre ele.

Foi também com o olhar da Comunicação que pudemos pensar o texto fora da sala de aula com mais propriedade; trazer para a discussão a diferença entre *fake news* e desinformação, articulando as teorias do texto para pensar o trabalho do profissional em jornalismo, por exemplo, para trazer à tona a problemática contemporânea da confiabilidade da informação.

A desinformação e a manipulação de fatos e opiniões precisam ser tema da aula de leitura se realmente queremos formar um leitor crítico. Para isso, precisamos avançar na perspectiva de gerar dispositivos didáticos que possam contribuir para que o professor realize um trabalho de curadoria com seus alunos de maneira mais produtiva.

Referências

BERGER, Guy, Prefácio in IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo**. UNESCO, 2019. 130 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.106p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 de set. 2021.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo

sociodiscursivo. Tradução de Anna Rachel Machado. São Paulo: Educ, 1999.

BRONCKART, Jean-Paul, **Théories du langage**: nouvelle introduction critique. Mardaga supérieur: Bruxelles (Belgique), 2019.

DOURADO, Tatiana; Wilson GOMES. O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política? Brasília. **Compólitica8**, Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. FAC Universidade de Brasília, v. 1, n. 1, p. 56, maio 2019

FRANÇA, Vera; LEURQUIN, Chloé. Diário da quarentena: a pandemia de COVID-19 como acontecimento. *In*: FRANÇA, Vera *et al.* **Diário da quarentena**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. 492 p. (Olhares Transversais, v. 2). Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/diario-da-quarentena>. Acesso em: 7 out. 2021.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O duplo aniquilamento de Marielle Franco: fake news como estratégia para liquidar o inimigo, **Revista Mediação**, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 22, n. 30, p. 23-41, jan-jun. 2020.

INTERVOZES. **Desinformação, ameaça ao direito à comunicação, muito além de fake news**. 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacao-muito-alem-das-fake-news>. Acesso em: 23 set. 2021.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Journalism, ‘Fake News’ & Disinformation: Handbook for Journalism Education and Training**. UNESCO, 2019. 129 p.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo**. UNESCO, 2019. 130 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>.

KLEIMAN, Ângela B.; SANTOS-MARQUES, Ivoneide Bezerra Araújo. Letramento crítico em contexto de crise: o papel da escola na era de pós-verdade e de crise *In*: KERSCHKE, Dorotea Franck. **Letramento na para a e além da escola**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2020. p. 29-56.

KLEIMAN, Ângela. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n 53, p. 1-25, dez, 2007.

LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga; LEURQUIN, Chloé Catarina Fraga. A segunda execução de Marielle: uma análise das fake news, *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LETRAS, 4., 2021, Bacabal. **Anais [...]**. UFMA. Bacabal. Maranhão. EDUFMA, 2021. p. 2126-2140.

LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. O espaço da leitura e da escrita em situação de ensino e de aprendizagem de português língua estrangeira. **Eutomia Revista de Literatura e Linguística**, Recife: Edições UFPE, v. 14, n. 1, p. 167-186, dez. 2014.

LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. **O contrato de comunicação e concepções de leitura na prática pedagógica de língua portuguesa**. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Educação, 2001.

MACÁRIO, Carol *et al.* Em pronunciamento, Bolsonaro distorce dados de vacinação no país e erra sobre BR-163. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro: lupa@lupa.news, 2 jun. 2021, Lupa. Disponível

em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/06/02/bolsonaro-pronunciamento-covid-19>. Acesso em: 7 out 2021.

SANTOS, Nina Fake news e mundos de Pós-verdade: que democracia em jogo? **Revista Compolítica**, Brasília: FAC Universidade de Brasília, v. 10, n. 3, mai. 2020. compolitica.org/revista ISSN: 2236-4781 DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.3.424. Disponível em www.compolitica.org 15 a 17 de maio. Brasília.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

Letramento crítico no Ensino Médio: uma proposta didática sobre pós-fatos contra o Nordeste/nordestino(a) em aulas de Língua Portuguesa

Mariana Galdino Santana*

Resumo

Compreendemos que cabe à escola, e especialmente à docência de Língua Portuguesa, preparar alunos e alunas para uma leitura cuidadosa e responsiva da produção informacional e midiática, possibilitando um olhar crítico sobre a “objetividade” dos fatos, colaborando, desse modo, com a (re)construção e problematização de um sentimento de pertencimento a uma territorialidade, quando os textos para o ensino e a aprendizagem da linguagem têm como objeto de discurso uma região e seu povo. Assim, se sabemos que a disseminação de notícias falsas e de pós-verdades pode ocasionar vários danos à sociedade em geral e às pessoas especificamente, proponho-me, neste artigo, à reflexão, em aulas de Língua Portuguesa, acerca da formação do letramento crítico de estudantes do Ensino Médio, a partir do trabalho com textos, informação midiática e a cultura do “pós-fato” em que a temática seja o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s. Para tanto, sugere-se um Plano de Ensino Mensal – a ser aplicado em momento posterior à divulgação deste trabalho – com fito de construir uma leitura crítica e fomentar a formação de opinião a partir da recepção de “pós-fatos” que tomam como referente o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s. O plano em questão prevê discutir com os alunos questões éticas, sociais e de formação do sujeito contemporâneo, interessado nos processos de ensino e de aprendizagem, em aulas de Língua Portuguesa, para a formação de leitor(a) crítico(a) diante da

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Professora de Língua Portuguesa, em caráter temporário, na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEDUC/AL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9914-3188>.

(própria) territorialidade. Trata-se, nesse sentido, de uma pesquisa de caráter bibliográfico e propositivo que apresenta uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Pós-verdade. Responsividade. *Fake news*. Letramento informacional e midiático. Ética.

Critical Literacy in High School: a Teaching Proposal On Post-Facts Against the Northeast/Northeastern in Portuguese Language Classes

Abstract

We understand that it is up to the school, and especially the Portuguese Language teaching, to prepare students for a careful and responsive reading of informational and media production, enabling a critical look at the “objectivity” of the facts, thus collaborating with construction and problematization of a feeling of belonging to a territoriality, when texts for teaching and learning the language have as object of discourse a region and its people. Thus, if we know that the dissemination of false news and post-truths can cause various damages to society in general and to people specifically, I propose, in this article, to reflect, in Portuguese Language classes, on the formation of critical literacy of high school students, from the work with texts, media information and the culture of the “post-fact” in which the theme is the Northeast and the Northeast. Therefore, a Monthly Teaching Plan is suggested - to be applied after the publication of this work - in order to build a critical reading and encourage the formation of opinion from the reception of “post-facts” that take as a reference the Northeast and the Northeast. The plan in question envisages discussing with students ethical, social and training issues for the contemporary subject, interested in teaching and learning processes, in Portuguese

language classes, for the formation of critical readers facing the (own) territoriality. In this sense, it is a bibliographical and propositional research that presents a qualitative approach.

Keywords: Post-truth. Responsiveness. Fake news. Informational and media literacy. Ethic

Recebido em: 20/09/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

Introdução

A processual transformação pela qual vive a produção da informação, incluindo as mídias digitais, afeta os mais variados campos da vida humana: profissional, acadêmica e pessoal. Essas implicações também estão relacionadas às formas de interação cotidianas que, em grande medida, se dão por meio das redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Instagram* e *WhatsApp*, já que são mídias utilizadas como espaços para geração de conteúdo e espaços nos quais os usuários podem se posicionar sobre temas distintos e trocar mensagens, em tempo real ou não. Além disso, tais redes vêm se constituindo em ferramentas de formação de opinião pública e de poder (OTTONICAR *et al.*, 2019), visto que a quantidade de seguidores e influência que um sujeito tem faz com que suas práticas discursivas se tornem discursos de autoridade sobre o outro.

No tocante à produção de informação midiática, em 2018, o Brasil foi considerado um dos maiores produtores, circuladores e consumidores de notícias falsas¹ do mundo (ORTELLADO, 2018; DFNDR Lab, 2018). Um exemplo que merece destaque é o caso das eleições presidenciais de 2014, período no qual circularam notícias pautadas no “pós-fato” – termo empregado como sinônimo de Pós-verdade (D’ANCONA, 2018) e que se refere ao momento quando os apelos à emoção e às crenças exercem maior influência na opinião pública –, provocando ódio contra o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s, acusados de terem eleito uma presidenta de esquerda.

A divulgação de um mapa no *site* G1, em que o Norte-Nordeste era destacado com a cor vermelha, simbolizando o

¹ Entende-se por notícias falsas a manipulação de discursos visando interesses próprios.

Partido dos Trabalhadores (PT), e as demais regiões, em azul (PSDB), situava a região Nordeste como a que deu a presidência a Dilma Rousseff, visando causar divisão social/regional e desmerecer a capacidade eleitoral crítica do(a)s nordestino(a)s, atribuindo a eles o estereótipo de incapacitado(a)s.

Ao longo da história, tal como discute Albuquerque Jr. (2011), o Nordeste tem sido alvo de preconceitos e estereótipos e tem sido visto como o lugar da ignorância, da seca, da fome e da miséria, visão defendida pelo jornalista Mainardi em comentário à Globo News em 2014, após as eleições presidenciais. Em tal fala, o jornalista afirma que o Nordeste sempre foi retrógrado, governista, bovino e subalterno em relação ao poder; uma região atrasada e pouco educada/instruída.

Nesse ínterim, a proposta desta pesquisa está inserida dentro da temática dos letramentos e oportuniza a reflexão sobre as relações de poder manifestadas pela linguagem, pois, conforme aponta Coulmas (2014), o letramento continua sendo um vetor de desigualdade, definidor da posição social de sujeitos, o que possibilita à esfera pública o maior controle da opinião pública. Aqui, entendemos que letramento(s) são práticas sociais críticas e situadas de leitura e escrita, sendo estas atreladas ao modelo denominado de “ideológico” (STREET, 2014). Nesse sentido, o letramento varia de acordo com cada contexto político, social, histórico e ideológico.

De modo específico, neste trabalho, abordar-se-á a pós-verdade (aqui entendida como sinônimo de pós-fato), que, tomando como base as ideias de D’Ancona (2018), refere-se ao momento “quando os apelos à emoção, a crenças e a ideologias têm mais influência em moldar a opinião pública que os fatos objetivos [...]”. Assim, considerando essa nova era

de desinformação, as necessidades de letramento da sociedade contemporânea dizem respeito ao letramento informacional e midiático, tendo em vista a gama de enunciados nos quais estamos imersos na *web*.

Dessa maneira, o letramento crítico e a instauração de uma conduta ética são grandes desafios, pois exigem à docência, em específico a de Língua Portuguesa, que leve em consideração perspectivas históricas e transculturais, de modo que suas práticas de letramento engajem os sujeitos a construir sentidos na vida social (PINHEIRO, 2007). Assim, viabilizar o pensamento crítico, ético e responsivo e problematizar a veracidade dos fatos na sociedade da (des)informação são tarefas árduas, embora essa realidade não deva provocar descrédito do alcance de tal fim.

Nesse processo de leitura crítica, um dos papéis das aulas de Língua Portuguesa é ensinar que é necessário produzir sentidos sobre os fatos que acessamos, além de fomentar a prática de escrita com as reflexões produzidas, situando a discussão em um contexto local, regional e nacional, no sentido de que esses discursos mapeados e analisados se referem a nossa territorialidade, nesse caso, a do Nordeste. Diante dessa necessidade, analisar a veracidade das informações geradas e veiculadas pelas mídias é algo complexo, pois requer uma reformulação no *ethos* (CHARAUDEAU, 2011),² ou seja, uma mudança no comportamento dos sujeitos que recebem/compartilham tais dados.

Em vista disso, esta pesquisa intenta propor um Plano de Ensino para a disciplina de Língua Portuguesa, a ser aplicado em sala de aula em momento posterior à divulgação deste trabalho, com fito de construir uma leitura crítica e fomentar a formação

² A noção de *ethos* assumida nesta pesquisa é a de *ethos* discursivo (CHARAUDEAU, 2011), visto como uma prática de influência sobre o outro, objetivando a persuasão.

de opinião a partir da recepção de “pós-fatos” que tomam como referente o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s. Trata-se, nesse sentido, de uma pesquisa de caráter bibliográfico e propositivo que apresenta uma abordagem qualitativa.

As investigações deste trabalho foram motivadas pela seguinte questão de pesquisa: 1) Como docentes podem proporcionar uma formação de leitores e escritores críticos e responsivos a partir do trabalho com oficinas, parte de uma proposta de sequência didática, sobre “pós-fatos” e *fake news* que tenham como objeto o Nordeste/nordestino(a) em aulas de Língua Portuguesa, de modo a favorecer o multiletramento, quando problematiza o sentimento de pertencimento a uma territorialidade?

O presente estudo é justificado pela necessidade de que, em aulas de Língua Portuguesa, sejam inseridas aulas específicas para tratar da recepção de informações, tomando como base o “pós-fato”. Considerando que é na escola que ajudamos a formar a consciência ética e o pensamento crítico dos cidadãos, este se torna um ambiente propício para a implementação de uma metodologia que dialogue com a vida desses sujeitos.

Assim, por meio da proposta de Plano de Ensino, espera-se auxiliar na construção de competências necessárias para um letramento informacional e midiático, a fim de que os discentes sejam capazes de construir pensamento crítico em relação aos fatos que acessamos diariamente, especialmente em relação aos discursos sobre o Nordeste/nordestino(a), possibilitando um sentimento de pertencimento a essa territorialidade. Para tal propósito, foram eleitos os campos da saúde e da política para a seleção dos discursos que são analisados, visto que são esferas da comunicação que, em grande medida, produzem e circulam “pós-fatos”.

A partir disso, é possível oferecer aos docentes de Língua Portuguesa do Ensino Médio insumos para que esses agentes possam contribuir com a formação de estudantes para agirem em variados campos de atuação social, como o da vida pessoal, da pública, da pesquisa e do jornalístico-midiático, sugerindo experiências significativas, capazes de transformar a vida desses sujeitos e o meio em que vivem. Tal efeito é possível a partir de práticas de linguagem e da construção de uma consciência crítica e seletiva em relação à produção e à circulação de informações na mídia digital, por meio das compreensões, reflexões e mudanças/rupturas.

Nesse sentido, devido ao contexto sociocultural, político e ideológico instaurado na atual (ciber)cultura – em que prevalece o relativismo –, o tema torna-se cada vez mais emergente e necessário, devendo ser explorado nas mais variadas esferas da sociedade, sobretudo no eixo educacional.

Dada as considerações iniciais, apresento a seguir o arcabouço teórico que fundamentou este estudo.

2 O comportamento da língua(gem) no contexto da pós-verdade

2.1 Linguagem e responsividade

As noções de texto, língua(gem) e sujeito que estão subjacentes a este lugar teórico-metodológico estão vinculados aos estudos propostos por Bakhtin e seu círculo. O texto é tomado como enunciado concreto, situado em um dado contexto sociocultural. A noção de língua adotada aqui é a de língua como

ação e dialogia. Particularmente, a noção de língua assumida neste trabalho baseia-se na ideia de língua como ação e interação. Conforme Faraco (2009), apoiando-se na concepção bakhtiniana, a língua é tomada como signo ideológico que refletem e refratam uma dada realidade. Nesse sentido, os signos não apenas descrevem o mundo, mas constroem diversas interpretações a respeito dele. Assim, “[a] palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana [...]” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181). Diante dessa compreensão, todo enunciado é dialógico e estabelece uma interação discursiva entre sujeitos. Assim, a linguagem é uma atividade dialógica e, na interação estabelecida pelo diálogo, os sujeitos agem na/sobre a língua de forma responsável. A responsividade assumida por sujeitos nas práticas sociais caracteriza-se pela adesão ao dizer de outrem, por exemplo, em notícias.

Com base nessa discussão, é importante pensar sobre como ocorre a organização discursiva dos enunciados que produzimos socialmente. Ao fazermos uso da língua, sempre o fazemos por meio de um determinado gênero discursivo. Tal afirmação significa que, ao produzir um texto, é preciso estar atento às características de composição, às funcionalidades e ao contexto comunicativo. Primariamente, os gêneros do discurso têm como propósito atender às demandas comunicacionais. Unido a esse propósito, os gêneros também possuem o papel de organizar os textos/discursos. Nesse sentido, cada texto/discurso pertence a um gênero determinado e emerge de esferas do conhecimento específicas.

Sendo a produção de textos uma ação contextualizada, cada objeto produzido tem um meio de circulação específico e é arraigado em questões sociais, políticas, ideológicas e culturais

do sujeito que o produziu, já que é construído dentro de uma comunidade histórico-social. As esferas da comunicação são variadas, bem como a diversidade de gêneros existentes. Para citar alguns exemplos, temos a esfera do cotidiano, na qual circulam textos não especializados, como um bilhete, uma conversa etc., e a esfera científica, na qual circulam textos especializados, como artigos acadêmicos, livros, teses etc., sendo que cada um desses textos é produzido de acordo com os objetivos da esfera comunicativa em que estão inseridos. Nessa perspectiva, Bakhtin (2011, p. 262) define os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados [...]”. Tal definição permite-nos compreender que, além dos aspectos funcionais, os gêneros se organizam por questões linguístico-discursivas.

Nesse viés, as contribuições desses conceitos bakhtinianos para o contexto educacional apresentam um papel de extrema importância, visto que formar sujeitos para agir de forma responsiva e responsável, diante de práticas sociais hegemônicas que perpetuam forças centrípetas de poder e dominação, faz com que as práticas discursivas se rasurem e se resignifiquem. Em suma, assumir uma postura responsiva diante de discursos mentirosos, como os que circulam atualmente nas mais variadas esferas e que são materializados em diversos gêneros, possibilita uma educação permeada por sujeitos éticos que lutam pela justiça e pela verdade objetiva.

2.2 A ética como um ato responsável

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa – que é propor um Plano de Ensino para a disciplina de Língua Portuguesa com fito de construir uma leitura crítica e fomentar a formação de

opinião a partir da recepção de “pós-fatos” que tomam como referente o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s –, faz-se necessário compreender o conceito de ética, haja vista que a formação de um pensamento ético é parte fundamental para o alcance de tal propósito.

A ética é um princípio de valor que busca dar conta do problema humano de saber qual a melhor maneira de agir no mundo, ou seja, como devo agir para que minha vida seja a melhor possível com o outro, aspecto relevante para a formação cidadã (CORTELLA, 2010). Bakhtin (2017) encontrou dois problemas nos sistemas éticos, de conteúdo e de forma, ou seja, teóricos; Precisou, então, lançar mão de uma concepção que pudesse dar resposta a essa questão e que tratasse do problema do existir humano em um mundo mergulhado na contingência e no devir. Com intuito, Bakhtin compreende que:

[...] o ato deve encontrar um único plano unitário para refletir-se em ambas as direções, no sentido e em seu existir, deve encontrar a unidade de uma responsabilidade bidirecional, seja em relação ao conteúdo (responsabilidade especial), seja em relação ao seu existir, (responsabilidade moral). (BAKHTIN, 2017, p. 43)

A proposta de Bakhtin para solucionar esse impasse parte da compreensão de que o ato deve estar de acordo com o pensamento para que possa ser um ato moral, ou seja, um ato responsável, pois, dessa maneira, ele forma um “todo integral: tanto o (pensamento enquanto ato) seu conteúdo-sentido quanto o fato de sua presença em minha consciência real de um ser humano singular precisamente determinado e em condições determinadas [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 44). De acordo com Fiorin

A teoria pretende analisar o mundo em sua totalidade abstratamente unificada e, portanto, fracassa na apreensão do ato em sua singularidade e em sua unicidade. O que Bakhtin pretende fazer é criar uma filosofia primeira que leve em conta o evento, o acontecimento historicamente real e singular. (FIORIN, (2011, p. 207).

Ao estabelecer que um ato responsável é o que está em acordo com o pensamento (sendo este um juízo de validade universal), surge uma outra questão (problema): se o pensamento é o juízo de validade universal, só por meio dele podemos agir de maneira responsável. O pensamento julga para que possamos saber como agir, mas o juízo acontece quando valoramos e ponderamos sobre como deve ser nosso agir. Para Bakhtin,

A valoração do pensamento como ato individual leva em consideração, e, contém em si, de forma plena, o momento da validade teórica do pensamento-juízo; a valoração do significado do juízo; a valoração do significado do juízo constitui um momento necessário na efetivação do ato, apesar de não exaustivo. (BAKHTIN, 2017, p. 44).

Um ato responsável é um ato pensado, resultado de um deliberar; este é responsável pois é individual, apenas meu. Contudo, para chegar a um juízo que tenha validade universal, tenho que realizar a valoração do significado do meu juízo, “momento necessário para sua efetivação [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 45). Mas, para que um juízo seja necessário (imperativo) para mim, não basta ter validade teórica, para que seja um juízo de dever para mim “devo pensar veridicamente; veracidade ou ser-verdadeiro é o dever de pensar [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 22). Desse modo, a filosofia bakhtiniana, marcada dentro do contexto da tradição filosófica russa, se interessa pela questão moral.

Destaco, também, a compreensão das formas de verdade como base para pensar a assimilação de discursos mentirosos na internet, conforme é pensada por Bakhtin na utilização dos termos russos – *istina* e *pravda*. A palavra *istina* diz respeito à verdade universal (científica), já a palavra *pravda* está relacionada à verdade singular, única e irrepitível de cada sujeito a partir do contexto e da posição que ele ocupa. O ato mobiliza essas duas formas de verdade, elas o constituem. Mas o que vem a ser um ato? Para Bakhtin, em sua etimologia:

“Postupok” é um ato, de pensamento, de sentimento, de desejo, de fala, de ação, que é intencional, e que caracteriza a singularidade, a peculiaridade, o monograma de cada um, em sua unicidade, em sua impossibilidade de ser substituído, em seu dever responder, responsabilmente, a partir do lugar que ocupa, sem álibi e sem exceção (BAKHTIN, 2017, p. 10, grifos meus).

Com base na reflexão acerca da noção de ato apresentada por Bakhtin (2017), uma ação responsável é tida como ato, pois o que caracteriza o ato responsável é a assinatura do sujeito, aspecto que diverge na cibercultura, pois prevalece o anonimato. Assim, a partir dessa reflexão, compreendemos que uma ação, quando não é responsável, tende a estar mais ligada à abstração do conhecimento; ao contrário, quando se torna responsável, a ação tende a dialogar com o mundo da vida dos sujeitos, que assinam e se responsabilizam pelo ato de pensar, pois é a minha aproximação a determinado conteúdo que me faz assinar por ele eticamente.

De acordo com Amorim (2009, p. 21), o que está em debate é a seguinte questão: “Qual é a ética de um pensamento? Ou ainda: em que condições um pensamento teórico pode ser ético?”. A partir dessa dimensão ética em jogo, afirma-se que, embora um conteúdo teórico (científico) possa ser verdadeiro, isso não garante que ele seja ético, pois:

O ato de pensar é sempre singular e diz respeito a um sujeito único. Somente o *ato* de pensar pode ser ético, pois é nele que o sujeito é convocado. Enquanto abstração, o único dever da teoria é ser verdadeira. Mas o próprio dever de buscar a verdade, aquilo que me obriga a pensar verdadeiramente enquanto estou pensando, não decorre do conteúdo do pensamento, mas do ato de pensar. Uma teoria verdadeira, ao virar ato, isto é, ao ser pensada por alguém singular e único, vira ética. E pode, assim, completar sua verdade universal com a verdade singular a que Bakhtin chama de *pravda* (AMORIM, 2009, p. 22).

O reconhecimento de que um determinado conhecimento tem validade para mim é o que confirma a minha assinatura nele, pois me reconheço nele. A palavra *pravda* já significou justiça, equidade, notadamente porque se consideram as singularidades dos sujeitos e como os seus discursos podem afetar a vida de outros sujeitos, portanto estes devem se posicionar responsabilmente. A verdade *istina* tem sua validação em si mesma. É preciso destacar que uma verdade universal somente se torna válida se considerar um contexto individual, é o conjunto dessas verdades singulares que completam o valor universal.

A concretude do meu ato singular se dá na articulação com as diferenças, cada sujeito é um centro de valores. Assim, é com esses múltiplos centros que devo responder com meus atos. O dever de pensar como ato manifesta o não álibi do ser, que diz respeito ao fato de o sujeito não se eximir da sua responsabilidade. “Preciso *reconhecer* um *conhecimento* como meu, como algo que diz respeito ao meu lugar e que, portanto, me leva a assiná-lo [...]” (AMORIM, 2009, p. 33, grifos do autor).

Mediante tais reflexões, espera-se que o conceito complexo de “ato” possa estabelecer sentido para os posicionamentos tomados pelos alunos, sobre a responsabilidade diante do

ato de pensar, de acordo com a aplicação do plano de ensino proposto no terceiro tópico deste artigo. Esse tipo de debate destaca-se pela necessidade que os sujeitos têm de posicionar-se responsabilmente

2.3 A cibercultura como berço da pós-verdade

O mundo digital está repleto de *links*, caminhos que, embora estejam ali para serem acessados por nós, não dominamos, ou seja, nós permitimos que arquitetem os nossos próximos passos. Em vista disso, somos manipulados digitalmente o tempo todo em virtude dos cliques de damos. Conforme apresenta o dicionário Oxford (2016), a definição de pós-verdade diz respeito à “circunstância em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos às emoções e à crença pessoal [...]”. No entanto, vale salientar que o termo não é sinônimo de mentira. Nessa nova era da comunicação, a validade do que seja verdadeiro ou falso não se relaciona mais com as questões da ética e da moral, mas com recursos argumentativos que validam ou não um discurso.

As *fake news* (notícias falsas/enganosas/manipuladas) há muito já fazem parte do cotidiano das sociedades. Porém, a discussão atual na qual se insere esta pesquisa diz respeito à recepção e à validação dos fatos feita pelos estudantes. A leitura do que pode ser considerado verdade ou mentira se ressignificou ao longo do tempo, e o que importa mesmo é o meu fato contra o seu fato. Nesse sentido, o ato de ler tornou-se mais complexo na cibercultura. A liberação do polo de informação, a liberdade da informação, a participação e o compartilhamento ainda não encerraram seus cabedais de transformações. A sociedade

hiperconectada em redes é descentralizada e indomável. Nessa perspectiva, a educação é um caminho seguro para a verdade e a ética.

O que acontece de fato é o que Wardle e Derakhshan (2017) chamam de “desordem informacional”, ou seja, formas de manipulação da informação. Tais formas de manipulação são classificadas de acordo com o grau de veracidade. Nesse sentido, uma informação pode ser considerada totalmente falsa, parcialmente falsa ou pode apresentar conteúdo manipulado, havendo grandes prejuízos quando se trata de um discurso de ódio ou vazamento de informações pessoais. Essa questão também põe em xeque a ética jornalística, já que os produtores de informações enganosas nem sempre levam em consideração a veracidade dos fatos e, sim, o apelo à sensibilidade do consumidor da notícia.

Na era da pós-verdade, um hiato se estabelece entre sentimento e fato; acreditamos naquilo que queremos acreditar, naquilo que nos é oportuno. No entanto, a grande preocupação, conforme nos aponta D’Ancona, está no fato de que:

[...] as mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção [...]. (D’ANCONA, 2018, p. 34).

Com tal argumento, o jornalista revela que a pós-verdade não se relaciona com a desonestidade, a corrupção, pois estas nuances estão há muito arraigadas em nossas culturas. O que de fato reflete essa nova era de desinformação é a resposta ou refratação do público a discursos obscuros e injustos. Outro

aspecto a ser observado é o fato de a indiferença dos sujeitos em relação à corrupção e às mentiras deixar subentendido uma certa conivência com a propagação fraudulenta de discursos. A cultura dos chamados “fatos alternativos” é uma realidade que deve ser encarada pela sociedade como um problema ético e que carece de formação humana. A desconfiança na sociedade atual deu lugar à falta de objetividade e racionalidade no que concerne às escolhas políticas, o que se pensa é mais ou menos o seguinte: “todo político é corrupto e mente, logo, aquele que me parece mais ‘autêntico’ e ‘franco’, talvez, resolva os meus anseios e esperança”. Essa mentalidade alimenta a fábrica de mentiras e nos mostra o descrédito dado à verdade objetiva dos fatos. Numa sociedade assim, o contra-ataque não está na tensão que ocorre dentro dessa arena de discursos, mas em torno de uma construção de consciência coletiva que enaltece valores tão caros à uma sociedade democrática: a ética, a justiça e a verdade.

Nesse ínterim, a tarefa dos fatos alternativos é a de semear dúvidas e inconclusões a respeito dos fatos tornando-os desconfiáveis, para que a sociedade se mantenha distante do objetivismo. Como nos aponta o jornalista investigativo Ari Rabin-Havt (*apud* D’Ancona 2018, p. 46): “Essas mentiras são parte de um ataque coordenado e estratégico, planejado para esconder a verdade, confundir o público e criar controvérsia onde nenhuma antes existia [...]”. Assim, o interesse está em ludibriar os sujeitos, causando-lhes uma espécie de paranoia informacional. O objetivo é simples, manter acessa uma discussão e assegurar que nunca cheguem a uma conclusão.

A bolha informacional a qual a *web* nos submete nos faz reforçar nossas opiniões e tornar as mentiras incontestáveis, pois ela é um terreno indiferente à veracidade das coisas. Nesse

contexto, o que importa é que os discursos pareçam verdadeiros e causem grande repercussão. A assimilação que se faz desses discursos é tendenciosa, pois procuramos e clicamos naquilo que pretendemos encontrar. Nesse sentido, a força do populismo está assentada no sentimento e não em evidências. Daí nascem as “teorias da conspiração”, pois as crenças assumem lugar de liderança em relação à razão objetiva.

A negação da ciência é também uma arma da pós-verdade. Confia-se menos em investigações consistentes, baseadas em provas, do que numa coleção de anedotas que podem ter consequências fatais para a humanidade. Considerando-se a internet como uma fonte significativa de busca de informações, o nicho provocado pelos filtros que as redes fazem de acordo com o perfil de cada sujeito pode, porém, gerar uma passividade que compromete a análise e a investigação de informações advindas de diferentes campos e instituições.

No contexto atual, notícias a respeito dos “tratamentos” da covid-19 têm mobilizado sujeitos a fazerem uso de medicamentos de forma desregrada. Alguns médicos(as), em nome da “ciência”, têm prestado um desserviço com a divulgação de medicamentos supostamente indicados para combater o vírus. E, de posse dessas informações, aparentemente confiáveis, já que vinham de profissionais da saúde, a população, devido aos apelos à emoção e à urgência da cura, submete-se à ingestão de fármacos que pouco ou nada têm a ver com a possível eliminação/prevenção da doença.

Mentir, definitivamente, não é só uma questão de enganar ou esconder um fato pessoal indesejável. Conforme observa com maestria o dr. Wilbur Larch em **As regras da Casa de Sidra**, de John Irving (*apud* D’Ancona 2018, p. 80): “Quando você mente, isso faz você se sentir no comando de sua vida.

Contar mentiras é muito sedutor para os órfãos. Eu sei. [...] Eu sei porque também as conto a eles. Adoro mentir. Ao mentir, você sente como se tivesse enganado o destino: o seu próprio e o de todo mundo [...]”. Desse modo, a mentira pode ser um artefato de recuperação de poder.

3 Plano de ensino: uma proposta didática para o letramento informacional de estudantes do ensino médio

Para o cumprimento dos propósitos deste artigo, proponho, no quadro a seguir, um Plano de Ensino Mensal para a disciplina de Língua Portuguesa que poderá ser adotado, principalmente, por docentes do Ensino Médio que pertençam ou que tenham interesse sobre os discursos produzidos acerca do Nordeste e do(a)s nordestino(a)s. A escolha desse nível de ensino justifica-se pela compreensão de que lidamos com sujeitos mais maduros, alunos que estão prestes a adentrar no universo acadêmico da universidade e precisam chegar a esse espaço com uma mentalidade ética e moral, com uma formação crítica de letramento.

A seguir, apresento o Plano de Ensino Mensal:

Quadro 1 - Plano de Ensino Mensal

1. IDENTIFICAÇÃO		
Componente curricular: Língua Portuguesa	Ano/Série: Ensino Médio	Escola/Instituição:
Período de desenvolvimento: dia, mês e ano de início e de término.	Carga Horária: 12 horas	Professor(a): XXXXXXXX
2. EMENTA		
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a noção de verdade; • Compreender a construção discursiva baseada em “pós-fatos” sobre o Nordeste e o(a) s nordestino(a)s; • Possibilitar uma leitura crítica de discursos mentirosos sobre essa territorialidade; • Desenvolver habilidades de análise crítica de discursos mentirosos. 		
3. REFERÊNCIAS		
<p>III Seminário Humanidade em Tempo de Pandemia – A epidemia de fake News. <i>YouTube</i>: uspfllch, 17 jul. 2020. 1 vídeo (1 h. 30 min. 35 s.). Publicado por Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O4pq33sXj9w. Acesso em: 24 ago. 2020.</p> <p>ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2011. São Paulo: Cortez.</p> <p>BAKHTIN, Mikhail M. Para uma filosofia do ato responsável. Tradução de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.</p> <p>BRAHIM, Adriana Cristina S. de Mattos. <i>Pedagogia crítica, letramento crítico e leitura crítica. REVISTA X</i>, v.1, 2007.</p> <p>DIANA Luz Pessoa. Campinas: Abralín. Publicado por Abralín, 11 maio 2020. 1 vídeo (1h 56 min. 20 s.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=le2T8Tk1t-c. Acesso em: 24 ago. 2020.</p> <p>D’ANCONA, Mathew. Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.</p> <p>STREET, Brian V. Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola. 2014.</p> <p>VOLÓCHINOV, Valentín. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.</p>		

Letramento crítico no Ensino Médio: uma proposta didática sobre pós-fatos contra o Nordeste/nordestino(a) em aulas de Língua Portuguesa

4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES					
DATA	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	CH	METODOLOGIA	AVALIÇÃO
De (dia / mês) a (dia / mês) de (ano).	<p>Refletir sobre a noção de verdade; compreender o contexto da pós-verdade;</p> <p>Desenvolver habilidades de;</p> <p>Possibilitar a prática de leitura e de diálogo.</p>	<p>Noção de verdade;</p> <p>O que é pós-verdade?;</p> <p>Fake news e internet.</p>	3h	<p>As aulas serão ministradas a partir de uma concepção de língua sociointeracionista e de uma perspectiva dialógica da linguagem, de base bakhtiniana. Nestas, toma-se como foco o uso de Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção de seu próprio conhecimento. Como recursos didáticos, serão utilizados <i>slides</i>, textos, músicas, <i>podcasts</i> e vídeos.</p>	<p>Serão utilizados como critérios avaliativos: participação nos fóruns de discussão; participação nos encontros síncronos; grau de envolvimento no processo de ensino; apreensão dos saberes propostos e envolvimento das habilidades almeçadas. Como recurso avaliativo, os alunos farão leitura de materiais diversos e produzirão um fichamento.</p>
De (dia / mês) a (dia / mês) de (ano).	<p>Compreender como se constrói a matriz discursiva hegemônica sobre o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s;</p> <p>Mapear discursos mentirosos sobre essa territorialidade e os sujeitos desta região.</p>	<p>A invenção do Nordeste;</p> <p>Discursos hegemônicos sobre o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s; esconstruindo a visão determinista sobre o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s.</p>	3h	<p>As aulas serão ministradas a partir de uma concepção de língua sociointeracionista e de uma perspectiva dialógica da linguagem, de base bakhtiniana. Nestas, toma-se como foco o uso de Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção de seu próprio conhecimento. Como recursos didáticos, serão utilizados <i>slides</i>, textos, músicas, <i>podcasts</i> e vídeos.</p>	<p>Serão utilizados como critérios avaliativos: participação nos fóruns de discussão; participação nos encontros síncronos; grau de envolvimento no processo de ensino; apreensão dos saberes propostos e desenvolvimento das habilidades almeçadas. Como recurso avaliativo, os alunos farão a leitura dos discursos mentirosos mapeados sobre Nordeste e o(a)s nordestino(a)s dos campos da saúde e da política.</p>

<p>De (dia / mês) a (dia / mês) de (ano).</p>	<p>Apresentar os mecanismos de verificação de informações, com base nos estudos de Barros (2020);</p> <p>Analisar os discursos mentirosos mapeados sobre o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s, a fim de verificar o conteúdo;</p> <p>Entender as motivações para a produção e disseminação do conteúdo.</p>	<p>Como verificar se uma informação é falsa?;</p> <p>Mecanismos de verificação.</p>	<p>3h</p>	<p>As aulas serão ministradas a partir de uma concepção de língua sociointeracionista e de uma perspectiva dialógica da linguagem, de base bakhtiniana. Nestas, toma-se como foco o uso de Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção de seu próprio conhecimento. Como recursos didáticos, serão utilizados <i>slides</i>, textos, músicas, <i>podcasts</i> e vídeos.</p>	<p>Serão utilizados como critérios avaliativos: participação nos fóruns de discussão; participação nos encontros síncronos; grau de envolvimento no processo de ensino; apreensão dos saberes propostos e desenvolvimento das habilidades almejadas. Como recurso avaliativo, os alunos analisarão os discursos mentirosos mapeados sobre o Nordeste e o(a)s nordestino(a)s, a fim de verificar o conteúdo.</p>
---	--	---	-----------	---	---

De (dia / mês) a (dia / mês) de (ano).	<p>Produzir uma análise crítica sobre as reflexões empreendidas;</p> <p>Publicar tais produções em um <i>blog</i> da disciplina.</p>	Produzindo um texto analítico.	3h	<p>As aulas serão ministradas a partir de uma concepção de língua sociointeracionista e de uma perspectiva dialógica da linguagem, de base bakhtiniana. Nestas, toma-se como foco o uso de Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção de seu próprio conhecimento. Como recursos didáticos, serão utilizados <i>slides</i>, textos, músicas, <i>podcasts</i> e vídeos.</p>	<p>Serão utilizados como critérios avaliativos: participação nos fóruns de discussão; participação nos encontros síncronos; grau de envolvimento no processo de ensino; apreensão dos saberes propostos e desenvolvimento das habilidades almeçadas. Como recurso avaliativo, os alunos produzirão uma análise crítica contendo entre 30 e 50 linhas sobre as reflexões empreendidas a ser publicada em um <i>blog</i> da disciplina.</p>
--	--	--------------------------------	----	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Conforme exposto nesse Plano de Ensino, após a ministração de aulas teóricas para a contextualização do período da pós-verdade e para o (re)conhecimento dos discursos sobre o Nordeste, o mapeamento de pós-fatos seria realizado pelo(a) docente da disciplina, tendo como exemplo o comentário feito pelo jornalista Diogo Mainardi (DIOGO, 2014) – citado na introdução deste artigo –, fala que não condizia e não condiz com a realidade vivenciada nesta região.

Após a leitura e a análise desses pós-fatos sobre o Nordeste, os alunos escreveriam uma análise a ser publicada em um *blog* (espaço pensado devido ao cunho educativo e formal dessa ferramenta) como forma de compartilhar os saberes produzidos com outros sujeitos.

Com este Plano de Ensino Mensal, espera-se que o(a) docente possa fomentar uma formação crítica de estudantes do Ensino Médio diante das informações acessadas em contextos digitais.

Considerações finais

Tendo em vista a grande incidência da produção e da difusão de informações falsas e/ou manipuladas, consolidadas pelas redes sociais, as famílias, a educação, as mídias e os demais setores da sociedade têm um novo desafio: o de educar para a ética e para a criticidade.

A produção de verdades tem sido cada vez mais relativizada, causando prejuízos aos fundamentos da pós-modernidade. Pensar na produção de verdades como uma questão responsiva e ética é tarefa fundamental possibilitada pela escola/universidade a partir de um conhecimento organizado e fundamentado. Construir um olhar atento às produções de informações sobre a nossa territorialidade é engajar os cidadãos de uma determinada comunidade a pensar sobre os discursos que constroem o seu lugar de modo crítico. Desse modo, o letramento informacional colabora com a formação de sujeitos comprometidos com a produção de verdades.

Nessa perspectiva, o plano de ensino sugerido para inserção em aulas de Língua Portuguesa intenta discutir com os alunos questões éticas, sociais e de formação do sujeito contemporâneo, com foco nos processos de ensino e de aprendizagem, para a formação de leitor(a) crítico(a) diante da (própria) territorialidade. Portanto, além de formar um aluno crítico e responsivo, essa proposta colabora também para a construção de um sentimento de pertencimento, favorável ao zelo e ao comprometimento com o objeto de ensino.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2011. São Paulo: Cortez.

AMORIM, Marília. Para uma filosofia do ato: “Válido e inserido no contexto”. *In.*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARROS, D. L. P. de. As fake news e as anomalias. **VERBUM** - Cadernos de Pós Graduação, v. 9, n. 2, p. 26-41, set. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

COULMAS, Florian. **Escrita e Sociedade**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?:** inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

D’ANCONA, Mathew. **Pós-Verdade:** a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Ediorial, 2018.

DFNDR LAB. **Relatório da segurança digital no Brasil:** segundo trimestre de 2018. 2018. Disponível em: <https://www.psafe.com/dfndr-lab/wp-content/uploads/2018/08/Relat%C3%B3rio-da-Seguran%C3%A7a-Digital-no-Brasil-2-trimestre-2018.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2019.

DIANA Luz Pessoa. Campinas: Abralin. Publicado por Abralin, 11 maio 2020. 1 vídeo (1h 56 min. 20 s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=le2T8Tk1t-c>. Acesso em: 24 ago. 2020.

DIOGO Mainardi: Eleição da Dilma e Nordeste - 27/10/2014. Documentaryondemand, 27 jul. 2014. 1 vídeo (2 min. 33 s.). Publicado por Documentaryondemand. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MRC-SPPSJOE>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY, Bernard.; DOLZ, Joaquim. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, J. L. **Resenha Bakhtiniana**. São Paulo, v.1, nº 5, p. 205-209, 1º semestre 2011.

G1. Dilma vence em 15 estados, Aécio em 9 e no DF, e Marina, em 2; veja mapa. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-vence-em-15-estados-aecio-em-9-e-no-df-e-marina-em-2-veja-mapa.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MONTEIRO, Rosemeire Selma. A Linguística Aplicada e o processo de letramento. **Rev. De Letras**, v. 1/2, n. 21, jan./dez. 1999.

ORTELLADO, Pablo. Brasil esteve na ‘vanguarda’ das fake news. **Veja**, São Paulo, 11 de mai. 2018. Disponível em: <https://>

veja.abril.com.br/tveja/em-pauta/pablo-ortellado-brasil-estevena-vanguarda-das-fake-new. Acesso em: 15 ago. 2019.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki *et al.* Fake news, big data e o risco à democracia: novos desafios à competência em informação e midiática. *In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC*, 9. 2019, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona, 2019.

OXFORD. **Palavra do ano 2016**. 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016>. Acesso em: 04 out. 2021.

PINHEIRO, Petrilson Alan. Construções sociais de gênero no ciberespaço: novas práticas sociais de letramento. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 129-146, jan./jun. 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da Linguística Aplicada. *In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola. 2014.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for faracresearch and policy making**. Council of Europe, 2017.

Entrevistas

Entrevista com Johannes Angermuller

Luciana Salazar Salgado*

Letícia Clares**

Tradução: Gustavo Primo***

Johannes Angermuller tem formação em Sociologia e Linguística, com doutorado em Análise do Discurso por um programa de cotutela das universidades Paris 12, na França, e de Magdeburg, na Alemanha. É professor de Discurso, Linguagens e Linguística Aplicada vinculado à Open University, em Milton Keynes (UK), ao Centre for Applied Linguistics de Warwick, em Coventry (UK), e ao Centre d'étude des mouvements sociaux da École des hautes études en sciences sociales, em Paris (France). Também é presidente fundador da DiscourseNet – International Association for Discourse Studies, uma rede interinstitucional de pesquisadores discursistas. Conhecido por suas pesquisas sobre os discursos científico e político, sobretudo o pós-estruturalismo, atualmente está interessado nos Estudos de Ciência e Tecnologia e no trabalho qualitativo e teórico em torno das construções discursivas das posições de sujeito e da pragmática enunciativa.

* PPGL, PPGLit-UFSCar/IEB-USP, doutora em Linguística, docente pesquisadora. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Comunica – inscrições linguísticas na comunicação, integrante do Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição – Labepe (UFSCar-SP/CEFET-MG). <https://orcid.org/0000-0002-1052-0726>.

* PPGL-UFSCar, mestranda e doutoranda em Linguística. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Comunica – inscrições linguísticas na comunicação, integrante do Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição – Labepe (UFSCar-SP/CEFET-MG). <https://orcid.org/0000-0001-7501-1984>.

* Unesp, mestre em Estudos de Literatura (PPGLit-UFSCar), professor de inglês para propósitos acadêmicos, bolsista de treinamento técnico no programa Brazilian Virtual Exchange. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Comunica – inscrições linguísticas na comunicação, integrante do Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição – Labepe (UFSCar-SP/CEFET-MG). <https://orcid.org/0000-0002-8431-9144>.

Salgado e Clares: Em seu trabalho *Discours académique et gouvernementalité entrepreneuriale. Des textes aux chiffres*, publicado em 2013,¹ recorrendo a Laclau (1990),² Latour (2001)³ e Luhmann (1998),⁴ você afirma que “*A la société s’est substitué le terrain ouvert, instable et hererogène du social, dans lequel nous devons en quelque sorte naviguer, en depit des inegalités de terrain, des chausse-trappes et des points aveugles [...]*” (p. 81).

Gostaríamos que retomasse essa afirmação levando em conta o contexto da pandemia global já em seu segundo ano, 2021, em que se intensificaram as trocas comunicacionais e a distribuição de informação, sobretudo digitalmente. Temos discutido a hiperdigitalização nestes termos: “A distribuição dos dizeres hoje hegemônica se dá nos dispositivos digitais, nos quais uma tela tem efeito de ponto de partida dos sentidos, mas, de fato, a própria projeção de um texto numa tela decorre de operações bastante sofisticadas, em que pacotes de informação trafegam por infovias e combinam-se conforme uma programação engenhada antes de sua configuração textual, alhures.” (SALGADO, 2021).⁵ Dessa perspectiva, podemos dizer que as armadilhas e os pontos cegos terão mudado na atual conjuntura?

Angermuller: Escrevi aquele artigo dez anos atrás, tendo em mente que há um conflito contínuo entre práticas de unificação e diversificação no espaço social global. Deleuze e Guattari

1 ANGERMULLER, Johannes. *Discours académique et gouvernementalité entrepreneuriale. Des textes aux chiffres*. In: LEBARON, Frédéric; ANGERMULLER, Johannes; TEMMAR, Malika (ed.). *Les discours sur l'économie*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2013. p. 71-84.

2 LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990.

3 LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: EDUSC, 2001.

4 LUHMANN, Niklas. *Organización y decisión*. Autopiesis, acción y entendimiento comunicativo. Barcelona: Anthropos; Universidad Iberoamericana, 1998.

5 SALGADO, Luciana Salazar. A dimensão algorítmica do rumor público e o viver na pandemia. In: MOTA, André (org.). *Sobre a pandemia: experiências, tempos & reflexões*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 77-99.

(1988), em *A Thousand Plateaus*,⁶ falam sobre territorialização e desterritorialização. O caso da Academia ilustra bem essas ideias. Com seus vários campos hiperespecializados, o espaço acadêmico é extremamente heterogêneo, ao mesmo tempo que ranqueamentos, índices de qualidade e outros métodos de compatibilidade de métricas trazem uma certa homogeneidade métrica entre áreas de conhecimento e países. Essa tendência pode ser problemática ao se pensar no efeito sufocante dos números na criatividade científica.

A Academia é meu exemplo para teorizar a relação entre práticas de desterritorialização do social *versus* as estruturas territorializadas da sociedade global de hoje. Assim mesmo, nos últimos dez anos, as forças de territorialização global se tornaram ainda mais dominantes, especialmente por conta do triunfo das tecnologias sociais. Essas tecnologias agora permeiam o espaço social global de maneiras muito diversas e cotidianas. Como consequência disso, o social está perdendo sua opacidade e rugosidade, e certos nichos até então protegidos se tornaram objeto de mecanismos de controle. O amor agora tem que passar pelo *Tinder*, aplicativo que revolucionou o modo como as pessoas se relacionam, enquanto a conta de *Twitter* de Donald Trump dominou a esfera política por vários anos. Isso tem a ver com um rearranjo fundamental de forças globais de poder que impacta muito mais profundamente na vida cotidiana e tem um alcance global maior do que nunca.

Um aspecto dessa transformação é a criação de pouquíssimas posições de sujeito no espaço digital que são hipervisíveis e capturam toda a atenção das massas, que, por sua vez, são enormes, mas não têm voz. Essa concentração de visibilidade

⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus*. Capitalism and Schizophrenia. London: The Athlone Press, 1988.

pode ser observada na Academia (ANGERMULLER; HAMANN, 2019),⁷ mas também na sociedade em geral, dada a fascinação que se tem pela celebridade (ANGERMULLER, 2018).⁸

Salgado e Clares: Essa questão da comunicação hiperdigital se inscreve numa discussão mais ampla sobre o que se tem chamado globalmente de *fake news*, um fenômeno que não é novo, mas decerto está renovado por novas formas de difusão. Em seu livro *¿Quién dijo posestructuralismo? La creación de una generación intelectual*, publicado na Espanha em 2019, você escreve que “*Leer textos en nuevos contextos no hace que su interpretación sea menos verdadera*”. Gostaríamos que você tratasse dessa afirmação considerando a atual conjuntura mundial, em que textos com informações falsas são muito frequentemente lidos como verdadeiros, o que parece estar ligado ao funcionamento de práticas fortemente automatizadas, incorporadas nas redes de troca em praticamente todas as organizações sociais do atual período, que o geógrafo Milton Santos (1996; 2000)⁹ designou como período técnico-científico informacional. Em mensageiros como o *WhatsApp*, por exemplo, a dêixis discursiva sofre transformações importantes, recolocando a questão do fiador do discurso, entre outras. Em redes como *TikTok*, o borramento entre fabulação e documentação do real chega ao paroxismo. Que se passa com as balizas necessárias à produção dos sentidos, que sustentam a atividade de interpretação dos conteúdos postos em

7 ANGERMULLER, Johannes; HAMANN, Julian. The Celebrity Logics of the Academic Field. The Unequal Distribution of Citation Visibility of Applied Linguistics Professors in Germany, France, and the United Kingdom. *Journal for Discourse Studies*, n. 1, 2019.

8 ANGERMULLER, Johannes. Accumulating Discursive Capital, Valuating Subject Positions. From Marx to Foucault. *Critical Discourse Studies*, v. 15, p. 414-425, 2018.

9 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996; SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 1. ed. São Paulo: Record, 2000.

circulação?

Angermuller: Estamos vivendo uma nova revolução nas tecnologias midiáticas e de comunicação. Grandes agitações sociais e políticas puderam ser observadas depois que a imprensa foi inventada (o que levou a 150 anos de conflitos religiosos na Europa) e quando as ondas de rádio começaram a ser transmitidas e captadas (será que Hitler e a Segunda Guerra Mundial teriam acontecido sem essa tecnologia?). Mas a grande novidade de hoje são as mídias sociais. Elas estabeleceram um regime de visibilidade extremamente desigual entre aqueles que monopolizam a atenção de todos os outros usuários. Os dispositivos que dão suporte às mídias sociais também agem em nosso cérebro e nossos sentidos de maneiras que aumentaram a intensidade afetiva com que notícias e mensagens circulam em nossos telefones e computadores. Trump [eleito presidente dos EUA em 2016] e Bolsonaro [eleito presidente do Brasil em 2018] são certamente sintomas ideológicos dessa virada sociotecnológica. De fato, as tecnologias de mídias sociais parecem nos fornecer material ideológico muito mais diretamente do que o rádio ou a TV já conseguiram. Deveríamos, então, ser críticos ao pensar na vida pública em termos de uma deliberação racional do que sejam os interesses de todos ou o bem comum e levar a sério também nas dimensões irracionais, emocionais e afetivas dos discursos que agora estão conectados com nosso aparato biomaterial de percepção – por exemplo, nossos olhos colados na tela de um *smartphone*. Acredito que essa grande visibilidade dada a poucas – e, às vezes, inconsequentes – figuras que querem chamar a atenção, assim como os efeitos de amplificação de afetos causados pela comunicação tela a tela,

levaram à deterioração do debate público e à ascensão de uma política psicótica de direita.

Salgado e Clares: Essa difusão das informações produzindo intenso rumor público nos remete às reflexões sobre o trabalho intelectual e, portanto, ao ambiente acadêmico e aos diversos entendimentos do que seja a ciência, sua função social etc. No atual contexto de emergência sanitária mundial, parece evidente ao grande público que áreas da saúde e algumas engenharias se envolvam com as questões urgentes que se impõem (procedimentos clínicos e logísticos, desenvolvimento de vacinas e respiradores etc.), mas as questões comunicacionais, igualmente cruciais, em geral não são vistas como constitutivas do modo como conduzimos o combate à pandemia. Diante desse quadro, quais são, a seu ver, as contribuições possíveis do campo em que se inscrevem pesquisas em Linguística, Linguística Aplicada e Análise do Discurso?.

Angermuller: Bom, minha impressão é de que nós, analistas do discurso, não precisamos nos justificar desde que aconteceram coisas como Trump, Bolsonaro, ou o Brexit [*Britain Exit*, a saída do Reino Unido da União Europeia, processo que se iniciou em 2017 e se concluiu em 2020]. Agora todo mundo compreende o poder da comunicação e das dinâmicas discursivas em grandes comunidades. Figuras muito medíocres mantêm o público ocupado ao criarem “tempestades de indignação” e controvérsias envolvendo mentiras estratégicas. É importante investigar os mecanismos desses processos e também aprender como resistir a eles. A linguagem é, claro, a chave de tudo, mas também precisamos ter uma abordagem interdisciplinar se quisermos

dar conta das muitas facetas das *fake news* que proliferam no espaço digital global. Devemos fazer mais pesquisa sociológica sobre as práticas e estruturas em que as *fake news* emergem. Temos também que prestar atenção em acontecimentos similares do passado (penso na Alemanha nazista). Há, agora, novos recursos semióticos e dispositivos linguísticos mobilizados na comunicação *on-line*. Devemos ainda estudar suas dimensões cognitivas e psicológicas.

Salgado e Clares: No que tange à ciência, aos cientistas e aos parâmetros que eles propõem para as decisões políticas, o atual contexto pandêmico tem mostrado que são diversos os desafios: há negacionismos de toda sorte e também disputas relativas a protocolos adequados, a produtos científicos legítimos, relações com o meio ambiente e a sociedade etc. Como você avalia o papel da comunicação científica na construção desse lugar do que é referido por ciência hoje?

No Brasil, temos discutido o que se pode designar como “quatro questões fundamentais regedoras da comunicação científica hoje: 1. a dominação das ciências exatas e naturais com relação às ciências humanas; 2. as pressões de avaliação quantitativa de periódicos e de pesquisadores; 3. as pressões pela internacionalização das publicações científicas; 4. a mudança tecnológica dada pelo uso de plataformas. Considerando que o entrelaçamento delas engendra um regime de funcionamento da comunicação científica atual, definindo-a como produção de uma ‘comunidade científica’, chegamos a um problema de fundo que nos leva à seguinte hipótese de trabalho: em termos discursivos, trata-se de uma instituição discursiva cuja sustentação é dada pelo convívio de diferentes comunidades discursivas, definidas

por áreas, talvez, ou por campos, ou disciplinas... Categorias de difícil definição, pois se trata de considerar a escala do vivido, na qual as pesquisas e as escritas efetivamente se dão.” (SALGADO; CLARES, 2017).¹⁰ Esses aspectos constitutivos da comunicação científica podem ser complicadores na sua divulgação para leigos, que frequentemente é bastante estereotípica. Seria possível dizer que as injunções e os apagamentos que têm organizado a comunicação científica interferem na sua difusão para públicos mais amplos?

Angermuller: Certamente, a reputação dos cientistas é crucial no modo como são vistos pelo público. Sua reputação como figuras públicas é um dos muitos aspectos considerados por quem recebe a mensagem, quando esta circula num espaço social heterogêneo. Quando os pronunciamentos dos cientistas entram na esfera política, eles são geralmente enquadrados em antagonismos políticos, como esquerda *versus* direita, o que não faz necessariamente muito sentido, se pensarmos no mundo da ciência. Então, coisas surpreendentes podem acontecer com cientistas mais desavisados quando afirmam certos fatos, mesmo que alguns campos científicos já estejam fortemente conectados com o debate político (por exemplo, a climatologia). Às vezes, não é coincidência que certas alegações científicas ganhem adesão na arena política. Os enunciadores de tais alegações geralmente têm interesse e experiência na área de criação de políticas públicas e sabem como vender suas ideias. Mas é claro também que a vasta maioria dos cientistas não encontra adesão nenhuma fora de suas áreas de concentração e, na minha

¹⁰ SALGADO, Luciana Salazar; CLARES, Letícia Moreira. Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 29-58, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1886>. Acesso em: 4 nov. 2021.

opinião, a questão tem a ver com identificar 1) por que somente pouquíssimos cientistas enxergam certas demandas e recebem uma devolutiva e 2) o que é que se considera como “a ciência” nos discursos públicos, já que normalmente os cientistas nunca chegam a um consenso em nada.

Não estou dizendo que todas as afirmações científicas são iguais. Certamente, há algumas que são mais verdadeiras que outras! Mesmo assim, devemos reconhecer que algo muito significativo acontece quando afirmações que saem de debates científicos entram em debates mais públicos e são recontextualizadas de várias e decisivas maneiras. O que observamos hoje, por exemplo, é que pessoas de esquerda ou do centro são mais propícias a confiar na “ciência” e reivindicar sua autoridade (pensemos nos índices de vacinação sendo bem maiores entre os Democratas nos Estados Unidos), enquanto os Trumpistas (e seus equivalentes ao redor do mundo) apresentam uma postura hipercrítica que os leva a rejeitar qualquer afirmação científica que não se alinhe às suas visões de mundo (não nos esqueçamos de que esse comportamento também se observa na esquerda, se pensarmos nas controvérsias em torno da engenharia genética ou a energia nuclear). Portanto, quando Democratas e Republicanos se referem aos “conhecimentos científicos” em debates públicos, um aspecto importante a se observar é como essa dita “ciência” se inscreve nas diferentes identidades políticas. Curiosamente, identidades de direita parecem ser cada vez mais incompatíveis com o que é considerado “ciência” por liberais ou pessoas de esquerda.

Salgado e Clares: Poderia nos contar um pouco do atual estágio de suas pesquisas?

Angermuller: Tenho me interessado pela questão da verdade no discurso (ANGERMULLER, 2018)¹¹ e feito uma incursão pelos Estudos de Ciência e Tecnologia. Muitos linguistas estão interessados nos aspectos políticos e sociais da língua, mas geralmente não vão além de citar algumas referências da Análise Crítica do Discurso, que tende a moralizar questões sociais em vez de estudá-las. Já os Estudos de Ciência e Tecnologia têm sido uma área extremamente produtiva, inclusive teoricamente, com seus esforços para unir tradições construtivistas e materialistas. Têm acontecido boas conversas num grupo pequeno de linguistas interacionistas desde os anos 1980, mas os linguistas *mainstream* e analistas de discurso têm dado apenas, quando muito, uma olhada superficial nesses debates. Penso que devemos nos engajar em debates teóricos sobre essas questões e ser mais críticos sobre certas afirmações que queremos fazer sobre linguística e as realidades sociais. Precisamos fazer mais pesquisa sistemática em vez de confiar em nossa intuição, que muitas vezes aponta para caminhos errados. Por isso, tenho me interessado em dar atenção ao comportamento social e discursivo real de grandes populações acadêmicas, o que tem me levado a testar instrumentos quantitativos de pesquisa social. Também persisto com meu trabalho mais qualitativo e teórico sobre a construção das posições dos sujeitos e a pragmática enunciativa.

Recebido em: 15/08/2021//Aceito em 11/09/2021.

¹¹ ANGERMULLER, Johannes. Truth after Post-Truth: For a Strong Programme in Discourse Studies. *Palgrave Communications*, 2018.

Interview with Johannes Angermuller

Luciana Salazar Salgado*

Leticia Clares**

Translator: Gustavo Primo***

Johannes Angermuller is graduated in Sociology and Linguistics, with a Ph.D. in Discourse Analysis from a joint degree program of the University of Paris 12, France, and the University of Magdeburg, Germany. He currently teaches in the fields of Discourse, Languages and Applied Linguistics at the Open University, in Milton Keynes (UK), the Centre for Applied Linguistics of the University of Warwick, in Coventry (UK), and the Centre d'étude des mouvements sociaux da École des hautes études en sciences sociales, in Paris (France). Angermuller is also the founder president of DiscourseNet – International Association for Discourse Studies. His most remarkable works verse about the scientific and the political discourses, especially post-structuralism, and he is currently interested in Science and Technology Studies, as well as qualitative and theoretical research on discursive constructions of the subject and enunciative pragmatics.

* PPGL, PPGLit-UFSCar/IEB-USP, Ph.D. in Linguistics, researcher and university professor, <https://orcid.org/0000-0002-1052-0726>.

* PPGL-UFSCar, Ph.D. candidate in Linguistics, <https://orcid.org/0000-0001-7501-1984>.

* Unesp, M.A. in Literary Studies (PPGLit-UFSCar), technical assistant in the Brazilian Virtual Exchange Program - Unesp, <https://orcid.org/0000-0002-8431-9144>.

Salgado and Clares: In your work “Discours académique et gouvernementalité entrepreneuriale. Des textes aux chiffres”, published in 2013,¹ you referred to Laclau (1990),² Latour (2001),³ and Luhmann (1998),⁴ stating that “*A la société s’est substitué le terrain ouvert, instable et hererogène du social, dans lequel nous devons en quelque sorte naviguer, en dépit des inégalités de terrain, des chausse-trappes et des points aveugles [...]*” (p. 81).

We would like you to comment on that, considering the current global pandemic context, now in its second year (2021), in which communicational exchanges and the distribution of information have intensified, especially through digital technologies. Salgado discusses hyperdigitization in the following terms: “the currently hegemonic distribution of discourses occurs through digital devices, in which the screen serves as starting point to produce meaning. In fact, the very projection of a text on a screen results from sophisticated operations that involve data packages traveling through a digital network and combined according to previously set programming.” (SALGADO, 2021).⁵ With this in mind, would you say that these “*chausse-trappes*” and “*points aveugles*” you mention have acquired a new aspect nowadays?

Angermuller: I wrote that piece ten years ago with the idea in mind that there is a continuous conflict between practices of

1 ANGERMULLER, Johannes. Discours académique et gouvernementalité entrepreneuriale. Des textes aux chiffres. In: LEBARON, Frédéric; ANGERMULLER, Johannes; TEMMAR, Malika (ed.). *Les discours sur l'économie*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2013. p. 71-84.

2 LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990.

3 LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: EDUSC, 2001.

4 LUHMANN, Niklas. *Organización y decisión*. Autopiesis, acción y entendimiento comunicativo. Barcelona: Anthropos; Universidad Iberoamericana, 1998.

5 SALGADO, Luciana Salazar. A dimensão algorítmica do rumor público e o viver na pandemia. In: MOTA, André (org.). *Sobre a pandemia: experiências, tempos & reflexões*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 77-99.

unifying and of diversifying the global social space. Deleuze and Guattari (1988), in *A Thousand Plateaus*⁶, have theorized this in terms of territorialization and deterritorialization. Academia is a good case in point. With its many hyperspecialized fields it is an extremely heterogeneous space, and rankings, indices, and other devices of commensurabilization have brought about a certain degree of homogeneity and commensurability across fields and countries. And this tendency can be problematic if one thinks of the stifling effect of numbers on scientific creativity.

Academia is my example for theorizing the relationship of deterritorialising practices of the social *versus* the territorialized structures of global society today. Yet over the last ten years, the forces of global territorialization have become even more dominant, especially because of the triumph of social technologies. Social technologies have pervaded the global social space in so many different and quotidian ways. As a consequence, the social is losing its opacity and asperity and hitherto protected niches have become the object of mechanisms of control. Love now goes through Tinder, which has revolutionized the way people mate, while Trump's Twitter account dominated the political sphere for many years. This is a fundamental rearrangement of global power forces which go both much deeper into everyday life and reach much further across the globe than ever before.

One aspect of this development is the creation of very few hypervisible subject positions in the global digital space that capture the attention of large but voiceless masses. Such concentration of visibility can be observed in academia (ANGERMULLER; HAMANN, 2019)⁷ but also in society

6 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus. Capitalism and Schizophrenia*. London: The Athlone Press, 1988.

7 ANGERMULLER, Johannes; HAMANN, Julian. The Celebrity Logics of the Academic Field. The Unequal Distribution of Citation Visibility of Applied Linguistics Professors in Germany, France, and the United Kingdom. *Journal for Discourse*

more generally, given a widespread fascination for celebrity (ANGERMULLER, 2018)⁸.

Salgado and Clares: The issue of hyperdigital communication is part of a broader discussion about the so-called fake news, a phenomenon that is not new but has certainly been reinforced by its new means of diffusion. In your book *¿Quién dijo posestructuralismo? La creación de una generación intelectual*, published in Spain in 2019, you say that “*Leer textos en nuevos contextos no hace que su interpretación sea menos verdadera*”. We would like you to address this statement considering the present time, in which texts carrying false information are very often read as true. These reading practices seem to be functioning in a very automated way, virtually embedded in all social organizations of the current period, which the geographer Milton Santos (1996, 2000)⁹ designated as the technical-scientific-informational period. In message applications such as WhatsApp, for example, discursive deixis has seen some important transformations, repositioning the guarantor, among other things. In social networks like TikTok, there is a blurring between fiction and reality. What is happening with the signs that guide the production of meaning and sustain the possibility of interpretation of these and other kinds of contents?

Angermuller: We are living through another revolution in media and communication technologies. Large social and political upheavals could be observed after the printing press was

Studies, n. 1, 2019.

8 ANGERMULLER, Johannes. Accumulating Discursive Capital, Valuating Subject Positions. From Marx to Foucault. *Critical Discourse Studies*, v. 15, p. 414-425, 2018.

9 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996; SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 1. ed. São Paulo: Record, 2000.

invented (which led to one hundred and fifty years of religious wars in Europe) and the radio started to broadcast (would Hitler and the Second World War have been possible without it?). The big new thing today are social media. Social media have established a regime of extremely unequal visibility between the few who monopolize the attention of so many other users. Social media devices also act on our brains and senses in ways that have heightened the affective intensities of news and messages going through our phones and computers. Trump and Bolsonaro are certainly the ideological symptoms of this sociotechnological sea change. Indeed, social media technologies seem to feed ideological material into our heads much more directly than TV and radio ever did. We should therefore be critical of conceptualizing public life in terms of a rational deliberation over interests or the common good and take seriously the irrational, emotional and affective dimensions of discourse which is now connected with our biomaterial apparatus of perception, i.e. our eyes connected hooked up to a little screen. I guess it is the huge visibility rewards for few and sometimes quite reckless attention seekers as well as the affect amplifying effects of screen-based communication that has led to a deterioration of public debate and the rise of right-wing crackpot politics.

Salgado and Clares: The spreading of highly polemical claims invites us to rethink the role of the academic and academic knowledge production, the many conceptions of what is science, its social functions, etc. While in the context of a global health emergency, health sciences and even some engineering areas have responded to urgent issues (clinical and logistical procedures, development of vaccines and respirators,

etc.), while communicational issues, which are equally crucial, are often seen as less fundamental to fight the pandemic. Given this situation, what are the possible contributions of the research developed in areas like Linguistics, Applied Linguistics, and Discourse Analysis?.

Angermuller: Well, my impression is that we discourse analysts no longer need to justify what we do since Trump, Brexit and Bolsonaro. Everybody now understands the power of communication and of the discursive dynamics in large communities! Very mediocre figures keep the public busy by creating shitstorms and controversies about strategic lies. It is important we understand the mechanisms of these processes and also learn how to resist them. Language is of course key but we need a resolutely transdisciplinary mind if we want to account for the many facets of the fake news proliferating in the global digital space. We need to do more sociological work on practices and the structures in which fake news emerge. We should be aware of similar developments that can be observed in the past (Nazi Germany comes to mind). There are new semiotic resources and linguistic devices that are mobilized in online communication. And we should also study the psychological and cognitive dimensions.

Salgado and Clares: Concerning science, the scientists, and their role in policymaking, the pandemic has shown an array of challenges: there is a systemic denial of all sorts of facts, disputes on the most proper health protocols and products (vaccines, hospital equipment), discussions on the relation between the virus, the environment, and society, etc. How do you assess the role of scientific communication in the construction of this place known as science nowadays?

In Brazil, we have been formulating what can be designated as “the four fundamental issues that rule scientific communication in the present time: 1. The domination of STEM research over the humanities; 2. The pressure of quantitative evaluation imposed on scientific journals and researchers; 3. The pressure for internationalization of scientific publications; 4. Technological changes motivated by new platforms. Considering that the intertwining of these issues set up the functioning of scientific communication and the current scientific community, we arrive at a fundamental problem that leads to the following hypothesis: discursively speaking, the scientific community is a discursive institution formed by different communities, which are defined by areas, or maybe fields, or subjects... categories that are hard to define because we must consider the actual daily life in which research and writing effectively happen.” (SALGADO; CLARES, 2017).¹⁰ These constitutive aspects of scientific communication can make it complicated to disseminate information to the public, which tends to see the work of the scientists in a very stereotypical way. Is it possible to say that the injunctions and omissions that have organized scientific communication interfere in its dissemination to wider audiences?

Angermuller: Of course the reputation that scientists have is crucial for the way they are received by the public. Their reputation as public figures is one of the many aspects that are mobilized on the receiving end when messages circulate across a heterogeneous social space. When scientific claims enter the

¹⁰ SALGADO, Luciana Salazar; CLARES, Leticia Moreira. Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 29-58, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1886>. Acesso em: 4 nov. 2021.

political sphere they are often inscribed into political antagonisms such as between left and right, which do not necessarily make a lot of sense in the scientific realm. Surprising things can happen then to the unsuspecting scientists making such claims even though some science fields are very much connected with the general political debate (such as climatology). It is often no coincidence that claims of certain scientists see uptake in a political arena. These claim makers often have had an active interest and background in those policy areas and they have experience in how to pitch their message. But of course the vast majority of scientists meet with no resonance whatsoever outside their area of expertise and in my view the question is how to account for 1) why it is the very few who do see a demand and hear a response and 2) what counts as “the science” in public discourses given that scientists normally never reach a consensus on anything.

I certainly don't mean to say that all knowledge claims are just the same. There are certainly some knowledges that are truer than others! Yet, still, we need to recognize that something quite significant happens when claims from scientific debates enter more public debates where they are recontextualized in important ways. What we observe nowadays, for instance, is that left or center people are more likely to trust in “science” and claim its authority (the currently much higher vaccination rates among Democrats in the U.S. are a case in point), whereas the Trumpians (and their equivalents around the world) are caught up in a hypercritical attitude that makes them reject any claim that doesn't conform to their worldview (let's not forget that those reflexes can also be observed on the Left if one thinks of the controversies around genetic engineering or nuclear power). Therefore, when Democrats and Republican relate to “scientific

knowledge” in contemporary public debates an important aspect is to see how science as such is inscribed in political identity politics. Interestingly, right-wing identities seem to be increasingly incompatible with what is considered “science” by liberals and left-wing people.

Salgado and Clares: Could you please inform us about the current stage of your research?

Angermuller: I have become interested in the question of truth in discourse (ANGERMULLER, 2018)¹¹ and I have made a foray into Science and Technology Studies. Many linguists nowadays are interested in the social and political aspects of language use but they usually don’t get further than citing some references from Critical Discourse Analysis, which has a proclivity for moralizing social matters rather than to study them. Science and Technology Studies has been an extremely productive area, not least theoretically speaking with its attempt to fuse constructivist and materialist traditions. There has been a good conversation with a small group of interactionist linguists since the 1980s but mainstream linguists and discourse analysts have only had a cursory look at these debates, if at all. I think we need to engage in a theoretical debate on these issues and we should be more self-critical about the claims we want to make about linguistic and social realities. We need to do more systematic research rather than to relay on our intuition, which is often misleading. So I have become interested in accounting for the real social and discursive behaviour of large academic populations, which has led me to try out quantifying instruments in social research.

¹¹ ANGERMULLER, Johannes. Truth after Post-Truth: For a Strong Programme in Discourse Studies. *Palgrave Communications*, 2018.

But I continue my more qualitative and theoretical work around the discursive construction of subject positions and enunciative pragmatics.

Recebido em: 15/08/2021//Aceito em 11/09/2021.

Seção livre

O discurso presidencial na manifestação do dia do exército: sentidos de liberdade, democracia e povo

Fernando Miranda Arraz*

Fagner Ribeiro Sena**

Resumo

Este artigo tem como propósito trazer uma reflexão sobre os conceitos de Formação Discursiva e de Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD), por meio do discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil. O objetivo deste trabalho consiste em analisar, a partir de uma abordagem discursiva, uma manifestação ocorrida no dia 19 de abril de 2020, o dia do Exército, na cidade de Brasília, e que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro, que, diante de uma unidade militar do exército, fez um discurso aos manifestantes presentes. A proposta de análise terá como primeiro passo a descrição das condições de produção e da caracterização do acontecimento discursivo em questão. Pretendemos traçar um paralelo evidenciando os pontos semelhantes no discurso do período da ditadura militar e como esse discurso ecoa na fala do presidente atual, especificamente no acontecimento em análise. O pronunciamento do chefe de Estado, material linguístico a ser submetido à análise, não pode ser visto dissociado de um todo complexo de elementos políticos, sociais e discursivos. Sendo assim, constata-se que as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial examinadas no decorrer desta pesquisa sinalizam de modo inequívoco a natureza autoritária desse discurso que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento em que simula sua representação.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutorando em Letras: Linguística e Língua Portuguesa no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4609-7683>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestrando em Letras: Linguística e Língua Portuguesa no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Presidente. Memória discursiva. Formação Discursiva

The presidential Speech at the Demonstration of Army Day: Senses of Freedom, Democracy and People

Abstract

This article aims to reflect on the concepts of Discursive Formation and Discursive Memory, from the perspective of Discourse Analysis of the French line, (AD), through the speech of Jair Messias Bolsonaro, president of Brazil. The objective of this work consists in analyzing, through a discursive approach, one of the demonstrations, which took place on April 19, 2020, the Army day, in the city of Brasília, and which had the participation of President Jair Bolsonaro who, in front of a military unit of the army, made a speech to the present protesters. The analysis proposal will have as a first step the description of the production conditions and the characterization of the discursive event in question. We intend to draw a parallel showing similar points in the discourse of the military dictatorship period and how this discourse echoes in the speech of the current president, specifically in the event under analysis. The pronouncement of the Head of State, linguistic material to be analyzed, cannot be seen dissociated from a complex whole of political, social and discursive elements. Thus, it appears that the two enunciative functions of the subject of the presidential speech, examined in the course of this research, unequivocally signal the authoritarian nature of this speech that does not hesitate to silence the other-discourse in the same movement that simulates its representation.

Keywords: Discourse Analysis. President. Discursive memory. Discursive Formation.

Recebido em: 02/07/2021 // Aceito em: 04/10/2021.

Introdução

[...] O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido [...] (PÊCHEUX, 1990 p.77).

A proposta da referida pesquisa consiste em analisar uma manifestação ocorrida no dia 19 de abril de 2020, dia do Exército, na cidade de Brasília, e que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro, que, diante de uma unidade militar do exército, pronunciou um discurso aos manifestantes presentes. As manifestações a favor do presidente foram caracterizadas por alguns veículos da imprensa como “antidemocráticas”, tendo em vista que defendem como bandeiras o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional e uma intervenção militar por meio de uma reedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em 1968, que marcou o endurecimento do regime da época.

Mesmo com as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades sanitárias decorrentes da covid-19, os meses de abril e maio de 2020 foram marcados no Brasil por manifestações de rua a favor e contra o governo do presidente Jair Bolsonaro. Tornou-se comum o noticiário, em vários fins de semana, especialmente a cada domingo, ser dedicado à cobertura, inicialmente, apenas das manifestações a favor do governo ocorridas em Brasília, muitas destas com a participação do titular do Palácio do Planalto. Em seguida, movimentos

aparentemente reunidos por comando de torcidas organizadas de grandes times de futebol brasileiro passaram a se aglomerar em manifestações intituladas pelos próprios organizadores como antifascistas.

Esta pesquisa tem como propósito refletir sobre os conceitos de Formação Discursiva e de Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (daqui por diante AD), com base no discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil, realizado na manifestação do dia do Exército. Além das abordagens de Michel Pêcheux, principal teórico da AD francesa, também vamos trazer à tona as perspectivas da AD brasileira, com contribuições das pesquisas de Eni Orlandi.

Conforme Orlandi (2005), a AD se estabelece como um estudo de entremeios, que faz o cruzamento entre as Ciências Humanas e a Linguística. A língua passa a construir os seus múltiplos sentidos, que só pode ser interpretada e “entendida” quando vista pela sua historicidade. Essa historicidade pode ser usada para pensar a própria AD, que surgiu na França na década de 1960, tendo em vista que essa vertente teórico-metodológica buscou opor-se à Análise de Conteúdos, que estava em voga nas Ciências Humanas. Sendo assim, para a AD, o discurso é um local imbricado e nebuloso, que deve ser ponderado.

O campo discursivo, para Pêcheux, é edificado a partir dos conceitos: história, sujeito, língua, ideologia, sentido e discurso. Nessa perspectiva, a linguagem representa a materialização do discurso dentro de uma exterioridade, que é social. Nesta, cada sujeito está ocupado de uma posição não fixada, mas determinada por sua inscrição ideológica. O discurso tem a língua como o seu objeto, porém ele não se desvincula de sua materialidade (a ideologia). Dentro dessa materialidade, os sujeitos assumem

várias posições de classe. Dessa forma, a AD vislumbra questões teóricas sobre o percurso que o sujeito realiza durante o discurso e busca compreender os sentidos que lhe são atribuídos conforme sua inscrição ideológica, que não está desconectada de sua historicidade. No quadro teórico da AD, entende-se que, na base das práticas discursivas de um sujeito, sempre se fazem presentes processos de retomada (INDURSKY, 2013).

Isso posto, compreendemos que o sentido está ligado à posição que o sujeito ocupa no discurso e na sua relação constitutiva com as formações discursivas¹ que o constituem. Ele está construído a partir das condições sócio-históricas e ideológicas de sua produção. Logo, as palavras só farão sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, pois o sentido é determinado histórica e ideologicamente. A AD surge com o intuito de integrar aos estudos da linguagem aspectos como o sujeito e a história, relacionando língua e discurso.

A Análise do Discurso relaciona língua e discurso. Em seu quadro teórico, o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso (ORLANDI, 2007, p. 22).

Na concepção pecheuxtiana, o discurso funciona, desse

¹ A noção de Formação Discursiva (FD), tomada aqui na acepção de Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso (AD), é entendida pelo autor como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 160). Já a ideologia “interpela os indivíduos em sujeitos [...] de seu discurso [...]”, ou seja, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina [...]” (PÊCHEUX 2009, p. 162-163). E Pêcheux explica que “a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas [...] que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

modo, a partir do sujeito falante, do mundo em que ele está inserido, tocando nas questões do modo social, envolvendo práticas culturais e de outras naturezas. Assim, o discurso se atrela a um sistema de representações de valores, de ideias e, principalmente, de práticas sustentados pelo sujeito falante. Na teoria do discurso pecheuxtiano, o discurso é percebido como opacidade. Segundo Orlandi (2005, p. 10), Pêcheux “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação [...]”.

Sendo assim, a AD não se fez em um campo de estudo homogêneo, uma vez que as construções teóricas pecheuxtianas e as suas reconstruções tiveram como base as relações teórico-metodológicas da Linguística e do materialismo histórico e, a partir dessas, foi cunhado o seu conceito de discurso. Isso ocorre naturalmente, mesmo que o falante não tenha sequer consciência dessa operação discursiva.

2 Formação Discursiva

Para abordar a referida temática, vamos refletir sobre duas noções caras para a AD: Formação Discursiva (FD) e Memória Discursiva (MD), adotando uma posição pela apreciação da atualidade, arguindo o que nos parece evidente, cristalino e com uma possível demonstração no funcionamento político, para abranger as contradições do/no discurso. Sendo assim, além de trabalhar o conceito de FD pretendemos também analisar a operacionalização da categoria de memória discursiva.

O conceito de Formação Discursiva, daqui por diante FD, ainda não é um assunto pacífico entre os pesquisadores da AD. Desse modo e para que fique bem elucidativo é possível que encontremos, em textos teóricos/metodológicos, diferentes saberes e exposições dentro de uma mesma FD. Foucault e Pêcheux utilizam a noção de FD para embasar seus desenvolvimentos na AD. Para Foucault, trata-se de uma noção que dá conta das contradições internas do próprio discurso, da própria maneira de ver seus objetos, diferentemente de Pêcheux, que trabalha essa noção por meio de processos de identificação e de assujeitamento, o que prolifera em quantidade a presença das formações discursivas. No entanto, entre Pêcheux e Foucault há diferenças fundamentais que levam o leitor para caminhos diferentes. Cada autor demonstra a noção de FD mediante uma localização diferente em sua teoria ou procedimento, principalmente pela presença da noção de ideologia na obra de Pêcheux, herança do trabalho de Althusser, e de sua respectiva dependência das noções de assujeitamento e de interpelação. Sendo assim, ressaltamos que, neste artigo, vamos trabalhar com as noções de FD e de Memória Discursiva com contribuições de Pêcheux e de Orlandi.

Nos moldes pecheuxtianos, a FD também tem um princípio regulador, mas sua característica principal é a heterogeneidade. Ademais, diferentemente de Foucault, que descarta trabalhar com a questão da ideologia nas FDs, Pêcheux (2009) afirma que a FD é a materialização no discurso das formações ideológicas. E, como exposto, a FD é a ideologia que direciona os sentidos. Com isso, é possível asseverar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, mas, sim, é determinado pela FD na qual se inscreve, pois uma FD é “aquilo

que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Desse modo, vale salientar que os sentidos são dados dentro das FDs. Logo, pode-se admitir que “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). O lugar, portanto, no qual os sentidos se constituem é a FD, e eles se constituem a partir de posições-sujeito dentro dessas FDs. Assim, é nesse lugar teórico que se constituem as modalidades de desdobramento da forma-sujeito. Cabe destacar que uma FD é heterogênea a ela própria, uma vez que o seu fechamento caracteriza-se pela ausência de estabilidade. Além disso, esse fechamento não é consistente com um limite traçado de forma categórica e se desloca em função de embates de luta ideológica.

A FD é responsável por estabelecer a identificação do indivíduo interpelado em sujeito, para que se torne sujeito do discurso (e da formação discursiva específica que o interpela). Por meio da noção de interdiscurso, as junções e as articulações de mais de uma formação discursiva são expostas, existindo, assim, a possibilidade de contraidentificação com seu sujeito. A compreensão da noção de FD na AD pode contribuir significativamente para modificar algumas situações. Essa compreensão subentende o reconhecimento do discurso como efeito de sentidos entre locutores, o que também implica assumir a não transparência da linguagem e admitir a relevância das condições de produção na constituição do discurso, condições essas que são, ao mesmo tempo, materiais, sócio-históricas e imaginárias.

Ao falar em FD, Orlandi (1999) a considera uma noção básica, mas também polêmica. A autora reforça a ideia de que o sentido não existe em si. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. A autora ainda acrescenta:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja [...] (ORLANDI, 1999, p. 43).

Dessa forma, o fato de situarmos a FD na origem de determinado discurso consegue restringir os sentidos, facilitando o direcionamento da interpretação. No entanto, a localização da FD não é, certamente, garantia de um sentido único para o que se diz ou escreve. E, para ampliarmos a conceituação dessa noção, lembramos também a importância das relações de poder que ela subentende na vertente da análise do discurso a que estamos nos referindo. Conforme contribuição de Orlandi (1994), as FDs não são regiões fechadas e estabilizadas. Elas são atravessadas por diferenças, contradições e movimento. No entanto, para a autora, também:

[...] são um princípio de organização para o analista e são parte da constituição dos discursos e dos sujeitos. As formações discursivas não são definidas a priori como evidências ou lugares estabilizados, mas como regiões de confronto de sentidos. Tem-se necessidade das formações discursivas como sítio de significância (na relação com a diferença), assim como se tem

necessidade da noção de unidade, para a língua, apesar dos equívocos que a constituem. As formações estão em contínuo movimento, em constante processo de reconfiguração. Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente (ORLANDI, 1994, p. 11).

A noção de FD, logo, tem um trajeto específico como ferramenta de análise, já que serviu para Pêcheux como delimitação das práticas e como fortalecimento da noção de condições de produção do discurso. Assim sendo, para entender o efeito do outro sobre o discurso, a FD é considerada peça-chave, conforme é possível observar, a seguir, por meio da noção de memória discursiva.

3 Memória Discursiva

Dentro dos postulados da AD, cada sujeito, na produção de um discurso, promove uma relação desse discurso em formulação com a memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres que já foram, de fato, ditos. Pêcheux afirma que

a memória discursiva seria aquilo que [...] vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A Memória Discursiva, daqui por diante MD, tem um papel delicado na AD, uma vez que Pêcheux precisa analisar o acontecimento discursivo, as mudanças que ocorrem num

discurso e as novas significações que um acontecimento histórico invoca por meio das novas séries de enunciados que se formam a partir da desestabilização do que é dito normalmente. A memória discursiva, ou interdiscurso, considera “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada [...]” (ORLANDI, 1999, p. 31).

O sujeito da AD é portador da certeza de ser origem do discurso. Nesse âmbito, o conceito de sentido é fruto do coletivo. Logo, ele é formado por uma rede de memória. Essa condição lhe dá uma noção de naturalidade que esconde a opacidade das suas manifestações. A compreensão da MD diz respeito à repetição de enunciados, separando e elegendo aquilo que, de fato, dentro de uma contingência histórica específica, pode ser atualizado ou rejeitado em um novo contexto. É justamente na MD que nasce a possibilidade de toda FD produzir e operar formulações anteriores que já foram feitas e enunciadas. Em outras palavras, a MD permitirá, na infinita rede de formulações (existente no intradiscurso² de uma FD), o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem às FDs posicionadas historicamente. Dessa forma, os sentidos são condicionados pelo modo como os discursos se inscrevem na língua e na história, conseguindo, assim, significar. Ou seja, o discurso significa por sua inscrição e pertencimento a uma dada formação discursiva historicamente constituída e não pela vontade do enunciador. Prova disso é o fato de que, ao nascermos, o discurso já está em processo, e somos nós que entramos e nos ajustamos nesse processo. Portanto, podemos entender que a

2 A forma como a textualidade se deixa comprometer com esse tipo de hegemonia é localizada no que Pêcheux (1997) chama Intradiscurso, o discurso que opera sobre si próprio, que se caracteriza por possuir dois traços distintivos.

própria “incompletude” é condição e característica da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão prontos, nem, muito menos, acabados.

Já que um discurso é sustentado por outros e aponta para o futuro, os sentidos são produzidos a partir de posições. Nesse contexto, a MD é presumida a partir de um momento sócio-histórico, fazendo que o sujeito “migre” de uma situação empírica para uma posição discursiva. A MD transpõe sentidos presentes pelas ausências e está sempre em jogo, sempre ativa e com sentidos deslizantes e mutáveis guiados pelo esquecimento. Assim, Pêcheux (1999) afirma que a memória como uma estrutura de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e de regularização, seria aquilo que, diante de um texto, nasce como acontecimento a ler. Para o referido autor, a memória é móvel e inconstante, e a MD, dentro do discurso, assume duas funções que operam de formas contrárias entre si, pois, se, por um lado, retoma o passado, por outro, elimina-o. Assim, formula-se a ideia de que os discursos não se apresentam prontos, nem acabados. É por meio da MD que os nossos saberes ganham sentido, mas esse sentido deve ser pensado como uma construção sócio-histórica datada e rememorada.

A MD pode ser considerado como um apoio semântico de um discurso, seu funcionamento se dá pela reprodução de enunciados que forma uma “harmonia” discursiva. Esta, por sua vez, invoca significados por intermédio dos pré-construídos estabelecidos nas séries enunciativas. Dessa forma, pensar em MD supõe incluir o sujeito e o discurso nessa trama, pois, conforme relata Orlandi (2017), o sentido só se produz quando há sujeitos e quando estes produzem discurso em determinada

conjuntura histórica. Portanto, a memória reconstrói-se a partir de lacunas que são preenchidas pelo imaginário, interiorizado pelo sujeito, por meio das vivências forjadas nessa experiência do comum. Essas vivências assumem sentido de veracidade, mas não possuem possibilidade de serem remontadas de forma completa, já que elas têm relações diretas com o esquecimento. O discurso sobre o passado se estabelece fragmentado e com necessidades de completude, preso a consensos formulados e impostos aos sujeitos que compartilham do mesmo tempo e discurso, portanto forjado e moldado pela MD.

Assim, o conceito de MD está ligado a uma recorrência de enunciações, na qual ocorrem escolhas que são eleitas por aquele que o “eu” rememora, dentro de uma necessidade histórica que é singular ao seu momento de rememoração. Tal discurso, ao mesmo tempo em que forja uma MD, impõe o esquecimento de outro discurso. Portanto, atende a uma necessidade, mas pode ser renegado em uma nova posição discursiva, e tal fenômeno abre espaço para a produção de um número ímpar de peculiaridades de efeitos e de sentidos dentro do discurso.

Seguindo esse viés, a MD busca reconstruir enunciações, por meio de operações controladas que retomam sentidos e formas de difusão. Esses sentidos e formas de difusão impõem significados ao discurso que são retomados pelas relações de choque e de convergência entre as MDs dos sujeitos que enunciam o passado. O discurso só significa algo porque está inscrito e possui uma FD que é histórica e que não está presa aos desejos daquele que enuncia.

Conforme Indursky (2013), é a MD, na condição de categoria de análise, que permite acompanhar a trajetória de um enunciado, suas repetições, bem como suas transformações.

E, certamente, tanto as retomadas como seus deslizamentos subjazem às práticas discursivas do sujeito. Ela constitui o lugar em que as “evidências” dos sentidos materializam o funcionamento da ideologia, tornando possível, assim, captar sua reprodução bem como seus deslocamentos. A referida autora relata que o sujeito, por sua vez, ao identificar-se com uma FD, também passa por um processo semelhante: identifica-se de forma inconsciente e fortemente lacunar com os saberes da memória discursiva, ou seja, sua identificação também é da ordem da incompletude. Essa memória não é individual nem plena. Courtine (2014), ao tratar da noção de FD e da memória discursiva que nela se constitui, considera que essa memória é lacunar, marcada por interditos, esquecimentos e recalcamientos.

Sendo assim, a FD, assim como a MD, constrói-se com base na sua historicidade e esta se relaciona com a interdiscursividade, que é formada por memórias sociais constituintes de uma FD. Essas memórias sociais são constituintes da MD e resultantes dos Aparelhos Ideológicos de Estado; acompanhadas do intradiscurso, elas são formadas pela atualidade do discurso e pelas suas relações com o presente.

4 Análise e discussão

A proposta de análise terá como primeiro passo a descrição das condições de produção e da caracterização do acontecimento discursivo em questão. O pronunciamento do presidente, material linguístico a ser submetido à análise, não pode ser visto dissociado de um todo complexo de elementos políticos, sociais e discursivos. A observação inicial aponta para FD semelhante ao que o trabalho de Indusky (2013) analisou sobre o período

da ditadura militar brasileira. Pretendemos traçar um paralelo demonstrando, na medida do possível, os traços semelhantes com o discurso daquele período e como esse discurso ecoa na fala do presidente atual, especificamente no acontecimento em análise.

Apresentamos, a seguir, o trecho do pronunciamento do discurso presidencial (que chamaremos de DP) proferido em 19 de abril de 2020 e que analisaremos:

DP: **Nós**³ não queremos negociar nada. Acabou, acabou a época da patifaria. É agora **o povo no [...]**. Mais do que o direito, vocês têm a obrigação de **lutar pelo país de vocês**. Contem com o **seu presidente** para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós possamos** defender a **nossa democracia** e aquilo que há de mais sagrado entre nós que é a **nossa liberdade**. **Todos** têm que entender que estão submissos à vontade **do povo brasileiro**.

As palavras em negrito são os termos que chamaram a nossa atenção. Sendo assim, é a partir deles que pretendemos iniciar a análise. Recorremos a Indursky (2013), quando ela analisa o referente discursivo **NÓS** no discurso presidencial do período militar. A autora identifica cinco formas regulares do referente: 1) Chefe do Executivo; 2) sistema, regime, estado e revolução; 3) governo, gestão, administração, conjunto de instâncias de governo; 4) a coletividade dos brasileiros; 5) o presidente e um segmento da sociedade (Forças Armadas, Partido, revolucionários, imprensa etc.). Nessa mesma linha, a autora mapeia a incidência da palavra **POVO** também com cinco sentidos possíveis: 1) classe média, classes produtoras, militares, revolucionários (os que apoiam a revolução); 2) classe

³ Todas as expressões que estão em negrito são destaques dos autores, uma vez que as aspas já estão sendo utilizadas para a análise em si.

trabalhadora; 3) coletividade dos brasileiros; 4) sociedade civil organizada; 5) massa de manobra política. A análise leva a autora a concluir que o NÓS político funciona como uma “não pessoa discursiva” e o POVO funciona como “o outro” do discurso. A questão que se nos apresenta é a de averiguar em que medida essa formulação da autora pode ser deslocada para procedermos com a análise que propomos, ou, por outro lado, em que medida esse pode ser um caminho para descrevermos quais são os sujeitos e o modo como caracterizá-los.

Para Orlandi (1999), no gesto analítico em AD, distinguem-se três etapas básicas: a primeira, a passagem da superfície linguística para o texto (discurso); a segunda, a passagem do objeto discursivo para a FD, e, por último, o que vai do processo discursivo às Formações Ideológicas (FI). Em “Nós não queremos negociar nada [...]”, a terceira pessoa funciona como um momento de fusão dos referentes 1, 2 e 5 acima descritos. Isto é, trata-se do chefe do Executivo, o sistema (regime ou revolução cultural bolsonarista) que o presidente representa e esse segmento que o apoia e que defende o fechamento do Congresso, do STF e uma intervenção militar ou um novo AI-5.⁴ Nota-se, por outro lado, a clara exclusão dos referentes 3 e 4 no discurso presidencial. Ou seja, em vez de falar pela coletividade dos brasileiros e em nome das instituições, esse “nós” circunscreve e restringe essa parte que o presidente busca representar.

O excerto “É agora **o povo no poder** [...]” nos remete ao que diz a Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio dos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição [...]” (BRASIL, 1988). Se o poder emana do povo por meio dos seus representantes e se os representantes

⁴ A manifestação em análise foi marcada por cartazes, palavras de ordem como dizeres como “Intervenção Militar já!”, “Pela volta do AI-5”, “Fora Rodrigo Maia”, “Fora STF!”.

são eleitos regularmente para o Congresso Nacional a cada quatro anos, o advérbio de tempo “agora” refere-se ao momento específico a partir daquela manifestação, ou a partir da eleição de 2018? Cumpre ressaltar aqui que as manifestações pedem o fechamento do Congresso e do STF pelo fato de essas instituições terem tomado medidas que supostamente limitaram a ação do presidente em relação à condução das medidas de distanciamento social e econômicas na crise da covid-19.⁵

Em “Mais do que o direito, vocês têm a obrigação de **lutar pelo país de vocês** [...]”, aparece a contraposição direito *versus* obrigação; não se trata de deveres, mas de obrigações. Quais os sentidos possíveis entre o “de vocês” e o “nós” dito mais adiante? Quem são esses “vocês”? São aqueles manifestantes que defendem o fechamento do Congresso e do STF? Se todos são iguais perante a lei, em direitos e deveres, seriam aqueles que se manifestam e que apoiam o presidente providos de outros direitos não inscritos na lei?

Já em “Contem com o **seu presidente** para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós possamos** defender a **nossa democracia** e aquilo que há de mais sagrado entre nós que é a **nossa liberdade**. **Todos** têm que entender que estão submissos à vontade **do povo brasileiro** [...]”. É importante destacar que o funcionamento dos pronomes possessivos “seu” e “nossa”, que se repetem como uma marca no discurso presidencial⁶ reforça a perspectiva de que Jair Bolsonaro busca construir, permanentemente, um processo de identificação com seus apoiadores e de desidentificação com as instituições que

5 É uma doença causada pelo SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Os sintomas da covid-19 podem variar de um resfriado, até uma sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza e uma pneumonia severa.

6 Uma radiografia do funcionamento dos possessivos no discurso do Presidente Jair Bolsonaro daria um bom objeto de observação, principalmente pela repetição. Na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, por exemplo, Bolsonaro fala em “mudar a segurança nossa no Rio”. Esse “nossa” talvez seja o ponto que instala a ambiguidade na fala.

compõem os poderes constitucionais. O “todos”, por exemplo, não fala da coletividade dos brasileiros, mas, sim, de deputados, de senadores e de ministros do STF, como submissos à vontade de uma parte do povo, que é aquela que apoia o presidente. Quando o presidente fala “nós não queremos negociar nada”, significa que nega um dos fundamentos da democracia liberal, que é a negociação política entre os poderes instituídos. A negociação e a mediação estão na base do regime democrático. Em seguida, quando diz “agora é o povo no poder”, o chefe de Estado parece remeter à ideia de democracia direta, na qual o povo decide os rumos do Estado.

O processo discursivo, nesse contexto, é entendido como “sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos - ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 149).⁷ É por meio dos processos discursivos que o analista consegue demonstrar que o discurso sempre se refere a outros discursos. Na primeira etapa, cabe ao analista, em contato com o texto, ver nele a sua discursividade, desfazendo, dessa forma, a ilusão de que aquilo que foi dito somente poderia ter sido feito daquela maneira. É nesse exercício que é possível configurar e descrever relações entre diferentes FDs, o que é determinante para a nossa pesquisa. Em seguida, a partir do objeto discursivo, é necessário relacionar as distintas FDs identificadas na etapa anterior com as FIs às quais é possível perceber que se vinculam. É nesse procedimento que se chega aos processos discursivos, que são responsáveis pelos efeitos de sentido, segundo Orlandi (1999). A partir desse estágio, o processo analítico entra no seu momento mais complexo, que, além dos mecanismos

⁷ No livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, Orlandi analisa um cartaz da eleição para Reitor da Unicamp e demonstra o processo discursivo palavra de ordem “VOTE SEM MEDO”.

parafrásticos, incluem também os efeitos metafóricos, que são processos semânticos que operam transferências de sentidos.

Conforme Indursky (2013), o item lexical “povo” serve para examinar o modo como o sujeito do discurso, ao representar o outro, assume funções enunciativas específicas – de porta-voz e de mediador. É preciso salientar que, por meio dessas funções, “povo” é apenas mencionado, produzindo-se, por conseguinte, um discurso “sobre” o povo em substituição ao discurso “do” povo, pois reflete fortemente as formações imaginárias que presidem o discurso em pauta. Cabe destacar que o discurso presidencial tem a intenção de construir um povo que referencia aqueles que se opuseram às diretrizes do governo anterior, organizando-se no sentido de derrubá-lo.

O termo “povo” constituiu em um verdadeiro instrumento político, pois seu sentido historicamente construído vem ao encontro do jogo ilusório que a enunciação desse discurso produz. Em que pese o exposto acima sobre a articulação entre os saberes materializados no discurso e aquilo que lhe é exterior e constitutivo, a partir de uma relação de memória, a qual – no âmbito da AD – implica um esquecimento que não é de origem cognitiva, mas social, consideramos pertinente trazer a formulação realizada por Indursky (2011) a esse respeito:

Isso ajudará a compreender melhor a relação de sentidos a qual subjaz ao discurso em análise, bem como as relações de paráfrases as quais sustentam os efeitos de sentidos que emergem da articulação entre as formações discursivas e as ideológicas. Ao refletir sobre memória, a autora afirma que se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados [...] (INDURSKY, 2011, p. 4).

A democracia está presente no discurso de todos os presidentes do período militar. A chamada Revolução de 1964 deu-se para salvar o Brasil da ameaça comunista representada pelo governo João Goulart. Para Indursky (2013), o tema está muito presente na fala dos presidentes do período autoritário para, inclusive, forjar uma imagem do democrata, mesmo com ações abertamente autoritárias.

Terminamos a nossa análise destacando a discussão de um tema que tem pautado as discussões política e jurídica na atualidade e que está no centro do nosso trabalho. Trata-se da evocação do discurso em defesa da liberdade. São inúmeros episódios que têm sido pautados por essa tão estimada liberdade, como os que podem ser encontrados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI das *Fake news*⁸ em funcionamento no Congresso Nacional, no inquérito que investiga as ameaças aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e, mais recentemente, nos embates entre poderes e entes federativos sobre as atribuições para determinar medidas de combate à covid-19. Em todos esses episódios, o tema da liberdade foi pano de fundo: a defesa da liberdade de expressão que autoriza o cidadão a divulgar ou não notícias falsas, a liberdade de expressão como liberdade para atacar as instituições, a liberdade de ir e vir contra as medidas de distanciamento social.

Ao longo dos séculos, a liberdade mobilizou grupos e povos em torno de causas completamente antagônicas. Entendemos que essa pode ser a razão pela qual a palavra “liberdade” sempre é acompanhada de um complemento. Não existe liberdade em geral, uma vez que ela é sempre condicionada. Na Constituição

8 Com a difusão das redes sociais e do aumento das interações que ocorrem por intermédio delas, a imprensa internacional começou a usar com mais frequência o termo *fake news* durante a eleição de 2016 nos Estados Unidos, na qual Donald Trump tornou-se presidente. *Fake news* é um termo em inglês e é usado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais.

Federal do Brasil, por exemplo, a liberdade de expressão, que é uma cláusula pétreia, é limitada pela vedação ao anonimato: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato [...]” (BRASIL, 1988).

Do ponto de vista da Análise de Discurso, a defesa da liberdade ganha sentidos opostos de acordo com a FD. Segundo Orlandi (2007), nos movimentos de maio de 68 na França, a liberdade, por um lado, funciona, à esquerda, na perspectiva de construir uma sociedade fundada nos valores sociais, democráticos e progressistas, e, por outro lado, numa FD de direita, a liberdade fundava-se numa visão que ia do neoliberalismo, pautado nos valores das livre iniciativas econômica e social e no individualismo, até a defesa da liberdade para sustentar, organizar e difundir ideias nazistas. Segundo Amorim e Guimaraes (2013), apesar de a legislação brasileira estabelecer os limites da liberdade, a imprensa profissional trabalha e difunde uma concepção de liberdade fundada em valores filosófico e político que buscam se aproximar do que é praticado nos EUA. Os autores contrapõem o que chamam de uma visão liberal de liberdade a uma visão republicana, na qual a liberdade está subordinada ao interesse da coletividade nacional.

Considerações finais

Nesta pesquisa, podemos constatar que os discursos são manifestações socioculturais de um povo ou de um Estado que levam, em sua constituição, os inúmeros sinais ideológicos por meio de suas marcas linguísticas.

A análise proposta foi realizada a partir dos acontecimentos políticos recentes no Brasil que tangenciam um tema de grande

importância na atualidade: a qualidade da democracia ou a própria existência dela. Optamos por um acontecimento repleto de simbolismo e que remete às memórias histórica e discursiva do período da ditadura militar no Brasil. Ancoramos nossas reflexões nas pesquisas de Indursky (2013) acerca do discurso presidencial daquele período. A partir de elementos linguísticos presentes no *corpus* analisado, foi possível constatar, a partir da memória discursiva, filiações de sentidos entre o discurso presidencial daquele período e o discurso presidencial atual. Tais filiações de sentido puderam também ser percebidas quando postos em análise os funcionamentos discursivos de democracia e de liberdade, que mudam de sentido de acordo com a FD que os coloca em funcionamento. A ideia de liberdade e democracia na FD, que atualmente chamaríamos de autoritária, aproxima-se da que foi analisada por Orlandi (2007) e nas análises de Amorim e Guimarães (2013).

Conclui-se, a partir disso, que as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial examinadas no decorrer desta pesquisa sinalizam de modo inequívoco a natureza autoritária desse discurso, que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento em que simula sua representação.

Referências

- AMORIN, A. P.; GUIMARÃES, J. **A corrupção da opinião pública** - uma defesa republicana da liberdade de expressão. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2014.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P. *et al.* (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **O papel da memória**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

ORLANDI, E. P. Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso. **Revista Estudos de Linguagem**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, 2005.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed., Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décálogos**. v. 1, Iss.4, 2014.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-50.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, M. Sobre a (Des-)construção das teorias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Tradução de Celene M. Cruz; Clémence Joüe-Pastré. *In*: Línguas e Instrumentos Linguísticos, n. 2. Campinas: Pontes, p.07-32. 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos técnicos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**. 3. ed. vista rev. atual. / Elaboração: Roziane do Amparo Araújo Michielini e Fabiana Marques de Souza e Silva. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/biblioteca/documentos/Guia-ABNT-completo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Resenhas

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; FLUCKIGER, Cédric (org.). **Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020, 476p. (Coleção Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo, v. 4). Disponível em: <<https://issuu.com/cespuc-centrodestudoslusofra/docs/praticas-discursivas-v4>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas

Andréia Teixeira*

Um vírus conhecido como SarsCoV-2, sem dúvida nenhuma, mudou a vida de milhões de pessoas no ano de 2020, após os principais veículos de comunicação anunciarem a maior crise sanitária dos últimos anos: a pandemia de covid-19. Nas duas primeiras semanas de março de 2020, já ouvíamos notícias alertando sobre um grande quantitativo de vítimas fatais, falta de estrutura e de leitos hospitalares destinados às pessoas acometidas pela doença e para as demais contaminadas pelo vírus. Em face da crise ocasionada pela pandemia de covid-19, representantes governamentais de todos os continentes decretaram estado de emergência e a necessidade de adoção de medidas de prevenção e protocolos sanitários, com vistas ao combate, à proliferação e ao contágio pelo vírus.

A crise sanitária desencadeou outras crises, atingindo diretamente setores do âmbito econômico, trabalhista,

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa. Mestre e professora de Língua Portuguesa. E-mail: andrea.teixeiranl@hotmail.com - Bolsista CAPES I. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0642-4301>.

educacional etc., de modo que os impactos ainda podem ser vistos em todas as esferas sociais. O setor educacional, por sua vez, foi um dos mais afetados, posto que sofreu danos incalculáveis após o fechamento das instituições de ensino. Entre alguns dos agravos, vimos inicialmente a demissão em massa de vários profissionais da educação e, conseqüentemente, a excessiva sobrecarga de trabalho atribuída à parcela docente ativa, uma vez que aderiu a um novo regime de ensino remoto com características semelhantes à conhecida modalidade de educação a distância, que tenta há anos buscar investimentos e um lugar de reconhecimento no ensino brasileiro.

Nesse cenário conturbado também elucidaram-se alguns dos principais problemas sociais brasileiros: as desigualdades econômicas e educacionais. De um lado estavam as escolas públicas desprovidas de recursos financeiros e tecnológicos para ofertar as aulas na pandemia. E de outro estavam as instituições privadas que buscaram alternativas para proporcionar aos estudantes o direito à aprendizagem, com a oferta de aulas mediadas por Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), contemplando aplicativos, ferramentas e plataformas digitais. A essa modalidade de ensino, várias foram as nomenclaturas atribuídas: educação a distância, ensino *online*, aula por videoconferência, aula *online* e Ensino Remoto Emergencial (ERE), todos ofertados inicialmente no primeiro semestre de 2020. De modo geral, a realidade das instituições de ensino públicas foi diferente, já que a maior parte delas passou a atuar remotamente somente no segundo semestre de 2020, condição que não significa, necessariamente, o acesso do estudante às práticas de ensino/aprendizagem. Temos aí, portanto, dados que refletem as mazelas da educação, assim

como as desigualdades sociais existentes há anos no processo de ensino-aprendizagem e que se evidenciaram com mais força na pandemia de covid-19.

Em meio a esse turbilhão de acontecimentos, de muitas incertezas e fragilidades na gestão educacional, inúmeros autores filiados aos estudos da Linguística estavam comprometidos com as produções acadêmicas e práticas de ensino, especialmente as que emergem dos letramentos acadêmicos. Engajados nessas práticas, Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu e Cédric Fluckiger organizaram e publicaram, em 2020, o quarto e último volume da coleção *Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo*, intitulado **Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas**. Integra a coletânea o primeiro volume – **Ensaio sobre a escrita acadêmica** –, organizado por Komesu e Assis (2019). Na sequência, o segundo volume, **Entrevistas sobre a escrita acadêmica**, contou com os cuidados de Silva e Lopes (2020), enquanto a organização do terceiro volume **Estudos aplicados à prática de escrita acadêmica**: colocando a mão na massa – foi atribuída a Rodrigues e Silva (2020).

O quarto volume dessa coletânea constituída de *e-books* editados pela Editora PUC Minas, dedica-se a “tratar de práticas sociais de letramento, seja no ensino superior, seja na educação básica, em tempos de isolamento/distanciamento social, consideradas suas principais características, impactos e desafios, tendo em vista a mediação por ferramentas e dispositivos digitais [...]” (ASSIS; KOMESU; FLUCKIGER, 2020, p. 10). Em face da realidade vivenciada em 2020, os organizadores assumem um escopo teórico calcado na ótica dos estudos dos letramentos defendidos por Kleiman (1995), Kleiman e Assis (2016), numa estreita articulação com os estudos propostos por

Street (2014), uma vez que a abordagem teórica do autor auxilia o leitor no tocante à compreensão de letramento como prática social, como também no que respeita às suas implicações em práticas docentes e estudos de profissionais que trabalham com a leitura e a escrita em contexto de ensino, conforme se vê ao longo de todos os capítulos do *e-book*. Vale ainda dizer que a escolha dessa perspectiva teórica, pelos organizadores, permite a realização de um trabalho com uma noção mais abrangente de letramento acadêmico, além de possibilitar, é claro, a construção de conhecimentos discentes em práticas sociais de diferentes áreas, como é o caso da Linguística Aplicada e também na relação dessa ciência com outros campos epistêmicos de estudos, tais como Educação, Comunicação e Saúde.

Por meio dessa lente norteadora, a organização do *e-book* conta com dois eixos temáticos, totalizando quatorze (14) capítulos publicados: onze (11) em português e (3) três em inglês, todos com colaborações de autores brasileiros e estrangeiros. Dada a sua relevância, o primeiro eixo contém três (3) capítulos dedicados a um debate voltado, fundamentalmente, para problematizações mais “conceituais” adotadas nos estudos da linguagem (ASSIS; KOMESU; FLUCKIGER, 2020). Já o segundo eixo está centrado em questões-problema cuja aplicação se dá em torno de práticas de letramentos que emergem de contextos de ensino de distintos domínios da linguagem nos ensinos básico e superior, a partir de experiências docentes exitosas no trabalho com o ERE implementado em instituições de ensino públicas e privadas no ano de 2020 e também em período anterior.

É nesse mesmo espírito, sob a ótica dos estudos dos letramentos, que de Cédric Fluckiger inicia o primeiro capítulo,

“Aprender em tempos da epidemia de covid-19: contribuições da noção de letramento digital”. No estudo, o autor retrata o cenário caótico de 2020, tendo em conta as necessidades de adaptações culturais oriundas de diferentes normas sociais e processos cognitivos, em razão da pandemia. Considerando esse contexto extraordinário, Fluckige traz para o debate os modos como os estudantes conseguiram mobilizar certos saberes na construção de outros conhecimentos essenciais para a sua formação. Para esse fim, o autor se valeu de observação em classe, e admitiu que o trabalho com o ensino, na modalidade remota, foi possível por conta das TDIC utilizadas durante as aulas; portanto, reconhece a importância delas na prática docente adotada na modalidade de ensino remoto.

Na sequência, Inês Signorini a fim de responder à problematização que intitula o capítulo, “Por que falar de letramento em tempos de ensino remoto?”, parte de uma importante reflexão sobre estudos quantitativos reunidos na Revista Fapesp, em uma edição datada de 2018, com foco em desempenho escolar. Pautando-se na visão dos estudos socioantropológicos, etnográficos e sociolinguísticos das práticas sociais de letramentos, a autora faz uma relação desses dados de pesquisas com questões sobre o ensino da leitura e da escrita no ensino básico brasileiro, considerando a migração de regime presencial para o ERE em 2020. Também é na troca de regime que a autora traz à luz a sua experiência docente na oferta de uma disciplina do currículo obrigatório da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na modalidade remota imposta pelo período de pandemia.

No terceiro e último capítulo do primeiro eixo temático, “Descorporificação de conceitos e controle de modos de conhecer

o mundo”, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, além de explicar a noção de “descorporificação de conceitos”, discute maneiras de controlar o conhecimento do mundo, tendo em conta reflexões sobre a crise sanitária de 2020. Nessa direção, o autor examinou três documentos oficiais relacionados às políticas de alfabetização do Brasil e os confrontou, por entender os descompasso existentes nos mesmos, denominados por Corrêa de “experiência do absurdo”, uma vez que não se poderia permanecer insensível frente aos achados oriundos da análise de dados. Diante disso, o autor critica a combinação contraditória advinda dos resultados, pois, em um momento, percebe-se a exaltação da ciência, enquanto em outro momento se vê a negação da mesma ciência.

O segundo eixo do livro inicia-se com o capítulo de Ana Elisa Ribeiro, “Ensino, pesquisa e extensão na pandemia: dor e delícia dos letramentos”. Trata-se de um relato proposto pela autora, a partir de sua experiência docente no ERE, quando houve a migração do Projeto “Aula Aberta” do curso presencial de Letras do CEFET-MG, para o regime remoto. Numa atitude responsiva, Ribeiro avalia a experiência de modo positivo, porque entende que as atividades permitiram agregar um número maior de pessoas conectadas em lugares e espaço-tempos distintos por intermédio das tecnologias digitais. Além disso, afirma que a plataforma permitia ao aluno, que por algum motivo havia perdido a aula, acessar os vídeos com as aulas gravadas e disponibilizadas nos canais do *YouTube* e no *Instagram*. A autora vê essa experiência de modo crítico e entende que a única vantagem dessa modalidade de ensino é a de discutir sobre as TDIC e a educação numa amplitude maior, conforme foi feito durante as aulas que alcançaram um maior número de pessoas possível.

Na sequência o capítulo “Nas vozes dos estudantes: perspectivas letradas em tempos de distanciamento social”, assinado por Adriana Fischer, Camila Grimes e Rozane Fermino, sob o viés da perspectiva sociocultural dos letramentos, analisa posicionamentos de alunos do ensino básico, participantes de um projeto de letramentos voltado principalmente para a rede estadual, no interior de Santa Catarina, tendo em conta o uso de tecnologias digitais no cenário atípico causado pela pandemia de covid-19. O intuito das autoras no estudo é a valorização dos percursos discentes no âmbito de ensino e a ressignificação dos saberes construídos pelos alunos.

Com o capítulo seguinte – “A educação socioemocional como um platô de decolagem em tempo do coronavírus Sars-CoV-2: reflexões e práticas pedagógicas auscultativas em contextos digitais” –, Giliard Dutra Brandão, por sua vez, em um relato de experiência, propõe a abertura de um espaço para reflexão sobre diferentes competências socioemocionais que atravessam as vozes de estudantes residentes em uma periferia, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Com o auxílio de tecnologia digital, criam-se oportunidades de interação entre os alunos, como também de construção de saberes em atividades ofertadas durante o ensino remoto emergencial.

No capítulo denominado “As práticas de leitura e escrita mediadas por tecnologias digitais: características acentuadas em tempos de isolamento/distanciamento social”, Messias Dieb traz para o debate o modo como acadêmicos de quatro (4) cursos de diferentes instituições de educação superior em Fortaleza vivenciam práticas de letramento acadêmico, com uso de tecnologia digital no ERE adotado para as aulas na pandemia. Com a posse e análise dos dados coletados, Dieb destacou que,

mesmo em condições adversas, os alunos criaram estratégias de aprendizagem baseadas em práticas de letramentos acadêmicos com vistas à superação das adversidades enfrentadas por eles durante as aulas.

Queila Barbosa Lopes e Rodrigo Nascimento de Queiroz, no capítulo “*Lessons from teachers at Occidental Amazon: reifying digital literacy practices in pandemic times*”, trazem dados de um questionário digital aplicado a vinte e sete (27) professores trabalhadores e residentes na região amazônica, no Acre. Ao examinarem os dados coletados, a análise indicou a resiliência docente, vista pelos autores como um valor necessário na profissão docente, diante das múltiplas necessidades e desafios que surgiram no cenário de pandemia. Ademais, a análise evidenciou que os professores foram obrigados a desenvolver um conjunto de competências de atuação profissional em um curto espaço-tempo, enquanto uma grande parcela dos alunos não conseguia acesso à internet e nem mesmo às tecnologias essenciais para a oferta das aulas no regime remoto.

O próximo capítulo – “Ler e escrever em tempos de regime letivo remoto: percepções e representações de graduandos das ciências humanas”, de Ev^ª Ângela Batista Rodrigues de Barros – propõe discutir os posicionamentos de cinquenta e cinco (55) universitários de três (3) cursos: Letras, Pedagogia e História – em relação ao impacto do ERE no desempenho discente, tendo em vista o cenário de pandemia de covid-19. Após a coleta e a o tratamento analítico, os achados evidenciaram um misto de “tensão e o conflito” no discurso dos participantes do estudo, como também a busca por determinados “valores e representações” que estão por trás da abordagem temática da prática de leitura acadêmica.

Partindo de uma experiência própria, após ofertar uma disciplina no curso de Letras, em uma instituição pública brasileira de ensino superior, Flávia Danielle Sordi Silva Miranda assina o capítulo “‘Nós que lutemos’: ressignificando a formação de professores na pandemia”. O foco central da discussão é a formação docente para o ensino de português, levando em consideração os desafios enfrentados em práticas pedagógicas com uso de TDIC. No estudo, a autora analisa e discute o processo de reelaboração das ações dos formadores, refletindo também acerca de aprendizagens e princípios inovadores a serem considerados em eventos de letramentos com vistas à formação docente.

Luciano Vidon e Guilherme Brambila, em “A escrita da tese no contexto pandêmico da covid-19: subjetividade, autoria e identidade em perspectiva dialógica”, examinaram postagens de alunos brasileiros na rede social *Facebook* acerca da prática de escrita na pós-graduação, após a adoção de medidas de distanciamento social em decorrência da pandemia de covid-19 e da suspensão das atividades presenciais pela universidade. No estudo os autores fazem uma reflexão sobre o âmbito social da escrita acadêmica, considerando as dimensões sócio-históricas e ideológicas da linguagem nos seus distintos usos. Os resultados indicam os conflitos e dilemas vividos pelos pós-graduandos após a adesão ao ERE, a dificuldade de organizar o tempo em casa destinado ao cumprimento das demandas da universidade e, por fim, à relação discente com a escrita na pandemia.

No capítulo seguinte, “*Portraits of classroom interaction in emergency remote teaching: actions, reflections and teaching experiences*”, Ada Magaly Matias Brasileiro, Adilson Pinheiro Oliveira, Viviane Raposo Pimenta e Kariny de Souza Raposo

assumem as aulas do ERE como objeto do estudo, relatando a experiência docente no ensino de língua inglesa. Partem da premissa de que a interação é fator constitutivo das práticas discursivas e de que as mudanças ocasionadas pelo regime remoto exigem muito dos professores no que respeita ao uso das TDIC nas aulas, às adaptações nos planejamentos de ensino e nos procedimentos voltados para a interação *online* no ensino remoto. Diante disso, os autores abrem espaço para uma reflexão sobre o ensino remoto a partir das experiências com práticas letradas que têm docentes e discentes como sujeitos protagonistas na construção de saberes.

Pela lente dos estudos bakhtiniano, no capítulo “Um ensaio sobre práticas de leitura e escrita na formação docente: ressonâncias dialógicas do isolamento social no Laboratório de Letramentos Acadêmicos (LabLA/UFF)”, Jéssica do Nascimento Rodrigues e Fabiana Esteves Neves trazem à luz um estudo baseado na experiência do LabLA/UFF, a fim de promover momentos que abarcam práticas de letramentos acadêmicos, ampliando, assim, espaços para o trabalho com gêneros próprios do domínio universitário. Diante da pandemia, foram discutidas as limitações do desenvolvimento de práticas de letramentos na formação docente, considerando-se os seus conhecimentos e as propostas de atividades destinadas aos alunos no período de confinamento.

No último capítulo do livro, “*The teaching metier in remote environment: expanding discursive practices*”, Ada Magaly Matias Brasileiro e Viviane Raposo Pimenta trazem para a discussão as mudanças nas práticas docentes letradas, considerando as ferramentas, serviços e gêneros digitais necessários no contexto do ERE adotado por causada da crise

sanitária. Trata-se de um importante estudo exploratório de abordagem qualitativa que resgata um trabalho docente realizado anteriormente em instituições públicas e privadas, contemplando todos os níveis de ensino e com foco na elaboração de listas de gêneros discursivos. A partir dos resultados encontrados na análise, as autoras tencionam contribuir com reflexões sobre o conhecimento da linguagem, da pesquisa aplicada, da Educação, da Comunicação e da pesquisa em Saúde, tendo em vista a crise sanitária.

Dada a relevância e, sobretudo, a atualidade das discussões constitutivas do quarto volume da coleção Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo, dedicado aos **Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas**, o livro apresenta-se como uma leitura de suma importância para alunos, professores e pesquisadores de distintos domínios disciplinares, conforme mencionado anteriormente. As contribuições desse volume para a Educação e a Linguística são inegáveis, e uma delas diz respeito ao objeto de investigação eleito pelos autores: a escrita acadêmica, assumida a partir do viés dos estudos dos letramentos (KLEIMAN, 1995; STREET, 2014; KLEIMAN; ASSIS 2016) como prática social, numa relação direta com o contexto extraordinário vivenciado pela sociedade contemporânea, atualizando os fatos e os discursos correntes.

Também não podemos negar a colaboração que emerge das experiências com o ERE, uma vez que os autores retrataram no livro os desafios encontrados no ensino-aprendizagem, como também a necessidade de adaptação docente diante dos novos modos de ensinar, aprender, avaliar e, sobretudo, de construir saberes a partir de uma nova realidade imposta aos sujeitos da educação. Essa realidade convoca-nos a inúmeras reflexões e,

nessa mesma medida, amplifica sobremaneira as discussões acerca do rumo a ser seguido pela educação brasileira nos próximos anos.

Referências

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; FLUCKIGER, Cédric (org.). **Efeitos da covid-19 em práticas letradas acadêmicas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020, 476p. (Coleção Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo, v. 4). Disponível em: <https://issuu.com/cespuc-centrodeestudoslusofra/docs/praticas-discursivas-v4>. Acesso em: 20 jun. 2021.

KLEIMAN, Angela Bustos. (org.). **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela Bustos; ASSIS, Juliana Alves. **Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita** (org.). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

KOMESU, Fabiana; ASSIS, Juliana Alves. (org.). **Ensaio sobre a escrita acadêmica**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019. (Coleção Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo, v. 1). Disponível em: https://issuu.com/cespuc-centrodeestudoslusofra/docs/ensaios_sobre_a_escrita_acad_mica_oficial_. Acesso em: 20 jun. 2021.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Inácio; SILVA, Jane Quintiliano Guimarães (org.). **Estudos aplicados à prática da escrita acadêmica: colocando a mão na massa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. 266p. (Coleção Práticas discursivas

em letramento acadêmico: questões em estudo, v. 3). Disponível em: https://issuu.com/cespuc-centrodeestudoslusofra/docs/praticas_discursivas-v3. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães; LOPES, Maria Angela Paulino Teixeira (org.). **Entrevistas sobre a escrita acadêmica**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020, 208p. (Coleção Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo, v. 2). Disponível em: <https://issuu.com/cespuc-centrodeestudoslusofra/docs/livro>. Acesso em: 20 jun. 2021.

STREET, Brian Vincent. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.